

Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis	1
---	---

2. Auditores independentes

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores	2
2.3 - Outras informações relevantes	3

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações Financeiras	4
3.2 - Medições não contábeis	5
3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras	7
3.4 - Política de destinação dos resultados	8
3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido	10
3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas	11
3.7 - Nível de endividamento	12
3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento	13
3.9 - Outras informações relevantes	14

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco	15
4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco	27
4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes	28
4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores	55
4.5 - Processos sigilosos relevantes	56
4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto	57
4.7 - Outras contingências relevantes	59
4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados	60

5. Risco de mercado

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado	61
--	----

Índice

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado	62
5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado	63
5.4 - Outras informações relevantes	64
6. Histórico do emissor	
6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM	65
6.3 - Breve histórico	66
6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas	68
6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial	85
6.7 - Outras informações relevantes	86
7. Atividades do emissor	
7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas	89
7.2 - Informações sobre segmentos operacionais	92
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais	93
7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total	105
7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades	106
7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior	121
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades	122
7.8 - Relações de longo prazo relevantes	123
7.9 - Outras informações relevantes	124
8. Grupo econômico	
8.1 - Descrição do Grupo Econômico	139
8.2 - Organograma do Grupo Econômico	141
8.3 - Operações de reestruturação	142
8.4 - Outras informações relevantes	145
9. Ativos relevantes	
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros	146
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados	147

Índice

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia	148
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades	178
9.2 - Outras informações relevantes	182
10. Comentários dos diretores	
10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais	183
10.2 - Resultado operacional e financeiro	198
10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras	201
10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor	202
10.5 - Políticas contábeis críticas	204
10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor	208
10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios	210
10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras	211
10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras	212
10.10 - Plano de negócios	213
10.11 - Outros fatores com influência relevante	214
11. Projeções	
11.1 - Projeções divulgadas e premissas	217
11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas	218
12. Assembléia e administração	
12.1 - Descrição da estrutura administrativa	219
12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais	228
12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76	230
12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração	231
12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem	232
12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal	233
12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração	239
12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores	240

Índice

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros	241
12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores	243
12.12 - Outras informações relevantes	244

13. Remuneração dos administradores

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária	247
13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	252
13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	253
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária	254
13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão	258
13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	259
13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária	260
13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	262
13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções	263
13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários	266
13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	267
13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria	268
13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores	269
13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam	270
13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor	271
13.16 - Outras informações relevantes	272

14. Recursos humanos

14.1 - Descrição dos recursos humanos	273
14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos	275
14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados	276

Índice

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos	278
15. Controle	
15.1 / 15.2 - Posição acionária	279
15.3 - Distribuição de capital	285
15.4 - Organograma dos acionistas	286
15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte	287
15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor	288
15.7 - Outras informações relevantes	290
16. Transações partes relacionadas	
16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas	291
16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas	292
16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado	296
17. Capital social	
17.1 - Informações sobre o capital social	297
17.2 - Aumentos do capital social	298
17.4 - Informações sobre reduções do capital social	300
17.5 - Outras informações relevantes	301
18. Valores mobiliários	
18.1 - Direitos das ações	302
18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública	303
18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto	307
18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados	308
18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos	309
18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação	310
18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros	311

Índice

18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor	312
18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros	313
18.10 - Outras informações relevantes	314
19. Planos de recompra/tesouraria	
19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor	315
19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria	316
19.3 - Informações sobre valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social	318
19.4 - Outras informações relevantes	320
20. Política de negociação	
20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários	321
20.2 - Outras informações relevantes	322
21. Política de divulgação	
21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações	323
21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas	324
21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações	326
21.4 - Outras informações relevantes	327
22. Negócios extraordinários	
22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor	328
22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor	329
22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais	330
22.4 - Outras informações relevantes	331

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Rogério Frota Melzi

Cargo do responsável

Diretor de Relações com Investidores

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Eduardo Alcalay

Cargo do responsável

Diretor Presidente

Os diretores acima qualificados, declaram que:

a. reviram o formulário de referência

b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19

c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	471-5
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Ernst & Young Auditores Independentes S.S
CPF/CNPJ	61.366.936/0001-25
Período de prestação de serviço	10/04/2007
Descrição do serviço contratado	Serviços relacionados à auditoria das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2007, 31 de dezembro de 2008, 31 de dezembro de 2009 e semestres encerrados em 30 de junho de 2009 e 30 de junho de 2010, de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil com emissão de parecer de auditoria sobre as referidas demonstrações financeiras e revisão das informações trimestrais – ITR, com a respectiva emissão de relatórios sobre as revisões. Não foram prestados serviços que não tivessem relação com os serviços de auditoria independente.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	A remuneração total da Ernst & Young Auditores Independentes S.S pelos serviços de auditoria prestados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 foi de R\$594.264,40 e no semestre encerrado em 30 de junho de 2010 foi de R\$611.576,58.
Justificativa da substituição	Não aplicável
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não aplicável

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Fernando Alberto S. de Magalhães	10/04/2007	054.835.508-89	Praia de Botafogo,300, 13º andar, Botafogo, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, CEP 22250-040, Telefone (021) 21091400, Fax (021) 21091600, e-mail: fernando.magalhaes@br.ey.com

2.3 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes relacionadas a esta Seção 2 foram divulgadas nos itens acima.

3.1 - Informações Financeiras

(Reais)	Exercício social (31/12/2009)	Exercício social (31/12/2008)	Exercício social (31/12/2007)
Patrimônio Líquido	458.041.000,00	421.075.000,00	405.376.000,00
Ativo Total	662.272.000,00	634.485.000,00	573.070.000,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	1.008.810.000,00	979.966.000,00	635.502.000,00
Resultado Bruto	357.642.000,00	349.175.000,00	225.965.000,00
Resultado Líquido	64.280.000,00	37.635.000,00	27.315.000,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	78.585.000	78.585.000	235.755.000
Valor Patrimonial de Ação (Reais Unidade)	5,828600	5,358200	1,719400

3.2 - Medições não contábeis

a) Valor e b) Conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas:

(R\$ milhões)	Semestre encerrado em 30 de junho de 2010	2009	2008	2007
Receita Operacional Líquida	514,2	1.008,8	980,0	635,5
(-) Custos serviços prestados	(357,1)	(651,2)	(630,8)	(409,5)
(-) Despesas com vendas	(44,3)	(73,9)	(83,8)	(40,8)
(-) Despesas gerais e administrativas	(93,8)	(236,7)	(241,5)	(157,4)
(+) Outras receitas operacionais	5,0	8,0	8,4	5,7
(+) Depreciação e amortização	19,5	40,2	34,4	19,0
EBITDA	43,5	95,2	66,7	52,5
(+) Resultado financeiro operacional ¹	7,2	10,1	9,1	6,8
EBITDA ajustado²	50,7	105,3	75,8	59,3
Margem EBITDA ajustado²	9,9%	10,4%	7,7%	9,3%

⁽¹⁾ O resultado financeiro operacional é composto pelas receitas de multas e juros sobre mensalidades.

⁽²⁾ O EBITDA ajustado é resultante do EBITDA, de acordo com Ofício Circular no 1/2007, somado ao resultado financeiro operacional constituído pelas receitas com multas e juros sobre mensalidades.

c) Motivo pelo qual se entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da condição financeira e do resultado das operações da Companhia:

O EBITDA, de acordo com o Ofício Circular CVM/SEP nº 2/2009, pode ser reconciliado com as demonstrações financeiras como segue: lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e contribuição social, resultado financeiro líquido, depreciação e amortização e resultado não-operacional. O EBITDA é utilizado como uma medida de desempenho pela nossa administração e não é uma medida adotada pelas Práticas Contábeis Brasileiras ou Americanas. O mesmo não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como um substituto para o lucro líquido, como indicador do nosso desempenho operacional, nem tampouco como indicador de liquidez.

Utilizamos também o EBITDA Ajustado¹, que é uma resultante do EBITDA, de acordo com o Ofício Circular nº 1/2007, somado ao resultado financeiro operacional, constituído pelas receitas com multas e juros sobre mensalidades.

A nossa administração acredita que o EBITDA e o EBITDA Ajustado são medidas práticas para aferir nosso desempenho operacional e permitir uma comparação com outras companhias do mesmo segmento. Entretanto, ressaltamos que o EBITDA e o EBITDA Ajustado não são medidas

¹ O EBITDA ajustado é resultante do EBITDA, de acordo com Ofício Circular no 1/2007, somado ao resultado financeiro operacional constituído pelas receitas com multas e juros sobre mensalidades.

3.2 - Medições não contábeis

estabelecidas de acordo com os Princípios Contábeis Brasileiros (Legislação Societária ou BR GAAP) ou Princípios Contábeis Norte-Americanos (US GAAP) e podem ser definidos e calculados de maneira diversa por outras companhias.

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

Após 30 de junho de 2010, o único evento subsequente às nossas demonstrações financeiras foi a incorporação, por nós, da Moena Participações S.A. ("Moena"). O investimento em nós era o principal ativo da Moena, cujo objeto social era a participação e outras sociedades. A incorporação resultou na simplificação operacional do grupo e no aumento da respectiva transparência. O ágio registrado na Moena e atribuído à nossa expectativa de resultado futuro, no montante de R\$171 milhões, oriundo de aquisição, em 2008, de ações de nossa emissão, será, após a incorporação, amortizado fiscalmente em um período de 60 meses por nós. Todo o benefício econômico decorrente da incorporação e da dedutibilidade o ágio daí decorrente será apropriado, de forma simétrica, por todos os nossos acionistas, atuais e futuros, e não apenas pelos acionistas da Moena que não farão jus ao recebimento de ações adicionais quando da amortização do referido ágio. Não existiam passivos e/ou contingências passivas não contabilizadas a serem por nós absorvidos em decorrência da incorporação. A referida incorporação implicou na extinção de pleno direito da Moena.

3.4 - Política de destinação dos resultados

a) Regras sobre a retenção de lucros

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007

Nosso Estatuto Social prevê que do resultado do exercício, serão deduzidos, antes de qualquer outra participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda. O prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvidos pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal. Nessa ordem.

Reserva Legal: 5% do lucro líquido, antes de qualquer destinação, será destinado para constituição de reserva legal, que não excederá 20% do capital social.

A parcela remanescente, se houver, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do art. 196 da Lei das Sociedades por Ações, conforme o Plano de Negócios e Orçamento Anual aprovado.

A parcela remanescente, se houver, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser total ou parcialmente destinada à constituição da "Reserva para Efetivação de Novos Investimentos", observado o disposto no art. 194 da Lei das Sociedades por Ações, que terá por finalidade preservar a integridade do nosso patrimônio social, reforçando o nosso capital social e de giro com vistas a permitir a realização de novos investimentos, até o limite de 100% (cem por cento) do capital social, observado que o saldo desta reserva, somado aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas as reservas de lucros a realizar e reservas para contingências, não poderá ultrapassar 100% (cem por cento) do valor do capital social e, uma vez atingido esse limite, a Assembleia geral poderá deliberar sobre a aplicação do excesso no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.

Na Assembleia Geral Ordinária realizada em 25.04.2008, que aprovou a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007, foram destinados 5% do lucro líquido para a reserva legal e não foi destinado nenhum valor para a constituição de reserva de contingências.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008

Nosso Estatuto Social prevê que o resultado do exercício, após os ajustes e deduções previstos em lei, incluindo a dedução de prejuízos acumulados, se houver, bem como a provisão para o imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro, poderá ter a seguinte destinação:

Reserva Legal: 5% do lucro líquido, antes de qualquer destinação, será destinado para constituição de reserva legal, que não excederá 20% do capital social.

Reserva de Contingências: uma parcela do lucro líquido, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de reservas para contingências, conforme art. 195 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de compensar, em exercício futuro, a diminuição do lucro decorrente de perda julgada provável e que cujo valor possa ser estimado..

A parcela remanescente, se houver, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do art. 196 da Lei das Sociedades por Ações, conforme o Plano de Negócios e Orçamento Anual aprovado.

A parcela remanescente, se houver, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser total ou parcialmente destinada à constituição da "Reserva para Efetivação de Novos Investimentos", observado o disposto no art. 194 da Lei das Sociedades por Ações, que terá por finalidade preservar a integridade do nosso patrimônio social, reforçando o nosso capital social e de giro com vistas a permitir a realização de novos investimentos, até o limite de 100% (cem por cento) do capital social, observado que o saldo desta reserva, somado aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas as reservas de lucros a realizar e reservas para contingências, não poderá ultrapassar 100% (cem por cento) do valor do capital social e, uma vez atingido esse limite, a Assembleia geral poderá deliberar sobre a aplicação do excesso no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.

Na Assembleia Geral Ordinária realizada em 28.04.2009, que aprovou a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, foram destinados 4,41% do lucro líquido para a reserva legal e não foi destinado nenhum valor para a constituição de reserva de contingências.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009

Nosso Estatuto Social prevê que o resultado do exercício, após os ajustes e deduções previstos em lei, incluindo a dedução de prejuízos acumulados, se houver, bem como a provisão para o imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro, poderá ter a seguinte destinação:

Reserva Legal: 5% do lucro líquido, antes de qualquer destinação, será destinado para constituição de reserva legal, que não excederá 20% do capital social.

Reserva de Contingências: uma parcela do lucro líquido, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de reservas para contingências, conforme art. 195 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de compensar, em exercício futuro, a diminuição do lucro decorrente de perda julgada provável e que cujo valor possa ser estimado..

A parcela remanescente, se houver, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do art. 196 da Lei das Sociedades por Ações, conforme o Plano de Negócios e Orçamento Anual aprovado.

A parcela remanescente, se houver, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser total ou parcialmente destinada à constituição da "Reserva para Efetivação de Novos Investimentos", observado o disposto no art. 194 da Lei das Sociedades por Ações, que terá por finalidade preservar a integridade do nosso patrimônio social, reforçando o nosso capital social e de giro com vistas a permitir a realização de novos investimentos, até o limite de 100% (cem por cento) do capital social, observado que o saldo desta reserva, somado aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas as reservas de lucros a realizar e reservas para contingências, não poderá ultrapassar 100% (cem por cento) do valor do capital social e, uma vez atingido esse limite, a Assembleia geral poderá deliberar sobre a aplicação do excesso no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.

Na Assembleia Geral Ordinária realizada em 19.04.2010, que aprovou a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, foram destinados 5% do lucro líquido para a reserva legal e não foi destinado nenhum valor para a constituição de reserva de contingências.

3.4 - Política de destinação dos resultados

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009
<i>b) Regras sobre a distribuição de dividendos</i>	<p>Dividendo Obrigatório: Nosso Estatuto Social prevê que pelo menos 25% do lucro líquido ajustado seja, anualmente, distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório, observadas a demais regras do nosso Estatuto Social e a legislação aplicável.</p>	<p>Dividendo Obrigatório: Nosso Estatuto Social prevê que pelo menos 25% do lucro líquido ajustado seja, anualmente, distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório, observadas a demais regras do nosso Estatuto Social e a legislação aplicável. O Acordo de Acionistas firmado em 04/06/2008 prevê que seus signatários devem exercer o seu direito de voto no sentido de distribuir, anualmente, no mínimo, 50% do lucro líquido ajustado do exercício, na forma do disposto no art. 202 da Lei das Sociedades por Ações.</p>	<p>Dividendo Obrigatório: Nosso Estatuto Social prevê que pelo menos 25% do lucro líquido ajustado seja, anualmente, distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório, observadas a demais regras do Estatuto e a legislação aplicável. O Acordo de Acionistas firmado em 04/06/2008 prevê que seus signatários devem exercer o seu direito de voto no sentido de distribuir, anualmente, no mínimo, 50% do lucro líquido ajustado do exercício, na forma do disposto no art. 202 da Lei das Sociedades por Ações.</p>
<i>c) Periodicidade das distribuições de dividendos</i>	<p>A nossa distribuição de dividendos, conforme o nosso Estatuto Social, é realizada anualmente. Podemos, no entanto, mediante deliberação do Conselho de Administração, levantar balanços semestrais e com base nestes balanços declarar dividendos intermediários à conta do lucro apurado, dos lucros acumulados e da reserva de lucros. Podemos, ainda, levantar balanço e distribuir dividendos intercalares, em períodos menores, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital.</p>	<p>A nossa distribuição de dividendos, conforme o nosso Estatuto Social, é realizada anualmente. Podemos, no entanto, mediante deliberação do Conselho de Administração, levantar balanços semestrais e com base nestes balanços declarar dividendos intermediários à conta do lucro apurado, dos lucros acumulados e da reserva de lucros. Podemos, ainda, levantar balanço e distribuir dividendos intercalares, em períodos menores, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital.</p>	<p>A nossa distribuição de dividendos, conforme o nosso Estatuto Social, é realizada anualmente. Podemos, no entanto, mediante deliberação do Conselho de Administração, levantar balanços semestrais e com base nestes balanços declarar dividendos intermediários à conta do lucro apurado, dos lucros acumulados e da reserva de lucros. Podemos, ainda, levantar balanço e distribuir dividendos intercalares, em períodos menores, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital.</p>
<i>d) Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou por regulamentação especial aplicável à Companhia, por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais</i>	<p>Não nos são impostas restrições especiais à distribuição de dividendos que não aquelas previstas no nosso Estatuto Social, qual seja, 5% (cinco por cento) para a reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social integralizado.</p>	<p>Não nos são impostas restrições especiais à distribuição de dividendos que não aquelas previstas no nosso Estatuto Social, qual seja, 5% (cinco por cento) para a reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social integralizado.</p>	<p>Não nos são impostas restrições especiais à distribuição de dividendos que não aquelas previstas no nosso Estatuto Social, qual seja, 5% (cinco por cento) para a reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social integralizado.</p>

3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido

(Reais)	Exercício social 31/12/2009	Exercício social 31/12/2008	Exercício social 31/12/2007
Lucro líquido ajustado	61.066,00	31.510,00	25.950,00
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado	0,500000	0,570000	0,530000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor	0,067000	0,042000	0,034000
Dividendo distribuído total	30.533,00	17.866,00	13.658,00
Lucro líquido retido	64.280,00	37.635,00	12.292,00
Data da aprovação da retenção	19/04/2010	28/04/2009	25/04/2008

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Ordinária						
Dividendo Obrigatório						
Ordinária	30.533,00	29/04/2010	17.866,00	08/05/2009	13.658,00	07/05/2008

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

Não houve declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas constituídas nos últimos três exercícios sociais.

3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Montante total da dívida, de qualquer natureza	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2009	204.231,00	Índice de Endividamento	0,44590000	

3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento

Últ. Inf. Contábil (31/12/2010)					
Tipo de dívida	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Garantia Real	3.305,00	183,00	0,00	0,00	3.488,00
Quirografárias	145.066,00	30.696,00	0,00	0,00	175.762,00
Total	148.371,00	30.879,00	0,00	0,00	179.250,00
Observação					

Exercício social (31/12/2009)					
Tipo de dívida	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Garantia Real	4.721,00	849,00	0,00	0,00	5.570,00
Quirografárias	158.422,00	40.239,00	0,00	0,00	198.661,00
Total	163.143,00	41.088,00	0,00	0,00	204.231,00
Observação					

3.9 - Outras informações relevantes

Não existem outras informações relevantes relacionadas a esta seção.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

a) Com relação à Companhia

Enfrentamos concorrência significativa em cada curso que oferecemos e em cada mercado geográfico em que operamos e, se não competirmos com eficiência, poderemos perder participação de mercado e lucratividade.

Concorremos com faculdades, universidades e centros universitários públicos e privados, bem como com alternativas ao ensino superior, tais como as entidades filantrópicas, que gozam de isenção no recolhimento de determinados tributos. De acordo com o relatório de 2009 do INEP, havia 2.252 instituições de ensino superior privadas e públicas no Brasil em 2008. Nossos concorrentes, inclusive instituições de ensino superior públicas, podem oferecer cursos semelhantes ou melhores aos oferecidos por nós, contar com mais recursos, ter mais prestígio na comunidade acadêmica, unidades com localização mais conveniente e com melhor infraestrutura e/ou cobrar mensalidades mais baixas ou até mesmo não cobrar mensalidades. Podemos ser obrigados a reduzir nossas mensalidades ou aumentar nossas despesas operacionais como resposta à concorrência a fim de reter ou atrair alunos ou buscar novas oportunidades de mercado. Não podemos garantir que seremos capazes de competir com sucesso com nossos concorrentes atuais e futuros. Se não conseguirmos manter nossa posição competitiva ou responder às pressões competitivas com eficiência, nossas receitas poderão diminuir, nossa lucratividade poderá ser comprometida, poderemos perder nossa participação de mercado e ser prejudicados.

As dificuldades em abrir, integrar e gerenciar com eficiência um número cada vez maior de unidades podem prejudicar nossos objetivos estratégicos.

Nossa estratégia inclui a expansão por meio da abertura de novas unidades e da aquisição de instituições de ensino superior e sua integração à nossa rede de ensino. Nosso plano de expansão cria desafios significativos em termos de manutenção da nossa qualidade e cultura de ensino e da garantia de que nossa marca não será prejudicada em decorrência de qualquer queda, real ou percebida, de nossa qualidade de ensino. Caso não sejamos capazes de manter nossos padrões de qualidade atuais, poderemos perder nossa participação de mercado e ser prejudicados.

A abertura de novas unidades representa desafios únicos e exige que façamos investimentos importantes em infraestrutura, *marketing* pessoal e outras despesas pré-operacionais. Esses desafios incluem a identificação de locais estratégicos, negociação da aquisição ou locação de imóveis, construção ou reforma de instalações (inclusive bibliotecas, laboratórios e salas de aula), obtenção de licenças de funcionamento, contratação e treinamento de professores e funcionários e investimento em administração e suporte. Também, para as localidades situadas fora do Rio de Janeiro, somos obrigados a registrar nossas novas unidades no MEC, antes de abri-las ou operá-las, bem como providenciar o credenciamento de nossos novos cursos no MEC a fim de estarmos aptos a expedir diplomas e certificados aos nossos alunos.

Podemos ser prejudicados se não conseguirmos identificar e instalar nossas unidades em condições economicamente eficientes ou obter essas autorizações ou credenciamentos de forma tempestiva. Se não formos capazes de executar nosso plano de expansão por meio da abertura de novas unidades na forma planejada, poderemos ser prejudicados.

Podemos enfrentar riscos significativos no processo de integração das operações de quaisquer unidades adquiridas às operações das unidades existentes, tais como a administração de um número maior de funcionários dispersos geograficamente e a criação e a implementação de controles, procedimentos e políticas uniformes com eficiência, além de custos de integração elevados. Os benefícios que esperamos obter com as aquisições podem não ser alcançados, se não conseguirmos, ou se conseguirmos de maneira insuficiente, integrar as unidades adquiridas em nossas operações e administrar, divulgar e aplicar a elas nossa estratégia de negócios. Poderemos

4.1 - Descrição dos fatores de risco

não ser capazes de integrar o corpo docente e os funcionários com experiência profissional e culturas corporativas diferentes, e nosso relacionamento com os funcionários, atuais e os novos, inclusive professores, pode ser prejudicado. Se não formos capazes de administrar nosso crescimento com eficiência, nosso negócio poderá ser prejudicado significativamente.

Podemos não conseguir identificar e adquirir novas instituições de ensino superior ou cumprir nossos objetivos estratégicos e financeiros relativos a qualquer aquisição pretendida.

Pretendemos adquirir instituições de ensino superior como parte da estratégia de expansão de nossas operações. Com frequência, realizamos avaliações de possíveis instituições para aquisição, inclusive avaliações relativas a aquisições que possam ser significativas em tamanho e/ou relevância estratégica. Podemos não ser capazes de continuar identificando instituições de ensino superior que ofereçam oportunidades adequadas de aquisição ou de adquirir tais instituições em termos favoráveis e/ou no momento que desejarmos realizá-la. Além disso, as aquisições realizadas e as futuras envolvem uma série de riscos e desafios que podem ter um efeito prejudicial relevante sobre nossos negócios, especialmente porque, entre outras:

- a aquisição pode não contribuir com nossa estratégia comercial ou com a imagem de nossa instituição;
- a aquisição pode estar sujeita à aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE");
- podemos enfrentar um passivo contingente relativo à, entre outras, questões civis, tributárias, trabalhistas, previdenciárias e questões de propriedade intelectual, práticas contábeis, divulgações de demonstrações financeiras ou controles internos das instituições-alvo, bem como outras questões regulatórias relativas ao MEC;
- o processo de aquisição pode ser demorado e consumir mais recursos e/ou demandar tempo e esforço adicional da nossa administração, inclusive ao ponto de desvirtuar atenção do que esperávamos das mais complexas e/ou nossas atuais operações;
- os investimentos em aquisições podem não gerar os retornos esperados;
- o modelo de negócio das instituições adquiridas poderá ser diferente do nosso, e podemos não ser capazes de adequar esses modelos ao nosso ou fazê-lo de forma eficiente;
- as aquisições podem gerar ágio, cuja amortização resultará na redução de nosso lucro líquido e dividendos; e
- podemos perder membros do corpo docente e outros empregados e colaboradores das instituições de ensino que viermos a adquirir.

Poderemos precisar de recursos adicionais para dar continuidade à nossa estratégia de expansão. Se não conseguirmos obter financiamento adequado para concluir qualquer potencial aquisição e implementar nossos planos de expansão, não teremos condições de implementar integralmente nossa estratégia de crescimento.

O aumento dos níveis de inadimplência no pagamento das mensalidades poderá nos afetar negativamente.

Dependemos do pagamento integral e pontual das mensalidades que cobramos de nossos alunos. O aumento dos níveis de inadimplência no pagamento de nossas mensalidades por parte de nossos alunos pode comprometer nosso fluxo de caixa e nossa capacidade de cumprir com as nossas obrigações. Para minimizar a desistência de nossos cursos, recompomos débitos, muitas vezes com desconto, de forma seletiva a alunos inadimplentes, permitindo que eles paguem suas mensalidades vencidas e não pagas em parcelas. Podemos optar por recompor mais débitos com desconto a determinados alunos inadimplentes como forma de retê-los. O aumento dos níveis de

4.1 - Descrição dos fatores de risco

inadimplência no pagamento de nossas mensalidades ou de recomposição de débitos pode afetar nosso fluxo de caixa e nosso negócio.

Podemos ser responsabilizados por eventos extraordinários que possam ocorrer em nossas unidades.

Podemos ser responsabilizados por atos de diretores, professores, entre outros funcionários, em nossas unidades de ensino. Em caso de acidentes, lesões ou outros danos aos alunos dentro de nossas unidades, podemos enfrentar reclamações sob a alegação de que fomos negligentes, realizamos supervisão inadequada ou fomos, de outro modo, responsáveis pela lesão. Também podemos enfrentar alegações de que professores ou outros funcionários cometeram assédio sexual ou outros atos ilícitos. Nossa cobertura de seguro pode (i) não ser suficiente para nos propiciar proteção contra esses tipos de reivindicações ou (ii) ser inexistente para determinado ato ou fato. Ações de responsabilidade podem afetar nossa reputação e prejudicar nossos resultados financeiros. Mesmo que malsucedidas, essas ações podem causar publicidade negativa, diminuir o número de matrículas, aumentar a evasão, envolver despesas substanciais e desviar tempo e atenção de nossa administração, o que pode prejudicar nossos resultados operacionais e nossa situação financeira.

Se não conseguirmos manter a qualidade de ensino em toda a nossa rede, nem obtivermos notas de avaliação positivas de nossas unidades e de nossos alunos, poderemos ser adversamente afetados.

Os nossos professores são importantes para manter a qualidade de nossos cursos e para nossa reputação, uma vez que interagem com nossos alunos diariamente. Procuramos atrair professores qualificados que tenham conhecimento sólido dos assuntos que abordam em nossos cursos e que tenham condições de oferecer instrução de qualidade aos nossos alunos, nos termos dos nossos projetos pedagógicos.

Também buscamos oferecer treinamento frequente aos nossos professores para mantê-los atualizados com as tendências do mercado de trabalho e evoluções dos nossos cursos. Acreditamos que a qualidade dos projetos pedagógicos dos nossos cursos e a infraestrutura de nossas unidades são também componentes fundamentais de nossa qualidade de ensino. Não podemos garantir que teremos condições de reter nossos atuais professores ou recrutar novos professores que atendam aos nossos padrões de qualidade, especialmente pelo fato de continuarmos expandindo geograficamente nossas operações. Da mesma forma, não podemos garantir que encontraremos imóveis com infraestrutura adequada ou que seremos capazes de instalar infraestrutura adequada em imóveis que viermos a adquirir ou se teremos recursos suficientes para tanto em nosso processo de expansão ou que conseguiremos desenvolver projetos pedagógicos com o mesmo nível que atualmente praticamos para novos cursos. A falta de professores qualificados, infraestrutura adequada, projetos pedagógicos para novos cursos, que estejam de acordo com o nosso modelo de negócio, ou a queda na qualidade de nosso ensino, real ou percebida, em um ou mais de nossos mercados, pode ter um efeito prejudicial relevante sobre nossos negócios.

Além disso, nós e nossos alunos somos frequentemente avaliados e pontuados pelo MEC. Podemos ter nossas matrículas reduzidas e sermos prejudicados em virtude da percepção da queda na qualidade do ensino que oferecemos, se nossas unidades e cursos ou nossos alunos receberem do MEC notas inferiores em qualquer de suas avaliações, o que pode prejudicar nossos resultados operacionais e nossa situação financeira.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Nossa estratégia envolve o uso intensivo de tecnologia da informação e dependemos da nossa capacidade de acompanhar e nos adaptar às mudanças tecnológicas no setor educacional, bem como do funcionamento adequado e ininterrupto de nossa infraestrutura tecnológica para manter nossa posição competitiva atual e implementar nossa estratégia com sucesso.

Temos necessidade constante de significativos investimentos em tecnologia da informação, que é um fator essencial de nossa estratégia de crescimento e para o desenvolvimento de nossos negócios, especialmente em relação aos cursos de Ensino à distância.

Os nossos sistemas e ferramentas de tecnologia de informação poderão se tornar obsoletos ou insuficientes decorrentes da nossa ação ou omissão. Por exemplo, podemos adotar novos sistemas e tecnologias que venham a se tornar excessivamente onerosos ou não atingir níveis de qualidade adequados, bem como podemos ter dificuldades para nos mantermos adequados ou nos adaptar às mudanças tecnológicas no setor educacional, especialmente no segmento de educação à distância. O segmento de educação à distância apresenta rápidas mudanças nas necessidades e expectativas tecnológicas de nossos alunos e nos padrões de mercado. A tecnologia de produtos à distância atualiza-se rapidamente, o que exige que sejamos forçados a modificar ou mudemos nossos produtos e serviços de forma rápida para nos adaptarmos a novas práticas e padrões. Os nossos competidores podem introduzir produtos ou plataformas de serviços superiores aos que nós oferecemos ou de forma mais rápida. Além disso, o nosso sucesso depende da nossa capacidade eficientemente de melhorar os nossos atuais produtos, assim como, desenvolver e introduzir novos produtos que sejam aceitos pelo mercado.

Adicionalmente, os nossos negócios dependem do adequado e ininterrupto funcionamento da nossa infraestrutura de tecnologia de informação. Problemas diversos relacionados à nossa estrutura de tecnologia da informação, tais como vírus, *hackers* e interrupções em nossos sistemas e dificuldades técnicas, incluindo em relação às transmissões via satélite, poderão afetar adversamente nossos negócios, especialmente no segmento de Educação à distância.

As transmissões de dados, som e imagem via satélite estão sujeitas a diversos outros riscos, compreendendo desde fenômenos meteorológicos e espaciais até problemas relacionados aos operadores dos satélites em terra, a situação regulatória desses operadores e a disponibilidade de bandas de transmissão. Tais fenômenos estão fora do nosso controle e, portanto, representam um risco para nossos negócios e poderão nos afetar adversamente de forma relevante.

Dependemos de membros de nossa administração, os quais podemos não ser capazes de reter ou substituir por pessoas com a mesma experiência e qualificação.

Grande parte de nosso sucesso futuro depende das habilidades e esforços de nossa administração. Contudo, os nossos administradores poderão se afastar no futuro. Se qualquer de nossos administradores nos deixar, podemos não ser capazes de substituí-los por profissionais igualmente qualificados. Para mais informações sobre os nossos administradores, ver item 12.6 deste Formulário de Referência. A perda de qualquer membro de nossa administração e nossa incapacidade de substituí-los por profissionais com experiência e qualificação semelhantes poderão ter um efeito prejudicial significativo sobre nosso negócio.

Decisões desfavoráveis em processos judiciais, administrativos ou arbitrais podem nos afetar adversamente.

Somos e poderemos ser, no futuro, parte em processos judiciais, administrativos e/ou arbitrais em matéria cível, tributária e trabalhista, inclusive envolvendo nossos fornecedores, alunos, membros

4.1 - Descrição dos fatores de risco

do nosso corpo docente e/ou autoridades ambientais, concorrenciais e tributárias, dentre outras, decorrentes tanto dos nossos negócios em geral como de eventos não recorrentes de natureza societária, tributária, regulatória, dentre outros. Não podemos garantir que os resultados desses processos serão favoráveis aos nossos interesses ou, ainda, que teremos provisionamento, parcial ou total, com relação a todos os passivos que eventualmente decorrerem desses processos. Decisões contrárias aos nossos interesses que eventualmente alcancem valores substanciais podem afetar adversamente nossos resultados e o valor de nossas Ações. Para informações adicionais sobre os processos judiciais, administrativos e arbitrais relevantes, ver seções 4.3 a 4.7 deste Formulário de Referência.

Decisões adversas em processos que questionam o preenchimento dos requisitos legais para qualificação da SESES como entidade beneficente de assistência social podem nos afetar adversamente.

A SESES realizou a alteração da sua natureza jurídica de sociedade civil sem fins lucrativos para sociedade empresária de responsabilidade limitada em 9 de fevereiro de 2007. Como resultado, a SESES perdeu o direito de gozo à imunidade tributária em relação a impostos sobre a sua renda, patrimônio e serviços e à isenção da contribuição patronal sobre a sua folha de pagamento. Um dos requisitos para a fruição de tal isenção é a obtenção, junto ao Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS, o qual deve ser renovado trienalmente, e cuja obtenção demanda o atendimento a determinados requisitos.

A Secretaria da Receita Federal apresentou autos de infração tendo por objeto alegados débitos de contribuições previdenciárias, relativos aos exercícios sociais de 2003, 2004 e 2005. Esses autos questionam, principalmente, as renovações dos CEBAS concedidos relativamente aos triênios de 2001 a 2003 e de 2004 a 2006, alegando o não preenchimento dos requisitos legais para qualificação da SESES como entidade beneficente de assistência social e seu correspondente direito à isenção de contribuições previdenciárias. Adicionalmente, há ações judiciais em curso na Vara Federal da Seção Judiciária de Caxias do Sul – RS e na 2ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, nas quais se discute o preenchimento dos requisitos legais para qualificação da SESES como entidade beneficente de assistência social, dentre os quais a validade dos CEBAS concedidos à SESES. Estamos aguardando as decisões de 1ª e/ou 2ª instância administrativa, acerca destes autos de infração. Não podemos garantir que os resultados desses processos serão favoráveis aos nossos interesses. Decisões contrárias aos nossos interesses que eventualmente alcancem valores substanciais podem afetar adversamente nossos negócios, situação financeira e resultados operacionais. Para maiores informações sobre estes procedimentos, ver item 4.3.

b) Com relação ao controlador, direto ou indireto, da Companhia, ou ao grupo de controle

Em consonância com o acordo de acionistas arquivado em nossa sede, em que se encontram estabelecidos os termos e condições sobre as regras do exercício do direito de voto, e nossa co-gestão, os controladores (João Uchôa Cavalcanti Netto e Private Equity Partners C, LLC e GPCP4 – Fundo de Investimento em Participações, em decorrência da incorporação da Moena) possuem compartilhamento de controle em condições de igualdade, durante toda a vigência do instrumento, que perdurará, até a data em que o Sr. João Uchôa Cavalcanti Netto e a Sra. Monique Uchôa Cavalcanti de Vasconcelos alienarem um número de ações equivalente a, no mínimo, 75% das ações de sua titularidade em oferta pública.

Disputas no compartilhamento do nosso controle podem ocasionar obstáculos na implementação de nossas estratégias de negócios e ter um efeito prejudicial significativo sobre nossos negócios. Os acionistas controladores podem, independentemente do consentimento dos outros acionistas,

4.1 - Descrição dos fatores de risco

eleger ou destituir a maioria do nosso conselho de administração, controlar nossa administração e políticas, determinar o resultado da maioria das nossas operações societárias e agir em seu próprio interesse, o que poderá conflitar com os interesses dos outros detentores de ações. Para mais informações sobre o acordo de acionistas entre nossos acionistas controladores e sobre operações com partes relacionadas, ver as Seções 15.5 – ‘Acordo de Acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte’ - e 16 – ‘Transações com partes relacionadas’, respectivamente, deste Formulário de Referência.

Caso algum de nossos acionistas controladores opte por vender suas ações, poderemos deixar de ter um acionista controlador ou grupo de controle que detenha mais que 50% de nossas ações, o que poderá nos deixar suscetíveis a alianças entre acionistas, conflitos entre acionistas e outros eventos decorrentes da ausência de um acionista controlador ou grupo de controle.

Caso algum de nossos acionistas controladores opte por vender suas ações, não teremos mais um grupo de controle que detenha mais do que 50% de nossas ações. Nesse caso, pode ser que se formem alianças ou acordos entre os novos acionistas, o que poderia ter o mesmo efeito de ter um grupo de controle. Caso surja um grupo de controle e este passe a deter o poder decisório, poderemos sofrer mudanças repentinas e inesperadas das nossas políticas corporativas e estratégias, inclusive por meio de mecanismos como a substituição de nossos administradores. A ausência de um grupo de controle que detenha mais de 50% de nossas ações, por outro lado, poderá dificultar certos processos de tomada de decisão, pois poderá não ser atingido o quorum mínimo exigido por lei para determinadas deliberações. Caso não tenha acionista identificado como controlador, nossa Companhia e nossos acionistas minoritários poderão não gozar da mesma proteção conferida pela Lei das Sociedades por Ações contra abusos praticados por outros acionistas e, em consequência, podem ter dificuldade em obter a reparação dos danos causados. Qualquer mudança repentina ou inesperada de administradores, em nossa política empresarial ou direcionamento estratégico ou qualquer disputa entre acionistas concernentes aos seus respectivos direitos podem afetar adversamente os nossos negócios e resultados operacionais.

c) Com relação aos acionistas da Companhia

Os interesses dos nossos administradores e executivos podem ficar excessivamente vinculados à cotação das nossas ações, uma vez que sua remuneração baseia-se também em um plano de opção de compra de ações.

Nossos administradores e executivos, dentre outros, são beneficiários de plano de opção de compra de ações, cujo potencial ganho para seus beneficiários está vinculado ao maior valor de mercado de nossas ações.

O fato de uma parcela relevante da remuneração dos administradores e executivos estar intimamente ligada à geração de nossos resultados e à performance das nossas ações pode levar a nossa administração e nossos executivos a conduzir nossas atividades com maior foco na geração de resultados no curto prazo, o que poderá não coincidir com os interesses dos nossos demais acionistas que tenham uma visão de investimento de longo prazo. Para mais informações sobre nossos planos de opções de compra de ações, ver a Seção 13 (“Remuneração dos Administradores”) deste Formulário de Referência.

Podemos não pagar dividendos aos nossos acionistas.

De acordo com o disposto em nosso Estatuto Social, devemos pagar aos nossos acionistas, no mínimo, 25% do nosso lucro líquido anual a título de dividendo obrigatório, ajustado conforme a

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Lei de Sociedade por Ações. O resultado de determinado exercício deve ser utilizado para compensar prejuízos acumulados antes de serem distribuídos dividendos obrigatórios ou no pagamento de eventuais participações estatutárias de diretores, empregados ou administradores, o que reduz o valor passível de distribuição aos acionistas. Além disso, podemos não efetuar o pagamento de quaisquer dividendos a nossos acionistas no exercício social em que o conselho de administração informar à assembleia geral ser tal pagamento incompatível com a nossa situação financeira.

O investimento do acionista da Companhia pode sofrer diluição no futuro e o preço das ações poderá ser afetado.

Podemos vir a necessitar de recursos adicionais no futuro, inclusive por meio de emissão pública ou privada de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações ou permutáveis por elas. Qualquer captação de recursos por meio da distribuição de ações ou valores mobiliários conversíveis pode resultar na alteração do preço das ações e na diluição da participação dos investidores no nosso capital social.

d) Com relação a controladas e coligadas da Companhia

Detemos participação direta no capital da SESSA, SESES e da IREP, todas com 100%. Na medida em que nossos resultados dependem dos resultados das nossas controladas, podemos ser adversamente afetados se nossas controladas tiverem seu desempenho prejudicado, de qualquer forma que possa prejudicar a distribuição de resultados a nós.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

e) Com relação aos fornecedores da Companhia

Nós e nossas subsidiárias podemos figurar como responsáveis principais ou solidárias das dívidas trabalhistas de terceirizados.

Celebramos diversos contratos de prestação de serviços, tais como de limpeza, vigilância, *telemarketing* e segurança, para melhor atender às necessidades de nossos alunos e oferecer maior conforto e qualidade em todos os setores e aspectos de nossas atividades.

Caso as empresas terceirizadas que prestam serviços a nós e às nossas subsidiárias não atendam às exigências da legislação trabalhista, nós e nossas subsidiárias podemos ser considerados solidária ou subsidiariamente responsáveis pelas dívidas trabalhistas destas empresas, podendo, assim, ser autuados e/ou obrigados a efetuar o pagamento de multas impostas pelas autoridades competentes. Na hipótese de sermos responsabilizados por todas estas demandas, nossas atividades poderão sofrer um efeito adverso.

f) Com relação aos clientes da Companhia

Se não tivermos condições de atrair e reter os alunos, ou não conseguirmos assim proceder sem reduzir suas mensalidades, nossas receitas poderão ser reduzidas e poderemos ser prejudicados.

O sucesso de nosso negócio depende essencialmente do número de alunos matriculados em nossos cursos e das mensalidades que são pagas. Nossa capacidade de atrair e reter alunos depende essencialmente das mensalidades que cobramos, da conveniência da localização e da infraestrutura das nossas unidades e da qualidade de nossos cursos percebida por nossos atuais e potenciais alunos. Tal capacidade pode ser afetada por diversos fatores, tais como nossa habilidade para: (i) responder às pressões competitivas cada vez maiores; (ii) preparar adequadamente nossos alunos para exercer carreiras nas suas respectivas ocupações profissionais; (iii) desenvolver novos cursos e melhorar os existentes a fim de responder às mudanças nas tendências de mercado e às exigências dos alunos; (iv) implementar com sucesso nossa estratégia de expansão; (v) gerenciar nosso crescimento e, ao mesmo tempo, manter nossa qualidade de ensino; e (vi) oferecer com eficiência nossos cursos para uma base mais ampla de potenciais alunos. Se não tivermos condições de continuar atraindo alunos para que se matriculem em nossos cursos e reter nossos atuais alunos, incluindo sem reduzir de forma significativa nossas mensalidades, nossas receitas poderão diminuir e poderemos ser prejudicados.

Estamos sujeitos a riscos normalmente associados à concessão de financiamentos e, caso não cumpramos as condições que nos foram impostas nesses programas e parceria, poderemos perder a parte de nossas receitas e/ou benefícios fiscais.

Alguns de nossos alunos fazem uso do Crédito Universitário. Com o objetivo de facilitar o pagamento das mensalidades pelos alunos, temos uma parceria com o Itaú Unibanco S.A., em que o aluno pode obter 50% de financiamento de suas mensalidades, pagando no dobro do tempo do curso. Caso esta parceria seja encerrada e não sejamos capazes de negociar outras parcerias para oferecer crédito estudantil, poderá haver um declínio em nossas matrículas, aumento nos níveis de inadimplência dos nossos alunos e/ou recomposição das mensalidades atrasadas e nossas receitas. Tal parceria é responsável por cerca de 0,5% de nossa receita.

Alguns de nossos alunos fazem parte do PROUNI. Este programa do Governo Federal do Brasil visa proporcionar a entrada de alunos no Ensino Superior que não possuem condições de arcar com os

4.1 - Descrição dos fatores de risco

custos acadêmicos, mediante concessão pelo Governo de bolsas. Em caso de descredenciamento, as Instituições de Ensino perdem as isenções tributárias de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, nos termos do PROUNI. Tal programa é responsável por um benefício de não recolhimento de PIS/COFINS de aproximadamente R\$38,1 milhões para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 e R\$18,5 milhões para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2010. Em relação ao IRPJ e CSLL a aderência ao programa fez com que a alíquota efetiva de tais tributos ficasse em torno de 7,2% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 e 2,8% para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2010.

Alguns de nossos alunos fazem uso do FIES. Com a intenção de facilitar a entrada de alunos que não tenham condições de arcar com o valor total das mensalidades, o Governo Federal do Brasil oferece o Programa de Financiamento Estudantil. Este programa concede diversos limites de financiamento de acordo com a renda familiar de cada aluno. Além disso, a parte financiada só é paga um ano e meio após a conclusão do curso. Neste caso, participamos do risco do financiamento, na condição de devedores solidários, nos seguintes limites percentuais: (a) 30% (trinta por cento) para as Instituições de Ensino inadimplentes com as obrigações tributárias federais; e (b) 15% (quinze por cento) para as Instituições adimplentes com as obrigações tributárias federais. Tal programa é responsável por menos de 1% de nossa receita.

g) Com relação ao setor de atuação da Companhia

As instituições de ensino superior privadas poderão ser prejudicadas se o governo alterar sua estratégia de investimento em educação.

Os recursos públicos disponíveis para oferecer oportunidades de ensino superior a jovens adultos já inseridos no mercado de trabalho são limitados. O Governo Federal pode alterar essa política e aumentar o nível de investimentos públicos no ensino superior em geral e transferir os recursos de universidades que atuam como centros de excelência e pesquisa para determinadas instituições de ensino superior públicas ou privadas acessíveis a jovens adultos de baixa renda já inseridos no mercado de trabalho, aumentando a concorrência que enfrentamos. A criação e a expansão, pelas universidades federais e estaduais, das políticas de quotas para instituições de ensino superior públicas utilizando critérios socioeconômicos também podem aumentar a concorrência que enfrentamos. Por outro lado, o Governo Federal pode reduzir o nível de investimentos públicos no ensino fundamental e médio, resultando na diminuição do número de novos alunos que buscam o ingresso em instituições de ensino superior depois de concluírem o ensino médio, restringindo, assim, a demanda por seus cursos. Qualquer alteração da política que afete o nível de investimentos públicos em educação poderá prejudicar as instituições de ensino superior, incluindo nós.

h) Com relação à regulação do setor de atuação da Companhia

O setor de ensino superior brasileiro está sujeito a diversas leis e regulamentos, cujo descumprimento pode fazer com que órgãos governamentais, o MEC e terceiros possam conduzir fiscalizações, propor procedimentos administrativos ou instaurar ações judiciais contra instituições de ensino superior..

O setor de ensino superior está sujeito a diversas leis federais e à ampla regulamentação governamental imposta, entre outros, pelo MEC, pelo Conselho Nacional de Educação ("CNE"), pelo Instituto Nacional de Pesquisa ("INEP") e pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior ("CONAES"). Em 1996, o Governo Federal do Brasil promulgou a Lei de Diretrizes e Bases que delegou poderes ao Governo Federal para regulamentar o ensino de graduação e pós-graduação, especificamente no que se refere à autorização, reconhecimento, credenciamento,

4.1 - Descrição dos fatores de risco

supervisão e avaliação dos cursos superiores. As faculdades e os centros universitários dependem de prévio credenciamento no MEC para poder operar, os cursos oferecidos pelas faculdades devem ser previamente autorizados e a validade nacional dos diplomas ou certificados expedidos aos alunos depende de prévio reconhecimento pelo MEC dos cursos oferecidos pelas instituições de ensino superior.

O ensino à distância, por sua vez, é regulamentado pela Lei de Diretrizes e Bases, pelo Decreto nº 5622, de 19 de dezembro de 2000, 5 pela Portaria MEC nº 4059, de 10 de novembro de 2009, pela Portaria Normativa do MEC nº 40, de 12 de dezembro de 2007. Assim como nas demais modalidades de ensino, a legislação nos impõe uma série de requisitos para o funcionamento dos cursos, os quais devemos cumprir na íntegra para obter o credenciamento.

Podemos não ser capazes de cumprir e manter nossos credenciamentos, autorizações e reconhecimentos válidos no futuro. Se não cumprirmos com essas exigências regulatórias, o MEC poderá impor restrições sobre nossas operações, incluindo descredenciamento de cursos, cancelamento de nossa capacidade de emitir diplomas e certificados e revogar nosso credenciamento e cada um desses itens poderá prejudicar nossa situação financeira e resultados operacionais.

As leis e regulamentos que regem os prestadores de serviço de ensino no Brasil podem ser, no futuro, revistas e alteradas, inclusive com a criação de novas obrigações ou tornando as atuais mais rigorosas. Podemos ser significativamente prejudicados por qualquer alteração nas leis e regulamentos aplicáveis às instituições de ensino superior, especialmente por mudanças relativas a (i) descredenciamento de instituições de ensino privadas; (ii) imposição de controles de mensalidades ou restrições sobre os níveis de lucratividade; (iii) exigências de qualificação de membros do corpo docente; (iv) exigências acadêmicas para cursos e currículos; e (v) exigências de infraestrutura das unidades, tais como bibliotecas, laboratórios e suporte administrativo, entre outras.

O Projeto de Lei nº 7200/2006, também conhecido como Projeto de Reforma Universitária, continua sendo objeto de vários debates e emendas no Congresso Nacional. Para uma descrição das principais mudanças propostas por esse projeto de lei, inclusive sobre exigência de que pelo menos 70% do capital com direito de voto nas sociedades mantenedoras das instituições de ensino superior com fins lucrativos sejam detidos direta ou indiretamente por brasileiros, natos ou naturalizados, vide item 7.3 (a) – “Necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações – Reforma Universitária”. Não podemos prever se essa reforma será alterada ou aprovada, nem podemos prever seu impacto sobre nossos negócios e sobre o segmento de ensino superior em geral.

Pelo fato de uma instituição de ensino superior operar em um setor altamente regulamentado, órgãos governamentais, o MEC e terceiros podem conduzir fiscalizações, propor procedimentos administrativos e instaurar ações judiciais contra ela pelo não-cumprimento das normas regulatórias. Se os resultados desses procedimentos ou ações judiciais forem desfavoráveis às instituições de ensino superior, ou se referida instituição de ensino superior não puder se defender com sucesso, esta poderá ser obrigada a pagar condenações pecuniárias significativas ou estar sujeita a multas, restrições, liminares ou outras penalidades.

Mesmo que a instituição de ensino superior aborde de maneira adequada as questões levantadas pela fiscalização de determinado órgão ou se defenda de um procedimento administrativo ou uma ação judicial, poderá ter de reservar recursos financeiros e administrativos significativos para solucionar questões levantadas por estes procedimentos ou para se defender desses procedimentos

4.1 - Descrição dos fatores de risco

administrativos ou ações judiciais. Além disso, os procedimentos administrativos e ações judiciais instaurados contra a instituição de ensino superior podem prejudicar sua reputação, independente do resultado.

As instituições de ensino superior podem ser prejudicadas se não conseguirem renegociar os acordos coletivos com os sindicatos que representam seus professores e funcionários ou por greves e outras atividades sindicais.

Os professores e funcionários das instituições de ensino superior são representados por sindicatos com forte representação no segmento. Os acordos coletivos ou os acordos semelhantes que regulam a duração do dia letivo ou do ano letivo, a remuneração mínima, férias e benefícios indiretos dos professores, entre outros, estão sujeitos à renegociação anual e são historicamente alterados substancialmente e poderão continuar a sê-lo no futuro. Normalmente, a taxa de inflação é utilizada como referência para discussão do reajuste salarial, inclusive para a remuneração mínima prevista nos acordos coletivos. As despesas das instituições de ensino superior com pessoal, principalmente corpo docente, representam a maior parte de seu custo de serviços prestados. As instituições de ensino superior poderão não ser capazes de repassar um aumento de custos decorrente da renegociação de contratos coletivos para suas mensalidades, o que poderá ter um efeito prejudicial significativo sobre seus negócios. As instituições de ensino superior podem ser, ainda, prejudicadas se não conquistarem e mantiverem bom relacionamento com sindicatos de professores ou funcionários ou se enfrentarem greves, interrupções de trabalho ou outros transtornos trabalhistas por parte de seus professores ou funcionários.

Qualquer aumento nas taxas de evasão que o setor de ensino superior vier a enfrentar no futuro poderá prejudicar nossos resultados operacionais.

Desvios significativos no histórico de evasão das instituições de ensino superior, motivados, dentre outros, por aspectos financeiros dos atuais e potenciais alunos, podem afetar o número de matrículas realizadas, não sendo suficientes para atingir as receitas esperadas por tais instituições. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009, nosso índice de evasão foi de 19%. Qualquer aumento nas taxas de evasão que o setor de ensino superior vier a enfrentar no futuro poderá prejudicar nossos resultados operacionais.

Se as instituições de ensino superior perderem os benefícios das isenções fiscais federais oferecidas pelo PROUNI, seus negócios, situação financeira e resultados operacionais poderão ser negativamente afetados.

Por meio do Programa Universidade para Todos ("PROUNI"), as instituições de ensino superior, como nós, são favorecidas por determinadas isenções fiscais federais de IRPJ, PIS, COFINS e CSLL referentes às receitas de cursos de graduação e graduação tecnológica. Tais instituições de ensino superior podem ser desqualificadas do PROUNI e perder suas isenções fiscais se não cumprirem determinadas exigências. Se as instituições de ensino superior perderem suas isenções fiscais ou se não conseguirem cumprir outras exigências mais rígidas que venham a ser introduzidas no futuro, seus negócios, situação financeira e resultados operacionais poderão ser afetados significativamente.

Ademais, há o risco de que uma reforma tributária impeça, interrompa ou modifique o uso de incentivos fiscais concedidos. A Companhia não pode assegurar que os incentivos serão integralmente mantidos. Qualquer suspensão, vencimento antecipado, repagamento ou incapacidade em renovar os incentivos fiscais pode ter um efeito adverso nos resultados operacionais da Companhia.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

i) Com relação aos países estrangeiros onde a Companhia atua

Não apresentamos riscos materiais com relação aos países estrangeiros onde atuamos.

4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco

Com relação ao risco descrito no item 4.1(a) "Decisões adversas em processos administrativos que questionam o preenchimento dos requisitos legais para qualificação da SESES como entidade beneficente de assistência social podem nos obrigar a pagar valores significativos a título de tributos e contribuições", importante observar que dispomos de importantes argumentos de defesa nestas questões, dentre os quais destacamos os seguintes:

- (a) Os Certificados de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) dos quais a SESES fazia jus, correspondentes aos triênios de 2001-2003 e 2004-2006, estão e sempre estiveram plenamente válidos;
- (b) A eventual cobrança de contribuições previdenciárias pelo não cumprimento de requisitos legais poderia, somente, ser aplicada após o procedimento administrativo próprio visando o cancelamento dos referidos CEBAS, além da obrigatoriedade de outro procedimento administrativo específico para desqualificar a SESES como entidade isenta, sendo que nenhum desses procedimentos foi realizado antes, nem depois, das mencionadas autuações;
- (c) O artigo 38 da Medida Provisória (MP) nº 446/08 determinou a extinção de todos os recursos interpostos pelo INSS contra as decisões proferidas pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) que deferiram a renovação dos CEBAS, tendo o artigo 39 da referida Medida Provisória deferido, inclusive, a renovação dos CEBAS daquelas instituições que interpuseram recurso contra as decisões do CNAS que indeferiram os seus pedidos de renovação de CEBAS. Dessa forma, com o advento da referida Medida Provisória, os recursos interpostos pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) contra as decisões que haviam deferido a concessão dos CEBAS à SESES, relativamente aos triênios 2001/2003 e 2004/2006, foram, simplesmente, extintos, não havendo, portanto, motivos para se contestar a qualidade de entidade beneficente de assistência social da SESES. A extinção dos referidos recursos foi confirmada pelo fato de que não foi editado Decreto-Legislativo para disciplinar as relações jurídicas decorrentes da MP nº 446/08, que perdeu sua eficácia por não ter sido convertida em lei, o que faz com que as relações jurídicas ocorridas no tempo da vigência da aludida MP continuem por ela regidas. Verifica-se, portanto, que a concessão dos CEBAS à SESES foi ratificada pela edição da MP nº 446/08, que determinou a extinção dos recursos interpostos pelo INSS contra as decisões do CNAS concessivas dos CEBAS;
- (d) A decadência do direito de o INSS efetuar o lançamento das contribuições previdenciárias, no período compreendido entre janeiro e dezembro de 2003, nos termos do artigo 150, parágrafo 4º, do Código Tributário Nacional, tendo em vista que as contribuições previdenciárias são tributos sujeitos ao lançamento por homologação; e
- (e) A aplicação em gratuidade de mais de 20% (vinte por cento) da receita bruta proveniente da venda de serviços e de bens não integrantes do ativo imobilizado, mediante a concessão de bolsas, inclusive parciais, conforme faculta a Resolução CNAS 177/00 e o art. 11 da Lei nº 11.096/05, tendo, portanto, cumprida a exigência contida no art. 3º, inciso VI, do Decreto nº 2.536 de 1998.

Baseado em pareceres que obtivemos dos nossos assessores jurídicos, as chances de obtermos uma decisão final desfavorável relativamente aos questionamentos formulados pela Receita Federal ora em curso são remotas e por isso não constituímos provisão.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

(i) Contingências Tributárias

Nós e nossas controladas figuramos como parte em aproximadamente 173 ações de natureza tributária, as quais envolvem, principalmente, questionamentos da União Federal e de determinados Municípios quanto à tributação de contribuições previdenciárias, bem como ISS. Nossos consultores jurídicos externos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza tributária. Em 30 de junho de 2010, a provisão constituída para suportar as prováveis perdas com essas causas era de R\$7,3 milhões.

Abaixo relacionamos e descrevemos os processos tributários e procedimentos administrativos em que nós e/ou nossas controladas figuram no pólo passivo ou ativo, os que julgamos mais relevantes para os nossos negócios e de nossas controladas, especialmente aqueles com valores aproximados ou superiores a R\$1 milhão e que não estão sob sigilo:

(i) Processo nº 2005.51.01.020808-9	
a. Juízo	14ª Vara Federal do Rio de Janeiro
b. Instância	1ª instância judicial
c. Data de instauração	04 de outubro de 2005
d. Partes no processo	Autora: SESES Ré: União Federal / Fazenda Nacional
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor estimado: R\$929.801,31 Valor total depositado judicialmente: R\$929.801,31
f. Principais fatos	Ação Anulatória de Débito Fiscal movida pela SESES para questionar a legalidade do lançamento relativo à cobrança do FINSOCIAL, considerando a suspensão temporária, pela Secretaria da Receita Federal, de sua imunidade tributária através do Ato Declaratório nº 14/96. Sentença publicada em 4 de novembro de 2009, julgando improcedentes os pedidos da SESES. Foram opostos embargos de declaração pela SESES, os quais foram rejeitados em 11 de novembro de 2009. Apresentamos recurso de apelação em 26 de novembro de 2009, ainda não julgado.
g. Chance de perda	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	O valor total depositado judicialmente, referido no item "e" acima, será convertido em renda para a União Federal, assim como a SESES poderá vir a ser condenada ao pagamento de honorários advocatícios em favor da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. Eventuais impactos decorrentes deste processo serão exclusivamente financeiros. Eventual perda deste processo não impactará significativamente nossa situação financeira, patrimonial nem a situação financeira de nossas coligadas e nossos negócios.
i. Valor provisionado, se houver provisão	R\$929.801,31

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

(ii) Processo nº 2005.51.01.009955-0	
a. Juízo	2ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro
b. Instância	Tribunais Superiores
c. Data de instauração	02 de junho de 2005
d. Partes no processo	Autora: SESES Ré: União Federal / Fazenda Nacional
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor envolvido: R\$23.750.000,00 Valor total depositado judicialmente: R\$5.358.992,17
f. Principais fatos	<p>Ação Declaratória e de Repetição de Indébito, distribuída pela SESES, objetivando a declaração de inexistência de relação jurídico-tributária da obrigação do recolhimento da contribuição ao PIS, na medida em que a SESES era portadora do CEBAS, bem como do reconhecimento do direito à restituição dos valores recolhidos nos últimos dez anos.</p> <p>Em 1ª e 2ª instâncias, foram proferidas decisões favoráveis à SESES, reconhecendo a imunidade e o crédito decorrente do recolhimento indevido. Atualmente, o processo encontra-se pendente de julgamento de recurso especial, interposto pela própria SESES para majoração de honorários advocatícios, bem como de recurso extraordinário, interposto pela União Federal, pleiteando a improcedência do pedido inicial. Por conta desse processo, foram depositados os valores que seriam devidos a título do PIS (à base de 1% da folha de pagamento), até o momento da transformação da SESES de entidade sem fins lucrativos e beneficente de assistência social em sociedade empresária, ocorrida em 09 fevereiro de 2007.</p>
g. Chance de perda	Remota.
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	O valor total depositado judicialmente, referido no item "e" acima, será convertido em renda para a União Federal, assim como a SESES poderá vir a ser condenada ao pagamento de honorários advocatícios em favor da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. Eventuais impactos decorrentes deste processo serão exclusivamente financeiros. Eventual perda deste processo não impactará significativamente nossa situação financeira, patrimonial nem a situação financeira de nossas coligadas e nossos negócios.
i. Valor provisionado, se houver provisão	R\$5.358.992,17.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

(iii) Processo nº 2009.51.01.017945-9	
a. Juízo	8ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro
b. Instância	1ª instância judicial
c. Data de instauração	31 de julho de 2009
d. Partes no processo	Autora: SESES Ré: União Federal / Fazenda Nacional
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor envolvido: R\$ 9.081.210,68
f. Principais fatos	<p>Ação Ordinária distribuída pela SESES, através da qual pleiteia autorização para recolher as contribuições previdenciárias de acordo com a gradação prevista no artigo 13 da Lei No. 11.096/05 ("Lei do PROUNI"), tendo essa gradação início a partir do 1º mês de realização da assembleia geral que autorizou a transformação da sua natureza jurídica para sociedade com fins lucrativos, ocorrida em fevereiro de 2007, resultando, por conseguinte, na seguinte gradação para recolhimento das contribuições previdenciárias pela SESES: 20% em 2007; 40% em 2008; 60% em 2009; 80% em 2010 e 100% em 2011, em detrimento do entendimento da fiscalização do Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, a qual defende que a contagem dos percentuais previstos no referido artigo 13 da Lei do PROUNI teria o seu início com a publicação da referida Lei, o que ocorreu em 2005.</p> <p>A SESES requer, ainda, a antecipação dos efeitos da tutela para que a Fazenda Nacional se abstenha de recusar a expedição de Certidão Positiva com efeitos de Negativa de Débitos de Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, assim como de praticar quaisquer outros atos tendentes a exigir da SESES os supostos débitos resultantes da interpretação dada pelo INSS ao artigo 13 da Lei nº 11.096/05, devendo a exigibilidade dos mesmos ser declarada suspensa.</p> <p>Em 28 de agosto de 2009, foi publicada decisão negando provimento ao pedido de antecipação de tutela. Por este motivo, foi protocolado agravo de instrumento contra esta decisão. Atualmente, o processo está em fase de conhecimento, aguardando decisão de 1ª instância.</p>
g. Chance de perda	Possível.
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Recolhimento das contribuições previdenciárias, no valor citado no item "e" acima, de acordo com a interpretação do INSS, além do pagamento de honorários advocatícios em favor da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. Eventuais impactos decorrentes deste processo serão exclusivamente financeiros. Eventual perda deste processo não impactará significativamente nossa situação financeira, patrimonial nem a situação financeira de nossas coligadas e nossos negócios.
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há provisão constituída para esse processo.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

(iv) Processo nº 2008.51.01.022464-3	
a. Juízo	8ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro
b. Instância	1ª instância judicial
c. Data de instauração	21 de novembro de 2008
d. Partes no processo	Autora: SESES Ré: União Federal
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor envolvido: R\$ 1.786.876,72
f. Principais fatos	Ação Anulatória objetivando desconstituir o crédito fiscal, objeto da Intimação para Pagamento nº 86202/2008, consubstanciado na cobrança de contribuições previdenciárias supostamente devidas no período compreendido entre 12/2005 e 02/2008. Atualmente, aguarda-se a decisão administrativa de 1ª instância.
g. Chance de perda	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Recolhimento do alegado débito tributário, objeto desse procedimento, no valor referido no item "e" acima, além do pagamento de honorários advocatícios em favor da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. Eventuais impactos decorrentes deste processo serão exclusivamente financeiros. Eventual perda deste processo não impactará significativamente nossa situação financeira, patrimonial nem a situação financeira de nossas coligadas e nossos negócios.
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há provisão constituída para esse processo.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

(v) Processo nº 2008.71.07.001768-5	
a. Juízo	Vara Federal da Seção Judiciária de Caxias do Sul – RS
b. Instância	1ª instância judicial
c. Data de instauração	06 de maio de 2008
d. Partes no processo	Autor: Luiz Cláudio de Lemos Tavares Réus: Nós, Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda. e outros.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor envolvido: R\$140.000.000,00 (Valor atribuído à causa pelo autor)
f. Principais fatos	Ação Popular movida em face da SESES e da Companhia, objetivando anular o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), relativamente ao triênio 2001 a 2003 e, por consequência, a compelir a SESES a ressarcir o erário público os tributos não recolhidos, em decorrência de sua imunidade. Em 22 de setembro de 2009, foi publicada decisão que reconheceu a ilegitimidade passiva da Companhia. O processo continua ativo em face da SESES e encontra-se em fase de conhecimento.
g. Chance de perda	Remota
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Reconhecimento do direito da União Federal de constituir créditos de seguridade social de fatos geradores ocorridos no período de 01.01.2001 a 31.12.2003 no valor citado no item "e" acima. No entanto, em relação aos exercícios de 2001 e 2002, a União Federal ficará impossibilitada de constituir tais créditos em decorrência da decadência de tal direito. No que diz respeito ao exercício de 2003, a Secretaria da Receita Federal, mesmo sem decisão definitiva na presente Ação Popular, lavrou 27 autos de infração (vide comentários no próximo item), através dos quais estão sendo cobrados supostos débitos de contribuições previdenciárias, relativamente aos exercícios de 2003 a 2005. Eventuais impactos decorrentes deste processo serão exclusivamente financeiros.. Eventual perda deste processo poderá impactar significativamente nossa situação financeira, patrimonial.
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há provisão constituída para esse processo.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

<p align="center">(vi) Processos Administrativos:</p> <p>12898000109/2008-34; 12898000110/2008-69; 12898000111/2008-11; 12898000112/2008-58; 12898000113/2008-01; 12898000116/2008-36; 12898000117/2008-81; 12898000118/2008-25; 12898000159/2008-11; 12898000161/2008-91; 12898000160/2008-46; 12898000162/2008-35; 12898000163/2008-80; 12898000164/2008-24; 12898000165/2008-79; 12898000166/2008-13; 12898000167/2008-68; 12898000168/2008-11; 12898000169/2008-57; 12898000170/2008-81; 12898000172/2008-71; 12898000173/2008-15; 12898000174/2008-60; 12898000175/2008-12; 12898000176/2008-59; 12898000177/2008-01; 12898000178/2008-48;</p> <p>Relativos, respectivamente, aos Autos de infração: 37.205.903-1; 37.205.904-0; 37.205.905-8; 37.205.906-6; 37.205.907-4; 37.205.908-2; 37.205.909-0; 37.205.910-4; 37.205.911-2; 37.205.912-0; 37.205.913-9; 37.205.914-7; 37.205.915-5; 37.205.916-3; 37.205.917-1; 37.205.918-0; 37.205.919-8; 37.205.920-1; 37.205.921-0; 37.205.922-8; 37.205.923-6; 37.205.924-4; 37.205.925-2; 37.205.926-0; 37.205.927-9; 37.205.928-7; 37.205.929-5.</p>	
a. Juízo	Delegacia da Secretaria da Receita Federal do Brasil – Previdenciária
b. Instância	1ª instância administrativa, com exceção dos Processos Administrativos nºs 12898000177/2008-01 e 12898000178/2008-48, os quais se encontram em 2ª instância administrativa e dos Processos Administrativos 12898000174/2008-60; 12898000175/2008-12 e 12898000176/2008-59, os quais serão arquivados, em decorrência de decisões de improcedência das respectivas autuações.
c. Data de instauração	22 de janeiro de 2009.
d. Partes no processo	Autuante: Secretaria da Receita Federal do Brasil – Previdenciária Autuada: SESES
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor total estimado: R\$492.793.000,00.
f. Principais fatos	<p>Foram lavrados 27 Autos de Infração pela Secretaria da Receita Federal em face da SESES, tendo por objetos alegados débitos de contribuições previdenciárias, relativos aos exercícios sociais de 2003, 2004 e 2005, assim como termo de arrolamento de bens imóveis da SESES, em conformidade com a legislação tributária aplicável. Esses autos questionam, principalmente, o preenchimento dos requisitos legais para qualificação da SESES como entidade beneficente de assistência social e seu correspondente direito à isenção de contribuições previdenciárias, condição que ostentou até 09 de fevereiro de 2007 quando se transformou em sociedade empresária. Foram apresentadas as respectivas impugnações, em 22 de janeiro de 2009. Dentre os principais argumentos de defesa, destacamos os seguintes:</p> <p>(a) Os Certificados de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) dos quais a SESES fazia jus, correspondentes aos triênios de 2001-2003 e 2004-2006, estão e sempre estiveram plenamente válidos;</p> <p>(b) A eventual cobrança de contribuições previdenciárias pelo não cumprimento de requisitos legais poderia, somente, ser aplicada após o procedimento administrativo próprio visando o cancelamento dos referidos CEBAS, além da obrigatoriedade de outro procedimento administrativo específico para desqualificar a SESES como entidade isenta, sendo que nenhum desses procedimentos foi realizado antes,</p>

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

	<p>nem depois, das mencionadas atuações;</p> <p>(c) O artigo 38 da Medida Provisória (MP) nº 446/08 determinou a extinção de todos recursos interpostos pelo INSS contra as decisões proferidas pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) que deferiram a renovação dos CEBAS, tendo o artigo 39 da referida Medida Provisória deferido, inclusive, a renovação dos CEBAS daquelas instituições que interpuseram recurso contra as decisões do CNAS que indeferiram os seus pedidos de renovação de CEBAS, eis a redação dos referidos dispositivos legais:</p> <p><i>"Art. 38. Fica extinto o recurso, em tramitação até a data de publicação desta Medida Provisória, relativo a pedido de renovação ou de concessão originária de Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social deferido pelo CNAS.</i></p> <p><i>Art. 39. Os pedidos de renovação de Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social indeferidos pelo CNAS, que sejam objeto de pedido de reconsideração ou de recurso pendentes de julgamento até a data de publicação desta Medida Provisória, consideram-se deferidos."</i></p> <p>Ou seja, com o advento da referida Medida Provisória, os recursos interpostos pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) contra as decisões que haviam deferido a concessão dos CEBAS à SESES, relativamente aos triênios 2001/2003 e 2004/2006, foram, simplesmente, extintos, não havendo, portanto, motivos para se contestar a qualidade de entidade beneficente de assistência social da SESES.</p> <p>A extinção dos referidos recursos foi confirmada pelo fato de que não foi editado Decreto-Legislativo para disciplinar as relações jurídicas decorrentes da MP nº 446/08, que perdeu sua eficácia por não ter sido convertida em lei, o que faz com que as relações jurídicas ocorridas no tempo da vigência da aludida MP continuem por ela regidas, nos termos do art. 62, §§ 3º e 11º da CF/88:</p> <p><i>"Art. 62. Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional.</i></p> <p><i>§ 3º As medidas provisórias, ressalvado o disposto nos §§ 11 e 12 perderão eficácia, desde a edição, se não forem convertidas em lei no prazo de sessenta dias, prorrogável, nos termos do § 7º, uma vez por igual período, devendo o Congresso Nacional disciplinar, por decreto legislativo, as relações jurídicas delas decorrentes.</i></p> <p><i>§ 11. Não editado o decreto legislativo a que se refere o § 3º até sessenta dias após a rejeição ou perda de eficácia de medida provisória, as relações jurídicas constituídas e decorrentes de atos praticados durante sua vigência conservar-se-ão por ela regidas."</i></p> <p>Verifica-se, portanto, que a concessão dos CEBAS à SESES foi ratificada pela edição da MP nº 446/08, que determinou a extinção dos recursos interpostos pelo INSS contra as decisões do CNAS concessivas dos CEBAS.</p>
--	---

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

	<p>Acresça-se que o CEBAS, referente ao triênio 2001/2003, foi concedido em novembro de 2000, portanto, em novembro de 2005 operou-se a decadência do direito da Secretaria da Fazenda Nacional de rever tal ato administrativo. Por outro lado, o CEBAS referente ao triênio 2004/2006, foi concedido tão somente em fevereiro de 2006, portanto, somente em fevereiro de 2011 operar-se-á a referida decadência. Todavia, no que diz respeito à edição da MP 446/08, restou válida a situação jurídica dos CEBAS referentes aos triênios acima apontados.</p> <p>(d) O remoto cancelamento da isenção da SESES, ainda que fosse reconhecido, somente operaria efeitos para o futuro;</p> <p>(e) A decadência do direito de o INSS efetuar o lançamento das contribuições previdenciárias, no período compreendido entre janeiro e dezembro de 2003, nos termos do artigo 150, parágrafo 4º, do Código Tributário Nacional, tendo em vista que as contribuições previdenciárias são tributos sujeitos ao lançamento por homologação;</p> <p>(f) Aplicação em gratuidade mais de 20% (vinte por cento) da receita bruta proveniente da venda de serviços e de bens não integrantes do ativo imobilizado, mediante a concessão de bolsas, inclusive parciais, conforme faculta a Resolução CNAS 177/00 e o art. 11 da Lei nº 11.096/05, tendo, portanto, cumprida a exigência contida no art. 3º, inciso VI, do Decreto nº 2.536 de 1998;</p> <p>(g) Ainda que se admitisse que a SESES não teria cumprido o requisito de gratuidade, a Lei nº 11.096 de 2005, em seu artigo 11, parágrafo 2º, na verdade, obrigou os Conselheiros do CNAS a conceder os certificados das entidades que não haviam cumprido nos dois triênios anteriores o requisito relativo à aplicação de gratuidade, e, como consequência lógica, a manter aqueles certificados que já tivessem sido concedidos, mesmo em face da constatação de que o requisito em questão não teria sido observado, ou seja, tal previsão legal constituiu verdadeiro perdão legislativo;</p> <p>(h) Em relação à questão da reversão do patrimônio, cabe lembrar que a SESES é a principal instituição de ensino controlada pela Estácio Participações S.A., com sede no município do Rio de Janeiro, a qual, até 09 de fevereiro de 2007, era considerada como uma sociedade civil sem fins lucrativos e de caráter filantrópico. Em razão dessa condição, a SESES tinha assegurados, principalmente, os direitos i) à imunidade tributária em relação a impostos sobre a sua renda, patrimônio e serviços, conforme artigo 150 da Constituição Federal e, também, ii) à isenção da contribuição patronal da seguridade social incidente sobre a sua folha de pagamento, nos termos do artigo 195 da Constituição Federal e demais dispositivos infraconstitucionais aplicáveis ao assunto.</p> <p>Ocorre que a SESES, em 09 de fevereiro de 2007, realizou a alteração de sua natureza jurídica de sociedade civil sem fins lucrativos para sociedade empresária de responsabilidade limitada. Com a referida alteração de natureza jurídica, a SESES, por consequência, perdeu o direito de gozo à imunidade e isenção tributárias acima mencionadas, passando a se sujeitar às regras de tributação aplicáveis às demais pessoas jurídicas com fins lucrativos, ressalvadas as isenções decorrentes do PROUNI (Programa Universidade para Todos).</p>
--	---

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

	<p>Acontece que esta operação societária foi um dos objetos de questionamento pela fiscalização da Secretaria da Receita Federal (Fiscalização), a qual sustenta o suposto não atendimento, pela SESES, do disposto no inciso IX do artigo 3º do Decreto nº 2.536 de 1998, o qual estabelece que a entidade beneficente deverá destinar, em caso de sua dissolução ou extinção, o eventual patrimônio remanescente a entidades congêneres registradas no Conselho Nacional de Assistência Social ou a entidade pública.</p> <p>De acordo com a interpretação da Fiscalização, a SESES teria infringido o mencionado inciso, na medida que teria buscado o acúmulo de capital e valorizado seu ativo permanente com a aquisição de diversos imóveis (procedimento esse, no seu entender, incompatível com entidades assistenciais), patrimônio esse que teria sido vertido para uma outra sociedade empresária.</p> <p>Ocorre que as alegações da Fiscalização não se sustentam em bases legais sólidas, uma vez que a legislação prevê a destinação específica do patrimônio das entidades imunes apenas nos casos de incorporação, fusão, cisão ou de encerramento das atividades, hipóteses estas bem distintas da transformação societária a que foi submetida a SESES, logo é absolutamente defensável a conclusão de que não havendo dissolução ou extinção da pessoa jurídica transformada, não há que se falar em destinação do patrimônio, até mesmo porque este continua pertencendo à mesma pessoa jurídica, que apenas passa a ostentar um tipo societário distinto; e</p> <p>(i) A verba paga pela SESES ao seu então sócio controlador, a título de aluguel, não se enquadra no conceito de remuneração, fato esse, inclusive, que foi expressamente reconhecido no julgamento de 03 das 27 autuações ora comentadas, não havendo, por conseguinte, que se falar em infração ao disposto no art. 3º, inciso VIII, do Decreto nº 2.536 de 1998.</p> <p>Em relação aos andamentos dos julgamentos das impugnações apresentadas pela SESES, foram proferidos os seguintes despachos ou decisões administrativas:</p> <ul style="list-style-type: none">i) decisões de improcedência de 03 (três) autuações, as quais serão arquivadas definitivamente e que somam a quantia de aproximadamente R\$ 70.000,00;ii) decisões de procedência de 02 (duas) autuações, que versam apenas sobre multa acessória por alegada não apresentação de documentos no curso do procedimento de fiscalização. Foram apresentados os recursos voluntários contra tais decisões. Estamos aguardando as decisões de 2ª instância administrativa. Tais autuações somam a quantia de aproximadamente R\$ 28.000,00; eiii) despachos proferidos pela Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento no Rio de Janeiro em 16 (dezesesseis) autuações, que determinaram o retorno dos autos de infração à Divisão de Fiscalização para elaboração de relatório fiscal complementar, de modo que fossem indicados os requisitos, dentre os elencados nos incisos I a XII do artigo 28 da Medida Provisória nº 446/08, que ensejaram os lançamentos tributários em questão. Em decorrência desse fato, foram elaborados os relatórios fiscais complementares com a indicação dos dispositivos
--	---

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

	<p>legais supostamente infringidos pela SESES, sendo, portanto, reabertos os prazos para apresentação de novas impugnações. Foram apresentadas as novas impugnações. Além dos argumentos já utilizados nas impugnações iniciais, foram apresentados os seguintes novos argumentos: (i) que a Medida Provisória nº 446/08 não pode ser aplicada, retroativamente, para disciplinar relações jurídicas ocorridas anteriormente à sua edição; (ii) decadência do direito da Fazenda Pública constituir crédito tributário, após cinco anos, contados do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado; e (iii) a nulidade das autuações, na medida que a própria Delegacia de Julgamento admitiu que as mesmas careciam de fundamentação legal adequada. Estamos aguardando as decisões de 1ª instância administrativa.</p> <p>A classificação de risco de perda atribuída pelos nossos assessores jurídicos externos é remota.</p>
g. Chance de perda	Remota.
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Somente impacto financeiro, decorrente do recolhimento do valor autuado, no valor referido no item "e" acima. Eventual perda deste processo poderá impactar significativamente nossa situação financeira, patrimonial.
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há provisão constituída para esses processos.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

(vii) Processo nº 13710.001092/97-41	
a. Juízo	Secretaria da Receita Federal
b. Instância	3ª Câmara do Segundo Conselho de Recursos Fiscais
c. Data de instauração	02 de janeiro de 1997
d. Partes no processo	Autuada: SESES Autuante: Secretaria da Receita Federal
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor envolvido: R\$2.278.001,00
f. Principais fatos	Auto de Infração lavrado contra a SESES, tendo por objeto alegados débitos de COFINS, relativos ao exercício social de 1996, por entender que a Instituição não preenchia todos os requisitos legais para sua qualificação como entidade beneficente de assistência social e seu correspondente direito à imunidade tributária. Essa autuação foi mantida nos julgamentos de primeira e segunda instância administrativas, sob o entendimento de que a SESES não preencheria os pressupostos legais da imunidade tributária das contribuições sociais, nos termos do artigo 195, §7º, da Constituição Federal, sendo que apresentamos novo recurso administrativo.
g. Chance de perda	Possível.
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Somente impacto financeiro, decorrente do recolhimento do valor autuado referido no item "e" acima. Eventual perda deste processo não impactará significativamente nossa situação financeira, patrimonial nem a situação financeira de nossas coligadas e nossos negócios.
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há provisão constituída para esse processo.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

(viii) Autos de Infração: 030/60.658/09; 030/60.659/09; 030/60.660/09; 30160.717/09; 030/60.661/09; 030/60.662/09; 030/60.663/09; 030/60.664/09; 030/60.665/09; 030/60.666/09; 030/60.667/09; 030/60.668/09; 030/60.669/09; 030/60.670/09; 030/60.671/09; 030/60.672/09; 030/60.673/09; 030/60.674/09; 030/60.675/09; 030/60.676/09; 030/60.677/09; 030/60.678/09; 030/60.679/09; 030/60.680/09; 030/60.681/09; 030/60.682/09; 030/60.683/09; 030/60.684/09; 030/60.685/09; 030/60.686/09; 030/60.687/09; 030/60.688/09; 030/60.689/09; 030/60.690/09; 030/60.691/09; 030/60.692/09	
a. Juízo	Secretaria Municipal de Fazenda de Niterói
b. Instância	2ª instância administrativa
c. Data de instauração	29 de setembro de 2009
d. Partes no processo	Autuante: Município de Niterói Autuada: SESES
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor total envolvido: R\$ 7.793.781,66
f. Principais fatos	Foram lavrados autos de infração, através dos quais a Prefeitura de Niterói cobra da SESES o ISS do período compreendido entre janeiro de 2004 a janeiro de 2007, tendo em vista a suspensão da imunidade tributária, realizada pela Administração Pública Municipal em razão de alegado descumprimento dos requisitos para o gozo da imunidade previstos no art. 14 do CTN, ou seja, por não ter sido supostamente apresentada à fiscalização a escrita fiscal e contábil nos termos da legislação em vigor. Adicionalmente, são exigidas diversas multas por descumprimento de obrigações acessórias, algumas sem qualquer respaldo legal e outras com possível caráter confiscatório. Foram apresentados os recursos voluntários contra as decisões de 1ª instância administrativa que julgaram improcedentes as impugnações apresentadas pela SESES. Estamos aguardando as decisões de 2ª instância administrativa.
g. Chance de perda	Possível.
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Somente impacto financeiro no valor referido no item "e" acima, decorrente do recolhimento do valor autuado. Eventual perda deste processo não impactará significativamente nossa situação financeira, patrimonial nem a situação financeira de nossas coligadas e nossos negócios.
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há provisão constituída para esse processo.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

(ix) Auto de Infração nº 101.969	
a. Juízo	Secretaria de Fazenda do Município do Rio de Janeiro
b. Instância	1ª instância administrativa
c. Data de instauração	29 de dezembro de 2009
d. Partes no processo	Autuante: Secretaria de Fazenda do Município do Rio de Janeiro Autuada: SESES
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor envolvido: R\$135.919.081,93
f. Principais fatos	Foi lavrado Auto de Infração pela Secretaria Municipal de Fazenda do Município do Rio de Janeiro, o qual aponta as supostas infrações: (i) não recolhimento de ISS sobre a prestação de serviços de ensino superior, no período de janeiro/05 a janeiro/07, por ter transferido todo o seu patrimônio em fevereiro/07 para uma "nova sociedade por quotas limitadas"; (ii) não recolhimento de ISS sobre a prestação de serviços de ensino superior, no período de fevereiro/07 a julho/09, por não incluir na base de cálculo do ISS o valor das bolsas concedidas através do PROUNI; e (iii) insuficiência de retenção e recolhimento de ISS devido pelos serviços prestados por empresas de guarda, vigilância, conservação e limpeza de imóveis, no período de janeiro/05 a maio/09. Em 19 de fevereiro de 2010, a empresa apresentou impugnação ao referido auto de infração. No momento, aguarda-se decisão de 1ª instância.
g. Chance de perda	Remota.
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Somente impacto financeiro no valor referido no item "e" acima, decorrente do recolhimento do valor autuado. Eventual perda deste processo poderá impactar significativamente nossa situação financeira, patrimonial.
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há provisão constituída para esse processo.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes**(ii) Contingências trabalhistas:**

Nós e nossas controladas figuramos como partes em aproximadamente 2.149 ações de natureza trabalhista, as quais envolvem principalmente pedidos de horas extras, férias não gozadas, reconhecimento de vínculo empregatício, equiparação salarial e diferenças salariais decorrentes de redução de cargas horárias de determinados docentes. Nossos consultores jurídicos externos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza trabalhista. Em 30 de junho de 2010, a provisão constituída para suportar as prováveis perdas com essas causas era de R\$20,8 milhões.

Abaixo relacionamos e descrevemos os processos trabalhistas em que figuram no pólo passivo ou ativo, os que julgamos mais relevantes para os nossos negócios e de nossas controladas, especialmente aqueles com valores aproximados ou superiores a R\$1 milhão:

(i) Processo nº.: 0073200-85.2007.5.17.0005	
a. Juízo	5ª Vara do Trabalho de Vitória (ES)
b. Instância	1ª instância judicial, na fase de execução.
c. Data de instauração	25 de junho de 2007
d. Partes no processo	Autor: Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar do Estado do Espírito Santo Réu: SESES
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Valores a título de previdência privada instituída por Convenção Coletiva do Trabalho.
f. Principais fatos	O Sindicato ajuizou ação trabalhista por meio da qual requer o pagamento, em favor dos empregados lotados de Vitória e Vila Velha, dos valores devidos a título de previdência privada, conforme Cláusula 10ª da Convenção Coletiva do Trabalho, a qual estabelece o recolhimento em favor de entidade de previdência privada de 6% sobre o total da folha salarial dos auxiliares, a ser rateado em partes iguais entre o total de empregados. Atualmente o processo encontra-se em fase de execução e foram apresentados, pela SESES, embargos à execução.
g. Chance de perda	Provável
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Somente impacto financeiro no valor provisionado no item "i". Eventual perda deste processo não impactará significativamente nossa situação financeira, patrimonial nem a situação financeira de nossas coligadas e nossos negócios.
i. Valor provisionado, se houver provisão	R\$1.905.000,00

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

(ii) Processo nº.: 0223600-54.1997.5.01.0055	
a. Juízo	55ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro
b. Instância	1ª instância judicial, na fase de execução
c. Data de instauração	09 de dezembro de 1997
d. Partes no processo	Autor: Silvio do Nascimento Ruiz Réu: SESES
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Reintegração por não ter sido submetido ao Conselho Departamental (criado pelo Regimento Interno da Universidade para, dentre outras atividades, deliberar sobre a demissão de professores), salários, férias, 13º salário, dentre outros pedidos de menor relevância.
f. Principais fatos	O reclamante alega ter sido demitido sumariamente, sem a submissão de sua demissão ao Conselho Departamental da Instituição, contrariando o Estatuto e Regimento Geral da Instituição. Requer, desta forma, reintegração, com o pagamento dos salários relativos ao período de estabilidade, dentre outros. Foi proferida decisão desfavorável para a Companhia. Atualmente o processo encontra-se em fase de execução e foram apresentados, pela SESES, embargos à execução.
g. Chance de perda	Provável
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Somente impacto financeiro no valor da provisão referida no item "i". Eventual perda deste processo não impactará significativamente nossa situação financeira, patrimonial nem a situação financeira de nossas coligadas e nossos negócios.
i. Valor provisionado, se houver provisão	R\$1.560.000,00

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

(iii) Processo n°.: 01772-2004-034-01-00-2	
a. Juízo	34ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro
b. Instância	1ª instância judicial
c. Data de instauração	20 de dezembro de 2004
d. Partes no processo	Autor: Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro Réu: SESES
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Diferenças salariais de 5.595 professores, em razão do suposta falta de reajustes salarial em 2004, conforme previstos em Convenção Coletiva da Categoria. O valor estimado é de R\$ 1.240.000,00.
f. Principais fatos	Ação movida pelo Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro em face da SESES, por meio da qual requer o pagamento de reajuste salarial em favor do corpo docente da Companhia (cerca de 5.595 professores quando da distribuição da ação), como previsto na Convenção Coletiva: 3% a partir de 1º de abril de 2004 sobre o salário devido em outubro de 2003 e 6,62% a partir de 1º de outubro de 2004 sobre o salário devido em outubro de 2003. Requer, também, multa de 10% sobre o salário base de cada professor substituído por descumprimento da norma coletiva de trabalho. O processo encontra-se em fase de conhecimento.
g. Chance de perda	Possível.
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Somente impacto financeiro. Não possuímos elementos para calcular o montante envolvido nesta ação. Eventual perda deste processo não impactará significativamente nossa situação financeira, patrimonial nem a situação financeira de nossas coligadas e nossos negócios.
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há provisão constituída para esse processo.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

(iv) Processo nº: 00913-2009-109-03-00-1	
a. Juízo	30ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro
b. Instância	1ª instância judicial
c. Data de instauração	08 de julho de 2009
d. Partes no processo	Autor: Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais Réu: SESES
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Diferenças salariais decorrentes de alegada equiparação salarial entre docentes. Valor atribuído à causa pelo autor: R\$ 50.000,00.
f. Principais fatos	Ação de Cumprimento movida pelo Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais, através da qual requer o pagamento de diferenças salariais decorrentes da alegada não observância da isonomia salarial que deveria ser praticada entre o corpo de docentes, além do pagamento de multa de 10% prevista em Convenção Coletiva do Trabalho por descumprimento de obrigações convencionadas nesse instrumento. O processo encontra-se em fase de conhecimento, especificamente em fase de realização de prova pericial.
g. Chance de perda	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Somente impacto financeiro. Não possuímos elementos para calcular o montante envolvido nesta ação. Eventual perda deste processo não impactará significativamente nossa situação financeira, patrimonial nem a situação financeira de nossas coligadas e nossos negócios.
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há provisão constituída para esse processo.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

(v) Processo n.º.: 0001900-08.2009.5.01.0080	
a. Juízo	80ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro
b. Instância	1ª instância judicial
c. Data de instauração	09 de janeiro de 2009
d. Partes no processo	Autor: Ministério Público do Trabalho Réu: SESES
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Legalidade da alteração praticada no contrato de trabalho dos professores horistas. Valor atribuído à causa pelo autor: R\$ 500.000,00
f. Principais fatos	Ação movida pelo Ministério Público do Trabalho, na qual se discute a legalidade da alteração praticada pela Companhia no contrato de trabalho dos professores horistas, com a conseqüente mudança do sistema de cálculo dos pagamentos dos salários e a legalidade do procedimento trabalhista em manter professores em seu corpo docente sem turmas para ministrar aulas, situação de suspensão tácita e unilateral dos contratos de trabalho. O processo encontra-se temporariamente fora de pauta de julgamento, em razão das negociações de acordo que estão sendo conduzidas pelas partes envolvidas.
g. Chance de perda	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro e alteração na forma de cálculo dos salários dos professores horistas. Não possuímos elementos para calcular o montante envolvido nesta ação. Eventual perda deste processo não impactará significativamente nossa situação financeira, patrimonial nem a situação financeira de nossas coligadas e nossos negócios.
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há provisão constituída para esse processo.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

(iii) Contingências Cíveis

Nós e nossas controladas figuramos no pólo passivo, como partes, em aproximadamente 3.700 ações de natureza cível, as quais envolvem principalmente pedidos de indenização por danos materiais e morais, decorrentes de cobranças indevidas, demora na expedição de diplomas, não devolução de taxas de matrículas de cursos de férias, entre outros problemas de caráter operacional e/ou acadêmico. Nossos consultores jurídicos externos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza cível. Em 30 de junho de 2010, a provisão constituída para suportar as prováveis perdas com essas causas era de R\$6,8 milhões.

Abaixo relacionamos e descrevemos os processos cíveis em que figuram no pólo passivo ou ativo, os que julgamos mais relevantes para os nossos negócios e de nossas controladas, especialmente aqueles com valores aproximados ou superiores a R\$1 milhão:

(i) Ação Ordinária nº 2004.001.008546-0	
a. Juízo	40ª Vara Cível da Comarca da Capital do Rio de Janeiro/RJ
b. Instância	Superior Tribunal de Justiça ("STJ") e Supremo Tribunal Federal ("STF")
c. Data de instauração	22 de outubro de 2004
d. Partes no processo	Autora: Luciana Gonçalves de Novaes e outros Réu: Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda. ("SESES")
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor envolvido: R\$1.635.926,63
f. Principais fatos	Ação indenizatória distribuída em face da SESES, decorrente de acidente com "bala perdida" sofrido por uma aluna no interior do Campus Rebouças. A sentença de 1ª instância julgou parcialmente procedente o pedido para, em síntese, condenar a Companhia a pagar à aluna (a) o valor de R\$ 600.000,00 a título de danos morais e estéticos; (b) pensão mensal equivalente a um salário mínimo até que ela completasse 65 anos; e (c) o valor relativo ao tratamento médico necessário para a sua recuperação, a ser apurado em posterior fase de liquidação de sentença. Aos pais da aluna, foi concedida indenização por danos morais no valor de R\$ 100.000,00 para cada, e, aos irmãos, R\$ 50.000,00 para cada, também sob esse título. As partes interpuseram apelação contra a referida sentença. O recurso da Companhia foi parcialmente provido para reduzir a indenização por danos morais e estéticos devidos à aluna para R\$ 400.000,00. Quanto ao recurso da aluna, ele foi também parcialmente provido para transformar a pensão concedida à aluna em vitalícia e para determinar a constituição de capital garantidor da referida pensão. Além disso, o Tribunal condenou a Companhia a arcar com os custos do tratamento psicológico dos pais e irmãos da vítima. Os autores, não satisfeitos com o julgamento do recurso da aluna, interpuseram embargos infringentes. Tais embargos foram providos para se elevarem os valores de indenização, devidos à vítima, por danos morais e

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

	estéticos para R\$ 600.000,00, restabelecendo-se a sentença de primeira instância nesse aspecto especificamente. As partes interpuseram recursos especiais contra os acórdãos acima referidos. O julgamento desses recursos foi concluído em 17 de junho de 2010, tendo o Superior Tribunal de Justiça ("STJ") decidido, por unanimidade, dar parcial provimento ao recurso especial da Companhia apenas para excluir a constituição de capital garantidor. O recurso especial da aluna foi desprovido. A Companhia também interpôs recurso extraordinário contra a decisão do Tribunal de Justiça, que ainda não foi apreciado. No procedimento de execução provisória, a Companhia já depositou nos autos o valor de aproximadamente R\$ 1.800.000,00, correspondentes ao valor das indenizações estabelecidas pelo Tribunal de Justiça. Adicionalmente, a Companhia interpôs recurso especial contra a decisão do Tribunal de Justiça que negou o pedido de denúncia da lide do Estado do Rio de Janeiro. Em 09 de fevereiro de 2010, o STJ, por unanimidade, negou provimento ao recurso.
g. Chance de perda	Provável
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Somente impacto financeiro no valor provisionado no item "i". Eventual perda deste processo não impactará significativamente nossa situação financeira, patrimonial nem a situação financeira de nossas coligadas e nossos negócios.
i. Valor provisionado, se houver provisão	R\$1.635.926,63

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

(ii) Ação Ordinária nº 0026545-80.2009.8.05.0001	
a. Juízo	14ª Vara dos Feitos de Relação de Consumo, Cíveis e Comerciais da Comarca de Salvador/BA
b. Instância	1ª instância judicial
c. Data de instauração	26 de fevereiro de 2009
d. Partes no processo	Autores: Hudson José Roque Lima e outros Réu: IREP - Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental Ltda. (sucessora legal dos direitos e obrigações da incorporada Sociedade Tecnopolitana da Bahia Ltda.).
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor envolvido: R\$ 1.161.755,00 (valor atribuído à causa pelos autores)
f. Principais fatos	Ação de indenização promovida por Hudson José Roque Lima e outros contra a IREP, através da qual se objetiva a entrega de diploma do curso de tecnólogos em análises clínicas – curso que foi extinto pelo Ministério da Educação – MEC, bem como o pagamento de indenizações, a título de perdas e danos e danos morais. O processo está em fase de conhecimento.
g. Chance de perda	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Somente impacto financeiro no valor referido no item "e". Eventual perda deste processo não impactará significativamente nossa situação financeira, patrimonial nem a situação financeira de nossas coligadas e nossos negócios.
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há provisão constituída para esse processo.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

(iii) Ação Civil Pública nº 2006.51.01.022891-3	
a. Juízo	15ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro/RJ
b. Instância	1ª instância judicial
c. Data de instauração	04 de dezembro de 2006
d. Partes no processo	Autor: Ministério Público Federal Réu: Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda. ("SESES") e outros
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor envolvido: R\$ 1.000.000,00 (valor atribuído à causa pelo Ministério Público Federal)
f. Principais fatos	Ação Civil Pública, com pedido de tutela antecipada, proposta pelo Ministério Público Federal em face de várias instituições de ensino superior, dentre elas a SESES, através da qual se objetiva a abstenção das rés de cobrarem taxa para a confecção da primeira via do diploma de conclusão de curso e a devolução em dobro da taxa cobrada dos ex-alunos já formados.
g. Chance de perda	Possível.
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Somente impacto financeiro no valor referido no item "e". Eventual perda deste processo não impactará significativamente nossa situação financeira, patrimonial nem a situação financeira de nossas coligadas e nossos negócios.
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há provisão constituída para esse processo.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

(iv) Ação Ordinária nº 583.02.2008.1709661	
a. Juízo	3ª Vara Cível da Comarca da Capital de São Paulo/SP
b. Instância	1ª instância judicial
c. Data de instauração	18 de dezembro de 2008
d. Partes no processo	Autor: Landau & Ramos Ltda. Réu: IREP- Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental Ltda. e outros
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor envolvido: R\$1.500.000,00
f. Principais fatos	Trata-se de Ação de Cobrança de Aluguel e Outras Obrigações, decorrente de Contrato de Sublocação do Imóvel da Rua Coronel Luiz Barroso, nº 566, atual Rua Dr. Antônio Bento, nº 509, firmado em 1º de janeiro de 1998, e encerrado em 15 de setembro de 2008, quando da entrega das chaves, ação essa em que a parte autora pleiteia, resumidamente, a condenação dos Réus no (i) pagamento as diferenças de aluguéis no valor de R\$ 496.000,00; (ii) pagamento do valor necessário para a reparação do imóvel, estipulado em R\$ 1.080.000,00, conforme devidamente apurado por meio de três orçamentos apresentados unilateralmente pela autora; (iii) aluguéis referentes ao período em que o imóvel está supostamente indisponível para utilização, tendo em vista as alegadas péssimas condições em que se encontra, até o tempo necessário para a realização dos reparos; (iv) multa correspondente a 3 meses de aluguel, pelo suposto descumprimento da obrigação de apresentar a documentação do imóvel e de devolver o imóvel em condições de uso. No dia 3 de fevereiro de 2009, foi realizada audiência no Setor de Conciliação do Fórum Central, conciliação essa que restou infrutífera. Atualmente, processo encontra-se em fase de conhecimento, especificamente na realização de prova pericial.
g. Chance de perda	Possível.
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Somente Impacto financeiro no valor referido no item "e". Eventual perda deste processo não impactará significativamente nossa situação financeira, patrimonial nem a situação financeira de nossas coligadas e nossos negócios.
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há provisão constituída para esse processo.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

(v) Ação Civil Pública nº 0367169-11.2009.8.19.0001	
a. Juízo	6ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Rio de Janeiro/RJ
b. Instância	1ª instância judicial
c. Data de instauração	23 de novembro de 2009
d. Partes no processo	Autor: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro Réu: Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda. ("SESES")
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor envolvido: R\$ 20.000,00 (Valor atribuído à causa pelo Ministério Público Estadual)
f. Principais fatos	Ação civil pública promovida pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro contra a SESES, através da qual pretende que sejam declaradas nulas as cláusulas do contrato de adesão da instituição, condenando-a a se abster de realizar qualquer cobrança com a incidência de juros de mora superiores ao limite legal, de 1% (um por cento) ao mês, e multa excedente a 2% (dois por cento), inclusive quando supostamente embutidos em desconto por pagamento antecipado, adotando como remuneração para seus produtos e serviços aquele fixado para o respectivo pagamento antecipado. Requereu, ainda, a condenação da SESES para restituir em dobro todo valor auferido com os valores indevidamente cobrados do corpo discente. No dia 09.04.2010, foi apresentada a respectiva contestação. O processo encontra-se em fase de conhecimento, aguardando decisão de 1ª instância.
g. Chance de perda	Possível.
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Somente impacto financeiro. Não possuímos elementos para calcular o montante envolvido nesta ação. Eventual perda deste processo não impactará significativamente nossa situação financeira, patrimonial nem a situação financeira de nossas coligadas e nossos negócios.
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há provisão constituída para esse processo.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

(vi) Ação Civil Pública nº 2007.61.00.032024-5	
a. Juízo	Tribunal Regional Federal da 3ª Região
b. Instância	2ª instância judicial
c. Data de instauração	22 de novembro de 2007
d. Partes no processo	Autor: Ministério Público Federal de São Paulo Réus: IREP - Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental Ltda., Instituto Euro-Latino-Americano de Cultura e Tecnologia Ltda. (sendo que esta última instituição foi incorporada pela IREP) e outros
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor envolvido: R\$10.000,00 (valor atribuído à causa pelo Ministério Público Federal)
f. Principais fatos	Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público Federal em face de várias instituições de ensino superior no Estado de São Paulo, através da qual se objetiva a abstenção das rés de cobrarem taxa para expedição e registro de diploma de conclusão de curso e a devolução em dobro da taxa cobrada dos ex-alunos já formados. A decisão de 1ª instância julgou o pedido do Ministério Público parcialmente procedente para determinar a impossibilidade de tal cobrança pelas instituições. As partes interpuseram recursos de Apelação, os quais estão pendentes de julgamento pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região. O referido processo é da responsabilidade dos antigos controladores da sociedade, sendo que valores de eventual condenação estão garantidos por recebíveis e por hipoteca de 1º grau.
g. Chance de perda	Provável
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Somente impacto financeiro. Não possuímos elementos para calcular o montante envolvido nesta ação. Eventual perda deste processo não impactará significativamente nossa situação financeira, patrimonial nem a situação financeira de nossas coligadas e nossos negócios.
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há provisão constituída para esse processo pois eventual condenação recairá sobre os antigos controladores da sociedade e existe garantia de hipoteca de 1º grau constituída para garantir tal dívida.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

(vii) Ação Civil Pública nº 2008.61.26.000351-7	
a. Juízo	Tribunal Regional Federal da 3ª Região
b. Instância	2ª instância judicial
c. Data de instauração	25 de janeiro de 2008
d. Partes no processo	Autor: Ministério Público Federal de São Paulo Réus: IREP - Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental Ltda. e outros
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor envolvido: R\$10.000,00 (valor atribuído à causa pelo Ministério Público Federal)
f. Principais fatos	Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público Federal em face de várias instituições de ensino superior no Estado de São Paulo, através da qual se objetiva a abstenção das rés de cobrarem taxa para expedição e registro de diploma de conclusão de curso e a devolução em dobro da taxa cobrada dos ex-alunos já formados. A decisão de 1ª instância julgou o pedido do Ministério Público parcialmente procedente para determinar a impossibilidade de tal cobrança pelas instituições. As partes interpuseram recursos de Apelação, os quais estão pendentes de julgamento pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região. O referido processo é da responsabilidade dos antigos controladores da sociedade, sendo que valores de eventual condenação estão garantidos por recebíveis e por hipoteca de 1º grau.
g. Chance de perda	Provável
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Somente impacto financeiro. Não possuímos elementos para calcular o montante envolvido nesta ação. Eventual perda deste processo não impactará significativamente nossa situação financeira, patrimonial nem a situação financeira de nossas coligadas e nossos negócios.
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há provisão constituída para esse processo pois eventual condenação recairá sobre os antigos controladores da sociedade e existe garantia de hipoteca de 1º grau constituída para garantir tal dívida.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

(viii) Ação Civil Pública nº 2007.61.00.032025-7	
a. Juízo	Tribunal Regional Federal da 3ª Região
b. Instância	2ª instância judicial
c. Data de instauração	22 de novembro de 2007
d. Partes no processo	Autor: Ministério Público Federal de São Paulo Réus: IREP - Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental Ltda., Sociedade Interlagos de Educação e Cultura Ltda., União Cultural e Educacional Magister Ltda. (sendo que essas duas últimas instituições foram incorporadas pela IREP) e outros
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor envolvido: R\$ 10.000,00 (valor atribuído à causa pelo Ministério Público Federal)
f. Principais fatos	Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público Federal em face de várias instituições de ensino superior no Estado de São Paulo, através da qual se objetiva a abstenção das rés de cobrarem taxa para expedição e registro de diploma de conclusão de curso e a devolução em dobro da taxa cobrada dos ex-alunos já formados. A decisão de 1ª instância julgou o pedido do Ministério Público parcialmente procedente para determinar a impossibilidade de tal cobrança pelas instituições. As partes interpuseram recursos de Apelação, os quais estão pendentes de julgamento pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região. O referido processo é da responsabilidade dos antigos controladores da sociedade, sendo que valores de eventual condenação estão garantidos por recebíveis e por hipoteca de 1º grau.
g. Chance de perda	Provável
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Somente impacto financeiro. Não possuímos elementos para calcular o montante envolvido nesta ação. Eventual perda deste processo não impactará significativamente nossa situação financeira, patrimonial nem a situação financeira de nossas coligadas e nossos negócios.
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há provisão constituída para esse processo pois eventual condenação recairá sobre os antigos controladores da sociedade e existe garantia de hipoteca de 1º grau constituída para garantir tal dívida.

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

Não possuímos em nossa base nenhum processo distribuído por administradores, ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou nossos investidores ou nossas controladas.

4.5 - Processos sigilosos relevantes

Não existem processos sigilosos relevantes em que nós ou nossas controladas sejamos parte.

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

Procedimentos Tributários	
Nós e nossas controladas figuramos como partes em aproximadamente 104 ações de natureza tributária, consideradas como repetitivas ou conexas e não sigilosas e nem relevantes, cujas informações seguem abaixo:	
a. Valores envolvidos	R\$ 14,3 milhões
b. Valor provisionado, se houver provisão	R\$ 1,0 milhão
c. Prática do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência	<ul style="list-style-type: none"> • ISS não recolhido em período em que as controladas da Companhia gozavam de imunidade tributária; • IPTU não recolhido em período em que as controladas da Companhia gozavam de imunidade tributária; • ISS não recolhido em razão da exclusão de bolsas decorrentes da adesão ao Prouni da base de cálculo.

Procedimentos Trabalhistas	
Nós e nossas controladas figuramos como partes em aproximadamente 2.143 ações de natureza trabalhista, consideradas como repetitivas ou conexas e não sigilosas e nem relevantes, cujas informações seguem abaixo:	
a. Valores envolvidos	R\$65,5 milhões
b. Valor provisionado, se houver provisão	R\$17,3 milhões
c. Prática do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência	<ul style="list-style-type: none"> • horas extras; • férias não gozadas; • reconhecimento de vínculo empregatício; • equiparação salarial; • responsabilidade subsidiária nas ações movidas por empregados de empresas terceirizadas; • diferenças salariais decorrentes de redução de cargas horárias de determinados docentes.

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

Procedimentos Cíveis	
Nós e nossas controladas figuramos como partes em aproximadamente 3.692 ações de natureza cível, consideradas como repetitivas ou conexas e não sigilosas e nem relevantes, cujas informações seguem abaixo:	
a. Valores envolvidos	R\$ 37,7 milhões
b. Valor provisionado, se houver provisão	R\$ 5,1 milhões
c. Prática do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência	<ul style="list-style-type: none">• cobranças indevidas;• demora na expedição de diplomas;• não devolução de taxas de matrículas de cursos de férias;• outros problemas de caráter operacional e/ou acadêmico.

4.7 - Outras contingências relevantes

Não existem outras contingências relevantes que não tenham sido divulgadas neste Formulário de Referência.

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

Não aplicável, pois temos sede no Brasil e nossas ações são custodiadas neste país.

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

Riscos do Ambiente Macroeconômico

A economia brasileira tem sido marcada por frequentes e, por vezes, significativas intervenções do Governo Federal, que modifica as políticas monetárias, de crédito, fiscal e outras. As ações do Governo Federal para controlar a inflação e estabelecer outras políticas monetárias envolveram no passado, entre outras, aumentos nas taxas de juros, mudanças na política fiscal, controle de preço, desvalorização da moeda, controles no fluxo de capital e determinados limites sobre as mercadorias e os serviços importados. Não temos controle e não podemos prever quais medidas ou políticas o Governo Federal poderá adotar no futuro. Nossos negócios, condição financeira e resultados das operações, bem como o valor de mercado das nossas ações, podem ser adversamente afetados em razão de mudanças na política pública em nível federal, estadual e municipal, referentes a tarifas públicas e controles de câmbio, bem como de outros fatores, tais como: (i) taxas de juros; (ii) controle no câmbio e restrições a remessas ao exterior; (iii) variações nas taxas de câmbio; (iv) inflação; liquidez nos mercados financeiro e de capitais doméstico e internacional; (v) política fiscal e regime tributário; e (vi) medidas de natureza diplomática política, social e econômica que ocorram ou possam afetar o Brasil.

A incerteza quanto à implementação de mudanças por parte do Governo Federal nas políticas ou normas que venham a afetar esses ou outros fatores no futuro poderão contribuir para a incerteza econômica no Brasil. Sendo assim, tais incertezas e outros acontecimentos futuros na economia brasileira poderão nos afetar de maneira adversa e relevante.

Risco de Taxa de Juros e Inflação

No passado, o Brasil sofreu taxas de inflação extremamente altas e, conseqüentemente, adotou políticas monetárias que resultaram em uma das maiores taxas reais de juros do mundo. De acordo com dados do Banco Central, entre março de 2005 e dezembro de 2009, a Taxa SELIC variou entre 19,25% e 8,75% ao ano, e na data deste Formulário de Referência é de 10,75%. A inflação e as medidas adotadas pelo governo brasileiro para combatê-la, principalmente por meio do Banco Central do Brasil, tiveram e podem voltar a ter efeitos consideráveis sobre a economia brasileira e sobre nossos negócios. As rigorosas políticas monetárias com altas taxas de juros podem restringir o crescimento do Brasil e a disponibilidade de crédito. De modo inverso, políticas governamentais e monetárias mais brandas e a diminuição das taxas de juros podem desencadear aumentos das taxas inflacionárias e, em consequência, a volatilidade do crescimento e a necessidade de súbitos e significativos aumentos das taxas de juros. Além disso, podemos não ter condições de ajustar os preços praticados para compensar os efeitos da inflação em nossa estrutura de custos. Quaisquer destes fatores poderão afetar nossos negócios negativamente.

Adicionalmente, o nosso passivo, contratado em reais, é basicamente composto por dívidas com taxas de juros pré-fixadas atreladas à TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo, LIBOR – *London Interbank Offered Rate*. Isso significa que um aumento das taxas de juros poderá elevar o custo dos nossos empréstimos e ter um impacto significativo sobre nossas despesas financeiras e resultados operacionais.

Risco Político

No ano de 2011, iniciam-se novos mandatos na Presidência da República, Governos Estaduais e parlamentos federal e estaduais, com impacto na condução das políticas econômicas e sociais. Historicamente, mudanças de governo trazem a possibilidade de mudanças efetivas na política econômica brasileira, por exemplo, uma eventual alteração na taxa de juros em níveis que venham a causar perda de poder aquisitivo ou dificuldade de liquidez aos consumidores rapidamente se transferiria para o nosso próprio canal de distribuição, o que poderia afetar adversamente os nossos negócios e resultados operacionais.

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

a) Riscos para os quais se busca proteção

Tendo em vista a natureza das nossas atividades, entendemos que não há necessidade de buscarmos proteção especial para nenhum tipo de risco.

b) Estratégia de proteção patrimonial (hedge)

Não fazemos uso de transações envolvendo instrumentos financeiros derivativos visando proteção patrimonial, dado que os riscos aos quais estamos expostos, tanto no ativo quanto no passivo, não têm magnitude que justifique tais transações.

c) Instrumentos utilizados para a proteção patrimonial (hedge)

Não fazemos uso de transações envolvendo instrumentos financeiros de proteção patrimonial, dado que os riscos financeiros aos quais estamos expostos, tanto no ativo quanto no passivo, não têm magnitude que justifique tais transações.

d) Parâmetros utilizados para o gerenciamento de riscos

Não aplicável, uma vez que não possuímos parâmetros específicos para o gerenciamento de riscos.

e) Indicar se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

Não possuímos instrumentos financeiros com objetivos de proteção patrimonial (*hedge*) ou que tenham objetivos diversos de proteção contra riscos.

f) Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

Não aplicável, uma vez que não possuímos uma estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos.

g) Adequação da estrutura operacional de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Não aplicável, uma vez que não possuímos uma política específica a qual necessitamos verificar a efetividade.

5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado

Não ocorreram mudanças significativas ou relevantes nos riscos de mercado a que estamos expostos.

5.4 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes relacionadas a esta Seção 5 foram descritas nos itens acima.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM

Data de Constituição do Emissor	31/03/2007
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade Anônima
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	26/07/2007

6.3 - Breve histórico

6.3 Breve histórico

Somos uma instituição com 40 anos de história. A Faculdade de Direito Estácio de Sá – origem do nosso grupo – foi criada em 1970, como uma sociedade sem fins lucrativos, com o nome do fundador da cidade do Rio de Janeiro. O idealizador do projeto, o magistrado João Uchôa Cavalcanti Netto, concebeu na época uma faculdade de Direito com um projeto pedagógico inovador. Acreditamos que, em pouco tempo o curso transformou-se em um paradigma do ensino do Direito no Brasil, com uma metodologia de ensino inovadora e nos tornamos uma das instituições particulares com maior índice de aprovação no exame da Ordem dos advogados do Brasil (“OAB”) no Estado do Rio de Janeiro, de acordo com informações divulgadas pela própria entidade de classe.

Em 1972, transformamo-nos em Faculdades Integradas Estácio de Sá com a incorporação de novos cursos superiores. Em 1988, conquistamos o *status* de Universidade. Tais transformações refletem a expansão de nossas atividades, na medida em que a classificação das instituições de ensino superior é dividida de acordo com as ofertas de atividades de ensino, pesquisa e extensão entre: (i) universidades; (ii) centros universitários; e (iii) faculdades integradas, faculdades, institutos ou escolas superiores.

Em 1992, iniciamos nossa expansão pelo município do Rio de Janeiro com a abertura de um *campus* no bairro da Barra da Tijuca e, já em 1996, ultrapassamos os limites municipais com a criação de unidades nas cidades de Resende, Niterói e Nova Friburgo, no Estado do Rio de Janeiro. Nessa época, foi criada também uma diretoria para cuidar exclusivamente do aperfeiçoamento e da inovação dos processos de captação, admissão e retenção de alunos.

Ainda em 1996, obtivemos autorização para a criação do curso de medicina da Universidade Estácio de Sá, implantado no ano seguinte. Nosso projeto pedagógico está focado na formação de profissionais de alto nível técnico e com sólida base ética e humanista.

No ano de 1997, fomos pioneiros na criação do Instituto Politécnico Universitário – o primeiro centro superior de formação para o trabalho do Brasil. O Instituto Politécnico Universitário foi responsável pela oferta de cursos com foco no ensino de competências e habilidades práticas voltadas para nichos específicos do mercado de trabalho, conhecidos como cursos de graduação tecnológica. Na sequência, o Ministério da Educação (“MEC”) emitiu regulamentação própria, equiparando esses cursos aos de graduação tradicional e possibilitando a oferta de uma formação superior em menos tempo que a graduação tradicional – até 2,5 anos – e com a possibilidade dos discentes cursarem especialização e mestrado.

O ano de 1998 foi marcado pela criação do primeiro Conselho de Integração Social para estreitar as relações do grupo de pessoas envolvidas com o ensino e com a sociedade. Hoje existem seis Conselhos de Integração Social distribuídos pelo País. Esses Conselhos contam com a participação de empresários, representantes do governo, membros de academias e de entidades culturais, além de autoridades, personalidades públicas e formadores de opinião.

A expansão nacional foi realizada com a criação dos novos *campi*/unidades nos seguintes Estados brasileiros: São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, Bahia, Pernambuco, Pará e Ceará, sendo neste último, na cidade de Juazeiro do Norte, implementada a primeira faculdade de Medicina privada da região Nordeste do País.

Em agosto de 1999 foi implantado o Programa de Treinamento Profissional (“PTP”) como parte da estrutura curricular dos cursos. O PTP proporciona aos alunos da graduação tradicional e da graduação tecnológica contato com a realidade social e o mercado de trabalho desde o primeiro período de curso. Ao final de seu curso, o aluno deverá ter cumprido cerca de 80 horas de atividades complementares relacionadas à profissão escolhida.

No ano de 2000, obtivemos recomendação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (“CAPES”) para o curso de mestrado em Direito e, em 2002, para os cursos de mestrado em Administração, Odontologia e Educação e, em 2006, para o curso de Doutorado em Direito.

Em 2005 iniciamos o processo de transformação das nossas subsidiárias para sociedades com fins lucrativos, processo esse finalizado ao longo de 2007.

Em 2006 integramos duas importantes instituições internacionais em nossos programas acadêmicos. Em caráter pioneiro foram estabelecidas parcerias com a École Hôtelière de Lausanne, na Suíça, com concessão de dupla titulação (grau válido nos dois países) em Hotelaria para os nossos alunos, e com a Alain Ducasse Formation, na área de gastronomia. Também em 2006 estabelecemos uma importante e pioneira parceria acadêmica com a Microsoft, que compreende a inclusão de tecnologia desta empresa nos conteúdos programáticos de disciplinas dos cursos de graduação tradicional e graduação

6.3 - Breve histórico

tecnológica, treinamento de professores, realização de eventos acadêmicos, além de diversos outros projetos em desenvolvimento.

Em 27 de julho de 2007, anunciamos o início da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Certificados de Depósitos de Ações ("Units") de nossa emissão. Foram emitidas 11.918.400 Units, totalmente subscritas por novos acionistas. O acionista João Uchôa Cavalcanti Neto alienou 7.945.600 Units representativas cada uma de 1 (uma) ação ordinária e 2 (duas) ações preferenciais de emissão da Companhia, também totalmente adquiridas por novos acionistas. As Units ofertadas foram negociadas ao preço de R\$22,50 (vinte e dois reais e cinquenta centavos) por ação. O valor de venda da oferta primária de ações foi de R\$268,2 milhões. Em novembro de 2008, firmamos contrato de participação do seguimento do Novo mercado da BM&FBOVESPA.

Em maio de 2008, Moena Participações S.A. ("Moena") adquiriu uma participação no nosso controle equivalente a 20% de nosso capital social. A Moena é sociedade controlada diretamente pela Private Equity Partners C, LLC, sociedade devidamente constituída sob as leis de Delaware, Estados Unidos da América. Private Equity Partners C, LLC é detida pela Private Equity Partners C (Cayman), Ltd, sociedade devidamente constituída sob as leis das Ilhas Cayman que, por sua vez, é sociedade controlada por GP Capital Partners IV, L.P. ("GPCPIV"), fundo de investimento devidamente constituído sob leis das Ilhas Cayman. O GPCPIV é gerido pela GP Investments IV, Ltd., subsidiária integral da GP Investments, Ltd., companhia aberta com sede nas Bermudas.

Em agosto de 2010, incorporamos a Moena, passando a Private Equity Partners C, LLC e o GPCP4 - Fundo de Investimento em Participações a serem nossos acionistas diretos.

Em 11 de agosto de 2010 os acionistas João Uchôa Cavalcanti Netto e Monique Uchôa Cavalcanti de Vasconcelos realizaram um pedido de análise prévia do registro de distribuição pública primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia. A oferta foi encerrada em 08 de outubro de 2010 com a venda de 32.803.240 ações ordinárias de titularidade dos acionistas vendedores, e 3.280.324 ações ordinárias emitidas e vendidas pela Companhia, com o exercício da opção de ações suplementares ("Ações do Lote Suplementar"). As ações ofertadas foram negociadas ao preço de R\$19,00 (dezenove reais) por ação. Com a alienação das ações do Sr. João Uchôa Cavalcanti Netto e da Sra. Monique Uchôa Cavalcanti de Vasconcelos, o Acordo de Acionista foi automaticamente rescindido e a Companhia passou a ter controle ativo. Nesse caso, a Private Equity Partners C, LLC é o nosso principal acionista com 18,64% de nossas ações.

Em 18 de outubro de 2010, anunciamos a aquisição da Faculdade Atual da Amazônia - FAA no valor de R\$20 milhões. A FAA está localizada na cidade de Boa Vista no Estado de Roraima e possui 4.500 alunos.

Em 22 de fevereiro de 2011, anunciamos a aquisição da Faculdade de Natal – FAL no valor de R\$12,5 milhões. A FAL possui 2.400 alunos e está localizada na cidade de Natal.

Em 07 de abril de 2011, anunciamos a aquisição da Academia do Concurso, líder no segmento concursos preparatórios no Rio de Janeiro, com 29 mil alunos em 2010. A aquisição representa a nossa entrada no segmento de cursos preparatórios para concursos públicos. O valor da aquisição foi de R\$16,5 milhões. Essa aquisição inclui também a Faculdade da Academia Brasileira de Educação e Cultura – FABEC, que é situada na cidade do Rio de Janeiro, com 271 alunos, no curso de ciências contábeis, matriculados ao final de 2010.

Em 12 de abril de 2011, anunciamos a aquisição da Faculdade de Excelência Educacional do Rio Grande do Norte – FATERN no valor de R\$22 milhões. A FATERN está localizada na cidade de Natal e possui 3.350 alunos.

6.5

Evento	Reorganização societária
Principais condições do negócio	Em 31 de março de 2007, nossos únicos ativos relevantes eram nossas participações nas cinco sociedades mantenedoras detendo 99,99% do capital social de cada uma delas. Assim realizou-se a reorganização societária das sociedades: SESES, STB, SESPE, SESCE e SESPA, cujo propósito foi combinar as atividades de ensino superior desenvolvidas pelas Sociedades nas respectivas áreas de atuação geográfica.
Sociedades envolvidas	Nós, SESES, STB, SESPE, SESCE e SESPA.
Efeitos resultantes da operação no quadro societário	Não aplicável, pois não houve alteração no quadro societário.
Quadro societário antes e após a operação	Não aplicável, pois não houve alteração no quadro societário.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Evento	IPO																																																	
Principais condições do negócio	Em 27 de julho de 2007, realizamos, juntamente com o Sr. João Uchôa Cavalcanti Netto, uma oferta pública de distribuição primária de, inicialmente, 11.918.400 Certificados de Depósito de Ações (" <i>Units</i> ") e uma oferta pública de distribuição secundária de, inicialmente, 7.945.600 <i>Units</i> , pelo valor R\$22,50 por <i>Unit</i> . O valor total da operação foi de R\$446.940.000,00 divididos entre nós e o Sr. João Uchôa Cavalcanti Netto. A parte que nos coube dos recursos provenientes da operação foi utilizada para a aquisição da IREP e demais aquisições realizadas no período.																																																	
Sociedades envolvidas	Nós.																																																	
Efeitos resultantes da operação no quadro societário	Abaixo representados.																																																	
Quadro societário antes e após a operação:																																																		
Antes:																																																		
	<table border="1"> <thead> <tr> <th>Acionistas</th> <th>ON</th> <th>%</th> <th>PN</th> <th>%</th> <th>Total</th> <th>%¹</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>João Uchôa Cavalcanti Netto</td> <td>145.499.997</td> <td>97,0%</td> <td>48.499.995</td> <td>97,0%</td> <td>193.999.992</td> <td>97,0%</td> </tr> <tr> <td>Marcel Cleófas Uchoa Cavalcanti</td> <td>1.500.000</td> <td>1,0%</td> <td>500.000</td> <td>1,0%</td> <td>2.000.000</td> <td>1,0%</td> </tr> <tr> <td>André Cleófas Uchoa Cavalcanti</td> <td>1.500.000</td> <td>1,0%</td> <td>500.000</td> <td>1,0%</td> <td>2.000.000</td> <td>1,0%</td> </tr> <tr> <td>Monique Uchôa Cavalcanti de Vasconcelos</td> <td>1.500.000</td> <td>1,0%</td> <td>500.000</td> <td>1,0%</td> <td>2.000.000</td> <td>1,0%</td> </tr> <tr> <td>Outros</td> <td>3</td> <td>0,0%</td> <td>5</td> <td>0,0%</td> <td>8</td> <td>0,0%</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>150.000.000</td> <td>100,0%</td> <td>50.000.000</td> <td>100,0%</td> <td>200.000.000</td> <td>100,0%</td> </tr> </tbody> </table>	Acionistas	ON	%	PN	%	Total	%¹	João Uchôa Cavalcanti Netto	145.499.997	97,0%	48.499.995	97,0%	193.999.992	97,0%	Marcel Cleófas Uchoa Cavalcanti	1.500.000	1,0%	500.000	1,0%	2.000.000	1,0%	André Cleófas Uchoa Cavalcanti	1.500.000	1,0%	500.000	1,0%	2.000.000	1,0%	Monique Uchôa Cavalcanti de Vasconcelos	1.500.000	1,0%	500.000	1,0%	2.000.000	1,0%	Outros	3	0,0%	5	0,0%	8	0,0%	Total	150.000.000	100,0%	50.000.000	100,0%	200.000.000	100,0%
Acionistas	ON	%	PN	%	Total	%¹																																												
João Uchôa Cavalcanti Netto	145.499.997	97,0%	48.499.995	97,0%	193.999.992	97,0%																																												
Marcel Cleófas Uchoa Cavalcanti	1.500.000	1,0%	500.000	1,0%	2.000.000	1,0%																																												
André Cleófas Uchoa Cavalcanti	1.500.000	1,0%	500.000	1,0%	2.000.000	1,0%																																												
Monique Uchôa Cavalcanti de Vasconcelos	1.500.000	1,0%	500.000	1,0%	2.000.000	1,0%																																												
Outros	3	0,0%	5	0,0%	8	0,0%																																												
Total	150.000.000	100,0%	50.000.000	100,0%	200.000.000	100,0%																																												
Após:																																																		
	<table border="1"> <thead> <tr> <th>Acionistas</th> <th>ON</th> <th>%</th> <th>PN</th> <th>%</th> <th>Total</th> <th>%¹</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>João Uchôa Cavalcanti Netto</td> <td>137.554.397</td> <td>85,0%</td> <td>32.608.795</td> <td>44,2%</td> <td>170.163.192</td> <td>72,2%</td> </tr> <tr> <td>Marcel Cleófas Uchoa Cavalcanti</td> <td>1.500.000</td> <td>0,9%</td> <td>500.000</td> <td>0,7%</td> <td>2.000.000</td> <td>0,8%</td> </tr> <tr> <td>André Cleófas Uchoa Cavalcanti</td> <td>1.500.000</td> <td>0,9%</td> <td>500.000</td> <td>0,7%</td> <td>2.000.000</td> <td>0,8%</td> </tr> <tr> <td>Monique Uchôa Cavalcanti de Vasconcelos</td> <td>1.500.000</td> <td>0,9%</td> <td>500.000</td> <td>0,7%</td> <td>2.000.000</td> <td>0,8%</td> </tr> <tr> <td>Outros</td> <td>19.864.003</td> <td>12,3%</td> <td>39.728.005</td> <td>53,8%</td> <td>59.592.008</td> <td>25,3%</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>161.918.400</td> <td>100,0%</td> <td>73.836.800</td> <td>100,0%</td> <td>235.755.200</td> <td>100,0%</td> </tr> </tbody> </table>	Acionistas	ON	%	PN	%	Total	%¹	João Uchôa Cavalcanti Netto	137.554.397	85,0%	32.608.795	44,2%	170.163.192	72,2%	Marcel Cleófas Uchoa Cavalcanti	1.500.000	0,9%	500.000	0,7%	2.000.000	0,8%	André Cleófas Uchoa Cavalcanti	1.500.000	0,9%	500.000	0,7%	2.000.000	0,8%	Monique Uchôa Cavalcanti de Vasconcelos	1.500.000	0,9%	500.000	0,7%	2.000.000	0,8%	Outros	19.864.003	12,3%	39.728.005	53,8%	59.592.008	25,3%	Total	161.918.400	100,0%	73.836.800	100,0%	235.755.200	100,0%
Acionistas	ON	%	PN	%	Total	%¹																																												
João Uchôa Cavalcanti Netto	137.554.397	85,0%	32.608.795	44,2%	170.163.192	72,2%																																												
Marcel Cleófas Uchoa Cavalcanti	1.500.000	0,9%	500.000	0,7%	2.000.000	0,8%																																												
André Cleófas Uchoa Cavalcanti	1.500.000	0,9%	500.000	0,7%	2.000.000	0,8%																																												
Monique Uchôa Cavalcanti de Vasconcelos	1.500.000	0,9%	500.000	0,7%	2.000.000	0,8%																																												
Outros	19.864.003	12,3%	39.728.005	53,8%	59.592.008	25,3%																																												
Total	161.918.400	100,0%	73.836.800	100,0%	235.755.200	100,0%																																												

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Evento	Aquisição da IREP - SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR, MÉDIO E FUNDAMENTAL LTDA. ("IREP") e FACULDADE RADIAL DE CURITIBA SOCIEDADE LTDA.
Principais condições do negócio	Em 20 de agosto de 2007 foi assinado instrumento de compra e venda de quotas, o qual foi concluído em 03 de setembro de 2007, relativo à aquisição das sociedades IREP e Faculdade Radial de Curitiba Sociedade Ltda. pelo valor total de R\$56.677.500,00, com o objetivo de expandir as nossas atividades nos estados de São Paulo e Paraná.
Sociedades envolvidas	Nós, IREP e Faculdade Radial de Curitiba Sociedade Ltda.
Efeitos resultantes da operação no quadro societário	Não aplicável, pois não houve alteração no quadro societário.
Quadro societário antes e após a operação	Não aplicável, pois não houve alteração no quadro societário.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Evento	Aquisição da BRASÍLIA, ABAETÉ e INTERLAGOS
Principais condições do negócio	Em 29 de fevereiro de 2008 adquirimos, através de nossa controlada IREP - Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental Ltda., a totalidade das quotas do capital social da (i) Sociedade Interlagos de Educação e Cultura S/S Ltda., mantenedora da Faculdade Interlagos (Fintec), com 1.399 alunos regularmente matriculados, pelo valor total de R\$6.295.500,00, calculado com base no preço de R\$4.500,00 por aluno; (ii) da Sociedade Abaeté de Educação e Cultura Ltda., sociedade controladora do Instituto Euro-Latino-Americano de Cultura e Tecnologia Ltda., mantenedor da Faculdade Europan, com 1.856 alunos regularmente matriculados, pelo valor total de R\$8.352.000,00, calculado com base no preço de R\$4.500,00 por aluno; e (iii) da Faculdade Brasília de São Paulo Ltda., com 581 alunos regularmente matriculados, pelo valor total de R\$2.234.526,00, calculado com base no preço de R\$3.846,00 por aluno.
Sociedades envolvidas	IREP, Faculdade Brasília de São Paulo Ltda., Sociedade Interlagos de Educação e Cultura S/S Ltda., e Sociedade Abaeté de Educação e Cultura Ltda.
Efeitos resultantes da operação no quadro societário	Não aplicável, pois não houve alteração no quadro societário.
Quadro societário antes e após a operação	Não aplicável, pois não houve alteração no quadro societário.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Evento	Contrato de Compra e Venda de Ações
Principais condições do negócio	Em 10 de maio de 2008, firmamos com os acionistas fundadores e a Moena Participações S.A. ("Moena"), acordos mediante os quais a Moena adquiriu 47.151.040 ações de nossa emissão, ou seja, 20% do nosso capital social, pelo preço total de R\$259,3 milhões. O preço por ação contratado para a aquisição foi de R\$5,50 por ação, e foi pago integralmente pelo fundo de private equity GP Capital Partners IV, L.P., gerido por GP Investments IV, Ltd., uma subsidiária integral da GP Investments, Ltd.
Sociedades envolvidas	Nós e Moena Participações S.A.
Efeitos resultantes da operação no quadro societário	Abaixo descrito:

Quadro societário antes e após a operação:**Antes:**

Acionistas	ON	%	PN	%	Total	% ¹
João Uchôa Cavalcanti Netto	137.554.397	85,0%	32.608.795	44,2%	170.163.192	72,2%
Marcel Cleófas Uchoa Cavalcanti	1.525.900	0,9%	551.800	0,7%	2.077.700	0,9%
André Cleófas Uchoa Cavalcanti	1.501.200	0,9%	502.400	0,7%	2.003.600	0,8%
Monique Uchôa Cavalcanti de Vasconcelos	1.500.000	0,9%	500.000	0,7%	2.000.000	0,8%
Administradores e Conselheiros ²	7.001	0,0%	14.006	0,0%	21.007	0,0%
UBS Pactual Asset Management ³	1.845.920	1,2%	3.698.960	5,0%	5.544.880	2,4%
Outros	17.983.982	11,1%	35.960.839	48,7%	53.944.821	22,9%
Total	161.918.400	100,0%	73.836.800	100,0%	235.755.200	100,0%

Após:

Acionistas	ON	%	PN	%	Total	% ¹
João Uchôa Cavalcanti Netto	90.403.357	55,8%	32.608.795	44,2%	123.012.152	52,2%
Moena Participações S.A.	47.151.040	29,1%	0	0,0%	47.151.040	20,0%
Marcel Cleófas Uchoa Cavalcanti	1.525.900	0,9%	551.800	0,7%	2.077.700	0,9%
André Cleófas Uchoa Cavalcanti	1.507.700	1,0%	515.400	0,7%	2.023.100	0,9%
Monique Uchôa Cavalcanti de Vasconcelos	1.500.000	0,9%	500.000	0,7%	2.000.000	0,8%
Administradores e Conselheiros ²	7.001	0,0%	14.006	0,0%	21.007	0,0%
UBS Pactual Asset Management ³	1.845.920	1,2%	3.698.960	5,0%	5.544.880	2,4%
Outros	17.977.482	11,1%	35.947.839	48,7%	53.925.321	22,9%
Total	161.918.400	100,0%	73.836.800	100,0%	235.755.200	100,0%

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Evento	Aquisição da União Cultural e Educacional Magister Ltda.
Principais condições do negócio	Em 03 de junho de 2008, adquirimos, através da controlada IREP, a sociedade União Cultural e Educacional Magister Ltda., pelo valor de R\$4.244.996,00.
Sociedades envolvidas	IREP e União Cultural e Educacional Magister Ltda.
Efeitos resultantes da operação no quadro societário	Não aplicável, pois não houve alteração no quadro societário.
Quadro societário antes e após a operação	Não aplicável, pois não houve alteração no quadro societário.

Evento	Aquisição da Sociedad de Enseñanza Superior S.A. ("SESSA")
Principais condições do negócio	Em 14 de agosto de 2008, adquirimos, de nosso acionista controlador João Uchoa Cavalcanti Netto, 99,98% das ações da SESSA pelo valor de R\$2.337.358,52, em conformidade com o Memorando de Entendimentos firmado entre nós e os acionistas controladores da SESSA.
Sociedades envolvidas	Nós e a SESSA.
Efeitos resultantes da operação no quadro societário	Não aplicável, pois não houve alteração no quadro societário.
Quadro societário antes e após a operação	Não aplicável, pois não houve alteração no quadro societário.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Evento	Aquisição das sociedades Sociedade de Ensino Superior de Alagoas Ltda. ("SESAL"), Sociedade de Ensino Superior de Sergipe Ltda. ("SESSE"), Sociedade de Ensino Superior de Amapá Ltda. ("SESAP") e União Nacional de Educação e Cultura Ltda. ("UNEC")
Principais condições do negócio	Em 10 de outubro de 2008, adquirimos de nosso acionista controlador João Uchoa Cavalcanti Netto as participações societárias das sociedades SESAL, SESSE, SESAP e UNEC, por meio da subscrição de aumento de capital nestas sociedades no montante de R\$15.466.000,00. Após as referidas operações, passamos a deter participação de 99,99% do capital destas sociedades em conformidade com o Memorando de Entendimentos firmado por nós com os acionistas controladores das sociedades em 07 de abril de 2007.
Sociedades envolvidas	Nós, SESAL, SESSE, SESAP e UNEC.
Efeitos resultantes da operação no quadro societário	Não aplicável, pois não houve alteração no quadro societário.
Quadro societário antes e após a operação	Não aplicável, pois não houve alteração no quadro societário.

Evento	Aquisição das Sociedades Cotia, MONTESSORI e MONTESSORI IBIÚNA pela IREP.
Principais condições do negócio	Em 07 de novembro de 2008, por meio da nossa controlada IREP, adquirimos a totalidade das quotas do capital social das sociedades Maria Montessori Educação e Cultura Ltda. e Unidade de Ensino Superior Montessori de Ibiúna s/c Ltda., cujas sedes e <i>campi</i> estão localizados nas cidades de Ibiúna, Cotia e São Paulo, respectivamente pelo valor de R\$10.299.000,00.
Sociedades envolvidas	IREP, Cultura e Educação de Cotia Ltda., Maria Montessori de Educação e Cultura Ltda., e Unidade de Ensino Superior Montessori de Ibiúna S/C Ltda.
Efeitos resultantes da operação no quadro societário	Não aplicável, pois não houve alteração no quadro societário.
Quadro societário antes e após a operação	Não aplicável, pois não houve alteração no quadro societário.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Evento	Incorporação da Cotia pela controlada IREP
Principais condições do negócio	Em 30 de maio de 2010, a Cotia incorporou a Unissori e Cotia, com o objetivo simplificar controles e reduzir custos administrativos e operacionais gerando eficiência no fluxo de informações e gestão das nossas instituições controladas.
Sociedades envolvidas	IREP, Unissori e Fundação da Cultura e Educação de Cotia Ltda.
Efeitos resultantes da operação no quadro societário	Não aplicável, pois não houve alteração no quadro societário.
Quadro societário antes e após a operação	Não aplicável, pois não houve alteração no quadro societário.

Evento	Aquisição das Sociedades Unissori e Cotia
Principais condições do negócio	Em 29 de maio de 2010, realizou-se a incorporação societária das sociedades Unissori, e Fundação da Cultura e Educação de Cotia Ltda. (" <u>CEC</u> "), pela controlada IREP que teve por objetivo simplificar controles e reduzir custos administrativos e operacionais gerando eficiência no fluxo de informações e gestão das nossas instituições controladas.
Sociedades envolvidas	IREP, Unissori e Cotia.
Efeitos resultantes da operação no quadro societário	Não aplicável, pois não houve alteração no quadro societário.
Quadro societário antes e após a operação	Não aplicável, pois não houve alteração no quadro societário.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Evento	Transferência das Ações de Jade Empreendimentos Imobiliários e Participações S.A. para Monique Uchôa Cavalcanti
Principais condições do negócio	Em 03 de maio de 2010, houve a transferência das Ações de Jade Empreendimentos Imobiliários e Participações S.A. para Monique Uchôa Cavalcanti.
Sociedades envolvidas	Nós, Jade Empreendimentos Imobiliários e Participações S.A. e Monique Uchôa Cavalcanti
Efeitos resultantes da operação no quadro societário	Abaixo representado.

Quadro societário antes e após a operação:

Estácio Participações S.A. Composição Acionária		
Acionistas	ON	%
Uchôa Cavalcanti Participações S.A.	28.702.835	36,45%
Moena Participações S.A.	15.717.013	19,96%
Jade Empreendimentos Imob. e Part. S.A.	4.100.405	5,22%
Magnoliophyta Participações S.A.	8.762.142	5,50%
Tesouraria	14.500	5,50%
Administração e Conselheiros	120.371	0,00%
Outros Acionistas	21.431.352	0,15%
Total	78.739.618	100%

Quadro societário após a operação

Estácio Participações S.A. Composição Acionária		
Acionistas	ON	%
João Uchoa Cavalcanti Netto	28.702.835	36,45%
Moena Participações S.A.	15.717.013	19,96%
Monique Uchoa Cavalcanti Vasconcellos	4.100.405	5,22%
Marcel Cleófas Uchoa Cavalcanti	4.331.460	5,50%
André Cleófas Uchoa Cavalcanti	4.321.682	5,50%
Tesouraria	14.500	0,00%
Administração e Conselheiros	120.371	0,15%
Outros Acionistas	21.431.352	27,22%
Total	78.739.618	100%

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Evento	Incorporações de nossas controladas indiretas STB, SESCE; SESPA; SESPE; RADIAL; SESAL; SESSE; SESAP; UNEC; MONTESSORI; MAGISTER; BRASÍLIA; FINTEC; ABAETÉ; EUROPAN e IREP.
Principais condições do negócio	Em reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de junho de 2010, aprovaram-se as incorporações das controladas indiretas STB, SESCE, SESPA, SESPE, RADIAL, SESAL, SESSE, SESAP, UNEC, MONTESSORI, MAGISTER, BRASÍLIA, FINTEC, ABAETÉ e EUROPAN pela IREP com o objetivo de simplificar controles e reduzir custos administrativos e operacionais, gerando eficiência no fluxo de informações e gestão das instituições de ensino mantidas por nós.
Sociedades envolvidas	STB, SESCE; SESPA; SESPE; RADIAL; SESAL; SESSE; SESAP; UNEC; MONTESSORI; MAGISTER; BRASÍLIA; FINTEC; ABAETÉ; EUROPAN e IREP.
Efeitos resultantes da operação no quadro societário	Não aplicável, pois não houve alteração no quadro societário.
Quadro societário antes e após a operação	Não aplicável, pois não houve alteração no quadro societário.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Evento	Transferência das Ações de Magnoliophyta Participações S.A. para André Cleófas Uchoa Cavalcanti e Marcel Cleofás Uchoa Cavalcanti
Principais condições do negócio	As ações da Magnoliophyta foram transferidas para André Cleófas Uchoa Cavalcanti e Marcel Cleofás Uchoa Cavalcanti, que passaram a deter 4.442.521 e 4.424.321 ações, respectivamente, o que corresponde a 5,65 e 5,63% do total de nossas ações.
Sociedades envolvidas	Magnoliophyta Participações S.A. para André Cleófas Uchoa Cavalcanti e Marcel Cleofás Uchoa Cavalcanti
Efeitos resultantes da operação no quadro societário	Abaixo representado.
Quadro societário antes e após a operação	Abaixo representado.

Quadro societário antes da operação

Acionistas	ON	%
Uchôa Cavalcanti Participações S.A.	28.702.835	36,45%
Moena Participações S.A.	15.717.013	19,96%
Jade Empreendimentos Imob. e Part. S.A.	4.100.405	5,22%
Magnoliophyta Participações S.A.	8.762.142	10,50%
Tesouraria	14.500	5,50%
Administração e Conselheiros	120.371	0,00%
Outros Acionistas	21.431.352	0,15%
Total	78.739.618	100%

Quadro societário após a operação

Acionistas	ON	%
Uchôa Cavalcanti Participações S.A.	28.702.835	36,45%
Moena Participações S.A.	15.717.013	19,96%
Jade Empreendimentos Imob. e Part. S.A.	4.100.405	5,22%
André Cleófas Uchoa Cavalcanti	4.131.341	5,25%
Marcel Cleofás Uchoa Cavalcanti	4.130.501	5,24%
Tesouraria	14.500	5,50%
Administração e Conselheiros	120.371	0,00%
Outros Acionistas	21.431.352	0,15%
Total	78.739.618	100%

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Evento	Transferência das Ações da Uchoa Cavalcanti Participações S.A. para o Sr. João Uchoa Cavalcanti	
Principais condições do negócio	Em 15 de julho de 2010, ocorreu a assembleia que deliberou a dissolução da Uchoa Participações S.A. e liquidação de sua participação na Companhia, ocorrendo a transferência das ações para o Sr. João Uchoa Cavalcanti.	
Sociedades envolvidas	Nós, Uchoa Participações S.A e o Sr. João Uchoa Cavalcanti.	
Efeitos resultantes da operação no quadro societário	Abaixo representado.	
Quadro societário antes e após a operação:		
Quadro societário antes da operação		
	ON	%
Acionistas		
Uchoa Cavalcanti Participações S.A.	28.702.835	36,45%
Moena Participações S.A.	15.717.013	19,96%
Jade Empreendimentos Imob. e Part. S.A.	4.100.405	5,22%
Magnoliophyta Participações S.A.	8.762.142	5,50%
Tesouraria	14.500	5,50%
Administração e Conselheiros	120.371	0,00%
Outros Acionistas	21.431.352	0,15%
Total	78.739.618	100%
Quadro societário após a operação		
	ON	%
Acionistas		
João Uchoa Cavalcanti Netto	28.702.835	36,45%
Moena Participações S.A.	15.717.013	19,96%
Monique Uchoa Cavalcanti Vasconcelos	4.100.405	5,22%
Marcel Cleófas Uchoa Cavalcanti	4.331.460	5,50%
André Cleófas Uchoa Cavalcanti	4.321.682	5,50%
Tesouraria	14.500	0,00%
Administração e Conselheiros	120.371	0,15%
Outros Acionistas	21.431.352	27,22%
Total	78.739.618	100%

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Evento	Incorporação da Moena Participações S.A. (“Moena”)																															
Principais condições do negócio	<p>Incorporamos a Moena e o seu patrimônio líquido foi vertido para nós. O investimento em nós era o principal ativo da Moena, cujo objeto social era a participação em outras sociedades. A incorporação resultou na simplificação operacional do grupo e no aumento da respectiva transparência. O ágio registrado na Moena e atribuído à nossa expectativa de resultado futuro, no montante de R\$171 milhões, oriundo de aquisição, em 2008, de ações de nossa emissão, será, após a incorporação, amortizado fiscalmente em um período de 60 meses por nós. Todo o benefício econômico decorrente da incorporação e da dedutibilidade o ágio daí decorrente será apropriado, de forma simétrica, por todos os nossos acionistas, atuais e futuros, e não apenas pelos acionistas da Moena que não farão jus ao recebimento de ações adicionais quando da amortização do referido ágio. Não existiam passivos e/ou contingências passivas não contabilizadas a serem por nós absorvidos em decorrência da incorporação e não houve emissão de novas ações. A referida incorporação implicou na extinção de pleno direito da Moena e a entrega das ações então detidas por ela a seus acionistas, que passaram a ser nossos acionistas diretos, na proporção que já detinham no capital social de Moena. O protocolo e justificação da operação de incorporação da Moena foi aprovado em AGE realizada em 31 de agosto de 2010.</p>																															
Sociedades envolvidas	Moena e nós																															
Efeitos resultantes da operação no quadro societário	Abaixo representado.																															
	Quadro societário antes da operação:																															
	<table border="1"> <thead> <tr> <th>Acionistas</th> <th>ON</th> <th>%</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>João Uchôa Cavalcanti Netto</td> <td>28.702.835</td> <td>36,45%</td> </tr> <tr> <td>Moena Participações S.A.</td> <td>15.717.013</td> <td>19,96%</td> </tr> <tr> <td>Monique Uchôa Cavalcanti de Vasconcelos</td> <td>4.100.405</td> <td>5,21%</td> </tr> <tr> <td>Marcel Cleófas Uchôa Cavalcanti</td> <td>4.127.727</td> <td>5,24%</td> </tr> <tr> <td>André Cleófas Uchôa Cavalcanti</td> <td>4.128.715</td> <td>5,24%</td> </tr> <tr> <td>Tesouraria</td> <td>15.300</td> <td>0,02%</td> </tr> <tr> <td>Administração e Conselheiros</td> <td>125.071</td> <td>0,16%</td> </tr> <tr> <td>Outros Acionistas</td> <td>21.837.777</td> <td>27,73%</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>78.751.843</td> <td>100%</td> </tr> </tbody> </table>		Acionistas	ON	%	João Uchôa Cavalcanti Netto	28.702.835	36,45%	Moena Participações S.A.	15.717.013	19,96%	Monique Uchôa Cavalcanti de Vasconcelos	4.100.405	5,21%	Marcel Cleófas Uchôa Cavalcanti	4.127.727	5,24%	André Cleófas Uchôa Cavalcanti	4.128.715	5,24%	Tesouraria	15.300	0,02%	Administração e Conselheiros	125.071	0,16%	Outros Acionistas	21.837.777	27,73%	Total	78.751.843	100%
Acionistas	ON	%																														
João Uchôa Cavalcanti Netto	28.702.835	36,45%																														
Moena Participações S.A.	15.717.013	19,96%																														
Monique Uchôa Cavalcanti de Vasconcelos	4.100.405	5,21%																														
Marcel Cleófas Uchôa Cavalcanti	4.127.727	5,24%																														
André Cleófas Uchôa Cavalcanti	4.128.715	5,24%																														
Tesouraria	15.300	0,02%																														
Administração e Conselheiros	125.071	0,16%																														
Outros Acionistas	21.837.777	27,73%																														
Total	78.751.843	100%																														

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas**Quadro societário após a operação:**

Acionistas	ON	%
João Uchôa Cavalcanti Netto	28.702.835	36,45%
Private Equity Partners C, LLC	15.290.209	19,42%
GPCP4 – Fundo de Investimento em Participações	426.804	0,54%
Monique Uchôa Cavalcanti de Vasconcelos	4.100.405	5,21%
Marcel Cleófas Uchôa Cavalcanti	4.127.727	5,24%
André Cleófas Uchôa Cavalcanti	4.128.715	5,24%
Tesouraria	15.300	0,02%
Administração e Conselheiros	125.071	0,16%
Outros Acionistas	21.837.777	27,73%
Total	78.751.843	100%

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Evento	Alienação de controle societário
Principais condições do negócio	<p>Em 11 de agosto de 2010 os acionistas João Uchôa Cavalcanti Netto e Monique Uchôa Cavalcanti de Vasconcelos ("acionistas vendedores") realizaram um pedido de análise prévia do registro de distribuição pública primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia (a "Oferta"). O encerramento da oferta ocorreu em 08 de outubro de 2010 com a venda de 32.803.240 ações ordinárias de titularidade dos acionistas vendedores, e 3.280.324 ações ordinárias emitidas e vendidas pela Companhia, com o exercício da opção de ações suplementares ("Ações do Lote Suplementar"). As ações ordinárias vendidas na Oferta pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, considerando a colocação das Ações do Lote Suplementar, totalizaram 36.083.564 (trinta e seis milhões, oitenta e três mil, quinhentos e sessenta e quatro) ações. A realização de oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de agosto de 2010. O encerramento da oferta ocorreu em 30 de setembro de 2010 com a aprovação do preço por ação no âmbito da oferta, exercício de ações do lote suplementar Companhia com direitos e exclusões e aprovação dos documentos relativos a oferta tendo sido aprovados em ata de reunião do Conselho ocorrida na mesma data.</p>
Sociedades envolvidas	Monique Uchôa Cavalcanti de Vasconcelos, João Uchôa Cavalcanti Netto e nós.
Efeitos resultantes da operação no quadro societário	Abaixo representado.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas**Quadro societário antes da operação:**

Acionistas	ON	%
João Uchôa Cavalcanti Netto	28.702.835	36,45%
Private Equity Partners C, LLC	15.290.209	19,42%
GPCP4 – Fundo de Investimento em Participações	426.804	0,54%
Monique Uchôa Cavalcanti de Vasconcelos	4.100.405	5,21%
Marcel Cleófas Uchôa Cavalcanti	4.127.727	5,24%
André Cleófas Uchôa Cavalcanti	4.128.715	5,24%
Tesouraria	15.300	0,02%
Administração e Conselheiros	124.371	0,16%
Outros Acionistas	21.835.477	27,73%
Total	78.751.843	100%

Quadro societário após a operação:

Acionistas	ON	%
Private Equity Partners C, LLC	15.290.209	18,64%
GPCP4 – Fundo de Investimento em Participações	426.804	0,52%
Marcel Cleófas Uchôa Cavalcanti	4.127.727	5,03%
André Cleófas Uchôa Cavalcanti	4.128.715	5,03%
Tesouraria	15.300	0,02%
Administração e Conselheiros	124.371	0,15%
Outros Acionistas	57.919.041	70,61%
Total	82.032.167	100,0%

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Evento	Aquisição da Faculdade Atual da Amazônia
Principais condições do negócio	<p>Em 18 de outubro de 2010, foi aprovada em reunião do Conselho de Administração a aquisição da totalidade das quotas do capital social da SOCIEDADE EDUCACIONAL ATUAL DA AMAZÔNIA LTDA, mantenedora da Faculdade Atual da Amazônia – FAA (“FAA”), instituição com sede e campus na cidade de Boa Vista, Estado de Roraima. A operação foi realizada através da sociedade controlada IREP Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental Ltda. (“IREP”) e o valor da transação foi de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), incluindo pagamento aos sócios e assunção de obrigações da empresa. A operação será efetivada quando do cumprimento de todas as condições precedentes contratualmente previstas.</p> <p>Em setembro de 2010, a FAA possuía 4.500 alunos matriculados em seus cursos presenciais de graduação e pós-graduação, sendo a instituição líder em ensino superior privado do Estado de Roraima, com uma participação de mercado estimada em 40%.</p>
Sociedades envolvidas	IREP e nós
Efeitos resultantes da operação no quadro societário	Não aplicável, pois não houve alteração no quadro societário.
Quadro societário antes e após a operação	Não aplicável, pois não houve alteração no quadro societário.

6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial:

Não sofremos pedido de recuperação judicial, extrajudicial e falência.

6.7 - Outras informações relevantes:

ESTRUTURA SOCIETÁRIA¹

Somos uma companhia *holding* cujos principais ativos são as participações societárias em instituições de ensino superior através do controle direto e indireto. Fomos constituídos em março de 2007, a partir de uma reorganização societária, cujo propósito foi o de concentrar as atividades de ensino superior desenvolvidas pelas sociedades SESES, STB, SESP, SESCE e SESPE, sujeitas ao nosso controle direto ou indireto. Anteriormente a esta reorganização societária, nossas subsidiárias foram transformadas em sociedades com fins lucrativos, sendo que a STB, a SESP foram transformadas em setembro de 2005, a SESCE e a SESPE, foram transformadas em outubro de 2005, e a SESES, UNEC, SESA, SESS foram transformadas em fevereiro de 2007.

Em 29 de fevereiro de 2008, por meio de nossa controlada IREP adquirimos a totalidade das quotas do capital social da Interlagos, Abaeté e Faculdade de Brasília de São Paulo.

Em 14 de agosto de 2008, realizamos a aquisição de participação societária equivalente a 99,98% do capital da Sociedad de Enseñanza Superior S.A. ("SESSA"), com sede na Cidade de Assunção, Paraguai, mantenedora da Universidad de La Integración de Las Americas ("UNIDA").

Em 1º de outubro de 2008, o nosso Conselho de Administração autorizou a Diretoria a iniciar os procedimentos para a aquisição de participação societária no capital social das seguintes sociedades mantenedoras de instituições de ensino superior: SESSE, SESAL, UNEC e SESAP, mantenedora da Faculdade do Amapá.

Em 07 de novembro de 2008, por meio da nossa controlada direta IREP, adquirimos a totalidade das quotas do capital social das sociedades Maria Montessori Educação e Cultura Ltda. ("Montessori"), Cultura e Educação de Cotia Ltda. ("Cotia") e Unidade de Ensino Superior Montessori de Ibiúna S/C Ltda. ("Montessori Ibiúna"), cujas sedes e *campi* estão localizados nas cidades de Ibiúna, Cotia e São Paulo, respectivamente, pelo valor de R\$10.299.000,00.

Em 26 de março de 2010, foi emitido um laudo de incorporação societária das sociedades controladas indiretas Montessori de Ibiúna e da Cotia por nossa controlada direta IREP, que teve por objetivo simplificar controles e reduzir custos administrativos e operacionais gerando eficiência no fluxo de informações e gestão das nossas instituições controladas. A incorporação foi ratificada pelo nosso Conselho de Administração em reunião realizada em 29 de abril de 2010 e a IREP passou a sucedê-las em todos os direitos, bens e obrigações.

Em 29 de junho de 2010, nosso Conselho de Administração aprovou a incorporação das controladas indiretas STB, SESCE, SESP, SESPE, RADIAL, SESAL, SESSE, SESAP, UNEC, MONTESSORI, MAGISTER, BRASÍLIA, FINTEC, ABAETÉ e EUROPAN pela controlada direta IREP.

Em 30 de junho de 2010, a *holding* Estácio Participações é composta por 2 Centros Universitários, 25 Faculdades, 2 Universidades e 52 pólos de ensino à distância, com um total de 72 *campi*.

Em 18 de outubro de 2010 a FAA – Faculdade Atual da Amazônia foi adquirida via controlada IREP. Em setembro de 2010, a FAA possuía 4.500 alunos matriculados em seus cursos presenciais de graduação e pós-graduação, sendo a instituição líder em ensino superior privado do Estado de Roraima, com uma participação de mercado estimada em 40%. O valor da transação foi de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões

¹ Todos os números descritos citados em Estrutura societária são referentes a 30 de junho de 2010 e contemplam os alunos matriculados nas modalidades presencial e a distância.

6.7 - Outras informações relevantes

de reais), incluindo pagamento aos sócios e assunção de obrigações da empresa. A operação será efetivada quando do cumprimento de todas as condições precedentemente previstas.

Segue abaixo uma breve descrição das nossas subsidiárias²:

• **A SESES** possui um total de 144,9 mil alunos, em 30 de junho de 2010, distribuídos em 45 *campi* e 43 pólos, os quais estão localizados em 7 Estados brasileiros. A SESES é mantenedora de 1 Universidade e 8 Faculdades:

- Universidade Estácio de Sá: possui 35 *campi* no Estado do Rio de Janeiro e um total de 115 mil alunos, até 30 de junho de 2010.
- 8 Faculdades, 10 *campi* e um total de 29,9 mil alunos matriculados
 - Faculdade Estácio de Sá de Belo Horizonte (MG)
 - Faculdade Estácio de Sá de Juiz de Fora (MG)
 - Faculdade Estácio de Sá de Campo Grande (MS)
 - Faculdade de Goiás (GO)
 - Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos (SP)
 - Faculdade Estácio de Sá de Santa Catarina (SC)
 - Faculdade Estácio de Sá de Vitória (ES)
 - Faculdade Estácio de Sá de Vila Velha (ES)

• **A SESSA**, mantenedora da Universidade de La Integración de Américas – UNIDA, com sede na cidade de Assunção, no Paraguai, é uma instituição de ensino com 1 *campus* que oferece cursos de graduação nas áreas de: administração, marketing, direito, educação, informática, educação física, medicina e enfermagem, entre outros, e conta com 2,9 mil alunos matriculados em 30 de junho de 2010.

• **A IREP** possui um total de 66,9³ mil alunos em 30 de junho de 2010 distribuídos em 26 *campi* e 9 pólos, em 10 Estados brasileiros, e é mantenedora de 2 Centros Universitários e 18 Faculdades:

- Centro Universitário da Bahia
- Centro Universitário Radial
- Faculdade de Alagoas
- Faculdade do Amapá
- Faculdade Câmara Cascudo
- Faculdade Integrada do Ceará
- Faculdade do Pará
- Faculdade Integrada do Recife
- Faculdade de Sergipe

² O número de matriculados contempla os alunos dos ensinos presencial e a distância.

³ O total de alunos da IREP, ainda não contempla os 4500 alunos da FAA (Aquisição realizada em 18.10.2010) .

6.7 - Outras informações relevantes

- Faculdade Radial de Curitiba
- Faculdade Interlagos de Educação e Cultura
- Faculdade de Brasília de São Paulo
- Faculdade Magister
- Faculdade Euro – Panamericana de Humanidas e Tecnologias
- Faculdade de Educação e Cultura Montessori
- Faculdade de Tecnologia Radial de Curitiba
- Faculdade Montessori de Ibiúna
- Faculdade de Tecnologia Radial Santo André
- Faculdade Associada de Cotia
- Faculdade de Medicina de Juazeiro do Norte

Nossa sede está localizada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Brasil, e o telefone de nossa área de Relações com Investidores é +55 21 2311- 9789. Nosso *website* é www.estacioparticipacoes.com.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

VISÃO GERAL

Somos a segunda maior rede universitária privada do Brasil em termos de alunos matriculados, de acordo com dados do INEP referentes ao ano de 2008. Em 30 de junho de 2010, contávamos com 214,8 mil alunos matriculados nas modalidades presencial e à distância, em cursos de graduação e pós-graduação. Nossa rede é formada por duas universidades, dois centros universitários, 25 faculdades e 52 pólos de ensino à distância credenciados pelo MEC, com uma capilaridade nacional representada por 72 *campi*, nos principais centros urbanos de 16 estados brasileiros, estrategicamente localizadas nas proximidades das residências e/ou dos locais de trabalho de nosso público alvo de trabalhadores de classes média e média-baixa. Acreditamos possuir professores altamente capacitados, metodologias de ensino avançadas e instalações bem equipadas, e oferecemos 78 cursos de graduação nas áreas de Ciências Exatas, Ciências Biológicas e Ciências Humanas, em graduação tradicional e tecnológica. Adicionalmente, oferecemos cursos de pós-graduação *lato sensu*, cursos de mestrado e de doutorado além de diversos cursos de extensão, que acreditamos ter qualidade diferenciada e a preços competitivos, visando a formação profissional de nossos alunos e sua melhor empregabilidade. No exercício findo em 31 de dezembro de 2009 e no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2010, registramos R\$1.008,8 milhões e R\$514,2 milhões de receita líquida, respectivamente.

A partir de junho de 2008, com o compartilhamento do controle entre nossos acionistas fundadores e Moena, que foi incorporada em 31 de agosto de 2010, sendo que passaram a ser acionistas diretos Private Equity Partners C, LLC e GPCP4 – Fundo de Investimento em Participações, na gestão da empresa, iniciamos um processo de importantes mudanças em nosso modelo de negócio e estrutura organizacional, visando crescimento sustentável, com rentabilidade e foco ainda maior em qualidade. Este processo foi baseado em três principais conceitos:

- **Profissionalização da Nossa Gestão.** Ao longo de 2009, redefinimos os papéis das lideranças gerenciais e construímos um modelo de gestão orientado por resultados e meritocracia, reduzindo e otimizando níveis hierárquicos e ganhando maior produtividade e agilidade. Tal sistema busca atrelar o desempenho e remuneração variável de 220 dos nossos principais gestores a indicadores-chave individuais, claramente definidos, monitorados periodicamente e focados na (i) qualidade dos serviços prestados, (ii) satisfação dos alunos e (iii) nossa rentabilidade. Em uma iniciativa inovadora no segmento de educação no Brasil, nós implementamos um programa de remuneração variável para nossos mais de 8.000 professores, a partir do qual os 20% de melhor desempenho são premiados. A partir da implantação de um orçamento base zero, instauramos uma política de austeridade no planejamento orçamentário e gestão de custos matricial, proporcionando um alto nível de controle e disciplina e explorando as melhores práticas e ganhos com a nossa escala de operação.
- **Qualidade de Ensino.** Ao longo de 2009, nossa nova Diretoria de Ensino liderou a renovação do nosso modelo acadêmico, buscando o aumento da qualidade dos cursos oferecidos e a redução de seus custos diretos, tanto para nós quanto para o nosso público-alvo. Neste contexto, podemos destacar:
 - (i) Os currículos dos nossos 41 principais cursos, compreendendo cerca de 90% de nossa base de alunos, foram atualizados às demandas do mercado de trabalho e integrados nacionalmente;
 - (ii) Aumentamos nossa eficiência por meio da formulação de disciplinas compartilhadas, oferta de materiais didáticos on-line em cursos presenciais e introdução de atividades de auto-aprendizagem;

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

(iii) Estruturamos uma plataforma digital, o Portal do Aluno, na qual alunos e professores desempenham atividades acadêmicas como, por exemplo, estudos de caso e pesquisas, além de acessarem todos os livros disponibilizados na Biblioteca Virtual; e

(iv) Passamos a oferecer material didático completo aos alunos matriculados a partir de 2010, formado por capítulos dos melhores livros de cada área de conhecimento, licenciados das principais editoras atuantes no país. Além do forte diferencial de qualidade representado por este material, a entrega do mesmo na residência do aluno no início de cada semestre e a inclusão do seu custo integral na mensalidade, em valores mais baixos do que se o aluno tivesse que adquirir indiretamente tal material, representam um diferencial de custo importante e tangível para nosso público-alvo.

- **Centralização das Atividades de *Back-Office*.** Criamos nossa Central de Serviços Compartilhados ("CSC") que executa os serviços administrativos, financeiros, contábeis e de tecnologia da informação, do nosso escritório corporativo e de todas as nossas Unidades. Esse novo desenho contribuiu para aumentar os níveis de qualidade e eficiência de nossos processos internos, viabilizando um modelo de negócio escalável, apto a suportar crescimento futuro a um custo incremental reduzido, possibilitando a expansão de nosso negócio com maiores níveis de rentabilidade.

Acreditamos que o setor de ensino no Brasil apresenta uma grande perspectiva de crescimento, em decorrência de: (i) crescimento econômico brasileiro; (ii) alta demanda por mão-de-obra qualificada; (iii) incentivos fiscais e regulatórios promovidos pelo governo brasileiro; (iv) aumento do poder aquisitivo da população brasileira e da crescente disponibilidade de crédito educacional, tanto por parte do Governo Federal (FIES e PROUNI) como por instituições privadas; e (v) potencial de crescimento do segmento de jovens de classes média e média-baixa. Com base em dados da Consultoria Hoper e do MEC, em 2008 apenas 13,7% dos jovens brasileiros de 18 a 24 anos nesta faixa estavam matriculados em cursos de graduação, ou seja, cerca de 21,2 milhões de jovens brasileiros das classes média e média-baixa ainda não cursaram ensino superior.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

A tabela a seguir demonstra os nossos principais indicadores financeiros e operacionais para os períodos indicados:

(R\$ milhões)	Exercício encerrado em 31 de dezembro de			Variação		Período de seis meses encerrado em 30 de junho de		Variação
	2007	2008	2009	07 x 08	08 x 09	2009	2010	09 x 10
Receita Líquida	635,5	980	1.008,80	54,21%	2,94%	513	514,2	0,23%
Lucro Bruto	225,9	349,2	357,6	54,58%	2,41%	153	157,1	2,68%
EBITDA ⁽¹⁾	52,5	66,7	95,2	27,05%	42,73%	50,7	43,5	-14,20%
EBITDA Ajustado ⁽²⁾	59,3	75,8	105,3	14,16%	38,92%	56,2	50,7	-9,79%
Lucro Líquido	27,3	37,6	64,3	37,73%	71,01%	38	29	-23,68%
Número de Alunos ⁽³⁾	178,2	218,3	205,7	22,50%	-5,77%	211,4	214,8	1,61%
Novas Matrículas ⁽⁴⁾	N.A.	93	85,3	N.A.	-8,28%	53,1	47,3	-10,92%
Mensalidade média (R\$) ⁽⁵⁾	402	374,1	408,7	-6,94%	9,25%	404,5	399	-1,36%
Endividamento⁽⁶⁾								
Curto Prazo	0,2	6,7	4,7	3250,00%	-29,85%	5,4	3,3	-38,89%
Longo Prazo	0	4,8	0,8	N.A.	-83,33%	2,8	0,2	-92,86%
Endividamento Total	0,2	11,5	5,5	5650,00%	-52,17%	8,2	3,5	-57,32%

⁽¹⁾ O EBITDA, de acordo com o Ofício Circular nº 1/2007, é o lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e contribuição social, resultado financeiro líquido, depreciação e amortização e outras despesas operacionais. O EBITDA não é uma medida de demonstrações financeiras elaboradas de acordo com o BR GAAP, não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como base para distribuição de dividendos, alternativa para o lucro líquido como indicador do desempenho operacional ou para o fluxo de caixa ou, ainda, como indicador de liquidez. O EBITDA não tem uma definição padronizada e pode não ser comparável ao EBITDA utilizado por outras companhias.

⁽²⁾ O EBITDA ajustado é resultante do EBITDA, de acordo com Ofício Circular no 1/2007, somado ao resultado financeiro operacional constituído pelas receitas com multas e juros sobre mensalidades.

⁽³⁾ Total de alunos matriculados ao final de cada período indicado.

⁽⁴⁾ Número de alunos entrantes no primeiro semestre, excluindo transferências de alunos provenientes de outras instituições e alunos que retornaram após trancamento de matrícula.

⁽⁵⁾ Calculada com base na média da receita líquida mensal dividido pela base final de alunos.

⁽⁶⁾ Composto por empréstimos e financiamentos.

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

a) produtos e serviços comercializados

Nossa receita é decorrente da prestação de serviços educacionais de graduação, pós-graduação, mestrado e doutorado, tanto na modalidade presencial quanto na modalidade de ensino à distância e extensão. Além disso, auferimos receita por meio da prestação de serviços em centrais de impressão e cópias e com emolumentos cobrados de alunos para a obtenção de determinadas certificações e documentos. Informamos que a nossa renda provém da mesma fonte, desde nossa criação em 2007.

b) receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia

	Período de Seis Meses findo em 30 de junho de 2010		Exercício Social encerrado em					
			2009		2008		2007	
	R\$ milhões	%	R\$ milhões	%	R\$ milhões	%	R\$ milhões	%
Mensalidades	726,8	98,90	1.443,49	98,89	1.409,45	98,40	935,72	98,50
Outras Receitas	7,8	1,10	16,22	1,11	22,82	1,60	13,87	1,50

c) lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia

Não calculamos o lucro e o prejuízo para cada um dos segmentos em que atuamos separadamente.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

a) características do processo de produção

O processo de produção é dado pela elaboração dos conteúdos programáticos de disciplinas dos cursos de graduação tradicional, tecnológica, pós-graduação, mestrado, doutorado e ensino à distância e extensão, bem como a prestação do serviço de ensino nas modalidades citadas anteriormente. Nosso sistema operacional não envolve a produção de nenhum bem, ele é caracterizado apenas pela prestação de serviço educacional.

b) características do processo de distribuição

Comercialização e Vendas – Nossas atividades de vendas têm como objetivo atrair alunos em potencial, aumentar a permanência dos atuais alunos e consolidar a percepção do valor das nossas marcas “Universidade Estácio de Sá” e “Estácio” bastante difundidas no Estado do Rio de Janeiro, e aumentar a abrangência da marca no Brasil em uma estratégia de *co-branding* com as demais marcas utilizadas e desenvolvidas para as faculdades dos demais Estados onde estão instaladas nossas unidades. Estruturamos e direcionamos as campanhas de *marketing* de acordo com o público-alvo em questão, que inclui (i) público externo: empresas locais e seus funcionários, escolas de ensino médio, comunidades locais e agências governamentais, e (ii) público interno: ex-alunos e corpos discente e docente e funcionários. Acreditamos que uma de nossas principais ferramentas de *marketing* para atrair novos alunos é a recomendação de alunos formados. Entendemos que as atividades de *marketing* são tão importantes que possuímos, desde 1992, uma diretoria de mercado focada no aperfeiçoamento e inovação dos processos de captação, admissão e retenção de alunos. Acreditamos nos esforços de nossa diretoria de mercado aliada a um *mix* diferenciado na oferta de cursos de graduação tradicional, tecnológica, pós-graduação, mestrado, doutorado e ensino à distância e extensão. Em termos concretos, esta Diretoria trabalha com os seguintes fundamentos:

Captação – A captação de novos alunos decorre de programas estratégicos com foco em jovens adultos trabalhadores, além de processos sistemáticos de sensibilização de estudantes e professores do ensino médio, tais como feiras de profissões e encontros de alunos.

Direcionamos e segmentamos nossos esforços de *marketing* em cada localidade de acordo com os resultados de pesquisas de demanda local, buscando identificar as aspirações dos alunos em potencial.

Nossos anúncios são vinculados em vários veículos de comunicação. Também implementamos campanhas de *marketing* relacionadas aos nossos processos de seleção/ingresso e nos esforçamos para construir um relacionamento com escolas de ensino médio e empresas nos locais em que operamos e de potencial crescimento.

Vestibular – Dispomos de diversos processos seletivos que permitem a entrada de alunos. Os vestibulares de ensino presencial e à distância ocorrem periodicamente, porém as entradas ocorrem duas vezes ao ano (semestre 1 e 2) e quatro vezes ao ano (módulo 1, 2, 3 e 4) respectivamente. O ingresso desses alunos é facilitado por uma ampla oferta de convênios com empresas (bolsas corporativas, preços especiais, etc) e o processo de admissão ocorre através do: vestibular tradicional, vestibular agendado manuscrito, vestibular cursos a distância, transferência para Estácio, segunda graduação, reabertura, Enem, Prouni.

Retenção – Para manter os alunos, contamos com diversas iniciativas. Dentre elas,

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

merecem destaque:

- Programa de Treinamento Profissional – atividades extra-classe voltadas para o exercício da profissão;
- Setor de Programas e Estágios – estágios e empregos para alunos, por meio de convênios com empresas públicas e privadas. Em 2009, 27 mil dos nossos alunos estavam participando de algum programas de estágio; e
- Gabaritando: Programa de apoio estudantil. No primeiro semestre de 2010 houve um total de 60.634 inscritos.

Ademais, divulgamos os índices de satisfação auferidos por meio de nossa pesquisa de avaliação de qualidade a todos os nossos alunos, bem como as melhorias implementadas como resultado dessa pesquisa. Publicamos os resultados dos trabalhos acadêmicos de nossos alunos dentro e fora de nossas unidades. As taxas de evasão dos nossos programas diminuíram de 4,2% no segundo semestre de 2009 para 3,9% no mesmo período de 2010, o que significa um aumento em nossa capacidade de retenção de alunos de 0,3 pontos percentuais.

Os alunos ingressam em nossas universidades, que são mantidas por nossas sociedades controladas, e gozam os privilégios que lhes oferecemos. Temos atualmente 72 *campi* localizados em mais de 16 Estados brasileiros, em 35 cidades distintas. Nossa unidade administrativa central está localizada na cidade do Rio de Janeiro, no estado do mesmo nome. Toda a rede de ensino tem infra-estrutura adequada para a prestação de serviços de educação de qualidade aos alunos. Temos, aproximadamente, 3.4498 salas de aula de ensino presencial e aproximadamente 320 salas de aula de ensino a distância 1598 laboratórios de ensino¹, 72 bibliotecas, 72 auditórios e 62 núcleos prestadores de assistência jurídica gratuita, dos quais 39 estão localizados em nossas unidades e 23 em juizados especiais cíveis conveniados. Além disso, visando à melhora da percepção do valor de nossa marca, tanto em nível regional, quanto nacional, mantemos um departamento de relações institucionais ativo e implementamos campanhas para divulgar nossa marca, suas vantagens competitivas e nossos objetivos educacionais, destacando a preocupação com a empregabilidade de nossos alunos. Procuramos melhorar a percepção do valor de nossa marca em todas as regiões em que atuamos por meio dos agentes que influenciam o processo de escolha dos alunos em potencial e através de nossos clientes internos e externos.

Os esforços de vendas são coordenados por uma equipe comercial presente em todas as unidades da Estácio. Tal equipe de comercialização também é responsável por coletar informações a respeito das necessidades e preferências de clientes potenciais, a fim de direcionar o foco às atividades de aquisição de novas instituições e elaboração de novos cursos.

A presença de colaboradores, funcionários e membros da equipe comercial nas unidades possibilita o acesso a uma base de dados especializada e extensa de potenciais clientes e flexibilidade para acomodar as necessidades dos alunos. Os profissionais da equipe comercial frequentam sessões periódicas de treinamento, onde são atualizados em técnicas de atendimento ao cliente e comercialização, novos produtos e campanhas. A Companhia promove uma abordagem de vendas transparente, com o objetivo de desenvolver uma relação de confiança entre as pessoas envolvidas. Nas unidades, os colaboradores,

¹ Não estão incluídos os laboratórios de informática

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

funcionários e membros da equipe comercial provêm informações sobre os cursos, respondem a perguntas e estimulam os estudantes a conhecer os cursos que oferecemos, bem como a se cadastrar para receber uma visita ou informações adicionais sobre novos cursos e ofertas.

O planejamento da campanha de marketing é iniciado geralmente 60 dias antes do início do período letivo para a modalidade presencial e para a modalidade à distância. As ações de publicidade e marketing possuem leis que são seguidas com vigor. As campanhas da Instituição são alavancadas com base na reputação de ensino de qualidade, preços acessíveis, diversidade de cursos, colocação profissional dos alunos. Divulgam-se os cursos, dentre outros, por meio de mídias *online*, impressas, ações promocionais, feiras e outros.

c) características dos mercados de atuação:

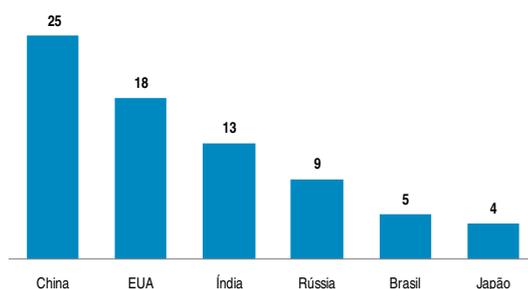
(i) Visão Geral do Setor de Ensino Superior no Brasil

O Brasil representava o quinto maior mercado de ensino superior do mundo e o maior mercado de ensino superior da América Latina, com aproximadamente 5,3 milhões de matrículas, segundo o estudo "Global Education Digest 2009" da UNESCO, com dados de 2007.

Apesar do crescimento nos últimos anos, de acordo com a consultoria Hoper e o MEC, apenas 13,7% da população brasileira entre 18 e 24 anos estava matriculada em instituições de ensino superior em 2008, uma porcentagem ainda bem abaixo da meta de 30% estipulada pelo Governo Federal para até 2010 e muito aquém da taxa de outros países em desenvolvimento como Chile e Argentina, respectivamente com índices de 52% a 67% segundo a Unesco, o que indica potencial de continuidade de crescimento do setor de ensino superior no Brasil.

Número de matrículas no ensino superior - 2007

(milhões)



Fonte: UNESCO, dados de 2007.

O setor de ensino no Brasil é altamente relevante para a economia do país, devido, principalmente, ao tamanho de nossa população. De acordo com dados do Censo da Educação do MEC/INEP, em 2009, o Brasil apresentou um total de 52,6 milhões de matrículas na Educação Básica, incluindo todas as categorias de ensino dentre educação

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

infantil, ensino fundamental, ensino médio, educação de jovens e adultos e educação profissional. Deste total, 31,7 milhões de matrículas correspondem ao ensino fundamental, 8,3 milhões ao ensino médio e 6,8 milhões ao ensino infantil, os três maiores setores de ensino do mercado brasileiro. O ensino superior, por sua vez, apresentou um total de 5,08 milhões de matrículas em 2008.

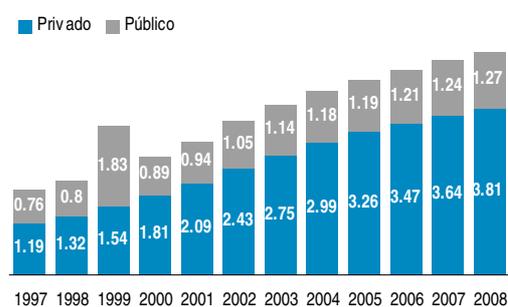
De acordo com a Hoper Educacional, o faturamento total do setor de educação superior privada no Brasil em 2009 ultrapassou R\$24 bilhões.

Dados divulgados pelo IBGE demonstram que o ensino superior cresceu a uma taxa anual composta de 10,4% de 1997 a 2008, com um total de alunos de aproximadamente 6,26 milhões. No entanto, a participação dos segmentos público e privado neste total apresenta dinâmica que corrobora as expectativas de participação cada vez maior do capital privado no ensino superior.

O setor privado tem apresentado um crescimento anual composto de 11,1% de 1997 a 2008, enquanto o setor público cresce a taxas de 4,8% ao ano no mesmo período. Com isso, o setor privado elevou sua participação de mercado de 61,0% para 74,9% de 1997 a 2008, enquanto que o setor público teve sua participação reduzida de 39,0% para 25,1%.

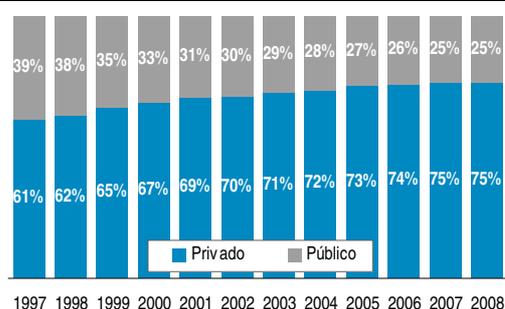
Evolução no número de matrículas no ensino superior

(milhões)



Participação no total de matrículas

(%)



Fonte: MEC, dados de 2008.

Um dos fatores para esse crescimento foi a mudança na regulamentação do setor na década de 1990. Anteriormente a 1996, o setor de educação superior no Brasil enfrentava restrições regulatórias que dificultavam a expansão da oferta de ensino superior por instituições privadas, apesar da insuficiência dos investimentos públicos nos diversos níveis do setor. A partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em dezembro de 1996, diversas medidas foram lançadas para incentivar o investimento privado no setor de educação superior brasileiro. Dentre as principais iniciativas adotadas incluem-se a flexibilização das restrições regulatórias para a abertura de cursos e instituições e a regulamentação da lei que permitiu que instituições de ensino superior fossem constituídas como empresas com fins lucrativos.

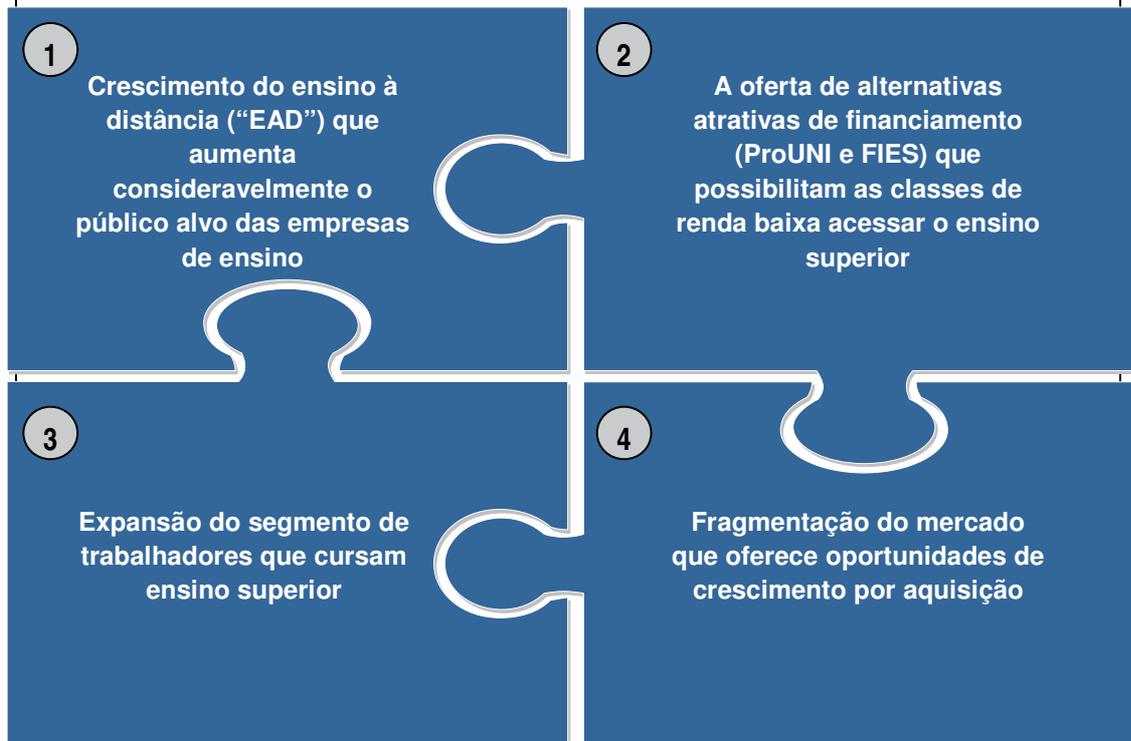
Atualmente, ao contrário do segmento de ensino básico, o ensino superior brasileiro é dominado por instituições privadas, capazes de suprir à demanda por cursos superiores não

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

atendida pelas instituições públicas. Enquanto as instituições de ensino superior públicas são direcionadas para servir como centros de excelência e pesquisa, com padrões de admissão extremamente competitivos e capacidade de expansão limitada, as instituições de ensino superior privadas voltam sua atenção para as exigências profissionais impostas pelo mercado de trabalho e desenvolvem programas flexíveis para atender às necessidades dos trabalhadores.

(ii) Alavancas de crescimento no setor

O setor de ensino no Brasil possui 4 alavancas de crescimento:



(iii) Ensino à distância

O ensino à distância surge como opção para aumentar a penetração do ensino superior no Brasil em virtude de sua mensalidade mais baixa, o que aumenta substancialmente o número de pessoas com poder aquisitivo para frequentar esses programas.

Segundo o levantamento realizado pela Associação Brasileira de Educação a Distância – ABED, no ano de 2008 havia aproximadamente 2,6 milhões de alunos matriculados em algum curso de Educação à Distância no país em 2008.

A Educação à Distância foi a modalidade que mais cresceu do mercado de ensino superior, com uma taxa composta de crescimento anual de 62% no período de 2002 a 2008. De acordo com o ABRAEAD, havia aproximadamente 728 mil alunos matriculados em cursos de ensino superior à distância no país, em 2008.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Segundo estudos da Consultoria Hoper, os fatores críticos de sucesso para as instituições que pretendem atuar no ensino superior à distância são (i) capilaridade, ou seja, a quantidade de pólos espalhados pelo país; (ii) a competência competitiva dos gestores dos pólos, de modo a captar novos alunos e reter os alunos já matriculados; (iii) a infraestrutura dos pólos e a sua adequação às necessidades dos alunos; (iv) visibilidade nacional, através de uma marca forte; e (v) credibilidade institucional e de conteúdo, incluindo a imagem que a instituição tem junto ao público alvo e ao reconhecimento de professores e autores que assinam o conteúdo educacional produzido.

(iv) Aumento de alternativas de financiamento para estudantes

O aumento das alternativas de financiamento aos alunos combinado ao crescimento do número de instituições e cursos de educação superior destinados à população de classes média e baixa podem ser vistos como oportunidades para o crescimento do número de matrículas do ensino superior no Brasil.

Visando incentivar a educação no país, algumas das alternativas de financiamento criam incentivos fiscais e financeiros para as instituições de ensino que tenham alunos matriculados nos programas do governo.

Com acesso a esses financiamentos, a população de classes média e baixa, que historicamente não tinha acesso ao ensino superior, foi a maior responsável pelo aumento no número de alunos matriculados, sendo representados, na sua maioria, por adultos trabalhadores em busca de melhores salários e oportunidades de emprego. De acordo com a Consultoria Hoper, os alunos com renda familiar de até 10 salários mínimos (equivalente a R\$5.100,0 em julho de 2010) aumentaram sua participação no total de alunos no ensino superior privado de 59,1% em 2004 para 69,2% em 2008.

Programa Universidade para Todos ("PROUNI")

O PROUNI foi criado em 2005 e dá isenção de certos tributos federais para as receitas decorrentes de cursos de graduação oferecidos pelas instituições de ensino superior que concedem uma determinada quantidade de bolsas de estudo aos alunos de baixa renda dos seus cursos de graduação e cursos relacionados. Ao fornecer isenções fiscais a instituições com fins lucrativos, o PROUNI também desempenhou o importante papel de estimular o crescimento e o investimento privado no setor de educação superior, possibilitando que as instituições com fins lucrativos oferecessem cursos a preços competitivos comparados àqueles praticados por instituições filantrópicas e sem fins lucrativos.

Para aderir ao programa, as instituições de educação superior devem firmar um contrato de 10 anos (renovável por mais 10 anos) estabelecendo o número de bolsas a serem oferecidas em cada programa, *campus* e curso. Para aderir ao PROUNI, a instituição deve: (i) cumprir suas obrigações fiscais; e (ii) oferecer bolsas de estudo.

O PROUNI exige que as instituições beneficiadas ofereçam: (i) pelo menos uma bolsa integral para cada 10,7 alunos que pagam uma mensalidade regular e estejam regularmente matriculados no fim do ano letivo anterior (8,5% da receita total); ou (ii) uma bolsa integral para cada 22 alunos que pagam a mensalidade regular em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, desde que também ofereçam bolsas de 50% ou 25% em um valor total equivalente a 8,5% de sua receita anual.

As empresas que aderem ao programa ficam isentas, durante toda a vigência de sua adesão

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

ao PROUNI, de: (i) COFINS e PIS sobre a receita de cursos de graduação e sequenciais de formação específica; e (ii) IRPJ e CSLL sobre a receita líquida proporcional à receita dos cursos de graduação e sequenciais de formação específica.

Programa de Financiamento Estudantil ("FIES")

O FIES foi criado em 1999 e oferece financiamento de até 100% das mensalidades junto às instituições de ensino superior que participam do programa e que receberam uma boa classificação do MEC.

Até o momento, mais de 500 mil alunos foram beneficiados pelo programa, e cada vez mais instituições de ensino superior são cobertas pelo programa no Brasil. Desde 2005, o FIES também oferece financiamento a alunos que recebem bolsas de estudo parciais do PROUNI. Assim, esses alunos conseguem financiar os outros 50% de seus custos de educação superior com um empréstimo do FIES.

Atualmente, os empréstimos do FIES são concedidos na seguinte ordem de prioridade:

1. Alunos que recebem bolsa de estudo de 50% do PROUNI;
2. Alunos que recebem bolsas complementares e estão matriculados em cursos considerados prioritários pelo FIES (licenciatura em química, física, matemática e biologia, bem como cursos de engenharia, geologia e outros cursos incluídos no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos);
3. Alunos que recebem bolsas complementares e estão matriculados em outros cursos;
4. Alunos matriculados em instituições de educação superior que aderiram ao PROUNI; e
5. Outros alunos inscritos em instituições de educação superior que não aderiram ao PROUNI.

Mudanças recentes

As normas do FIES mudaram recentemente para oferecer mais vantagens e tornar o programa ainda mais interessante para os alunos, principalmente aqueles que pretendem se tornar professores e doutores. As principais mudanças foram as seguintes:

1. Redução das taxas de juros de 6,5% para 3,4% ao ano, capitalizada mensalmente à taxa de 0,27901%;
2. Redução de 1% ao mês no valor da dívida para professores e doutores que optarem por trabalhar no setor público após a graduação (professores que têm de trabalhar em educação pública básica e doutores em áreas determinadas pelo Ministério da Saúde);
3. Aumento dos prazos. Atualmente, os alunos têm um prazo equivalente a três vezes a duração do curso para quitar o financiamento. Antes, o prazo era equivalente a duas vezes a duração do curso.

A Companhia acredita que essas mudanças elevarão o número de matrículas nas escolas de graduação em virtude das melhores condições para os alunos que não podem arcar com seus custos de educação. Taxas de juros mais baixas, somadas a prazos de financiamento mais longos, devem impulsionar ainda mais as matrículas, favorecendo o setor como um todo. Além disso, o governo está criando um fundo para garantir os empréstimos estudantis, o que isentará o aluno da necessidade de um fiador para seu empréstimo e tornará o programa ainda mais interessante.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

(v) Expansão do segmento formado por trabalhadores que estudam

A perspectiva de ascensão profissional e o aumento salarial significativo para os trabalhadores com diploma superior são dois fatores centrais associados à expansão do setor de ensino superior brasileiro. De acordo com a consultoria Consultoria Hoper, o Brasil é um dos países onde o fato de possuir um diploma superior exerce uma das maiores diferenças salariais no mundo, aumentando em média 171% a renda daqueles que o detém.

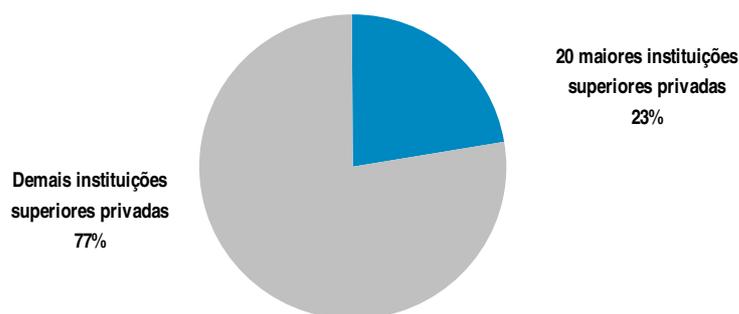
Ainda segundo a Consultoria Hoper, o aumento no número de alunos que trabalham durante o dia e estudam à noite deverá continuar impulsionando o crescimento do setor, devendo atingir 3 milhões de alunos em 2010. Adicionalmente, o crescimento no número de alunos matriculados em cursos noturnos foi 86,2% superior ao crescimento em cursos diurnos no período de 2002 a 2008.

Esperamos que o número de matrículas em instituições de ensino superior no Brasil continue a crescer em consequência de determinados fatores, tais como: (i) a perspectiva de ascensão profissional; (ii) o aumento significativo na renda individual daqueles que detém um diploma de ensino superior; (iii) a demanda substancial por trabalhadores qualificados não atendida e em expansão; e (iv) a crescente disponibilidade de alternativas educacionais para a população de Classes Média e Baixa, em função do apoio contínuo do Governo Federal ao ensino superior privado e, especificamente, do investimento privado no ensino superior.

(vi) Consolidação do setor

Em 2008, as 20 maiores instituições privadas de ensino superior no Brasil (responsáveis por 21,3% do total de alunos matriculados) apresentavam uma média de aproximadamente 45,2 mil alunos matriculados, ao passo que nas outras 1.996 instituições privadas (responsáveis por 78,7% do total de alunos matriculados) apresentavam uma média de 1,7 mil alunos matriculados, de acordo com dados do MEC.

Total de alunos matriculados



Fonte: MEC, dados de 2008.

Essa alta fragmentação proporciona oportunidades de (i) ganhos de participação de mercado; e (ii) consolidação adicional por meio de operações de fusão e aquisição. Embora tenha-se observado uma aceleração significativa do processo de consolidação no setor desde 2007 em decorrência das ofertas públicas iniciais de ações ("IPOs") observadas no setor e do aumento do interesse de empresas estrangeiras, o setor de educação brasileiro ainda está

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

bastante fragmentado.

De acordo com a Consultoria Hoper, espera-se que a concorrência entre as instituições de ensino superior privado sofra alterações significativas, uma vez que novos elementos são inseridos no cenário competitivo, incluindo as vantagens competitivas que as instituições de maior porte possuem em comparação às de porte menor. Dentre essas vantagens, incluem-se ganhos de escala e redução de custos provenientes da centralização operacional e administrativa, maior acesso a capital para financiar investimentos e maior habilidade em atrair talentos para o corpo docente e discente.

(vii) Concorrência

O setor de ensino superior no Brasil é muito fragmentado e com concorrentes em todas as localidades. Acreditamos que os fatores que influenciam a concorrência no mercado de ensino superior incluem preço, experiência educacional, tradição da instituição, corpo docente, instalações, localização e variedade de cursos, entre outros fatores. Devido à fragmentação do setor, enfrentamos diferentes níveis de concorrência, dependendo da localização de nossas unidades. De acordo com o MEC, em 2008 havia 2.016 instituições particulares de ensino superior no Brasil. Concorremos diretamente com instituições de ensino superior com e sem fins lucrativos e com alternativas ao ensino superior. As instituições privadas menores, normalmente com apenas uma unidade, têm menor capacidade de atrair e manter administração e corpo docente experientes. Têm também recursos limitados para abrir novas unidades, desenvolver e prestar serviços de educação de qualidade e montar cursos de interesse dos alunos. Entretanto, de acordo com os dados do INEP, éramos em 2009 a segunda maior rede universitária privada do Brasil em termos de alunos matriculados. Apresentamos abaixo gráfico com o número total de estudantes nas maiores universidades do Brasil em 2009 (último dado disponível).

Na Bahia, representávamos 4,8% do número total de matrículas em Salvador em 2009, de acordo com o INEP. Nosso maior concorrente nesse Estado, nesse período, era a UCSAL – Universidade Católica do Salvador, que representava 5,9% do número total de matrículas, estando o restante do mercado bastante pulverizado.

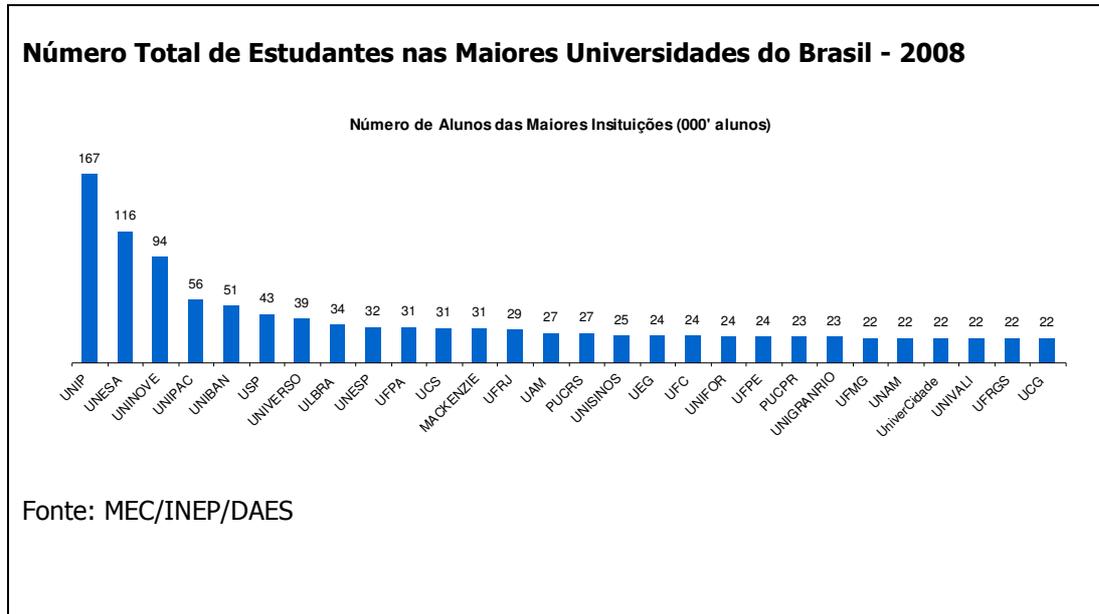
No Ceará, em 2009, detínhamos, de acordo com o INEP, 12,1% do número total de matrículas no ensino superior em Fortaleza e éramos a única faculdade privada de medicina localizada em Juazeiro do Norte. Nosso maior concorrente era a Universidade de Fortaleza – UNIFOR, que detinha 17,3% das matrículas. Em Pernambuco, em 2009, detínhamos, de acordo com o INEP, 3,2% do número total de matrículas no ensino superior em Recife. Nosso maior concorrente era a UNICAP – Universidade Católica de Pernambuco, que detinha 8,8% das matrículas.

No Pará, em 2009, detínhamos, de acordo com o INEP, 1,5% do número total de matrículas no ensino superior em Belém. Nosso maior concorrente neste Estado era a UNAMA – Universidade da Amazônia, que detinha 10,2% das matrículas.

A SESES reúne instituições de ensino superior em sete estados brasileiros (Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Santa Catarina e São Paulo), com destaque no Rio de Janeiro (23% do número total de matrículas em 2009, segundo o INEP), possuindo nos demais estados ainda uma parcela pequena do mercado.

Como se pode observar no quadro abaixo (sob o nome UNESA), em 2008, fomos vice-líderes do mercado de educação superior no Brasil.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais



7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

d. Eventual sazonalidade

Para o ensino presencial o número de alunos matriculados tem comportamento sazonal no primeiro e terceiro trimestre do ano. Esse período é mais aquecido devido ao início do ano letivo e o segundo trimestre de cada ano geralmente apresenta queda do número de matrículas, fruto da evasão transitória de alunos nesse período. Esse fenômeno tende a se repetir no início do segundo semestre de cada ano, aquecido pelas novas matrículas que abrem o período, seguido de menor atividade no quarto trimestre de cada ano. Tal padrão se repete nos cursos de graduação, pós-graduação, mestrado e doutorado.

Para o ensino à distância o número de alunos matriculados tem comportamento sazonal no início do primeiro, segundo, terceiro e quarto trimestre do ano. Os inícios de trimestre são mais aquecidos devido ao início dos cursos, quando aceitamos matrículas. Tal padrão se repete nos cursos de graduação, pós-graduação, mestrado e doutorado.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

e) principais insumos e matérias primas

i. Descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

Mantemos relacionamento de longo prazo com nossos fornecedores, tais como publicidade, editoras, limpeza, vigilância, *telemarketing*, serviços de cobrança, segurança, reformas e obras. Periodicamente, nossos fornecedores são avaliados e, conforme o caso, trabalhamos em conjunto na tentativa de resolver eventuais problemas ou substituímos o fornecedor.

Celebramos contratos de locação de computadores, *no-breaks*, bebedouros, aparelhos de ar condicionado, rádios transceptores e outros equipamentos, que são registrados em nossa contabilidade como arrendamentos mercantis. Para mais informações, favor consultar a seção 10.1(f) deste Formulário de Referência.

A editoração e reprodução gráfica dos materiais didáticos que utilizamos são realizados pela Digital Page Gráfica e Editora Ltda., por meio do contrato de produção gráfica celebrado em 27 de novembro de 2009, para a produção de livros, apostilas e materiais pedagógicos pelo prazo de 60 meses. O material didático é adquirido diretamente da Associação Brasileira de Direitos Reprográficos – para maiores informações sobre o contrato consultar a seção 7.5 (c) deste Formulário de Referência.

Por fim, celebramos em 4 de junho de 2008 contrato de consultoria com a Marone Consultoria e Participações Ltda., com vigência por 48 meses, em relação (i) às atividades acadêmicas e de ensino superior por nós desenvolvidas; e (ii) ao planejamento estratégico e desenvolvimento de novos negócios para nós, incluindo a criação de regras de não competição dos nossos acionistas com as nossas atividades. O contrato prevê que a consultoria nos será prestada com exclusividade, ficando os prestadores de serviços impedidos de trabalhar para nossos concorrentes. Inicialmente o valor do contrato foi de R\$14,0 milhões, a ser pago em parcelas, mas por meio do aditivo assinado em 15 de janeiro de 2010 conseguimos um desconto de 30% no saldo devedor e pagamos antecipadamente, quitando o contrato. Para outras informações sobre este contrato, favor consultar a seção 16.2 deste Formulário de Referência.

No tocante aos demais fornecedores, não há qualquer acordo de exclusividade, mas sim um trabalho conjunto que possibilita que programem sua produção a fim de atender a nossa demanda ou que nos notifiquem com antecedência caso prevejam atrasos. Possíveis atrasos de entregas dos fornecedores não costumam afetar a nossa operação.

ii. Eventual dependência de poucos fornecedores

Não há dependência ou vulnerabilidade em relação a qualquer fornecedor uma vez que a Companhia atua com uma vasta lista de fornecedores. Em geral, os fornecedores são selecionados com base em propostas gerais, com o objetivo de identificar aquele que ofereça os melhores termos e condições para cada negócio.

iii. Eventual volatilidade em seus preços

A nossa atividade não depende de insumos ou matérias primas, portanto, o item não se aplica. O custo de nosso serviço depende do preço do salário de nossos professores e o custo de locação de nossos imóveis.

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total***a) montante total de receitas provenientes do cliente***

Não há clientes relevantes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total da Companhia.

b) segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Não há clientes relevantes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total da Companhia.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

a) necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

O setor de educação superior no Brasil está sujeito a extensa regulamentação governamental (vide abaixo os órgãos regulatórios, consultivos, comissões e institutos) que tem por objetivo assegurar a qualidade dos projetos pedagógicos, da infraestrutura das instituições de ensino e do corpo docente, inclusive mediante controle para a abertura de novas unidades e novos cursos. Ao longo de nossa história, acreditamos ter adquirido conhecimento e experiência necessários sobre a legislação e o processo regulatório brasileiro, que nos permite reduzir significativamente o prazo médio para obtenção de autorizações para novas unidades e cursos que considerarmos abrir. Fomos ainda os pioneiros nos cursos de graduação tecnológica, que serviu de modelo para a criação de regulamentação específica por parte do MEC para acomodar tal tipo de oferta. A responsabilidade do Governo Federal de regulamentar, monitorar e avaliar instituições de ensino superior e cursos de graduação é exercida pelo MEC, pelo CNE, pelo INEP e pela CONAES.

➤ - MEC – Ministério da Educação

O MEC é a autoridade máxima do ensino superior no sistema de educação brasileiro e tem poderes, entre outros, para:

- confirmar as decisões do CNE a respeito do credenciamento e reconhecimento de instituições de ensino superior;
- confirmar os sistemas e critérios de avaliação adotados pelo INEP;
- confirmar pareceres e propostas de regulamentação do CNE;
- expedir normas e instruções para o cumprimento de leis, decretos e regulamentos que prevêm questões educacionais; e
- regulamentar e monitorar o sistema de ensino superior por meio de suas secretarias.

➤ CNE – Conselho Nacional de Educação

O CNE é um órgão assessor consultivo e deliberativo do MEC e compõe-se da CEB e da CES, cada qual composta de doze membros nomeados pelo Presidente da República. O CNE é obrigado, entre outras responsabilidades, a:

- expedir regulamentos para implementar as diretrizes do MEC, bem como oferecer aconselhamento e prestar suporte ao MEC em suas atividades e decisões;
- decidir a respeito dos pedidos de credenciamento e reconhecimento de instituições de ensino superior e aquelas que oferecem ensino à distância, com base no parecer da Secretaria competente;
- recomendar medidas à Secretaria de Educação Superior (SESU), à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) e à Secretaria de Educação à Distância (SEED), inclusive a assinatura de termos de compromisso por universidades, centros universitários e faculdades que não cumprirem os padrões de qualidade para credenciamento e reconhecimento;
- aprovar os instrumentos de avaliação para credenciamento de instituições elaborados pelo INEP; e
- impor penalidades, tais como suspensão temporária de abertura de novos processos seletivos de cursos de graduação, suspensão temporária de credenciamento de instituições de ensino superior, cassação da autorização de funcionamento de

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

instituições de ensino superior e/ou do reconhecimento do curso por elas oferecido.

➤ **INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**

O INEP é um órgão federal ligado ao MEC, cujo presidente é indicado pelo Ministro da Educação e nomeado pelo Presidente da República. O INEP tem como responsabilidades, entre outras:

- realizar visitas a instituições de ensino superior para avaliações *in loco* no processo de credenciamento e reconhecimento de instituições de educação superior e nos processos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos de graduação e sequenciais;
- realizar as diligências necessárias à verificação das condições de ensino de instituições e cursos, como subsídio para elaboração de parecer das secretarias competentes;
- conduzir pesquisa e análise de dados relacionados à educação no Brasil; e
- implementar o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES).

➤ **CONAES – Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior**

A CONAES é uma comissão sob supervisão do MEC composta de 13 membros, sendo um representante do INEP, um representante da Fundação de Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, ou CAPES, três representantes do MEC, um representante do corpo discente das instituições de ensino superior e um representante do corpo docente de instituições de ensino superior, um representante do corpo técnico administrativo das instituições de ensino superior, e cinco membros indicados pelo Ministro da Educação escolhidos entre cidadãos com notório saber científico, filosófico e artístico, e reconhecida competência em avaliação ou gestão de educação superior. Entre outras atividades, a CONAES tem como atribuições principais:

- coordenar e monitorar o SINAES;
- estabelecer as diretrizes a serem seguidas pelo INEP na elaboração de instrumentos de avaliação de cursos de graduação e instituições de ensino;
- aprovar os instrumentos de avaliação e submetê-los à homologação pelo Ministro da Educação; e
- submeter a lista dos cursos a serem avaliados pelo Exame Nacional do Desempenho dos Estudantes, ou exame ENADE, à aprovação do Ministro da Educação.

➤ **ORGANIZAÇÃO DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR**

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei Federal nº 9.394/96, a educação superior pode ser oferecida por instituições de ensino superior públicas ou privadas. Uma instituição de ensino superior privada deve ser controlada, administrada e mantida por uma pessoa física ou jurídica, denominada entidade mantenedora, responsável pela obtenção de recursos para atender às necessidades de suas entidades mantidas. A entidade mantenedora, como pessoa jurídica, é legalmente responsável por todas as suas entidades mantidas.

As instituições de ensino superior privadas podem ser:

- instituições de ensino superior privadas com fins lucrativos criadas e mantidas por uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas privadas;
- comunitárias, instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

jurídicas, inclusive cooperativas de professores e alunos que incluam na sua entidade mantenedora representantes da comunidade;

- confessionais, instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atendem a orientação confessional e ideológica específicas e que incluam na sua entidade mantenedora representantes da comunidade; e
- instituições privadas sem fins lucrativos, podendo ser beneficentes e não beneficentes.

Historicamente, instituições privadas sem fins lucrativos desfrutam de benefícios fiscais. A instituição do PROUNI, em 2004 nivelou o tratamento fiscal entre instituições de ensino com e sem fins lucrativos. Veja "Programas de Incentivo - Programa Universidade para Todos – PROUNI".

De acordo com suas prerrogativas organizacionais e acadêmicas, as instituições de ensino superior podem ser:

- **Faculdades:** As faculdades são instituições de ensino públicas ou privadas que oferecem cursos superiores em uma ou mais áreas de conhecimento; são mantidas por uma única entidade mantenedora e têm administração e direção específicas. As faculdades podem oferecer cursos em diversos níveis, a saber: cursos de graduação tradicional, graduação tecnológica, pós-graduação *lato sensu* (especialização) e *stricto sensu* (mestrado e doutorado). As faculdades não têm exigências mínimas relativas à qualificação do corpo docente e seu regime de trabalho, e não podem estabelecer novas unidades ou criar cursos e novas vagas sem autorização prévia do MEC;
- **Centros Universitários:** Os centros universitários são instituições de ensino públicas ou privadas que oferecem vários cursos de ensino superior, programas de extensão universitária e pós graduação *lato sensu* e *stricto sensu* e devem oferecer oportunidades de ensino e qualificação para seus professores e condições de trabalho para a comunidade acadêmica. Pelo menos 1/3 do corpo docente de um centro universitário deve ser composto por mestres e doutores. Além disso, pelo menos 1/5 de seu corpo docente deve ser composto de professores que trabalham em período integral. Os centros universitários têm autonomia para criar, organizar e extinguir cursos e programas de ensino superior, assim como remanejar ou ampliar vagas nos seus cursos existentes no município onde se localiza sua sede, sem autorização prévia do MEC. Os centros universitários não podem criar unidades fora do município onde se localiza sua sede; e
- **Universidades:** As universidades são instituições de educação superior, públicas ou privadas, que oferecem vários cursos superiores, atividades de extensão e desenvolvimento de pesquisa institucional. Da mesma forma que os centros universitários, pelo menos 1/3 do corpo docente de uma universidade deve ser composto por mestres e doutores. Além disso, como requisito adicional àqueles exigidos dos centros universitários, pelo menos 1/3 de seu corpo docente deve ser composto de professores que trabalham em regime de tempo integral. Assim como os centros universitários, as universidades têm autonomia para criar, organizar e extinguir cursos e programas de ensino superior, assim como remanejar ou ampliar vagas nos seus cursos existentes no município onde se localiza sua sede, sem autorização prévia do MEC. Adicionalmente, somente as universidades possuem a prerrogativa de, mediante autorização prévia do MEC, solicitar o credenciamento de novas unidades e cursos fora do município onde se localiza sua sede, desde que

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

dentro do mesmo estado.

A legislação prevê autonomia didática, científica e administrativa a universidades, centros universitários e faculdades em diferentes graus de forma que outras pessoas e instituições externas não interfiram em sua administração e nem em suas atividades científicas, culturais, didáticas e curriculares, desde que sejam seguidas as diretrizes curriculares educacionais brasileiras.

A LDB estabelece que os seguintes poderes, sem prejuízo de outros, sejam garantidos às universidades e centros universitários no exercício de sua autonomia:

- criar, organizar e extinguir cursos de ensino superior em suas dependências, sujeito à regulamentação aplicável;
- estabelecer as grades curriculares para seus cursos e programas, sujeito às diretrizes gerais aplicáveis;
- estabelecer planos, cursos e projetos relativos à pesquisa científica, produção artística e atividades extracurriculares;
- estabelecer o número de vagas disponíveis;
- elaborar e alterar seu estatuto social de acordo com as normas gerais aplicáveis; e
- conceder graus, diplomas e outros títulos.

Embora as faculdades tenham autonomia administrativa, não gozam de autonomia acadêmica e, portanto, dependem de autorização do MEC para criar novos programas e cursos superiores de graduação.

➤ **ENSINO À DISTÂNCIA**

O ensino à distância no Brasil é regulamentado pelo artigo 80 da LDB, pelo Decreto nº 5622, de 19 de dezembro de 2005, conforme alterado pela Portaria MEC nº 4059, de 10 de novembro de 2004 e pela Portaria Normativa do MEC nº 40, de 12 de dezembro de 2007 ("Portaria Normativa nº 40"). É definido como a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou momentos distintos.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases, o ensino a distância goza de tratamento diferenciado, que inclui (i) custos de transmissão reduzidos em canais comerciais de radiodifusão sonora e de sons e imagens, (ii) concessão de canais com finalidades exclusivamente educativas, e (iii) reserva de tempo mínimo, sem ônus para o Poder Público, pelos concessionários de canais comerciais.

A educação a distância pode ser ofertada nos seguintes níveis e modalidades educacionais: (i) educação básica, desde que como forma de complementar a aprendizagem ou em situações emergenciais, (ii) educação de jovens e adultos, respeitadas as especificidades legais pertinentes, (iii) educação especial, respeitadas as especificidades legais pertinentes, (iv) educação profissional, abrangendo técnicos, de nível médio e tecnológicos, de nível superior, e (v) educação superior, abrangendo cursos sequenciais, de graduação, de especialização, de mestrado, e (vi) de doutorado.

Os cursos de graduação e educação profissional em nível tecnológico poderão ser oferecidos a distância por instituições de Ensino Superior regularmente credenciadas junto ao MEC, de acordo com a Portaria Normativa (MEC) nº 40, de 12 de dezembro de 2007, devendo a

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

autorização de funcionamento dos referidos cursos ser requerida perante a Secretaria de Educação Superior. O pedido seguirá, inicialmente, procedimento específico para credenciamento, autorização e reconhecimento de ensino à distância, transitando perante os órgãos próprios do MEC, seguindo, posteriormente, o mesmo trâmite de aprovação dos cursos presenciais.

Apesar de ser caracterizado pela ausência de contato direto entre alunos e professores, a regulamentação exige que as seguintes atividades sejam desenvolvidas em momentos presenciais (i) avaliação de estudantes, (ii) estágios obrigatórios, quando previstos na legislação pertinente, (iii) defesa de trabalhos de conclusão de curso, quando previstos na legislação pertinente, e (iv) atividades relacionadas a laboratórios de ensino, conforme o caso. De acordo com o disposto no Decreto nº 5622 e na Portaria Normativa nº 40, os momentos presenciais devem ser realizados na sede da instituição de Ensino Superior ou em pólos de apoio presencial, devidamente credenciados para esta finalidade.

Os cursos e programas a distância devem ser projetados com a mesma duração definida para os respectivos cursos na modalidade presencial. A avaliação do desempenho do estudante para fins de promoção, conclusão de estudos e obtenção de diplomas ou certificados deve ser realizada mediante cumprimento das atividades programadas, de exames presenciais, que devem ser elaborados pela própria instituição de ensino credenciada, segundo procedimentos e critérios definidos no projeto pedagógico do curso ou programa.

A avaliação dos cursos de educação a distância é realizada da mesma forma que a avaliação dos cursos presenciais. Sendo identificada qualquer irregularidade ou descumprimento de condições originalmente estabelecidas, o órgão competente poderá, em sindicância ou processo administrativo, em que sejam assegurados a ampla defesa e o contraditório, aplicar penalidades de: (i) suspensão do reconhecimento de cursos superiores ou da renovação de autorização de cursos da educação básica ou profissional; (ii) intervenção; (iii) desativação de cursos; ou (iv) descredenciamento da instituição para educação a distância.

Os diplomas e certificados de cursos e programas a distância, expedidos por instituições credenciadas e registrados na forma da lei, terão validade nacional.

Os convênios e os acordos de cooperação celebrados para fins de oferta de cursos ou programas a distância entre instituições de ensino brasileiras, devidamente credenciadas, e suas similares estrangeiras, devem ser previamente submetidos a análise e homologação pelo órgão normativo do respectivo sistema de ensino, para que os diplomas e os certificados emitidos tenham validade nacional.

Somente instituições de ensino, públicas ou privadas, credenciadas podem oferecer cursos e programas na modalidade a distância, sendo que compete ao MEC promover os atos de credenciamento das instituições de Ensino Superior, e às autoridades dos sistemas de ensino estadual e do Distrito Federal promover os atos de credenciamento de instituições para oferta de cursos a distância no nível básico e, no âmbito da respectiva unidade da Federação, nas modalidades de educação de jovens e adultos, educação especial e educação profissional. Para atuar fora da unidade da Federação em que estiver sediada, a instituição deverá solicitar credenciamento no Ministério da Educação.

O credenciamento de instituição para a oferta dos cursos ou programas a distância possui prazo de validade condicionado ao ciclo avaliativo, podendo ser renovado mediante novo processo de filiação. A instituição credenciada deverá iniciar o curso autorizado no prazo de até doze meses, a partir da data da publicação do respectivo ato, ficando vedada, nesse

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

período, a transferência dos cursos e da instituição para outra mantenedora, sendo que caso a implementação de cursos autorizados não ocorra nesse prazo, os atos de credenciamento e autorização de cursos serão automaticamente tornados sem efeitos.

O ato de credenciamento de instituições para oferta de cursos ou programas a distância define a abrangência de sua atuação no território nacional, sendo que a solicitação de ampliação da área de abrangência deve ser feita ao órgão responsável do Ministério da Educação.

Aplica-se aos cursos ou programas a distância de Ensino Superior as regras de avaliação do SINAES.

No caso do Ensino Superior, as universidades e os centros universitários credenciados para oferta de educação superior a distância poderão criar, organizar e extinguir cursos ou programas de educação superior nessa modalidade, mediante comunicação ao MEC, sendo que os cursos ou programas criados somente poderão ser ofertados nos limites da abrangência definida no ato de credenciamento da instituição.

As faculdades, por sua vez, deverão solicitar ao MEC autorização para abertura de cursos e programas de educação superior a distância.

Os cursos superiores a distância devem ser reconhecidos pelo MEC. Entendemos cumprir a regulamentação relativa a nossos cursos superiores à distância em seus aspectos relevantes.

Os cursos e os programas de mestrado e doutorado a distância estarão sujeitos às exigências de autorização, de reconhecimento e de renovação de reconhecimento previstas na legislação específica em vigor. Os cursos de pós-graduação a distância foram disciplinadas pela Resolução da Câmara de Ensino Superior (Conselho Nacional de Educação) No. 01, de 03 de abril de 2001 (*stricto sensu*), e pela Resolução CES/CNE Nº 1, de 08 de junho de 2007 (*lato sensu*). As instituições que oferecem cursos de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) e *lato sensu* (especialização) deverão ser obrigatoriamente credenciadas pela União (MEC) e obedecer às exigências de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos em questão. Todos esses cursos deverão incluir, necessariamente, provas presenciais e defesa presencial de monografia ou trabalho de conclusão de curso.

➤ CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR E AUTORIZAÇÃO E RECONHECIMENTO DE CURSO

O primeiro credenciamento de uma instituição de ensino superior é necessariamente como uma faculdade. O credenciamento como universidade ou centro universitário somente é concedido após a instituição ter operado como faculdade e ter atendido a padrões de qualidade satisfatórios, dentre eles avaliação positiva pelo SINAES, bem como atender às exigências legais aplicáveis a cada tipo de instituição de ensino superior, tais como titulação mínima e regime de trabalho do corpo docente.

Atualmente, nos termos da Portaria MEC nº 2.261, de 29 de junho de 2005, o recebimento pelo MEC de pedidos de credenciamento de universidades está suspenso e deverá ser retomado mediante a edição de nova regulamentação que estabelecerá os novos requisitos necessários para tal credenciamento.

A LDB estabelece que o ensino superior deve englobar os seguintes cursos:

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

- **Cursos de graduação tecnológica** que oferecem treinamento específico e concessão de diplomas aos alunos, abertos aos candidatos que atendam às exigências estabelecidas pelas instituições de ensino superior;
- **Cursos de graduação**, incluindo graduação tradicional e tecnológica, abertos aos candidatos que concluíram o ensino médio ou equivalente e que tenham sido aprovados no processo seletivo ou vestibular;
- **Cursos de pós-graduação**, incluindo mestrado e doutorado, cursos de especialização, cursos de aperfeiçoamento e outros, abertos a candidatos que possuam diploma de um curso de graduação e que atendam às exigências previstas pelas instituições de ensino; e
- **Cursos de extensão com caráter social** que concedem certificado aos alunos, abertos a candidatos que atendam às exigências estabelecidas, em cada caso, pelas instituições de ensino.

Mesmo depois do credenciamento, por serem instituições de ensino superior, as faculdades dependem da autorização do MEC para oferecer cursos superiores de graduação. O pedido de autorização enviado pelas faculdades deve incluir documentos relativos ao projeto pedagógico do curso, informar número de vagas, lista de professores, períodos, cursos e outros detalhes acadêmicos apropriados.

Dentro de sua autonomia, as universidades e os centros universitários não dependem de autorização do MEC para criar cursos na cidade em que se localiza sua sede. Eles somente devem informar o MEC a respeito dos cursos que oferecem para fins de registro, avaliação e reconhecimento posterior. Contudo, a criação de cursos de graduação em direito, medicina, odontologia e psicologia, sejam por faculdades, universidades ou centros universitários, está sujeita à opinião das corporações de classe das profissões referidas.

Adicionalmente, e dentro de sua autonomia, as universidades também podem requerer o credenciamento de unidades e a autorização e reconhecimento de cursos fora do município onde se localiza sua sede. As unidades e os cursos não localizados na cidade da sede da universidade não desfrutam de prerrogativas de autonomia e devem ser controlados e supervisionados pela universidade.

Uma vez obtida a autorização para um determinado curso, se necessário, as instituições de ensino superior, inclusive os centros universitários e universidades, também devem requerer seu reconhecimento como condição para validação nacional do diploma. O pedido de reconhecimento deve ser feito no mínimo um ano depois do início do curso e no máximo até metade do tempo exigido para sua conclusão, e deve incluir documentos relativos ao projeto pedagógico, número de alunos, lista de professores, períodos e outros detalhes acadêmicos aplicáveis.

A autorização e o reconhecimento dos cursos e o credenciamento das instituições de ensino superior permanecem válidos por tempo indeterminado, mas devem ser renovados periodicamente, de acordo com as determinações do MEC, após processo de avaliação regular.

De acordo com a Resolução CES/CNE Nº 1, de 08 de junho de 2007, as instituições de ensino superior já credenciadas perante o MEC não necessitam de credenciamento específico para oferecer cursos de pós-graduação, mas são periodicamente avaliadas pela CAPES, conforme seção "Avaliação dos Cursos de Pós-graduação" deste prospecto.

Nossas instituições de ensino superior são credenciadas junto ao MEC. Acreditamos estar em

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

dia com todas as licenças necessárias, bem como estar tomado todas as providências necessárias para obtenção e renovação das licenças necessárias.

➤ SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR - SINAES

A Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, instituiu o SINAES, que tem por objetivo avaliar as instituições de ensino superior, os cursos de graduação tradicional e graduação tecnológica e o desempenho acadêmico dos alunos. Os esforços de monitoramento e coordenação do SINAES são realizados pela CONAES. Os resultados da avaliação de instituições de ensino superior e seus cursos são colocados à disposição do público pelo MEC. O principal objetivo desse sistema de avaliação é melhorar a qualidade do ensino superior no Brasil. Os resultados dessas avaliações são representados em uma escala de 5 níveis e serão considerados nos processos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos e de credenciamento e recredenciamento de instituições:

- os níveis 4 e 5 expressam condições acima das satisfatórias;
- o nível 3 expressa condições satisfatórias; e
- os níveis 1 e 2 expressam condições insatisfatórias.

Em caso de resultado insatisfatório, será celebrado um termo de compromisso entre a instituição de ensino superior e o MEC, contendo, entre outras disposições: (i) o diagnóstico das condições insatisfatórias; (ii) as providências a serem tomadas para corrigir as condições insatisfatórias; e (iii) os prazos e metas para recuperação.

O não cumprimento, total ou parcial, das condições previstas no termo de compromisso pode resultar em uma ou mais penalidades aplicadas pelo MEC, a saber: (i) suspensão temporária da abertura de processo seletivo de cursos de graduação; (ii) cassação do credenciamento ou recredenciamento da instituição e da autorização de funcionamento de seus cursos; e (iii) advertência, suspensão ou cassação do mandato dos coordenadores acadêmicos, no caso de instituições de ensino superior públicas.

➤ AVALIAÇÃO DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

As avaliações externas de instituições de ensino superior são realizadas pelo INEP em duas situações, quando uma instituição solicita seu primeiro credenciamento e ao final de cada ciclo avaliativo do SINAES. De acordo com a Portaria nº 300 do MEC, de 30 de janeiro de 2006, as instituições de ensino superior são avaliadas com base nos seguintes critérios, entre outros: (i) plano de desenvolvimento institucional; (ii) responsabilidade sócio-institucional; (iii) infraestrutura; (iv) acompanhamento pedagógico do aluno e sua situação financeira.

Avaliação de Cursos de Graduação Tradicional e Graduação Tecnológica

A avaliação de cursos de graduação é feita no momento do primeiro credenciamento pelo MEC e deve ser atualizada periodicamente, ao final de cada ciclo avaliativo do SINAES.

De acordo com a Portaria nº 563 do MEC, de 21 de fevereiro de 2006, essa avaliação consiste na análise da metodologia acadêmica, do corpo docente, dos corpos discente e técnico-administrativo e da infraestrutura da instituição.

Avaliação de Cursos de Pós-Graduação

A avaliação de cursos de pós-graduação, mestrado e doutorado é feita pela CAPES desde

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

1976 e aprovada pelo CNE. Os cursos são avaliados de acordo com os padrões exigidos estabelecidos para cada curso específico. A CAPES, então, atualiza sua avaliação dos cursos de pós-graduação a cada três anos, que é o período de validade de uma autorização.

Avaliação do Desempenho Acadêmico do Aluno

A avaliação do desempenho acadêmico do aluno é conduzida pelo INEP, que exige que o aluno se submeta ao ENADE, com o objetivo de verificar o conhecimento e a habilidade técnica do corpo discente. Cada prova do ENADE é desenvolvida de acordo com o teor e o currículo específicos de cada programa educacional. Os alunos matriculados em cursos superiores de graduação de bacharelado fazem o ENADE a cada três anos, sendo permitida a avaliação de apenas parte dos alunos por amostragem. Neste sistema, os alunos são avaliados ao final do primeiro e do último ano de cada curso. O primeiro ENADE ocorreu em 2004. Antes do ENADE, havia um exame semelhante chamado Exame Nacional de Cursos, ou Provão, o qual foi aplicado a alunos matriculados apenas na última série de cada curso superior e foi realizado no período de 1996 a 2003.

A nota geral de cada turma de alunos é calculada com base na média aritmética ponderada de todos os alunos de um determinado curso sorteados para o exame. O INEP avalia o desvio padrão da evolução do aluno em cada curso a fim de compará-lo com os padrões nacionais.

O conceito final de um curso é apresentado pelo MEC após a avaliação do: (i) conceito do ENADE, (ii) conceito da organização didático-pedagógica, (iii) conceito do corpo docente, e (iv) conceito da infraestrutura.

Nossos cursos são devidamente avaliados. Nos resultados das avaliações do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes ("ENADE") realizado pelo MEC/INEP em novembro de 2008, 56,2% dos alunos da Estácio obtiveram nota 3 ou acima de 3 (em uma escala de 1 a 5), enquanto a média de alunos com nota acima de 3 das instituições de ensino superior brasileiras foi de apenas 41,9%.

Nota ENADE	Alunos Estácio	Alunos de outras instituições
SC	26,8%	34,3%
1	1,5%	4,3%
2	15,5%	19,6%
3	50,5%	25,3%
4	5,7%	12,6%
5	0,0%	4,0%
	100,0%	100,0%

Fonte: <http://enade.inep.gov.br/enadeResultado/site/resultado.seam>

➤ TRANSFERÊNCIA DE CONTROLE DE ENTIDADES MANTENEDORAS

A transferência de uma instituição de ensino superior para uma nova mantenedora deve ser submetida a aprovação pelo MEC. A nova entidade mantenedora deve atender às exigências necessárias para credenciamento de uma instituição de ensino superior e oferecer toda a

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

documentação apropriada, comprovando capacidade econômico-financeira e acadêmica para tal. A mudança de entidade mantenedora não será permitida se a nova entidade mantenedora tiver recebido penalidades de qualquer autoridade do sistema de educação federal nos últimos cinco anos, seja diretamente ou por meio de qualquer de suas entidades mantidas.

A LDB estabelece também que quaisquer alterações estatutárias na entidade mantenedora, devidamente averbadas pelos órgãos competentes, deverão ser comunicadas ao MEC.

Com relação à transferência de cursos ou programas oferecidos por instituição de educação superior, nos termos do Regulamento da LDB, tal transferência é vedada se realizada entre Mantenedoras, não existindo qualquer restrição legal ou regulamentar quanto à transferência de cursos ou programas entre instituições de educação superior vinculadas a uma mesma entidade mantenedora.

➤ PROGRAMAS DE INCENTIVO

Programa Universidade para Todos – PROUNI

O PROUNI é um programa de benefícios fiscais criado pela Medida Provisória nº 213, de 10 de setembro de 2004, posteriormente transformada na Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, que dispõe sobre a isenção de determinados impostos federais a instituições de ensino superior que concedam bolsas de estudo integrais e parciais a alunos de baixa renda matriculados em cursos de graduação tradicional e graduação tecnológica.

As instituições de ensino superior privadas podem aderir ao PROUNI por meio da assinatura de um termo de adesão válido por dez anos e renovável pelo mesmo período. Esse termo de adesão deve prever o número de bolsas de estudo a serem oferecidas em cada curso, unidade e turma, e um percentual de bolsas de estudo para cursos de ensino superior a serem concedidas a indígenas e afro-brasileiros. Para aderir ao PROUNI, uma instituição de ensino deve:

- estar em dia com suas obrigações fiscais; e
- cumprir os seguintes requisitos: (i) oferecer no mínimo uma bolsa de estudo integral para cada 10,7 alunos regularmente pagantes devidamente matriculados no final do ano letivo anterior, excluindo bolsas de estudo integrais concedidas pelo PROUNI ou pela instituição; ou (ii) oferecer uma bolsa de estudo integral para cada 22 alunos regularmente pagantes em cursos de graduação tradicional e graduação tecnológica, desde que ela também ofereça 50% ou 25% de bolsas de estudo no valor total equivalente a 8,5% da receita anual de alunos pagantes regulares matriculados em um determinado ano letivo em cursos de graduação tradicional e graduação tecnológica.

A relação entre o número de bolsas de estudo e os alunos regularmente pagantes deve ser observada anualmente. Se essa relação não for observada durante um determinado ano letivo devido à saída de alunos, a instituição deve ajustar o número de bolsas de estudo de maneira proporcional para o ano letivo seguinte.

Segundo a Instrução Normativa SRF nº 456, de 5 de outubro de 2004, uma instituição de ensino superior privada que aderiu ao PROUNI fica isenta, total ou parcialmente, dos seguintes impostos, durante o período em que o termo de adesão estiver em vigor:

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

- IRPJ, e CSLL, com relação à parcela do lucro líquido proporcional às receitas provenientes de cursos de graduação tradicional e graduação tecnológica; e
- Cofins e PIS, referentes às receitas provenientes dos cursos de graduação tradicional e graduação tecnológica.

Se uma instituição de ensino superior solicitar sua exclusão do PROUNI, as isenções fiscais serão suspensas a partir da data da solicitação e deixarão de ser aplicáveis por todo o período da base de cálculo.

Quanto ao PROUNI, somos uma instituição credenciada e portanto nos valem os benefícios.

Programa de Financiamento Estudantil - FIES

O Programa de Financiamento Estudantil, ou FIES, criado pela Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001 é um programa do MEC para financiar alunos que não podem arcar com o custo total de sua educação. Para receber os benefícios do FIES, os alunos devem estar regularmente matriculados em uma instituição de ensino superior privada registrada no FIES que tenha avaliação positiva do MEC. Segundo o FIES, a Caixa Econômica Federal, ou CEF, gerencia o financiamento de até 70% das mensalidades dos cursos oferecidos pela instituição de ensino superior. As instituições de ensino superior privadas não gozam de benefícios fiscais relativos ao FIES.

Durante o curso de graduação, o aluno deve pagar à instituição de ensino a parcela da mensalidade não coberta pelo FIES, devendo também pagar, trimestralmente, juros de 9% ao ano, incidente sobre o financiamento, que não poderá exceder o montante de R\$50 a cada três meses. O pagamento do principal deverá ser feito após um ano da conclusão do curso.

➤ REFORMA UNIVERSITÁRIA

O Congresso Nacional está debatendo atualmente o Projeto de Lei nº 7.200/2006 (também conhecido como Reforma Universitária) que poderá introduzir mudanças no atual regime regulatório, dentre as quais podem se destacar, no que se refere às instituições privadas:

- exigência de que pelo menos 70% do capital com direito de voto das sociedades com fins lucrativos que mantêm as instituições de ensino sejam detidos direta ou indiretamente por brasileiros natos ou naturalizados;
- proibição de franquias no setor de ensino superior;
- entidades mantenedoras de instituições de ensino superior não poderão mais fazer doações a partidos políticos e candidatos;
- somente as instituições de ensino superior credenciadas há no mínimo cinco anos e com desempenho satisfatório na avaliação e supervisão do MEC poderão se tornar universidades e centros universitários;
- universidades e centros universitários serão obrigados a ter um comitê interno para fins acadêmicos e comunitários composto por representantes da comunidade, da comunidade acadêmica e por representantes da mantenedora limitado a 20% do colegiado; e
- os cursos de graduação com avaliações positivas do MEC poderão aumentar suas vagas em até 50% sem necessidade de aprovação prévia do MEC.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Se essa reforma for aprovada, as instituições de ensino superior terão dois anos para se adaptar às novas regras a contar do ano seguinte à publicação da legislação relevante. A reforma ainda está em estágio inicial de debate no Congresso Nacional e não é possível prever se será alterada ou aprovada, nem quais efeitos terá sobre as instituições de ensino superior privadas e suas entidades mantenedoras.

A nossa Administração entende ter bom relacionamento com o MEC, que se reflete no curso normal de obtenção das autorizações necessárias para a condução de nossas atividades.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

b) política ambiental da Companhia e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental:

Práticas Ambientais e Projetos Sociais Desenvolvidos

Estamos sujeitos a leis e regulamentos locais, estaduais e federais relativos à proteção do meio ambiente.

Antes da aquisição e ou locação de qualquer imóvel, são devidamente avaliados todos os aspectos ambientais relevantes, com ênfase para a eventual existência de mananciais, árvores, vegetação e a eventual ocorrência de áreas de preservação permanente. Todos os custos relativos ao cumprimento da regulamentação ambiental à qual estamos sujeitas são considerados nos estudos de viabilidade de nossos empreendimentos.

Adotamos algumas práticas para aumentar ainda mais o nosso comprometimento com a proteção ambiental e desenvolvimento social das comunidades onde estamos inseridos. Atuamos na proteção do meio ambiente por meio de diversos projetos de responsabilidade socioambiental, a saber:

Escola Ambiental Aprendizizes da Natureza: promoção da consciência ecológica através de atividades didáticas como oficina de educação ambiental, reciclagem de lixo e ética e cidadania ambiental para alunos de escolas públicas da região metropolitana de Fortaleza e sociedade em geral;

Plantio de árvores: mitigação dos efeitos causados pela emissão de carbono, durante as atividades da VI Semana Acadêmica da unidade de Curitiba, por meio do plantio de 1.000 árvores nativas da região;

Exposição de brinquedos recicláveis: conscientização acerca da importância da reciclagem por meio de exposição, na unidade de Ourinhos, de objetos e brinquedos para crianças feitos com materiais recicláveis que haviam sido descartados como lixo;

Prado Solidário: realização de ações de responsabilidade socioambiental visando o desenvolvimento sustentável na comunidade do Prado, Recife.

Em 30 de junho de 2010, não aderíamos formalmente a quaisquer padrões relativos à proteção ambiental.

Dada a natureza de nossa atividade, os nossos custos para o cumprimento da legislação ambiental não são relevantes, representando menos de 0,1% da nossa receita líquida.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

c) dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

Marcas

No Brasil, a propriedade de uma marca adquire-se somente pelo registro validamente expedido pelo INPI, órgão responsável pelo registro de marcas e patentes, sendo assegurado ao titular seu uso exclusivo em todo o território nacional por um prazo determinado de 10 anos, passível de sucessivas renovações. Durante o processo de registro, o depositante tem apenas uma expectativa de direito para utilização das marcas depositadas aplicadas para a identificação de seus produtos ou serviços. O prazo de vigência e os requisitos para a prorrogação dos registros de marca no exterior são determinados de acordo com as normas do país em que as marcas encontram-se registradas.

Somos titulares de várias marcas registradas e pedidos de registro de marcas depositados no INPI.

Nossas principais marcas, incluindo as de nossas controladas, registradas ou em processo de estão enumeradas nos quadros do item 9.1 (b) deste Formulário de Referência.

Nossa atividade, contudo, não depende das nossas marcas. Em caso de perda de alguma marca, nossa atividade não sofrerá prejuízos.

Patentes

Não somos titulares de patentes.

Concessões

Não há.

Franquias

Não há.

Contratos de Royalties

Possuímos os seguintes contratos:

- Em 11 de fevereiro de 2008, celebramos um contrato de parceria com a *ADF Le Centre de Formation d'Alain Ducasse* (França), em caráter de exclusividade, para a criação da 'Academie Alain Ducasse' no *campus* da Universidade da Estácio de Sá (RJ) para o curso de gastronomia. Como remuneração, pagamos *royalties* no valor de 150 mil euros anuais, pagos quadrimestralmente.
- Em 07 de julho de 2010, nossa controlada IREP celebrou um contrato para a criação de um curso de Hotelaria com a Lausanne Hospitality Consulting ("LHC"). A operação se encontra em fase de estruturação.
- Em 19 de dezembro de 2005, nossa controlada SESES celebrou um contrato para upgrade no curso de Hotelaria com a LHC, e as atividades estão sendo prestada no Rio de Janeiro. As mesmas instituições firmaram um acordo para a Certificação Acadêmica conjunta para do curso de Hotelaria, em 7 de junho de 2006.
- Em 17 de novembro de 2009, firmamos contrato para acesso à biblioteca virtual com a Pearson Education do Brasil Ltda., por meio do qual os alunos de nossas instituições de ensino têm acesso ao conteúdo desse site. O contrato ficará vigente

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

por 24 meses.

- Em 5 de maio de 2009, nossa controlada SESES firmou contrato de compra e venda de conteúdo de livros e material didático com a Associação Brasileira de Direitos Reprográficos. O presente contrato está vigente por prazo indeterminado.

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

Possuímos uma controlada no Paraguai que possui independência administrativa, financeira e operacional. Essa sociedade, qual seja, Sociedad de Enseñanza Superior S.A. está em fase de organização pré-operacional e com os sistemas contábeis ainda não plenamente estruturados, portanto, em 30 de junho de 2010 não geraram receitas relevantes.

a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede da Companhia e sua participação na receita líquida total da Companhia

Todas as nossas receitas relevantes são provenientes do Brasil. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, elas totalizaram R\$1.008 milhões. No semestre findo em 30 de junho de 2010, elas totalizaram R\$514 milhões.

b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total da Companhia

Não aplicável, pois as sociedades no Paraguai são pré-operacionais não geram receitas relevantes.

c) receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total da Companhia

Não aplicável, pois as sociedades no Paraguai são pré-operacionais não geram receitas relevantes.

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

O Paraguai possui um órgão responsável pela regulação da criação dos cursos de ensino semelhante ao Ministério da Educação no Brasil. As Leis nº 1.264 de 1998 ("Lei Geral da Educação") e Lei nº 136 de 1993, alterada pela Lei nº 2529 de 2006 ("Lei das Universidades") são o marco regulatório no país. Uma vez cumpridos os requisitos da Lei Geral da Educação e da Lei das Universidades no momento da constituição da instituição de ensino, esta está apta a operar e, posteriormente, será impedida de operar apenas no caso de faltas graves. Não existe uma sistemática dinâmica de avaliação e regulação dos cursos de instituições similar à avaliação brasileira. Obedecemos à regulamentação daquele país, sendo que a nossa operação naquele país foi devidamente autorizada quando de nossa constituição. Até a data deste Formulário de Referência não cometemos qualquer falta que possa ser considerada grave que tenha impedido a nossa operação.

7.8 - Relações de longo prazo relevantes

Não possuímos relações de longo prazo relevantes que não foram descritas nos itens acima.

7.9 - Outras informações relevantes

Seguem abaixo algumas informações adicionais que julgamos relevantes:

NOSSOS PONTOS FORTES

Acreditamos que nossos pontos fortes são:

Forte posicionamento para explorar o potencial crescimento do mercado. Acreditamos que o conjunto dos seguintes fatores nos coloca em posição privilegiada para explorar e atender o mercado de ensino superior privado: (i) presença nacional, com unidades distribuídas nos maiores centros urbanos do país; (ii) amplo *portfólio* de 78 cursos de graduação presencial e à distância, direcionados à população das classes média e média-baixa, bem como cursos de pós-graduação *lato sensu*, cursos de mestrado e de doutorado além de diversos cursos de extensão, (iii) comprovada capacidade empresarial e financeira de inovação e melhoria de nossos cursos, objetivando a constante diferenciação em relação à concorrência, como, por exemplo, o lançamento de novos cursos, as diferentes formas de distribuição de conteúdo (EAD e disciplinas *on-line*), a renovação e atualização de nossos currículos, a utilização de disciplinas padronizadas e compartilhadas e a criação de material didático com o seu valor já incluso na mensalidade, e (iv) nossa marca "Estácio", a qual acreditamos que seja amplamente reconhecida no mercado educacional brasileiro, desfrutando de uma sólida reputação no mercado, fortemente associável a um ensino de qualidade, acessível para a população das classes média e média-baixa.

Qualidade diferenciada de ensino. Nosso novo modelo de ensino é desenvolvido por uma equipe acadêmica central, altamente capacitada, com o objetivo principal de oferecer um produto de qualidade diferenciada aos nossos alunos. Os currículos dos nossos cursos são nacionalmente integrados, atualizados às demandas do mercado de trabalho e seguindo os pré-requisitos regulatórios. Nossa metodologia de ensino utiliza conteúdos diferenciados, distribuídos em materiais impressos e ferramentas *on-line* produzidos pela nossa equipe de especialistas e também em parceria com as melhores editoras atuantes no Brasil. Contamos ainda com um corpo docente altamente qualificado a partir dos nossos programas de capacitação e treinamento, de programas acadêmicos padronizados, e de ferramentas e metodologias de ensino pré-definidas.

Gestão operacional profissional e integrada. Nosso modelo de gestão é orientado por resultados e focado na busca de qualidade do ensino oferecido aos nossos alunos. Possuímos um sistema de gestão e avaliação de desempenho baseado em indicadores atribuídos a todos os gestores de nossas Unidades, abrangendo desde a qualidade do ensino e do atendimento aos alunos à rentabilidade de nossas operações. A mesma sistemática de definição de metas e acompanhamento periódico com a aferição de desempenho e remuneração variável é aplicada aos gestores das atividades de apoio (*back-office*) e áreas corporativas. Atualmente, são mais de 220 gestores que possuem metas específicas e remuneração variável dependente de seu desempenho, bem como de nosso desempenho, além de forte disciplina e previsibilidade orçamentária.

Modelo de negócio escalável com habilidade para crescer com rentabilidade. Com a conclusão de nossa reestruturação acadêmica e organizacional, em 2009, acreditamos ter condições de expandir nossas operações de forma orgânica e via aquisições, gerando importantes ganhos de eficiência a partir de nosso modelo de negócio escalável, capaz de absorver um número maior de unidades e alunos a um custo incremental reduzido.

Solidez Financeira. Possuímos um balanço patrimonial sólido, com reservas de caixa de R\$172,3 milhões em 30 de junho de 2010 e uma capacidade de geração e captação de recursos adicionais que nos possibilita investir em nosso crescimento e na melhoria contínua de nossos serviços. Adicionalmente, mantemos uma administração financeira diferenciada, focada na rentabilidade e qualidade de nossos indicadores financeiros, tais como (i) geração de fluxo de caixa operacional, (ii) controle de capital de giro e (iii) controle da nossa carteira de recebíveis e inadimplência,

7.9 - Outras informações relevantes

resultando em uma redução de nossa provisão para devedores duvidosos de 4,3% da receita em 2009 para 3,9% no período de seis meses findo em 30 de junho de 2010. Além disso, somos a única empresa aberta do setor de ensino no Brasil que praticou um *pay-out ratio* de dividendos de 50% do lucro líquido ao longo dos últimos dois exercícios fiscais, tendo distribuído, em abril de 2010, dividendos no valor de R\$30,5 milhões referentes ao exercício de 2009.

NOSSA ESTRATÉGIA

Nossa estratégia orienta-se pelos seguintes princípios:

Crescimento. Para capturarmos as oportunidades do setor de ensino brasileiro, pretendemos expandir nossas atividades por meio de:

- **Aumento da base de alunos matriculados.** Nossa captação de novos alunos é alavancada por meio de programas de *marketing* e por nossa força de vendas estruturada, que trabalha em coordenação com nossas Unidades e nosso *call-center* no contato direto com nosso público-alvo através de pontos de venda e iniciativas de *trade-marketing* específicas e em programas com empresas, órgãos públicos e escolas, feiras universitárias e outros eventos importantes para o *sourcing* de alunos em potencial. Buscamos ainda níveis crescentes de retenção de nossos alunos ao longo de seus cursos, a partir da melhoria de nossos serviços de atendimento, apoio acadêmico e programas de fidelização.
- **Inovação na oferta de cursos.** Reavaliamos regularmente o conjunto de cursos que oferecemos em nossas Unidades (*Campi*), com base nas necessidades do mercado de trabalho e tendências de desenvolvimento econômico específicas de cada região. Como exemplos, podemos citar os cursos na área de Petróleo & Gás que lançamos com sucesso nos últimos anos, o que acreditamos tenha sido reflexo da elevada demanda a partir do desenvolvimento da indústria petrolífera nacional, e os de turismo e hotelaria que estamos expandindo para outras cidades para atender às oportunidades geradas pela realização no Brasil da Copa do Mundo em 2014 e dos Jogos Olímpicos em 2016. Adicionalmente, estamos desenvolvendo uma nova estratégia para educação continuada, incluindo a ampliação da oferta de nossos cursos de Pós-Graduação e o lançamento de cursos livres de curta duração, incluindo cursos preparatórios para concursos e de especialização, que acreditamos ter grande potencial de mercado, e que podem ser distribuídos através de nossa infraestrutura existente e plataforma *on-line* e à distância disponíveis.
- **Expandir nossa atuação no ensino à distância.** Acreditamos que o segmento de EAD apresenta forte tendência de crescimento, dada a sua atratividade de preço e maior conveniência de locomoção, podendo atrair alunos das classes média-baixa e baixa. Lançamos nossos cursos de EAD em julho de 2009 e já atingimos a marca de 20.900 alunos em 30 de junho de 2010. Creditamos esse sucesso à qualidade de nossos programas e à infraestrutura tecnológica e de apoio, além da qualificação de nossos professores tutores envolvidos nas atividades de suporte aos alunos e coordenação dos cursos. Pretendemos continuar alavancando nosso crescimento em EAD a partir do lançamento de novos cursos nessa plataforma, para o que temos livre autonomia regulatória a partir de nossa subsidiária Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda., e também através da abertura e credenciamento junto ao MEC de novos pólos além dos atuais 52 em operação.
- **Abertura de novas unidades.** A partir de nossos estudos e inteligência de mercado, já identificamos oportunidades de abertura de novas unidades em localidades com demanda ainda não atendida pelas instituições de ensino locais. Estamos em processo para credenciar algumas de nossas "Faculdades" como "Centros Universitários", a fim de,

7.9 - Outras informações relevantes

conforme preceitos regulatórios, ampliar nossa autonomia para o lançamento de novos cursos e a abertura de novas unidades, acelerando assim nosso crescimento orgânico.

- **Aquisições e consolidação do mercado.** O segmento de ensino superior no Brasil é altamente fragmentado, com aproximadamente 1.600 empresas mantenedoras representando cerca de 75% do faturamento total do setor de acordo com relatório da Consultoria Hoper de 2009, sendo a grande maioria dessas instituições empresas de pequeno e médio porte de administração familiar. A partir de nosso modelo de negócio escalável e disponibilidade de recursos, pretendemos expandir nossas atividades através de aquisições de empresas que complementem nossa estratégia de atuação e presença geográfica em todo o Brasil. Elaboramos um programa de aquisições para os próximos 5 (cinco) anos, no qual pré-selecionamos um grupo de 130 empresas-alvo que somam cerca de 600.000 alunos presentes em 54 cidades de nosso interesse, dentre mais de 340 instituições de ensino superior com mais de 2 mil alunos analisadas. Temos um time de profissionais trabalhando na abordagem, estudo e negociação dessas possíveis aquisições e um modelo de integração de futuras aquisições já estruturado.

Qualidade e Diferenciação do Produto. Continuaremos desenvolvendo e oferecendo ensino universitário de qualidade, com cursos constantemente atualizados às necessidades e perfis de nossos alunos, ministrados por um corpo docente altamente capacitado, contando com as mais modernas metodologias e ferramentas pedagógicas, em instalações bem mantidas e convenientemente localizadas. Acreditamos que nossa capacidade de inovação e desenvolvimento constante, como a recente reformulação de todo nosso modelo acadêmico, e o permanente aperfeiçoamento de nossos professores e demais colaboradores representarão um diferencial competitivo cada vez mais forte no segmento de educação superior, na direção de um crescimento acelerado frente à concorrência.

Ganhos de eficiência e rentabilidade. Trabalhamos nos últimos dois anos para consolidar nosso modelo de gestão focado em resultados, um modelo de negócio replicável e uma estrutura organizacional escalável. Acreditamos estar plenamente capacitados para crescer organicamente e via aquisições, aprimorando nossa eficiência operacional e rentabilidade, pois podemos absorver uma quantidade maior de atividades a custos incrementais reduzidos. Da mesma forma, à medida que absorvemos novas operações e unidades via aquisições, passaremos a introduzir em tais empresas nosso modelo acadêmico mais eficiente e de melhor qualidade, assim como nossas melhores práticas de gestão e escala de operações, contribuindo para um melhor resultado operacional e financeiro consolidado da organização.

Perpetuação da cultura organizacional e do nosso modelo de gestão. Acreditamos que a gestão profissionalizada, focada em qualidade e eficiência, seja o principal diferencial competitivo de longo prazo em nosso segmento. Investimos permanentemente na atração, retenção, treinamento e promoção dos melhores talentos humanos. Adotamos um modelo organizacional transparente e de forte comunicação no qual os valores e idéias são disseminados ativamente através de toda a Companhia, contribuindo para o fortalecimento de nossa cultura e desenvolvimento de nossos colaboradores. Dessa forma, buscamos formar sempre profissionais de alta qualificação, prontos para assumir cargos de liderança, garantindo assim o crescimento com rentabilidade de nossas atividades de forma auto-sustentável no longo prazo.

7.9 - Outras informações relevantes

PROGRAMAS ACADÊMICOS

Em 30 de junho de 2010, tínhamos aproximadamente 214.789 mil alunos matriculados em aproximadamente 365¹ cursos de diferentes áreas de conhecimento nas modalidades presencial e a distância. Embora a maioria seja de cursos de graduação tradicional e tecnológica, também oferecemos cursos de especialização, mestrado, doutorado e extensão.

A duração dos nossos cursos de graduação tradicional varia de quatro a seis anos e de graduação tecnológica dura em torno de dois anos. Os cursos de mestrado e doutorado variam de um a dois anos e meio.

Determinamos os cursos que ofereceremos em cada uma de nossas unidades com base nas diretrizes do Ministério da Educação e de acordo com a demanda local. Para entendermos essa demanda, realizamos pesquisas periódicas para identificar oportunidades para criação de novos cursos.

A tabela a seguir apresenta nossas principais ofertas de cursos por modalidade e o número de alunos matriculados em 30 de junho de 2010:

Modalidades	Número de Cursos ⁽¹⁾		Alunos Matriculados ⁽²⁾
	Presencial	À Distância	
Graduação Tradicional	43	10	158.561
Graduação Tecnológica	42	2	43.458
Especialização	218	14	12.617
Mestrado	5	-	128
Doutorado	2	-	25
Total ⁽²⁾	310	26	214.789

⁽¹⁾ Em relação à graduação tradicional e à graduação tecnológica, foram considerados inclusive cursos do currículo antigo que ainda estão sendo terminados. O novo modelo de ensino da Estácio prevê apenas 78 cursos de graduação tradicional e graduação tecnológica. Os 85 cursos presenciais somados acima incluem cursos que já foram terminados.

⁽²⁾ Incluem a base de alunos das modalidades presencial e a distância.

Em 30 de junho de 2010, nossos cursos de (i) graduação tradicional eram freqüentados em conjunto por aproximadamente 73,8% do total de nossos alunos; (ii) graduação tecnológica eram freqüentados por 20,2% do total de nossos alunos; (iii) especialização, tais como direito empresarial, comércio exterior, administração estratégica, endocrinologia, telejornalismo e gestão e planejamento ambiental, eram freqüentados aproximadamente por 5,9% do total de nossos alunos; e (iv) mestrado e doutorado, nas áreas de direito, educação, odontologia, administração, saúde da família e desenvolvimento empresarial, eram freqüentados aproximadamente por 0,1% do total de nossos alunos.

¹ O novo modelo acadêmico foi implantado em 78 cursos de graduação tradicional e tecnológica.

7.9 - Outras informações relevantes

As tabelas abaixo apresentam as matrículas nos nossos maiores cursos de graduação tradicional e tecnológica, respectivamente, em 30 de junho de 2010.

Graduação Tradicional	Alunos (mil)	% do Total de Alunos
Direito	37.697	23,8
Administração ⁽¹⁾	31.893	20,1
Comunicação Social	8.591	5,4
Fisioterapia	6.625	4,2
Sistemas de Informação	6.209	3,9
Outros	67.546	42,6
Total	158.561	100,00%

⁽¹⁾ Inclui os cursos de Administração e Administração geral.

Graduação Tecnológica	Alunos (Mil)	% do Total de Alunos
Gestão Recursos Humanos	10.341	23,8
Petróleo e Gás	3.454	8
Análise de Sistemas	3.541	8,1
Redes de Computadores	3.120	7,2
Outros	23.002	52,9
Total	43.458	100,00%

Nossos cursos e seus currículos são desenvolvidos por equipes de profissionais altamente qualificadas, com amplo conhecimento técnico e experiência. Neste processo levamos em consideração os processos internos de avaliação, as diretrizes curriculares do MEC e às exigências do mercado de trabalho. Elaboramos um programa de alta qualidade que atendem as exigências do MEC e refletem nosso compromisso com a boa prestação de serviços educacionais e controle de qualidade de forma eficiente.

Além disso, desenvolvemos nossos programas acadêmicos, firmando contratos com parceiros internacionais como: *École Hôtelière de Lausanne*, na área de Hotelaria, e com a *Alain Ducasse Formation*, na área de gastronomia. Esses contratos estabelecidos concedem dupla titulação (grau válido nos dois países) para ambos os cursos. Para maiores informações, vide abaixo *Parcerias com Instituições Estrangeiras* deste Formulário de Referência.

A avaliação historicamente positiva do MEC sobre nossos cursos, corpo docente e instalações confirma nosso compromisso com a qualidade da educação.

Parcerias com Instituições Estrangeiras

Em 11 de fevereiro de 2008, celebramos contrato de parceria com a *ADF Le Centre de Formation d'Alain Ducasse* (França), em caráter de exclusividade, para a criação da "Academie Alain Ducasse" no *campus* da Universidade da Estácio de Sá (RJ) para o curso de gastronomia. Como remuneração, pagamos *royalties* no valor de 150 mil euros anuais, equivalentes a R\$330,5 mil, em 30 de junho de 2010, pagos quadrimestralmente. Tal contrato tem prazo de vigência até 31 de dezembro de 2012.

Em 19 de dezembro de 2005, celebramos contrato de colaboração com a *Lausanne Hospitality Consulting* (Suíça), em caráter de exclusividade, para a prestação dos serviços de consultoria para recrutamento e preparação do corpo docente para o curso de administração hoteleira, para renovação da infra-estrutura e equipamentos, e para elaboração de *curriculum*. O pagamento pelo serviço de consultoria é efetuado antecipadamente a cada seis meses no valor de 65,3 mil francos suíços, equivalentes a R\$109,0 mil, em 30 de junho de 2010. O contrato foi firmado por prazo

7.9 - Outras informações relevantes

indeterminado, podendo ser rescindido a qualquer tempo, por qualquer das partes, mediante notificação escrita, com antecedência mínima de dois meses.

Em 07 de junho de 2006 celebramos contrato de certificação com a *École Hoteliere de Lausanne* (Suíça) para a certificação acadêmica do programa de estudo no curso de graduação de hotelaria, lecionado no *campus* da Universidade Estácio de Sá no Rio de Janeiro. Tal contrato possui prazo de vigência de três anos, renováveis por prazos sucessivos, com próxima renovação prevista para 6 de junho de 2012. Arcamos com todos os custos necessários para a prestação do serviço por parte da instituição estrangeira, além de um pagamento de uma taxa anual de 400 francos suíços por aluno registrado, equivalentes a aproximadamente 668 reais em 30 de junho de 2010.

Em 07 de julho de 2010, nossa subsidiária IREP celebrou contrato com a Lausanne Hospitality Consulting S.A., uma divisão da *École Hoteliere de Lausanne*, para a criação de um curso de hotelaria na cidade de São Paulo, que contará com a mesma certificação do curso de hotelaria lecionado no *campus* da Universidade Estácio de Sá no Rio de Janeiro. Tal contrato possui indeterminado. Arcamos com todos os custos necessários para a prestação do serviço por parte da instituição estrangeira.

FORMAS DE INGRESSO

Oferecemos oito diferentes formas de ingresso, entre elas: (i) vestibular tradicional²; (ii) PROUNI; (iii) ENEM; (iv) reabertura ou transferência interna; (v) segunda graduação; (vi) transferência para Estácio; (vii) vestibular cursos a distância; e (viii) vestibular agendado manuscrito.

O vestibular tradicional consiste em uma prova de redação e 30 questões de múltipla escolha de conhecimentos gerais, disponível em todas as nossas unidades.

Oferecemos também a oportunidade de ingresso por meio do PROUNI, que depende de uma avaliação da documentação sócio-econômica dos candidatos pré-selecionados pelo MEC com base na nota do ENEM e do resultado da prova de redação.

Assim como outras instituições de ensino, aceitamos o resultado do ENEM, caso o candidato tenha realizado o exame e opte por utilizá-lo.

Reabertura ou transferência interna é um procedimento para os alunos que desejam realizar a reabertura da matrícula para retornar aos estudos e concluir a graduação.

O vestibular para segunda graduação é uma forma de ingresso nos nossos cursos de graduação para portadores de diploma de ensino superior. O mesmo é realizado por meio de uma análise de documentação apresentada pelo candidato, que poderá efetuar a matrícula sem vestibular.

No caso de transferência externa, alunos matriculados em outra instituição de ensino poderão ingressar no curso após uma análise da documentação necessária, a ser apresentada na unidade em que o aluno deseja ingressar.

² O curso de medicina possui vestibular próprio que consiste em provas de redação, questões objetivas de (Língua Portuguesa, Espanhol ou Inglês, Matemática, Física, Biologia, Química e Cultura Geral (Geografia e História) e questões discursivas de Biologia e de Química.

7.9 - Outras informações relevantes

Vestibular cursos a distância é uma forma de ingresso para os alunos que desejam cursar o ensino a distância.

No vestibular agendado manuscrito, o candidato comparece à unidade escolhida para fazer uma prova de Redação.

A tabela a seguir apresenta a evolução do número de alunos de graduação matriculados e ingressos nos últimos três anos:

	<u>2007</u> ⁽¹⁾	<u>2008</u> ⁽²⁾	<u>2009</u> ⁽³⁾	<u>30 de junho de 2010</u>
Número total de alunos	178,2	218,3	205,7	214,8
Número de alunos ingressantes⁽⁴⁾	70,0	93,0	85,3	47,3

⁽¹⁾ Tal número engloba somente os alunos de graduação tradicional e os de graduação tecnológica, que eram as modalidades de curso existentes neste período.

⁽²⁾ Tal número engloba além dos alunos de graduação tradicional os de graduação tecnológica os de especialização (seguimento criado em 2008).

⁽³⁾ Tal número engloba os alunos das modalidades presencial e à distância de todos os tipos de cursos (seguimento criado 2009).

⁽⁴⁾ Tal número engloba os alunos que ingressaram no ano ou no período indicado, conforme o caso, por meio de matrículas com e sem vestibular, transferências de outras instituições de ensino e reaberturas de matrículas.

SERVIÇOS PRESTADOS AO ALUNO

Entre os serviços prestados aos nossos alunos oferecemos:

Serviços de Colocação Profissional: Com foco no futuro profissional de nossos estudantes, desenvolvemos e contamos com uma diretoria responsável pela viabilidade de ofertas de estágios, *trainees* e empregos – Diretoria de Estágios e Empregos. Em parceria com 9.669 empresas em apenas no estado do Rio de Janeiro, em 2009 foram oferecidas 54.229 vagas para estágio e quase 20 mil foram preenchidas por alunos da Universidade Estácio de Sá. Se considerados também os estágios iniciados em 2008, ao final de 2009 perto de 27 mil alunos da Estácio estavam participando de algum tipo de estágio. Em 2010, o Programa está sendo implantado em todas as unidades da companhia no Brasil. No nosso banco de dados estão cadastradas empresas como Furnas Centrais Elétricas, Banco ABN Amro Real, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Laboratórios B. Braun, Petrobras, Renaissance do Brasil Hotelaria, IBM Brasil, White Martins, Rio de Janeiro Marriot Hotel, Brascan Imobiliária, Eletrobras Termonuclear e Globex Utilidades (Ponto Frio).

Programa de desenvolvimento profissional: O aluno conta um conjunto de três cursos de extensão, na modalidade on-line, voltados à empregabilidade e à formação profissional do aluno.

Gabaritando: O aluno conta com aulas de reforço acadêmico, gratuitas e *on-line* para melhoras o seu desempenho.

Serviços de Biblioteca: Nosso grupo dispõe de uma vasta rede de bibliotecas com rede sem fio gratuita e salas de estudos individuais e em grupo, onde é possível realizar consultas, empréstimos de livros e acesso ao acervo de qualquer uma das bibliotecas de nossa rede de ensino. Por meio de terminais de computadores os usuários têm acesso aos títulos de todo o acervo existente em nossa rede, com a indicação da biblioteca onde se encontra a obra procurada. Implantamos, também, o sistema de empréstimo domiciliar automatizado, contando com software que possibilita aos usuários, de maneira fácil e ágil, a disponibilidade das obras. O empréstimo domiciliar é permitido

7.9 - Outras informações relevantes

aos nossos alunos, professores e funcionários. Em 2010 foi implantada também a biblioteca virtual Estácio. Através dela, o aluno pode acessar um acervo de livros de mercado, de várias editoras conhecidas e conceituadas 24 horas por dia. Existe ainda a possibilidade do aluno realizar anotações pessoais, buscas inteligentes, impressões e realizar compras.

Carteira de Benefícios: Oferecemos uma carteira de benefícios e um pacote de vantagens exclusivo aos nossos alunos dentre os quais destacamos: carteira de estudante que oferece aos alunos benefícios concedidos a todos os estudantes (descontos em cinemas, teatros e shows) curso de idiomas, seguro saúde, seguro odontológico além de uma ampla rede de clínicas conveniadas no segmento de fisioterapia.

Serviços Virtuais: Desenvolvemos o "Portal do Aluno" por meio do qual os alunos podem consultar a biblioteca e a secretaria, entre outros serviços educacionais *on-line*. É o espaço virtual destinado à aprendizagem dos nossos alunos, consulta de suas notas e acompanhamento de requerimentos.

Serviços de Informação: Preocupados com a prática profissional, formação cultural e nível de informação de nossos alunos, criamos em algumas unidades a "TV Estácio", "Jornal Mural e impresso" e "Peças Publicitárias". Estes canais permitem que nossos alunos ponham em prática os conhecimentos adquiridos em sala de aula e forneçam serviço de informação à comunidade acadêmica.

CONTROLE DE QUALIDADE

A qualidade tem sido a marca da nossa trajetória acadêmica, iniciada em 1970 com o curso de Direito e consolidada com a nossa transformação em universidade em 1988. Em 1990, criamos o programa qualidade e participação definido como mecanismo de planejamento e acompanhamento das atividades da nossa universidade e da sua expansão, refletindo com nitidez um paradigma educacional que tem sua inspiração em uma visão da "Universidade Útil", com compromissos firmados com a destinação social.

Desenvolvemos também outros programas estratégicos como por exemplo: (i) a UNESA: rumo ao futuro – que se traduzia em um novo desafio voltado à pesquisa e à produção de conhecimento com qualidade formal e política; (ii) qualidade, localização e preço – voltado a minimizar o efeito perverso decorrente da oferta de bens e serviços reduzida a locais determinados, formando concentrações econômicas, demográficas e culturais geradoras, muitas vezes, de acentuados desequilíbrios regionais; e (iii) qualidade e inclusão social – externando as novas expectativas e mudanças do cenário sócio-político-educacional.

Dessa forma, o nosso ensino é acompanhado de ações sistemáticas de avaliação interna, que foram iniciadas ainda na década de 90 no contexto do PAIUB - Programa de Avaliação das Universidades Brasileiras, o que nos permite alcançar a qualidade desejada pelos nossos alunos e potenciais alunos.

A CPA – Comissão Própria de Avaliação, constituída pela Portaria 105/GR/2004, em 3 de maio de 2004, e homologada pelo Conselho Universitário – CONSUNI, ampliou o escopo de nossa avaliação. A CPA é integrada por membros representantes de diferentes segmentos da comunidade acadêmica e da sociedade civil organizada. No primeiro semestre de 2010, atendendo aos objetivos propostos e dando prosseguimento à avaliação iniciada no primeiro semestre, a CPA realizou uma avaliação institucional on-line de todos os cursos da graduação tradicional, da graduação tecnológica e das unidades situadas no Estado do Rio de Janeiro, que contou com a adesão de 97,8% do corpo docente e 53,4% do corpo discente, representado por 52.989 alunos.

7.9 - Outras informações relevantes

Tal avaliação contemplou aspectos relativos às práticas docentes de disciplinas presenciais e on-line, à coordenação dos cursos, além daqueles relativos às unidades e ao nosso *campus* virtual. Os resultados foram disponibilizados ainda no mês de junho de 2010, aos alunos e aos professores através do nosso *campus* virtual e do Portal do Professor permitindo que a transparência fosse o primeiro patamar para fazer da avaliação um instrumento de reflexão, visando à constante busca do aprimoramento da nossa qualidade de ensino.

A Avaliação Institucional, como ação continuada que abrange também os cursos de pós-graduação *stricto sensu*, está neste primeiro semestre de 2010 novamente em foco exigindo dos gestores a divulgação das ações e um trabalho voltado à adesão do corpo discente e do docente, mostrando que a busca constante da qualidade é o nosso diferencial. Estimulamos a análise e a utilização dos resultados de todas as avaliações externas realizadas pelo MEC, tanto relacionadas à graduação e à graduação tecnológica como as ACGs – Avaliações dos Cursos de Graduação e o ENADE – Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes; como as provenientes dos Pareceres da CAPES, como ferramenta de gestão para identificar oportunidades de melhoria nos cursos e no desempenho do corpo docente, bem como para disseminar as melhores práticas entre as unidades, mantendo sempre o padrão de qualidade.

Os resultados das avaliações do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes realizada pelo MEC/INEP em novembro de 2008 demonstram que a qualidade do ensino que oferecemos em nossa universidade encontra-se acima da média nacional.

Nos resultados das avaliações do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (“ENADE”) realizado pelo MEC/INEP em novembro de 2008, 56,2% dos alunos da Estácio obtiveram nota 3 ou acima de 3 (em uma escala de 1 a 5), enquanto a média de alunos com nota acima de 3 das instituições de ensino superior brasileiras foi de apenas 41,9%.

Nota ENADE	Alunos Estácio	Alunos de outras instituições
SC	26,8%	34,3%
1	1,5%	4,3%
2	15,5%	19,6%
3	50,5%	25,3%
4	5,7%	12,6%
5	0,0%	4,0%
	100,0%	100,0%

Fonte: <http://enade.inep.gov.br/enadeResultado/site/resultado.seam>

PERFIL DO ALUNO E SEGMENTO DE POTENCIAL CRESCIMENTO

O perfil de nossos alunos é bastante diversificado, tendo em vista a pluralidade das áreas de conhecimento, os tipos de cursos e modalidades oferecidas. Acreditamos que o segmento com maior potencial de crescimento na área do ensino superior é o de jovens trabalhadores de renda média e média baixa, que atualmente já compõe a maioria da nossa base de alunos. . Pretendemos continuar a investir em estratégias para aumentar a nossa penetração nesse segmento.

7.9 - Outras informações relevantes

EVASÃO E RETENÇÃO

Além da captação de novos alunos, procuramos continuamente evitar a evasão de alunos matriculados. Do semestre encerrado em 30 de junho de 2009 para o semestre encerrado em 30 de junho 2010, a taxa de evasão dos cursos da modalidade presencial diminuiu de 4,2% para 3,9%, representando uma redução de 0,3 pontos percentuais para o período considerado. Acreditamos que os principais motivos de evasão sejam (i) dificuldades financeiras, decorrentes do desemprego e outros motivos pessoais que impossibilitam o pagamento das mensalidades (ii) dificuldades em conciliar trabalho e estudo, e (iii) acadêmicos, que incluem perda de interesse em um curso específico ou reprovação continuada. Desenvolvemos constantemente ações e iniciativas para determinar os níveis de satisfação, aumentar a retenção e estimular a reabertura de matrícula.

Implementamos também políticas de parcelamento da dívida de alunos para facilitar a cobrança de valores em atraso e reduzir a evasão. Para maiores informações vide abaixo "Mensalidades e Taxas".

MENSALIDADES E TAXAS

De acordo com pesquisas internas realizadas periodicamente, um dos fatores mais considerados pela maioria de nossos alunos ao escolher a instituição de ensino superior é a acessibilidade do preço das mensalidades. Desenvolvemos um modelo de negócio para gerir várias unidades com eficiência, aumentar nossos ganhos de escala, manter estrito controle sobre nossos custos e ao mesmo tempo preservar e aumentar a qualidade dos cursos e dos serviços de apoio aos alunos, mantendo as mensalidades a preços acessíveis.

A fim de determinar o preço dos cursos, analisamos a estrutura de custo de cada uma de nossas unidades, bem como os preços dos concorrentes locais. Tentamos oferecer o melhor custo-benefício aos jovens trabalhadores de renda média e média-baixa, em termos de qualidade de educação e preço. Além disso, procuramos desenvolver cursos de ponta para formações que têm carência de ofertas no ensino superior. Nesse particular, podemos destacar o curso de medicina, que foge do valor normalmente oferecido aos nossos alunos, devido à sua especificidade e ao grande custo de manutenção das instalações constantemente renovadas.

Os preços das mensalidades e os descontos variam de acordo com o curso, ou com as unidades ou com o semestre acadêmico. Atualmente, a nossa mensalidade para cursos de graduação tecnológica varia entre R\$240,00 e R\$1.459,92 e para a graduação tradicional varia entre R\$260,00 e R\$1.330,00. No curso de medicina a mensalidade gira em torno de R\$3.100,00.

Os preços das mensalidades e os descontos variam de acordo com o curso, ou com as unidades ou com o semestre acadêmico. Vide tabela abaixo:

	Mínimo	Máximo
Graduação tecnológica Presencial	R\$ 240,00	R\$ 1.459,92
Graduação tradicional Presencial*	R\$ 260,00	R\$ 1.330,00
Graduação tecnológica Ensino à distância	R\$ 234,00	R\$ 234,00
Graduação tradicional Ensino à distância	R\$ 234,00	R\$ 234,00
* No curso de medicina a mensalidade gira em torno de R\$3.100,00.		

7.9 - Outras informações relevantes

Cobrança das Mensalidades

Oferecemos diferentes tipos de ofertas na captação das diferentes formas de ingresso e na renovação dos alunos. Os estudantes que permanecem com os pagamentos em atraso estão sujeitos a multa de mora de 2% e juros de 1% ao mês mais variação da taxa de juros de mora.

Em nossos cursos de graduação tradicional e tecnológica, os alunos assinam um contrato válido por um semestre letivo. Esse contrato é renovado automaticamente no ato da matrícula realizado a cada novo semestre, até a conclusão do curso. Cobramos seis mensalidades por semestre para os cursos de graduação tradicional e de graduação tecnológica, sendo que o pagamento da primeira mensalidade é considerado como confirmação da matrícula. Ao final de cada semestre, os alunos que não estiverem com sua situação financeira regularizada, deverão negociar seus débitos para se matricularem no próximo semestre. Os alunos de graduação da modalidade presencial podem financiar a mensalidade através do FIES e do Crédito Universitário. No mestrado e no doutorado, os alunos assinam um novo contrato a cada semestre letivo. A dinâmica de cobrança das mensalidades dos cursos de pós-graduação *lato-sensu* é similar ao da graduação.

Temos um processo de cobrança que compreende etapas de negociação internas e externas com o objetivo de determinar termos e condições que permitam a manutenção do aluno e o recebimento destes créditos. Nosso sistema de cobrança é centralizado e atualizado mensalmente através de uma lista de alunos com mensalidades em atraso. As principais etapas do nosso processo de cobrança são:

- *Cobrança Interna:* Quando da inadimplência de uma mensalidade ou de uma parcela de um acordo referente a débitos anteriores, o aluno é convidado a negociar sua dívida com maior comodidade, através do simulador ou na própria unidade de ensino. Nossos administradores acadêmicos desenvolvem importante papel no processo de cobrança incentivando o aluno inadimplente a regularizar sua situação financeira por meio de contatos individuais. Nossa política de renegociação é desenvolvida de acordo com determinados critérios de crédito que incluem o histórico financeiro e acadêmico do aluno.
- *Cobrança Externa:* Após o período permitido para a renovação acadêmica, os alunos que não renovam e possuem débitos com a Instituição, são encaminhados para a Assessoria financeira. A recuperação do débito e retorno do aluno é importante para a organização e as assessorias financeiras garantem maior flexibilidade para negociação do aluno. Contamos, ainda, com serviços de recuperação extrajudicial de créditos, prestados por empresas de cobrança por nós contratadas.
- *Cobrança Judicial:* Caso a cobrança externa não tenha obtido resultados para a execução do débito, a cobrança judicial pode ser um instrumento cogitado. Atualmente a Instituição realiza o protesto de cheques devolvidos, promissórias vencidas e débitos de alunos formados com posse de diploma.

7.9 - Outras informações relevantes

Toda mensalidade vencida há mais de 180 dias é lançada em nossa provisão para devedores duvidosos, que correspondeu a 3,8% de nossas receitas líquidas em 2007, 6,0% em 2008 e 4,3% em 2009 e a 3,9% em 30 de junho de 2010, conforme tabela abaixo:

Em R\$ milhões	2007	2008	2009	1S10
Receita Operacional líquida (ROL)	850,6	979,9	1.008,80	514,2
Provisão para Deveres duvidosos (PDD)	(32,6)	(58,9)	(43,8)	(20,1)
PDD/ROL %	3,8%	6,0%	4,3%	3,9%

A PDD nos últimos três anos girou em torno de 4,7% de nossa receita líquida. Para mais informações sobre a contabilização de tais perdas, vide Seção 10 deste Formulário de Referência.

INSTALAÇÕES

Em 30 de junho de 2010, tínhamos 72 *campi* localizados em mais de 16 estados brasileiros, em 35 cidades distintas. Nossa unidade administrativa central está localizada na cidade do Rio de Janeiro, no estado do mesmo nome. Toda a rede de ensino tem infra-estrutura adequada para a prestação de serviços de educação de qualidade aos alunos. Em 30 de junho de 2010, contávamos com aproximadamente 3.498 salas de aula de ensino presencial e aproximadamente 320 salas de aula de ensino a distância 1.598 laboratórios de ensino³, 72 bibliotecas, 72 auditórios e 62 núcleos prestadores de assistência jurídica gratuita, dos quais 39 estão localizados em nossas unidades e 23 em juizados especiais cíveis conveniados.

Ao abrir ou adquirir novas unidades, construímos ou reformamos as instalações existentes a fim de adequá-las aos nossos padrões de qualidade, às características da nossa marca e às exigências do MEC. Adotamos um projeto padrão para nossas unidades, o que resulta em otimização de espaço e permite a construção e a manutenção com custo eficiente.

O ciclo de amadurecimento de uma unidade está diretamente relacionado aos cursos oferecidos e leva em média quatro anos.

A maioria das nossas unidades está instalada em imóveis locados de terceiros, para os quais temos contratos de locação de longo prazo, com aluguéis fixados por um dos seguintes parâmetros: (i) valor fixo mensal; (ii) valor atrelado a percentual de valores recebidos a título de mensalidade de alunos matriculados; (iii) valor atrelado a percentual de receita; (iv) valor atrelado a metro quadrado; ou (v) valor atrelado ao número de alunos matriculados ou autorizações para uso e ocupação. Gastamos aproximadamente R\$97,4 milhões com a locação de imóveis, em 2009. Acreditamos que as atuais instalações são adequadas às nossas necessidades e que poderemos renovar nossos contratos de locação e obter espaço adicional, caso preciso, em termos comercialmente razoáveis para atender futuras necessidades.

³ Não estão incluídos os laboratórios de informática

7.9 - Outras informações relevantes

Corpo Docente e Serviços de Apoio Acadêmico / Administrativo

	2007	2008	2009	30 de junho de 2010
Por grupos				
Administrativo	5290	5204	4318	4022
Docente	10397	10947	10776	10832
Por região geográfica				
Sudeste	12093	12423	11791	11592
Centro-Oeste	289	292	265	287
Sul	477	476	423	426
Nordeste	2498	2599	2305	2249
Norte	330	361	310	300
Exterior	0	0	0	0
Total de colaboradores	15687	16151	15094	14854

Corpo Docente

Os integrantes do nosso corpo docente têm credenciais acadêmicas e experiência profissional e oferecem aos alunos uma formação voltada às exigências do mercado de trabalho que complementa a visão acadêmica. A promoção para níveis superiores de carreira é medida por acréscimo de titulação, tempo de serviço na instituição e produção acadêmica.

O método utilizado para seleção de docentes inicia-se mediante necessidade de preenchimento de vaga por motivo de substituição ou de aumento de quadro, tendo como condição necessária a previsão orçamentária de novos colaboradores. O aumento de quadro, sem previsão no orçamento, é realizado somente com autorização da Diretoria de Administração de Pessoal. Os casos de substituição de colaboradores devem ser justificados pelo responsável da área e confirmados pela área de remuneração e benefícios/Diretoria de Administração de Pessoal. O processo de seleção é definido pela Diretoria de Desenvolvimento em conjunto com a área requisitante, a qual tem a responsabilidade final pela escolha do candidato. Ainda, para o cumprimento da política de admissão, constam categorias de portadores de deficiência, pessoas acima de 50 anos, alunos, ex-alunos e parentes que deverão ser priorizados.

Acreditamos que oferecemos uma política de remuneração competitiva que busca atrair e reter talentos, e reconhecer os esforços e as realizações dos profissionais do corpo docente.

Serviços de Apoio Acadêmico / Administrativo

Em 30 de junho de 2010, tínhamos um total de 4.022 integrantes de nossa equipe de apoio acadêmico/administrativo, distribuídos conforme tabela acima.

Nossa equipe de apoio acadêmico/administrativo desempenha um papel importante em nosso crescimento. Buscamos contratar profissionais qualificados que atendam nossos padrões éticos.

Além disso, desenvolvemos e mantemos programas de relacionamento com empresas parceiras que são contratadas para desempenhar determinadas funções que não fazem parte de nossas principais atividades. Adotamos um rígido regime de controle de gestão administrativa, que serve de apoio à nossa atividade principal que é o ensino. Damos especial atenção à área de recursos

7.9 - Outras informações relevantes

humanos, capacitando e selecionando empregados e colaboradores, a fim de servir com eficiência e diligência aos nossos alunos.

Ao longo de 2009, implantamos uma Central de Serviços Compartilhados ("CSC"), centralizando atividades administrativas como: folha de pagamentos, contabilidade, tecnologia da informação, gente e gestão, contas a pagar, cobrança, gestão acadêmica e suprimentos. O CSC conta com cerca de 300 colaboradores que realizam processos referentes a todas as Unidades. Importantes indicadores operacionais já foram atingidos nos primeiros meses de atuação, tais como a eliminação dos atrasos na emissão de diplomas.

TECNOLOGIA

Experimentamos um importante processo de mudança, crescimento e profissionalização com reflexos positivos na gestão de nossos negócios, que demanda uma otimização de seus processos, implantação de melhores práticas de gestão, sistemas de informação confiáveis, serviços, ferramentas e tecnologias que permitem melhorar o atendimento aos nossos clientes, alunos, colaboradores, fornecedores, de forma a controlar, reduzir e evitar custos, além de melhorar a qualidade das informações gerenciais.

Nesse sentido, ao longo dos últimos oito anos, fizemos investimentos expressivos com o objetivo de disponibilizar a mais adequada infra-estrutura de tecnologia e informática, sistemas de informação integrados, evolução da plataforma legada e serviços WEB, para nossas unidades de negócio, nossos professores, nossos pesquisadores e nossa área administrativa.

Hoje, temos em nossa operação um parque com mais de 17.000 microcomputadores de última geração, incluindo equipamentos macintosh disponibilizados em nossas unidades para ensino especializado. Contamos ainda com mais de 75 centrais telefônicas, 1.550 telefones celulares e 500 impressoras distribuídas por nossas unidades, o que garante ao negócio os melhores recursos para sua operação. Todos os nossos *campi* estão interligados através de uma rede, podendo compartilhar base de dados.

Possuímos uma Diretoria de Tecnologia da Informação que atende as áreas administrativas e unidades de negócio do Estado do Rio de Janeiro, sendo responsável ainda pela padronização de arquitetura dos sistemas de informação e ambientes de processamento das unidades de outros estados, ficando garantido, desta forma, a integração dos sistemas, segurança do dado, interoperabilidade e controle de custos.

Além disso, utilizamos sistemas para automatizar e controlar os processos acadêmicos, gerenciar nossa contabilidade, interagir com os nossos alunos, organizar nosso banco de dados, entre outros. Dentre tais sistemas, destacamos o seguinte de titularidade da Companhia: Sistema de Informações Acadêmicas – SIA, que funciona 24 horas por dia com milhares de funcionalidades separadas por módulos (cursos, alunos, professores, etc.), dentre as quais destacamos a consulta dos alunos aos seus resultados e a solicitação de serviços de forma on-line via internet, do qual faz parte o Sistema das Bibliotecas – SIB, que possibilita a verificação de existência de qualquer livro ou documentos via internet. As principais funcionalidades do SIB são pesquisa de acervo, controle de empréstimos, controle de periódicos, remanejamento entre bibliotecas e geração de boletos de cobrança.

7.9 - Outras informações relevantes

Responsabilidade Social, Patrocínio e Incentivo Cultural

No momento, adotamos apenas os projetos de responsabilidade social citados no item 7.5 (b). Atualmente, não praticamos quaisquer outras atividades relacionadas ao patrocínio e ao incentivo à cultura.

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

a) Controladores diretos e indiretos

Somos controlados pelo Private Equity Partners C, LLC e GPCP4 – Fundo de Investimento em Participações (em decorrência da incorporação da Moena por nós) que detêm em conjunto 19,16% das nossas ações.

Private Equity Partners C, LLC é uma sociedade devidamente constituída sob as leis de Delaware, Estados Unidos da América. Private Equity Partners C, LLC é detida pela Private Equity Partners C (Cayman), Ltd, sociedade devidamente constituída sob as leis das Ilhas Cayman que, por sua vez, é controlada por GP Capital Partners IV, L.P. ("GPCPIV" ou "Fundo"), fundo de investimento devidamente constituído sob leis das Ilhas Cayman.

O GPCPIV é um fundo que tem como finalidade realizar investimentos de *private equity* ou relacionados a *private equity* em empresas localizadas no Brasil ou com atividade comercial expressiva no Brasil e, em menor extensão, em outros países da América Latina, buscando controle, controle compartilhado ou participação minoritária influente nas empresas-alvo.

O GPCPIV é gerido pela GP Investments IV, Ltd. ("general partner"), subsidiária integral da GP Investments, Ltd., companhia aberta com sede nas Bermudas ("GP"). O general partner atua em sua administração (conforme os termos do Partnership Agreement firmado entre o general partner e os demais investidores do fundo, "Limited Partners"), possuindo total discricionariedade pelas decisões de investimento e desinvestimento do fundo. Os Limited Partners incluem, resumidamente, instituições de fomento internacionais, fundos de universidades, hedge funds, fundações familiares e investidores particulares.

A GP, além de controlar o general partner do GPCPIV, investe também no Fundo através da GP Private Equity, Ltd., sua subsidiária integral. A GP, como investidora indireta, detém cerca de 6,14% do total de ações emitidas pela Companhia e é controlada pela Partners Holdings, Inc., sociedade devidamente constituída sob as leis das Ilhas Virgens Britânicas que, por sua vez, não possui nenhum indivíduo cuja participação indireta na Companhia seja igual ou superior a 5%.

b) Controladas e coligadas e c) participações da Companhia em sociedades do grupo

Denominação Social	Sociedade	2010		2009		2008	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá LTDA ("SESES")	Controlada	100%		100%		100%	
Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental LTDA ("IREP")	Controlada	100%		100%		100%	
Sociedad de Enseñanza Superior SA ("SESSA")	Controlada	100%		100%		100%	
Sociedade de Ensino Superior do Pará LTDA ("SESPA")	Controlada	Incorporada pela IREP*		100%		100%	
Sociedade de Ensino Superior do Ceará LTDA ("SESCE")	Controlada	Incorporada pela IREP*		100%		100%	
Sociedade de Ensino Superior de Pernambuco LTDA ("SESPE")	Controlada	Incorporada pela IREP*		100%		100%	
Sociedade Tecnopolitana da Bahia LTDA ("STB")	Controlada	Incorporada pela IREP*		100%		100%	

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

Denominação Social	Sociedade	2010		2009		2008	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Faculdade Radial de Curitiba LTDA ("RADIAL")	Sociedade Controlada	Incorporada pela IREP*					
Sociedade Interlagos de Educação e Cultura LTDA ("FINTEC")	Controlada	Incorporada pela IREP*			100%		100%
Instituto Euro-Latino-Americano de Cultura e Tecnologia LTDA ("EUROPAN")	Controlada	Incorporada pela IREP*			100%		100%
Faculdade Brasília de São Paulo LTDA ("Brasília")	Controlada	Incorporada pela IREP*			100%		100%
União Cultural e Educacional Magister LTDA ("UNICEM")	Controlada	Incorporada pela IREP*			100%		100%
Sociedade de Ensino Superior de Sergipe LTDA ("SESSE")	Controlada	Incorporada pela IREP*		100%		100%	
Sociedade de Ensino Superior de Alagoas LTDA ("SESAL")	Controlada	Incorporada pela IREP*		100%		100%	
Unidade Nacional de Educação e Cultura LTDA ("UNEC")	Controlada	Incorporada pela IREP*		100%		100%	
Sociedade de Ensino Superior do Amapá LTDA ("SESAP")	Controlada	Incorporada pela IREP*		100%		100%	
Maria Montessori Educação e Cultura LTDA ("Montessori")	Controlada	Incorporada pela IREP*			100%		100%
Cultura e Educação de Cotia LTDA ("Cotia")	Incorporada	Incorporada pela IREP*			100%		100%
Unidade de Ensino Superior Montessori de Ibiúna S/C ("Unissori")	Incorporada	Incorporada pela IREP*			100%		100%

*STB, SESCE, SESPA, RADIAL, SESAL, UNEC, MONTESSOURI, MAGISTER, BRASÍLIA, FINTEC, ABAETÉ E EUROPAN foram incorporadas pela IREP em 30 de junho de 2010.

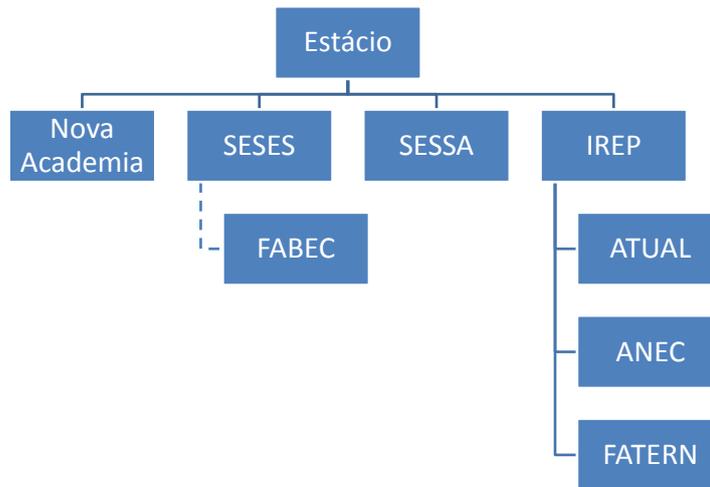
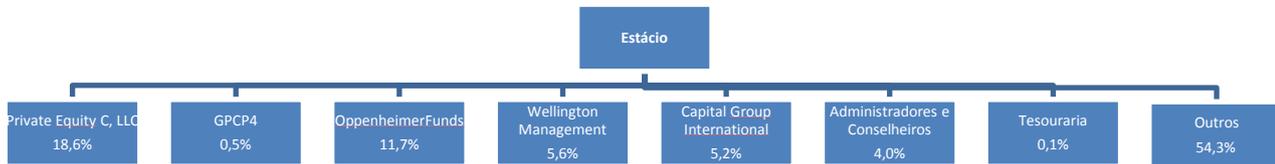
d) Participações de sociedades do grupo na Companhia

Nenhuma das sociedades do nosso grupo possui qualquer participação no nosso capital social.

e) Sociedades sob controle comum

Não há no nosso grupo qualquer sociedade sob controle comum.

8.2 - Organograma do Grupo Econômico



- - - Contrato de Gestão

8.3 - Operações de reestruturação

Data da operação	18/10/2010
Evento societário	Aquisição e alienação de ativos importantes
Descrição da operação	Em 18 de outubro de 2010, adquirimos, através da nossa controladora IREP - Sociedade de Ensino Superior Médio e Fundamental Ltda. a Sociedade Educacional Atual da Amazônia Ltda. pelo valor de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais).
Data da operação	31/08/2010
Evento societário	Incorporação
Descrição da operação	Incorporamos a Moena e o seu patrimônio líquido foi vertido para nós. O investimento em nós era o principal ativo da Moena, cujo objeto social era a participação em outras sociedades. A incorporação resultou na simplificação operacional do grupo e no aumento da respectiva transparência. O ágio registrado na Moena e atribuído à nossa expectativa de resultado futuro, no montante de R\$171 milhões, oriundo de aquisição, em 2008, de ações de nossa emissão, será, após a incorporação, amortizado fiscalmente em um período de 60 meses por nós. Todo o benefício econômico decorrente da incorporação e da dedutibilidade do ágio daí decorrente será apropriado, de forma simétrica, por todos os nossos acionistas, atuais e futuros, e não apenas pelos acionistas da Moena que não farão jus ao recebimento de ações adicionais quando da amortização do referido ágio. Não existiam passivos e/ou contingências passivas não contabilizadas a serem por nós absorvidos em decorrência da incorporação e não houve emissão de novas ações. A referida incorporação implicou na extinção de pleno direito da Moena e a entrega das ações então detidas por ela a seus acionistas, que passaram a ser nossos acionistas diretos, na proporção que já detinham no capital social de Moena. O protocolo e justificação da operação de incorporação da Moena foi aprovado em AGE realizada em 31 de agosto de 2010.
Data da operação	11/08/2010
Evento societário	Alienação e aquisição de controle societário
Descrição da operação	Em 11 de agosto de 2008 os acionistas João Uchôa Cavalcanti Netto e Monique Uchôa Cavalcanti de Vasconcelos ("acionistas vendedores") realizaram um pedido de análise prévia do registro de distribuição pública primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia (a "Oferta"). O encerramento da oferta ocorreu em 08 de outubro de 2010 com a venda de 32.803.240 ações ordinárias de titularidade dos acionistas vendedores, e 3.280.324 ações ordinárias emitidas e vendidas pela Companhia, com o exercício da opção de ações suplementares ("Ações do Lote Suplementar"). As ações ordinárias vendidas na Oferta pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, considerando a colocação das Ações do Lote Suplementar, totalizaram 36.083.564 (trinta e seis milhões, oitenta e três mil, quinhentos e sessenta e quatro) ações.
Data da operação	29/06/2010
Evento societário	Incorporação
Descrição da operação	Incorporações das nossas controladas indiretas Sociedade Tecnopolitana da Bahia Ltda (a "STB"); Sociedade de Ensino Superior do Ceará Ltda. (a "SESCE"); Sociedade de Ensino Superior do Pará Ltda (a "SESPA"); Sociedade de Ensino Superior de Pernambuco Ltda. (a "SESPE"); Faculdade Radial de Curitiba Sociedade Ltda (a "RADIAL"); Sociedade de Ensino Superior de Alagoas Ltda. (a "SESAL"); Sociedade de Ensino Superior de Sergipe Ltda. (a "SESSE"); Sociedade de Ensino Superior de Amapá Ltda. (a "SESAP"); União Nacional de Educação e Cultura Ltda. (a "UNEC"); Maria Montessori de Educação e Cultura Ltda. (a "MONTESSORI"); União Cultural e Educacional Magister Ltda (a "MAGISTER"); Faculdade Brasília de São Paulo Ltda. (a "BRASÍLIA"); Sociedade Interlagos de Educação e Cultura S/S Ltda (a "FINTEC"); Sociedade Abaeté de Educação e Cultura Ltda. (a "ABAETÉ"); e Instituto Euro-Latino-Americano de Cultura e Tecnologia Ltda. (a "EUROPAN"), pela controlada direta IREP Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental Ltda ("IREP").

8.3 - Operações de reestruturação

Data da operação	29/04/2010
Evento societário	Incorporação
Descrição da operação	Em 26 de março de 2010 foi emitido um laudo de incorporação societária das sociedades controladas indiretas Unidade de Ensino Superior Montessori de Ibiúna S/C Ltda. e da Cultura e Educação de Cotia Ltda. por nossa controlada direta IREP, que teve por objetivo simplificar controles e reduzir custos administrativos e operacionais gerando eficiência no fluxo de informações e gestão das nossas instituições controladas. A incorporação foi ratificada pelo nosso Conselho de Administração em reunião realizada em 29 de abril de 2010 e a IREP passou a sucedê-las em todos os direitos, bens e obrigações.
Data da operação	07/11/2008
Evento societário	Aquisição e alienação de ativos importantes
Descrição da operação	Em 07 de novembro de 2008, por meio da nossa controlada IREP, adquirimos a totalidade das quotas do capital social das sociedades Maria Montessori Educação e Cultura Ltda., Cultura e Educação de Cotia Ltda. e Unidade de Ensino Superior Montessori de Ibiúna S/C Ltda., cujas sedes e campi estão localizados nas cidades de Ibiúna, Cotia e São Paulo, respectivamente, pelo valor de R\$10.299.000,00.
Data da operação	10/10/2008
Evento societário	Aquisição e alienação de ativos importantes
Descrição da operação	Em 10 de outubro de 2008, adquirimos de nosso acionista controlador João Uchoa Cavalcanti Netto as participações societárias das sociedades SESAL, SESSE, SESAP e UNEC, por meio da subscrição de aumento de capital nestas sociedades no montante de R\$15.466.000,00. Após as referidas operações, passamos a deter participação de 99,99% do capital destas sociedades em conformidade com o Memorando de Entendimentos firmado por nós com os acionistas controladores das sociedades em 07 de abril de 2007.
Data da operação	14/08/2008
Evento societário	Aquisição e alienação de ativos importantes
Descrição da operação	Em 14 de agosto de 2008, adquirimos, de nosso acionista controlador João Uchoa Cavalcanti Netto, 99,98% das ações da SESSA pelo valor de R\$2.337.358,52, em conformidade com o Memorando de Entendimentos firmado entre nós e os acionistas controladores da SESSA.
Data da operação	03/06/2008
Evento societário	Aquisição e alienação de ativos importantes
Descrição da operação	Em 03 de junho de 2008, adquirimos, através da sua controlada IREP – Sociedade de Ensino Superior Médio e Fundamental Ltda. a sociedade União Cultural e Educacional Magister Ltda. pelo valor de R\$4.244.996,00.
Data da operação	29/02/2008
Evento societário	Aquisição e alienação de ativos importantes

8.3 - Operações de reestruturação

Descrição da operação	Em 29 de fevereiro de 2008 adquirimos, através de nossa controlada IREP - Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental Ltda., a totalidade das quotas do capital social da (i) Sociedade Interlagos de Educação e Cultura S/S Ltda., mantenedora da Faculdade Interlagos (Fintec), com 1.399 alunos regularmente matriculados, pelo valor total de R\$6.295.500,00, calculado com base no preço de R\$4.500,00 por aluno; (ii) da Sociedade Abaeté de Educação e Cultura Ltda., sociedade controladora do Instituto Euro-Latino-Americano de Cultura e Tecnologia Ltda., mantenedor da Faculdade Europan, com 1.856 alunos regularmente matriculados, pelo valor total de R\$8.352.000,00, calculado com base no preço de R\$4.500,00 por aluno; e (iii) da Faculdade Brasília de São Paulo Ltda., com 581 alunos regularmente matriculados, pelo valor total de R\$2.234.526,00, calculado com base no preço de R\$3.846,00 por aluno.
Data da operação	03/09/2007
Evento societário	Aquisição e alienação de ativos importantes
Descrição da operação	Em 20 de agosto de 2007 foi assinado instrumento de compra e venda de quotas, o qual foi concluído em 03 de setembro de 2007, relativo à aquisição das sociedades IREP - Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental Ltda. e Faculdade Radial de Curitiba Sociedade Ltda. pelo valor total de R\$56.677.500,00, com o objetivo de expandir as nossas atividades nos estados de São Paulo e Paraná.
Data da operação	27/07/2007
Evento societário	Outro
Descrição do evento societário "Outro"	IPO - Oferta Pública de distribuição primária
Descrição da operação	Em 27 de julho de 2007, realizamos, juntamente com o Sr. João Uchôa Cavalcanti Netto, uma oferta pública de distribuição primária de, inicialmente, 11.918.400 Certificados de Depósito de Ações ("Units") e uma oferta pública de distribuição secundária de, inicialmente, 7.945.600 Units, pelo valor R\$22,50 por Unit. O valor total da operação foi de R\$446.940.000,00, divididos entre nós e o Sr. João Uchôa Cavalcanti Netto. A parte que nos coube dos recursos provenientes da operação foi utilizada para a aquisição da IREP e demais aquisições realizadas no período.
Data da operação	31/03/2007
Evento societário	Outro
Descrição do evento societário "Outro"	Reorganização societária
Descrição da operação	Em 31 de março de 2007, nossos únicos ativos relevantes eram nossas participações nas cinco sociedades mantenedoras detendo 99,99% do capital social de cada uma delas. Assim realizou-se a reorganização societária das sociedades: Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda., Sociedade Tecnopolitana da Bahia Ltda., Sociedade de Ensino Superior de Pernambuco Ltda., Sociedade de Ensino Superior do Ceará Ltda. e Sociedade de Ensino Superior do Pará Ltda., cujo propósito foi combinar as atividades de ensino superior desenvolvidas pelas Sociedades nas respectivas áreas de atuação geográfica.

8.4 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes relacionadas a esta Seção 8 foram descritas nos itens anteriores.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

	Consolidado			
Ativos não circulantes	30/06/2010	2009	2008	2007
Realizável a longo prazo				
Despesas Antecipadas	3.567	2195	2983	946
Partes Relacionadas	2.885	2.676	0	0
Outros	0	8	0	0
Depósitos judiciais	3405	2314	748	283
	9.857	7.185	3.731	1.229
Investimentos				
Em Controladas	-	-	-	-
Outros	228	228	233	233
	228	228	233	233
Imobilizado	177.430	186.721	190.738	160.393
Intangível	120.476	117.655	106.863	62.073
Total	307.991	311.789	301.565	223.928

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Campus - Rua Venancio B. do Nascimento, 377 - Campo Grande-MS	Brasil	MS	Campo Grande	Própria
RJ/ Pres. Vargas / Campus - Av. Presidente Vargas, 642 - 13º ao 22º andar	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
RJ/ Rebouças / Campus - Rua do Bispo, 83 - Rio Comprido	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
Campus - Av. Tenente Raimundo Rocha, s/n, Planalto - Juazeiro do Norte	Brasil	CE	Juazeiro do Norte	Própria
Móveis escolares e material audiovisual	Brasil	MG	Belo Horizonte	Própria
Móveis escolares e material audiovisual	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
Móveis escolares e material audiovisual	Brasil	GO	Goiânia	Própria
Móveis escolares e material audiovisual	Brasil	MS	Campo Grande	Própria
Móveis escolares e material audiovisual	Brasil	SC	Florianópolis	Própria
Móveis escolares e material audiovisual	Brasil	PR	Curitiba	Própria
Móveis escolares e material audiovisual	Brasil	ES	Vitória	Própria
Móveis escolares e material audiovisual	Brasil	AL	Maceió	Própria
Móveis escolares e material audiovisual	Brasil	AP	Macapá	Própria
Móveis escolares e material audiovisual	Brasil	BA	Salvador	Própria
Móveis escolares e material audiovisual	Brasil	CE	Fortaleza	Própria
Móveis escolares e material audiovisual	Brasil	PA	Belém	Própria
Móveis escolares e material audiovisual	Brasil	PE	Recife	Própria
Móveis escolares e material audiovisual	Brasil	RN	Natal	Própria
Móveis escolares e material audiovisual	Brasil	SE	Aracaju	Própria
RJ/ Barra World / Campus - Av. Alfredo Baltazar da Silveira, 520 e 580	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
RJ/ Dorival Caymmi / Campus	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
RJ/ Tom Jobim / Campus - Av. das Américas, nº 4.200 - bloco 11, Barra da Tijuca	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
RJ/ Vargem Pequena / Campus - Estr. Boca do Mato, Vargem Pequena	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
RJ/ Vargem Pequena / Campus - Lote Rural nº 712 e 713 - Serópedica	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	FIC - Faculdade Integrada do Ceará	Brasil	Até 24/04/2017	No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	Não há como quantificar o impacto além do já descrito abaixo. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	FMJ - Faculdade de Medicina de Juazeiro	Brasil	Até 24/04/2017	No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	Não há como quantificar o impacto além do já descrito abaixo. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	SESCE - Sociedade de Ensino Superior do Ceará	Brasil	10 anos a partir do registro	No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	Não há como quantificar o impacto além do já descrito abaixo. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	FAMAP - Faculdade do Amapá	Brasil	Até 20/07/2020	No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	Não há como quantificar o impacto além do já descrito abaixo. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	SESAP - Sociedade de Ensino Superior do Amapá	Brasil	Até 24/4/2017	No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	Não há como quantificar o impacto além do já descrito abaixo. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	FAP - Faculdade do Pará	Brasil	10 anos a partir do registro	<p>No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.</p>	<p>Não há como quantificar o impacto além do já descrito abaixo. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.</p>

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	SESPA - Sociedade de Ensino Superior do Pará	Brasil	Até 06/05/2018	No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	Não há como quantificar o impacto além do já descrito abaixo. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	FIB Faculdades Integradas da Bahia	Brasil	Até 13/12/2015	<p>No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.</p>	<p>Não há como quantificar o impacto além do já descrito abaixo. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.</p>

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Sociedade Tecnopolitana da Bahia STB	Brasil	Até 03/04/2011	No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	Não há como quantificar o impacto além do já descrito abaixo. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	FAL - Faculdade de Alagoas	Brasil	10 anos a partir do registro	No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a conseqüente cessação dos direitos do titular.	Não há como quantificar o impacto além do já descrito abaixo. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	SESAL - Sociedade de Ensino Superior de Alagoas	Brasil	Até 24/07/2017	No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	NNão há como quantificar o impacto além do já descrito abaixo. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	R Radial	Brasil	10 anos a partir do registro	No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	Não há como quantificar o impacto além do já descrito abaixo. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Uniradial Centro Universitário	Brasil	Até 06/10/2019	No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	Não há como quantificar o impacto além do já descrito abaixo. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	FABRASP	Brasil	Até 26/06/2011	<p>No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.</p>	<p>Não há como quantificar o impacto além do já descrito abaixo. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.</p>

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Colégio Interlagos	Brasil	Até 28/08/2010	No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	Não há como quantificar o impacto além do já descrito abaixo. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	EURO PANAMERICANA - EUROPA/UNIPAN	Brasil	10 anos a partir do registro	No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	Não há como quantificar o impacto além do já descrito abaixo. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Faculdades do Planalto Paulista	Brasil	10 anos a partir do registro	No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	Não há como quantificar o impacto além do já descrito abaixo. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	FINTEC Faculdades Interlagos	Brasil	Até 18/12/2017	No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	Não há como quantificar o impacto além do já descrito abaixo. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	LUSOFONA	Brasil	Até 02/09/2013	No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	Não há como quantificar o impacto além do já descrito abaixo. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	FIR Faculdade Integrada do Recife	Brasil	Até 04/12/2017	No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	Não há como quantificar o impacto além do já descrito abaixo. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Colégio Magister	Brasil	Até 16/05/2015	No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	Não há como quantificar o impacto além do já descrito abaixo. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Magister (figura)	Brasil	Até 20/07/2020	No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	Não há como quantificar o impacto além do já descrito abaixo. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Magister (mista)	Brasil	Até 08/01/2015	No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	Não há como quantificar o impacto além do já descrito abaixo. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Revista do Magister	Brasil	10 anos a partir do registro	No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	Não há como quantificar o impacto além do já descrito abaixo. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	UNICEM	Brasil	10 anos a partir do registro	No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	Não há como quantificar o impacto além do já descrito abaixo. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Estácio	Brasil	Até 14/08/2017	<p>No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.</p>	<p>Não há como quantificar o impacto além do já descrito abaixo. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.</p>

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Estácio Ensino Superior	Brasil	10 anos a partir do registro	No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	Não há como quantificar o impacto além do já descrito abaixo. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Estácio Participações	Brasil	10 anos a partir do registro	No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	Não há como quantificar o impacto além do já descrito abaixo. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	FASE - Faculdade de Sergipe	Brasil	10 anos a partir do registro.	No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	Não há como quantificar o impacto além do já descrito abaixo. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	SESSE - Sociedade de Ensino Superior do Sergipe	Brasil	Até 24/04/2017	No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	Não há como quantificar o impacto além do já descrito abaixo. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
FACULDADE RADIAL DE CURITIBA	05.590.490/0001-47	-	Controlada	Brasil	PR	Curitiba	Prestação de serviços no segmento de ensino superior compreendendo graduação tradicional e graduação tecnológica, sob regulamentação do Ministério da Educação.	100,000000
				Valor mercado	31/12/2009	3.032.000,00		
31/12/2009	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2009	3.032.000,00		
31/12/2008	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2007	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Não aplicável								
IREP SOC. DE ENSINO SUPERIOR	02.608.755/0001-07	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Prestação de serviços no segmento de ensino superior compreendendo graduação tradicional e graduação tecnológica, sob regulamentação do Ministério da Educação.	100,000000
				Valor mercado	31/12/2009	56.470.000,00		
31/12/2009	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2009	56.470.000,00		
31/12/2008	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2007	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Não aplicável								
SOC. DE ENSINO SUPERIOR DE ALAGOAS	02.524.328/0001-32	-	Controlada	Brasil	AL	Maceió	Prestação de serviços no segmento de ensino superior compreendendo graduação tradicional e graduação tecnológica, sob regulamentação do Ministério da Educação.	100,000000
				Valor mercado	31/12/2009	6.736.000,00		
31/12/2009	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2009	6.736.000,00		
31/12/2008	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2007	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Não aplicável								

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
SOC. DE ENSINO SUPERIOR DE PERNAMBUCO	01.189.494/0001-67	-	Controlada	Brasil	PE	Recife	Prestação de serviços no segmento de ensino superior compreendendo graduação tradicional e graduação tecnológica, sob regulamentação do Ministério da Educação.	100,000000
				Valor mercado	31/12/2009	22.390.000,00		
31/12/2009	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2009	22.390.000,00		
31/12/2008	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2007	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Não aplicável								
SOC. DE ENSINO SUPERIOR DE SERGIPE	04.038.435/0001-86	-	Controlada	Brasil	SE	Aracaju	Prestação de serviços no segmento de ensino superior compreendendo graduação tradicional e graduação tecnológica, sob regulamentação do Ministério da Educação.	100,000000
				Valor mercado	31/12/2009	1.231.000,00		
31/12/2009	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2009	1.231.000,00		
31/12/2008	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2007	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Não aplicável								
SOC. DE ENSINO SUPERIOR DO AMAPÁ	04.135.964/0001-06	-	Controlada	Brasil	AP	Macapá	Prestação de serviços no segmento de ensino superior compreendendo graduação tradicional e graduação tecnológica, sob regulamentação do Ministério da Educação.	100,000000
				Valor mercado	31/12/2009	1.180.000,00		
31/12/2009	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2009	1.180.000,00		
31/12/2008	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2007	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Não aplicável								

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
SOC. DE ENSINO SUPERIOR DO PARÁ	04.368.590/0001-60	-	Controlada	Brasil	PA	Belém	Prestação de serviços no segmento de ensino superior compreendendo graduação tradicional e graduação tecnológica, sob regulamentação do Ministério da Educação.	100,000000
				Valor mercado	31/12/2009	15.281.000,00		
31/12/2009	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2009	15.281.000,00		
31/12/2008	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2007	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Não aplicável								
SOC. DE ENSINO SUPERIOR ESTÁCIO DE SÁ	34.075.739/0001-84	-	Controlada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Prestação de serviços no segmento de ensino superior compreendendo graduação tradicional e graduação tecnológica, sob regulamentação do Ministério da Educação.	100,000000
				Valor mercado	31/12/2009	134.944.000,00		
31/12/2009	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2009	134.944.000,00		
31/12/2008	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2007	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Não aplicável								
SOC. TECNOPOLITANA DA BAHIA	01.188.034/0001-14	-	Controlada	Brasil	BA	Salvador	Prestação de serviços no segmento de ensino superior compreendendo graduação tradicional e graduação tecnológica, sob regulamentação do Ministério da Educação.	100,000000
				Valor mercado	31/12/2009	45.096.000,00		
31/12/2009	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2009	45.096.000,00		
31/12/2008	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2007	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Não aplicável								

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
SOCIEDAD DE ENSEÑANZA SUPERIOR SOCIEDAD ANONIMA	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Paraguai			Prestação de serviços no segmento de ensino superior compreendendo graduação tradicional e graduação tecnológica, sob regulamentação do Ministério da Educação.	100,000000
				Valor mercado	31/12/2009	3.187.000,00		
31/12/2009	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2009	3.187.000,00		
31/12/2008	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2007	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Não aplicável								
SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR DO CEARÁ	01.239.996/0001-55	-	Controlada	Brasil	CE	Fortaleza	Prestação de serviços no segmento de ensino superior compreendendo graduação tradicional e graduação tecnológica, sob regulamentação do Ministério da Educação.	100,000000
				Valor mercado	31/12/2009	59.080.000,00		
31/12/2009	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2009	59.080.000,00		
31/12/2008	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2007	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Não aplicável								
UNIÃO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	04.100.373/0001-95	-	Controlada	Brasil	RN	Natal	Prestação de serviços no segmento de ensino superior compreendendo graduação tradicional e graduação tecnológica, sob regulamentação do Ministério da Educação.	100,000000
				Valor mercado	31/12/2009	543.000,00		
31/12/2009	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2009	543.000,00		
31/12/2008	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2007	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Não aplicável								

9.2 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes relacionadas a esta Seção 9 foram divulgadas nos itens anteriores.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

Acreditamos ser a segunda maior organização privada do setor de ensino superior no Brasil em número de alunos matriculados e possuímos condições financeiras e patrimoniais adequadas para implementar nosso plano de negócios e cumprir nossas obrigações de curto, médio e longo prazo. Historicamente o nosso capital de giro bruto tem se mostrado suficiente para as nossas necessidades de capital. Atualmente, acreditamos que o nosso capital de giro, que em 31 de dezembro de 2010 era de R\$250,9 milhões, é suficiente para as atuais exigências e os nossos recursos de caixa, inclusive empréstimos de terceiros, são suficientes para atender o financiamento de nossas atividades e de nossa estratégia de expansão. Temos tido amplo acesso a fontes de financiamento, o que atualmente nos garante os recursos necessários para as nossas necessidades.

Atualmente, não possuímos deficiência de liquidez. Acreditamos que o nosso capital de giro líquido, que em 31 de dezembro de 2010 era de R\$250,9 milhões (Ativo Circulante – Passivo Circulante) reflete nossa capacidade de gerenciar as relações com fornecedores e clientes. Acreditamos que a nossa capacidade de liquidar nossos compromissos financeiros de curto prazo é refletido pelo bom desempenho de nossa liquidez corrente de 2,8%, em 31 de dezembro de 2010 (Ativo Circulante / Passivo Circulante).

b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando: i. hipóteses de resgate; ii. fórmula de cálculo do valor de resgate

Em 31 de dezembro de 2010, o patrimônio líquido da Companhia totalizava R\$585,9 milhões; por sua vez, o endividamento financeiro, consistente na soma dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo circulante e no passivo não-circulante, foi de R\$9,5 milhões em 31 de dezembro de 2010. Por sua vez, o patrimônio líquido da Companhia totalizou R\$458,0 milhões, R\$421,0 milhões e R\$405,3 milhões nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2009, 2008 e 2007, enquanto o endividamento financeiro, consistente na soma dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo circulante e no passivo não-circulante, totalizou R\$5,5 milhões, R\$11,5 milhões e R\$0,1 milhão nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2009, 2008 e 2007.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos.

Acreditamos possuir capacidade de pagamento de nossos compromissos financeiros, uma vez que o nosso nível de endividamento em 31 de dezembro de 2010, consistente na soma dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo circulante e no passivo não circulante, alcançou o valor de R\$9,5 milhões, sendo consideravelmente inferior às nossas disponibilidades que, em 31 de dezembro de 2010, somaram R\$165,4 milhões, representando um caixa líquido de R\$155,9 milhões.

Adicionalmente, o nosso EBITDA Ajustado¹, no período encerrado em 31 de dezembro de 2010, somou R\$106,3 milhões, representando 11,2 vezes o nível total de nosso endividamento.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas.

Nossa principal fonte de financiamento para capital de giro e investimentos em ativos não-circulantes é a própria geração operacional de caixa. Quando apropriado, contraímos empréstimos e financiamentos junto a instituições financeiras de fomento, como BNDES, para investimentos em ativos não-circulantes, à taxas normalmente praticadas em operações desta natureza, como a TJLP ou taxas fixas. Buscamos constantemente fontes de financiamento a custos atrativos para, quando apropriado, contratá-los.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

Diante da nossa estrutura de capital que acreditamos ser saudável, consideramos ser desnecessária a cobertura de deficiência de liquidez.

¹ O EBITDA ajustado é resultante do EBITDA, de acordo com Ofício Circular no 1/2007, somado ao resultado financeiro operacional constituído pelas receitas com multas e juros sobre mensalidades.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda: i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes; ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras; iii. grau de subordinação entre as dívidas; iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

A maior parte do nosso endividamento é proveniente de contratos de *leasing* de máquinas e equipamentos, quais sejam, os computadores e demais equipamentos que utilizamos em nossas atividades diárias, com vencimentos até 2011 e amortização mensal.

Modalidade	Encargos financeiros	Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de		
		2010	2009	2008
Em moeda nacional				
Capital de giro	1,70% ao mês e/ou CDI + 0,25% ao mês	108	208	287
Contratos de arrendamento mercantil de computadores e outros equipamentos	IGPM + 12,3% ao ano	682	4.772	8.863
Contratos de arrendamento mercantil de computadores e outros equipamentos	11,8% a 22,1% ao ano	124	590	2.423
Contrato FINAME	80% do contrato 4,5% a.a. 20% do contrato 9% a.a.	8.608	-	-
		9.522	5.570	11.573
Passivo circulante		1.760	4.721	6.735
Passivo não circulante		7.762	849	4.838
Total:		9.522	5.570	11.573

Os contratos de arrendamento mercantil e outros equipamentos registrados em nossa contabilidade referem-se à locação de computadores, no-breaks, bebedouros, aparelhos de ar condicionado, rádios transceptores e outros equipamentos. Para mais informações sobre nossos contratos com fornecedores, favor consultar a seção 7.3(e).

Não existe grau de subordinação entre nossas dívidas, bem como os contratos que lhes deram origem não nos impõe qualquer restrição.

Quando apropriado, buscamos fontes de financiamento com prazos longos, sem comprometer nossa capacidade de pagamento.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Em 18 de fevereiro de 2008, foi efetuado contrato de parceria entre a SESES, afiliadas (incluindo as Mantenedoras) e o Unibanco, substituindo acordos de parceria anteriores, com prazo de vigência até 17 de fevereiro de 2018, cujo objeto principal é o de conceder exclusividade/preferência ao Unibanco na oferta e no fornecimento de produtos e serviços financeiros aos alunos, funcionários e fornecedores, bem como de ser o principal provedor de produtos e serviços financeiros. Em contrapartida à exclusividade concedida ao Unibanco, e pela manutenção dessa condição durante toda a vigência do contrato, o Unibanco pagou a SESES e as Mantenedoras uma receita fixa de R\$18,0 milhões, que está sendo apropriada ao resultado por tal prazo contratual.

g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados.

Eventuais restrições impostas ao emissor nos termos dos contratos de *leasing* firmados, não são relevantes para nossas atividades.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO

(em R\$ milhões, exceto quando diversamente indicado)

Exercício Social encerrado em

31 de dezembro de

	2010	A.V. 2010	2009	A.V. 2009	2008	A.V. 2008	Varição 2009/ 2010	Varição 2008/ 2009
Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	1.454,26	-	1.459,70	-	1.432,20	-	-0,37%	1,92%
Receitas de Mensalidades	1.435,75	-	1.443,40	-	1.409,40	-	-0,53%	2,41%
Outras	18,59	-	16,20	-	22,80	-	14,75%	-28,95%
Deduções da Receita Bruta	-438,18	-	-450,80	-	-452,30	-	-2,80%	-0,33%
Gratuidades - Bolsas de Estudos	-381,30	-	-381,90	-	-361,00	-	-0,16%	5,79%
Devoluções de Mensalidades e Taxas	-5,10	-	-2,80	-	-3,20	-	82,14%	-12,50%
Descontos Concedidos	-10,10	-	-23,00	-	-45,40	-	-56,09%	-49,34%
Impostos	-41,70	-	-43,10	-	-42,50	-	-3,25%	1,41%
Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	1.016,08	100,00%	1.008,80	100,00%	979,90	100,00%	0,72%	2,95%
Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	-696,96	-68,59%	-696,40	-69,03%	-669,08	-68,28%	0,08%	4,08%
Resultado Bruto	319,12	31,41%	312,4	30,97%	283,89	28,97%	2,15%	10,04%
Despesas/								
Receitas Operacionais	-259,69	-25,56%	-259,13	-25,69%	-292,25	-29,82%	0,22%	-11,33%
Com Vendas	-83,10	-8,18%	-73,80	-7,30%	-83,80	-8,60%	12,60%	-11,93%
Gerais e Administrativas	-186,98	-18,40%	-192,82	-19,11%	-204,52	-20,87%	-3,03%	-5,72%
Resultado Financeiro	14,32	1,41%	15,00	1,50%	26,30	2,70%	-4,53%	-42,97%
Receitas Financeiras	30,53	3,00%	29,90	3,00%	39,40	4,00%	2,11%	-24,11%
Despesas Financeiras	-16,21	-1,60%	-14,90	-1,50%	-13,00	-1,30%	8,79%	14,62%
Outras Receitas Operacionais	11,41	1,12%	7,90	0,80%	8,30	0,80%	44,43%	-4,82%
Outras Despesas Operacionais	-1,03	-0,10%	-0,40	-0,04%	-12,30	-1,30%	157,50%	-96,75%
Amortização de Ágio	-	0,00%	-	0,00%	-10,40	-1,10%	N.A.	N.A.
Resultado das Atividades não Continuadas	-1,03	-0,10%	-0,40	-0,04%	-1,90	-0,20%	157,50%	-78,95%
Resultado da Equivalência Patrimonial	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	N.A.	N.A.
Resultado Operacional	73,83	7,27%	68,30	6,90%	44,98	4,70%	8,10%	51,85%
Resultado Não Operacional	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	N.A.	N.A.
Resultado Antes Tributação/ Participações	73,83	7,27%	68,30	6,90%	44,98	4,70%	8,10%	51,85%
Provisão para IR e Contribuição Social	-6,1	-0,60%	-5,40	-0,54%	-8,69	-0,90%	12,96%	-37,86%
IR Diferido	12,97	1,28%	0,5	0,05%	1,90	0,19%	2.494,50%	-73,68%
Participações/Contribuições Estatutárias	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	N.A.	N.A.
Participações	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	N.A.	N.A.
Contribuições	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	N.A.	N.A.
Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	N.A.	N.A.
Part. de Acionistas Não Controladores	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	N.A.	N.A.
Lucro/Prejuízo do Período	80,66	7,94%	63,36	6,28%	38,19	3,90%	27,30%	65,91%

Resultados Operacionais referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009 comparado com os Resultados Operacionais referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009

Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços

A receita bruta de vendas e/ou serviços diminuiu 0,37%, passando de R\$1.459,70 milhões no período encerrado em 31 de dezembro de 2009 para R\$1.454,26 milhões no período encerrado em 31 de dezembro de 2010, devido, principalmente, à redução da receita de mensalidades, que totalizou R\$1.435,75 milhões no período encerrado em 31 de dezembro de 2010 e R\$1.443,40 milhões no mesmo período de 2009. Para informações sobre a composição da receita bruta, ver item 10.2 (a) (i) deste Formulário de Referência. Essas reduções decorreram principalmente de uma queda de 6,3% na base de alunos no segmento de ensino presencial, parcialmente compensada pelo aumento de 172,9% na base de alunos do segmento de ensino à distância, que respondeu por R\$63,5 milhões do período encerrado em 31 de dezembro de 2010.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Deduções da Receita Bruta

As deduções da receita bruta diminuíram 2,8%, passando de R\$450,80 milhões no período encerrado em 31 de dezembro de 2009, para R\$438,18 milhões no mesmo período de 2010. Essa diminuição deve-se principalmente à redução de R\$12,90 milhões, ou 56,09%, em descontos concedidos, em razão da política mais restritiva na concessão de descontos que adotamos, a partir de dezembro de 2008.

Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços

A receita líquida de vendas e/ou serviços aumentou 0,72%, passando de R\$1.008,80 milhões no período encerrado em 31 de dezembro de 2009 para R\$1.016,08 milhões no mesmo período de 2010. Essa elevação deve-se principalmente à redução das deduções, principalmente dos descontos concedidos, conforme mencionado no item "Deduções da Receita Bruta" acima.

Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos

O Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos totalizou R\$696,96 milhões em 2010, representando 68,59% da receita líquida, uma redução de 0,44 pontos percentuais em relação aos 69,03% do mesmo período de 2009, apesar da inclusão de despesa com materiais didáticos no valor de R\$16,5 milhões, valor R\$15,5 milhões maior que o de 2009. A redução de R\$560 mil, ou 0,08%, no período encerrado em 31 de dezembro de 2010, em relação ao mesmo período do ano anterior ocorreu em função dos seguintes itens:

- (i) redução de R\$6,5 milhões referentes ao material didática que passou a ser distribuído aos novos alunos matriculados a partir de 2010;
- (ii) R\$4,4 milhões em razão de maiores custos com pessoal associados ao escalamento do INSS; e
- (iii) R\$2,5 milhões em itens não recorrentes relativos às rescisões contratuais de pessoal.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, foram registrados R\$13,5 milhões em custos considerados não recorrentes, relacionados às rescisões contratuais de pessoal, um valor 66,7% maior do que o apresentado no mesmo período de 2009, como parte de nossa reorganização estratégica.

Resultado Bruto

O resultado bruto no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010 foi de R\$319,12 milhões, representando um aumento de 2,15% em comparação com R\$312,4 milhões no mesmo período de 2009. Essa elevação é atribuída, principalmente, à redução no valor das deduções. Em 2010, a margem bruta de nossas atividades foi de 31,41%, representando um aumento de 0,44 pontos percentuais quando comparada a de 2009.

Despesas Operacionais

As despesas operacionais diminuíram 25,56% em relação a 2009, a partir dos ganhos de eficiência na gestão das despesas gerais das unidades e do centro corporativo o que mais do que compensou o aumento nas despesas de marketing. No ano, a PDD apresentou uma taxa de 4,1% em relação à receita líquida contra 4,3% em 2009, em linha com a política de provisionamento de 100% das contas a receber vencidas há mais de 180 dias, demonstrando melhora da inadimplência.

As despesas gerais e administrativas totalizaram R\$186,98 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, uma redução de R\$5,84 milhões ou 3,03% em comparação aos R\$192,82 milhões, em 2009.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro diminuiu de R\$15,00 milhões em 2009 para R\$14,32 milhões em 2010, uma variação de R\$0,68 milhões, permanecendo praticamente estável no período analisado.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Outras Receitas Operacionais

As outras receitas operacionais estão relacionadas a taxas por serviços prestados aos alunos, como impressão de documentos, requerimentos de revisão de notas, requerimentos de histórico escolar, taxa de inscrição no vestibular, aluguéis de salas e auditórios, entre outras receitas e totalizaram R\$11,41 milhões em 2010, contra um montante de R\$7,90 milhões em 2009, representando um aumento de 44,43%.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Outras Despesas Operacionais

As outras despesas operacionais totalizaram R\$1,03 milhão no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, integralmente relacionadas ao resultado das atividades não continuadas, contra um montante de R\$400 mil em 2009.

Resultado Operacional

O resultado operacional no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010 totalizou R\$73,83 milhões, um aumento de R\$5,53 milhões ou 8,10%, quando comparado aos R\$68,30 milhões registrados em 2009. Como uma porcentagem das receitas líquidas, o resultado operacional foi de 7,27% em 2010 contra 6,90% em 2009.

Provisão para IR e Contribuição Social

A provisão do imposto de renda e a contribuição social no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010 totalizaram R\$6,1 milhão, 12,96% maior do que em 2009, em que o imposto de renda e a contribuição social totalizaram R\$5,4 milhão. O imposto de renda diferido em 2010 foi R\$12,97 milhões, R\$12,47 milhões a mais que em 2009.

Lucro/Prejuízo do Período

O lucro líquido no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010 foi R\$80,66 milhões, o que representa um aumento de 27,30% em comparação com o mesmo período de 2009 quando o lucro foi de R\$63,36 milhões, em razão do descrito acima.

Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009 comparado com o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008

Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços

A receita bruta de vendas e/ou serviços aumentou 1,9%, passando de R\$1.432,3 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008 para R\$1.459,7 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009, principalmente devido ao aumento da receita bruta de mensalidades, que totalizou R\$1.443,5 milhões no exercício encerrado em 2009, um aumento de R\$34,0 milhões ou 2,4% em comparação a 2008. Em 2008, a receita gerada por mensalidades totalizou R\$1.409,5 milhões. Esse aumento reflete basicamente reajustes de preços ocorridos ao longo do ano. A receita bruta de outros serviços diminuiu de R\$22,8 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008 para R\$16,2 milhões no mesmo período de 2009 em razão da diminuição da base de alunos no período. Para informações adicionais sobre a composição da receita bruta, ver item 10.2(a) (i) deste Formulário de Referência.

Deduções da Receita Bruta

As deduções da receita bruta diminuíram 0,3%, passando de R\$452,3 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008 para R\$450,8 milhões no exercício de 2009. Essa diminuição deve-se principalmente à redução de R\$22,4 milhões ou 49,3% em descontos concedidos, em razão da adoção de política mais restritiva na concessão de descontos que adotamos a partir do início de 2009. O aumento de R\$20,9 milhões em 2009 na concessão de bolsas de estudos (gratuidades) ocorreu principalmente em função da consolidação de empresas adquiridas em 2008.

Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços

A receita líquida de vendas e/ou serviços aumentou 2,9%, passando de R\$979,9 milhões no exercício de 2008 para R\$1.008,8 milhões no exercício de 2009. Essa elevação deve-se principalmente aos fatores listados acima.

Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos

O Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos aumentou 0,08%, passando de R\$669,08 milhões em 2008 para R\$696,40 milhões em 2009, representando 69,03% da receita líquida em 2009, praticamente estável em relação aos 68,28% em 2008, 0,75 pontos percentuais maior que no ano anterior. A variação de R\$27,32 milhões ou 4,08% em relação ao ano anterior resultou dos seguintes itens:

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

- Aumento de R\$7,7 milhões em INSS referente ao custo docente, referente à aplicação da alíquota escalonada;
- Aumento de R\$4,8 milhões em aluguéis, condomínio e IPTU, devido ao aumento de imóveis locados por conta das empresas adquiridas em 2008, e aos reajustes inflacionários ocorridos no período; e
- Aumento de R\$3,2 milhões em serviços de terceiros, referentes a custos com material didático do ensino à distância e a rescisões contratuais na linha de serviços de limpeza e segurança.

Em 2009, foram registrados R\$8,1 milhões considerados não recorrentes, relacionados a rescisões contratuais de pessoal, como parte da nossa reorganização estratégica.

Em relação à receita líquida, os custos com pessoal e encargos (excluindo INSS do corpo docente), item mais representativo dos custos dos serviços prestados, apresentaram uma redução de 0,7 pontos percentuais em 2009, o que evidenciou os resultados da melhor gestão do custo docente praticada ao longo do ano, em razão do melhor planejamento e controle da grade horária dos professores.

Resultado Bruto

O resultado bruto no exercício de 2009 foi R\$312,4 milhões, representando um aumento de 10,04% em comparação com o lucro de R\$283,89 milhões no exercício de 2008. Essa elevação é atribuída aos fatores descritos acima. No exercício de 2009, a margem bruta de nossas atividades aumentou 2,0 pontos percentuais para 30,97% quando comparada a 28,97% em 2008.

Despesas/Receitas Operacionais

As despesas operacionais diminuíram 11,33%, passando de R\$292,25 milhões em 2008 para R\$259,13 milhões em 2009. Essa redução decorre dos fatores a seguir descritos:

As despesas com vendas totalizaram R\$73,9 milhões em 2009, uma redução de 11,9% em relação ao ano anterior de R\$83,8 milhões, principalmente em função da redução na provisão para devedores duvidosos ("PDD"). Após os custos incorridos no quarto trimestre de 2008 com a implantação de uma política mais rígida de controle e contabilização de inadimplência, a PDD foi reduzida para 4,3% da receita líquida em 2009, em comparação a 6,0% da receita líquida em 2008. É importante notar que provisionamos como créditos de liquidação duvidosa em nosso resultado todo o saldo de mensalidades vencidas há mais de 180 dias e o saldo de contas a receber de alunos com renegociações passadas não performadas. Dessa forma, o prazo médio de recebimento ficou consistentemente em torno de 41 dias ao longo de todo o ano. Essa redução foi parcialmente compensada pelo aumento dos esforços com despesas de comunicação e marketing durante o ano, de um total de R\$5,2 milhões e, assim, ganhamos 1,2 pontos percentuais de margem sobre a receita.

As despesas gerais e administrativas totalizaram R\$192,82 milhões em 2009, uma redução de R\$11,7 milhões ou 5,7% em comparação aos R\$204,52 milhões em 2008, principalmente em razão da redução de R\$22,4 milhões em serviços de terceiros, dos quais R\$5,4 milhões referem-se a despesas não recorrentes, relacionadas à contratação de consultorias, que deram suporte ao processo de reestruturação organizacional e à implantação da Central de Serviços Compartilhados ("CSC") e da Central de Ensino, concluída em dezembro de 2009, os dois últimos parte de nossa reorganização acadêmica. Os outros R\$14,8 milhões têm sua origem na melhor gestão de contratos com fornecedores, principalmente de consultoria, serviços advocatícios e marketing direto, como resultado de centralização e internalização de atividades no CSC. A redução em serviços de terceiros compensou o aumento de R\$6,4 milhões em pessoal e encargos (excluindo INSS) no ano de 2009. As despesas com depreciação e amortização reduziram em R\$4,6 milhões em 2009, devido à consolidação de novas empresas e às mudanças na contabilização de despesas com leasing, em razão da Lei n.º 11.638. Para informações adicionais sobre a Lei n.º 11.638, ver item 10.4(a) deste Formulário de Referência.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro diminuiu de R\$26,3 milhões no exercício de 2008 para R\$15,0 milhões em 2009, devido principalmente à redução nas receitas financeiras. As receitas financeiras diminuíram de R\$39,4 milhões no exercício de 2008 para R\$30 milhões em 2009, devido principalmente à redução nas receitas de aplicações financeiras, quais sejam. As despesas financeiras durante o exercício de 2009 totalizaram R\$15 milhões frente a despesas financeiras de R\$13,1 milhões no exercício de 2008 devido ao leve aumento de nossa dívida decorrente da capitalização das despesas de *leasing* com equipamentos em cumprimento à Lei n.º 11.638. Para informações adicionais sobre a Lei n.º 11.638 ver item 10.4(a) deste Formulário de Referência.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Outras Receitas (Despesas) Operacionais

As outras receitas (despesas) operacionais, constituídas por receitas de aluguéis, receitas com convênios, amortização de ágio e resultado das atividades não continuadas totalizaram R\$7,6 milhões em 2009, contra um montante negativo de R\$3,9 milhões no exercício de 2008.

Amortização de Ágio

No exercício de 2008 foram registrados R\$10,4 milhões em razão de amortização de ágio. No exercício de 2009 não houve registro de amortização de ágio, por conta das alterações nas práticas contábeis brasileiras. Para informações adicionais sobre a Lei n.º 11.638 ver item 10.4(a) deste Formulário de Referência.

Resultado Operacional

Em virtude do exposto acima, o resultado operacional no exercício de 2009 totalizou R\$68,3 milhões, um aumento de R\$25,17 milhões ou 65,91%, quando comparado aos R\$38,19 milhões registrados no exercício de 2008. Nos exercícios de 2009 e 2008, os resultados operacionais como uma porcentagem das receitas líquidas, foram de 6,28% e 3,90%, respectivamente.

Provisão para IR e Contribuição Social

A provisão do imposto de renda e contribuição social no exercício de 2009 totalizou R\$5,4 milhões, 37,8% menor do que no exercício de 2008, em que o imposto de renda e a contribuição social totalizaram R\$8,69 milhões. Nos exercícios de 2009 e 2008, as alíquotas efetivas combinadas do imposto de renda e da contribuição social, calculadas como uma porcentagem do resultado antes tributação/participações, foram de 7,8% e 18,8%, respectivamente.

Lucro/Prejuízo do Período

Em virtude do exposto acima, o lucro líquido no exercício de 2009 foi R\$63,36 milhões, o que representa um aumento de 65,91% em comparação com o exercício de 2008 quando o lucro foi de R\$38,19 milhões.

BALANÇO PATRIMONIAL

<i>(R\$ mi)</i>	Em 31 de dezembro de							
	2010	AV ⁽¹⁾	2009	AV ⁽¹⁾	2008	AV ⁽¹⁾	Varição 09/10	Varição 08/09
Balancos Patrimoniais								
Ativo Total	804,5	100%	688,3	100%	652,8	100%	16,88%	5,44%
Ativo Circulante	390,4	49%	350,5	51%	332,9	51%	11,38%	5,29%
Disponibilidades	165,4	21%	201,0	29%	202,2	31%	-17,71%	-0,59%
Contas a Receber	225,0	28%	149,5	22%	130,7	20%	50,50%	14,38%
Ativo Não Circulante	414,1	51%	337,8	49%	319,9	49%	22,59%	5,60%
Ativo Realizável a Longo Prazo	58,70	7%	27,9	4%	15,6	2%	110,39%	78,85%
Créditos com Pessoas Ligadas	3,2	0%	2,7	0%	0,0	0%	18,52%	N.A
Outros	55,5	7%	25,3	4%	15,6	2%	119,37%	62,18%
Ativo Permanente	355,50	44%	309,8	45%	304,3	47%	14,75%	1,81%
Investimentos	7,90	1%	0,20	0%	0,20	0%	3.850,0%	0,0%
Imobilizado	211,00	26%	192,0	28%	197,2	31%	9,90%	-2,64%
Intangível	136,60	17%	117,6	17%	106,9	16%	16,16%	10,01%
Passivo Total	804,50	100%	688,30	100%	652,80	100%	16,88%	5,44%
Passivo Circulante	139,50	17%	163,1	24%	157,9	24%	-14,47%	3,29%
Empréstimos e Financiamentos	1,80	0%	4,70	1%	6,70	1%	61,70%	-29,85%
Fornecedores	17,80	2%	17,60	3%	24,40	4%	1,14%	-27,87%
Impostos, Taxas e Contribuições	19,20	2%	16,00	2%	18,30	3%	20,00%	-12,57%
Dividendos a Pagar	19,20	2%	30,50	4%	17,90	3%	-37,05%	70,39%

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

<i>(R\$ mi)</i>	Em 31 de dezembro de							
	2010	AV ⁽¹⁾	2009	AV ⁽¹⁾	2008	AV ⁽¹⁾	Variação 09/10	Variação 08/09
Balancos Patrimoniais								
Dívidas com Pessoas Ligadas	0,0	-	0,0	-	0,0	-	-	-
Outros	81,50	10%	94,30	14%	90,60	14%	-13,57%	4,08%
Passivo Não Circulante	79,20	10%	71,70	10%	77,50	12%	10,46%	-7,48%
Passivo Exigível a Longo Prazo	79,20	10%	71,70	10%	77,50	12%	10,46%	-7,48%
Empréstimos e Financiamentos	7,8	1%	0,8	0%	4,8	1%	875,00%	-83,33%
Provisões	49,2	6%	45,5	7%	42,2	6%	8,13%	7,82%
Outros	22,2	3%	25,4	4%	30,5	5%	-12,60%	-16,72%
Patrimônio Líquido	585,9	73%	453,4	66%	417,4	64%	29,22%	8,62%
Capital Social Realizado	360,1	45%	295,2	43%	295,2	45%	21,99%	0,00%
Reservas de Capital	106,9	13%	100,4	15%	96,5	15%	6,47%	4,04%
Reservas de Lucro	119,3	15%	58,1	8%	25,3	4%	105,34%	129,64%
Lucros acumulados	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes acumulados de conversão	-0,4	0%	-0,3	0%	-0,4	0%	33,33%	-25,00%
Ações em tesouraria	-0,3	0%	-	-	-	-	-	-

Balanco Patrimonial referente ao exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2010 comparado com o Balanco Patrimonial referente ao exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2009

Ativo Circulante*Disponibilidades*

Em 31 de dezembro de 2010, as disponibilidades da Companhia totalizaram R\$165,4 milhões, comparados a R\$201,0 milhões em 31 de dezembro de 2009, uma redução de R\$35,6 milhões, ou de 18%, principalmente devido a (i) pagamento de dividendos no montante de R\$30,5 milhões, contra os R\$17,9 milhões realizado no segundo trimestre de 2009; (ii) pagamento adiantado das férias coletivas de professores (realizado antecipadamente em junho); (iii) adequação da data de vencimento das mensalidades para o quinto dia útil de cada mês e posterior eliminação de descontos por antecipação.

Contas a receber

Em 31 de dezembro de 2010, o total de contas a receber no ativo circulante da Companhia era de R\$225,0 milhões, comparados com R\$149,5 milhões em 31 de dezembro de 2009, representando um aumento de R\$75,5 milhões.

Em R\$ mil	Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009
FIES	15.302	2.270
Mensalidades de alunos	177.455	177.742
Cheques a receber	6.919	16.257
Cartões a receber	6.930	2.666
Taxas a receber	4.407	881
Créditos a identificar	(9.207)	(3.052)
Provisão para devedores duvidosos	(45.384)	(78.782)

A composição total dos valores a receber é apresentada a seguir:

	Consolidado
--	--------------------

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

(Em R\$ mil)	31/12/2010	%	31/12/2009	%
FIES	15.302	7%	2.270	1%
A vencer	32.501	15%	25.939	8%
Vencidas até 30 dias	32.255	15%	29.094	14%
Vencidas de 31 a 60 dias	22.045	10%	18.720	10%
Vencidas de 61 a 90 dias	22.047	11%	17.492	10%
Vencidas de 91 a 179 dias	41.479	20%	33.641	17%
Vencidas a mais de 180 dias	45.384	22%	72.660	39%

Ativo Não-Circulante*Ativo Realizável a Longo Prazo*

Em 31 de dezembro de 2010, o ativo realizável a longo prazo da Companhia totalizava R\$58,7 milhões, comparados a R\$27,9 milhões em 31 de dezembro de 2009. A variação de R\$30,8 milhões deve-se, principalmente, aos aumentos de R\$17 milhões em depósito judiciais e de R\$13,0 milhões em imposto de renda e contribuição social diferidos, ambos contabilizados em outros.

Ativo Permanente

Em 31 de dezembro de 2010, o ativo permanente da Companhia totalizava R\$355,5 milhões, comparados a R\$309,8 milhões em 31 de dezembro de 2009, a variação de R\$45,7 milhões deve-se, principalmente, ao aumento de R\$8,7 milhões no ativo intangível, devido principalmente às amortizações e depreciações normais da conta.

Passivo Circulante*Empréstimos e Financiamentos*

Em 31 de dezembro de 2010, os empréstimos e financiamentos do passivo circulante totalizavam R\$1,8 milhões, representando uma redução de R\$2,9 milhões em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009. Os empréstimos e financiamentos da Companhia compõem-se, basicamente, em contratos de arrendamento mercantil, em função das amortizações dos contratos de arrendamento mercantil.

Dividendos a Pagar

Os dividendos a pagar referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009 foram pagos em 29 de abril de 2010.

Passivo Exigível a Longo Prazo*Empréstimos e Financiamentos*

Em 31 de dezembro de 2010, os empréstimos e financiamentos do passivo exigível a longo prazo totalizavam R\$7,8 milhões, um aumento de R\$7,0 milhões em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009, em função do contrato FINAME e à capitalização das despesas de *leasing* com equipamentos em cumprimento à Lei 11.638.

Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2010, o patrimônio líquido da Companhia totalizava R\$585,9 milhões, um aumento de R\$132,5 milhões em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009.

Balanço Patrimonial referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009 comparado com o Balanço Patrimonial referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Ativo Circulante

Disponibilidades

Em 31 de dezembro de 2009, as disponibilidades da Companhia totalizaram R\$201,0 milhões, comparados a R\$202,2 milhões em 31 de dezembro de 2008, uma redução de R\$1,2 milhão, permanecendo praticamente estável em relação ao período anterior.

Contas a receber

Em 31 de dezembro de 2009, o Contas a Receber da Companhia totalizava R\$149,5 milhões, comparado a R\$130,7 milhões em 31 de dezembro de 2008. Durante o exercício de 2009, a Companhia baixou mensalidades de ensino médio pendentes de recebimento no montante de R\$1,3 milhão e efetuou a baixa de mensalidades em aberto relativas ao período 1º de janeiro de 2007 a 30 de setembro de 2008 no montante de R\$69,2 milhões, ambas contra provisão para devedores duvidosos. Adicionalmente, os depósitos não identificados correspondentes ao período acima mencionado também foram baixados para contra despesa de provisão para devedores duvidosos no montante de R\$3,0 milhões.

Em R\$ mil	Consolidado	
	2009	2008
FIES	15.302	2.476
Mensalidades de alunos	177.455	197.438
Cheques a receber	6.919	13.002
Cartões a receber	6.930	653
Taxas a receber	4.407	798
Créditos a identificar	(9.207)	(9.424)
Provisão para devedores duvidosos	(45.384)	(103.121)
Total:	117.982	101.822

A composição por idade dos valores a receber é apresentada a seguir:

	Consolidado			
	2009	%	2008	%
FIES	2.270	1%	2.476	1%
A vencer	25.939	13%	17.588	8%
Vencidas até 30 dias	29.094	15%	30.231	14%
Vencidas de 31 a 60 dias	18.720	9%	22.076	10%
Vencidas de 61 a 90 dias	17.492	9%	20.368	10%
Vencidas de 91 a 179 dias	33.641	17%	37.486	17%
Vencidas a mais de 180 dias	72.660	36%	84.142	39%
Total:	199.816	100%	214.367	100%

Ativo Não-Circulante

Ativo Realizável a Longo Prazo

Em 31 de dezembro de 2009, o ativo realizável a longo prazo da Companhia totalizava R\$27,9 milhões, comparados a R\$15,6 milhões em 31 de dezembro de 2008. O aumento de R\$12,3 milhões deve-se, principalmente, aos R\$2,7 milhões

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

em créditos com pessoas ligadas, relacionados ao Instrumento Particular de Mútuo, celebrado entre Estácio Participações S.A. e Escuela de Informatica, empresa com sede na cidade de Montevideú Uruguai e o aumento de R\$10,0 milhões em depósitos judiciais.

Ativo Permanente

Em 31 de dezembro de 2009, o ativo permanente da Companhia totalizava R\$309,8 milhões, comparados a R\$304,3 milhões em 31 de dezembro de 2008. O aumento de R\$5,5 milhões deve-se principalmente ao aumento de R\$10,8 milhões no ativo intangível, devido às adições relacionadas aos projetos CSC, Central de Ensino e Central de Relacionamento, conforme detalhado abaixo:

	Consolidado				2009
	2008	Adições	Amortização	Varição cambial	
Ágio	91.186			(427)	90.759
Softwares e licenças de uso	6.574	2.770	(3.300)		6.044
Projeto Ensino a Distância e Integração	9.103	2.265	(1.739)		9.629
Projeto CSC e Central de Ensino		9.591	(239)		9.352
Central de Relacionamento		1.871			1.871
Total Intangível	106.863	16.497	(5.278)	(427)	117.655

Passivo Circulante

Empréstimos e Financiamentos

Em 31 de dezembro de 2009, os empréstimos e financiamentos do passivo circulante totalizavam R\$4,7 milhões, uma redução de R\$2,0 milhões em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008. Os empréstimos e financiamentos da Companhia compõe-se basicamente de contratos de arrendamento mercantil.

Dividendos a Pagar

Em 31 de dezembro de 2009, os dividendos a pagar da Companhia totalizavam R\$30,5 milhões, um aumento de R\$12,6 milhões em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008.

Passivo Exigível a Longo Prazo

Empréstimos e Financiamentos

Em 31 de dezembro de 2009, os empréstimos e financiamentos do passivo exigível a longo prazo totalizavam R\$0,8 milhão, uma redução de R\$4,0 milhões em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008, em função da amortização dos contratos de arrendamento mercantil.

Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2009, o patrimônio líquido da Companhia totalizava R\$453,4 milhões, um aumento de R\$36 milhões em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008.

FLUXO DE CAIXA

Exercício social encerrado em
31 de dezembro de

(R\$ milhões)

2010	2009	2008	Varição 2009/2010	Varição 2008/2009
------	------	------	----------------------	-------------------

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Caixa Líquido Atividades Operacionais	-1,8	71,6	106,3	-102,51%	-32,64%
Caixa Gerado nas Operações	167,1	158,1	155,8	5,69%	1,48%
Lucro Líquido do Exercício	80,6	63,4	38,2	27,13%	65,97%
Depreciação e Amortização	32,7	40,2	35,7	-18,66%	12,61%
Valor Residual Baixado do Imobilizado	1,6	2,6	5,1	-38,46%	-49,02%
Amortização de Ágio	0,0	0,0	10,4	N.A.	-100,00%
Provisão para Devedores Duvidosos	41,6	43,8	58,9	-5,02%	-25,64%
Opções Outorgadas	5,9	3,9	0,0	51,28%	N.A.
Provisão para Contingências	5,2	4,5	7,4	15,56%	-39,19%
Juros sobre Empréstimos a Controladas	-0,6	-0,2	0,0	200,00%	N.A.
Variações nos Ativos e Passivos	-168,9	-86,4	-49,5	95,49%	74,55%
Aumento em Contas a Receber	-80,0	-57,9	-69,8	38,17%	-17,05%
Aumento em Outros Ativos	-47,6	-4,8	-16,2	891,67%	-70,37%
Aumento (Redução) em Fornecedores	0,2	-6,8	7,2	-102,94%	-194,44%
Aumento (Redução) em Obrig. Tributárias	2,9	-1,8	4,0	-261,11%	-145,00%
Aumento em Salários e Encargos Sociais	-1,1	2,9	-2,3	-137,93%	-226,09%
Aumento (redução) Imposto de Renda e Contribuição social diferidos	-13,0	0,0	0,0	N.A.	N.A.
Aumento em Mens. Receb. Antecipadamente	-11,4	1,1	-1,8	-1.136,36%	-161,11%
Aumento (Redução) em Prov. p/ Conting.	-2,0	-9,8	-0,9	-79,59%	988,89%
Aumento (Redução) em Outros Passivos	-0,2	-3,7	1,5	-94,59%	-346,67%
Aumento (Redução) Adto de Convênios	-2,9	-2,9	15,1	0,00%	-119,21%
Aumento (Redução) Ativo não Circulante	0,0	-0,8	0,0	-100,00%	N.A.
Provisão com obrigações desmobilização de ativos	0,5	0,2	0,0	150,00%	N.A.
Aumento (Redução) Contas a receber(P.R.)	-14,3	-2,5	13,8	472,00%	-118,12%
Caixa Líquido Atividades de Investimento	-42,7	-33,9	-77,5	25,96%	-56,26%
Aplicações Financeiras	29,0	14,3	42,3	102,80%	-66,19%
Ágio na Aquis. de Particip. Acionárias	0,6	0,0	-48,3	N.A.	-100,00%
Imobilizado	-45,6	-20,9	-64,2	118,18%	-67,45%
Intangível - Outros	-26,4	-23,4	-7,0	12,82%	234,29%
Investimentos em Empresas Controladas	0,0	0,0	-4,1	N.A.	-100,00%
Outros Investimentos	-0,3	-3,9	-3,7	-92,31%	5,41%
Caixa Líquido Atividades Financiamento	38,0	-23,9	-13,6	-259,00%	75,74%
Aumento de Capital	64,9	0,0	0,0	N.A.	N.A.
Dividendos Distribuídos	0,0	-17,9	-13,7	-100,00%	30,66%
Dividendos a Pagar	-30,5	0,0	0,0	N.A.	N.A.
Pagto de Empréstimos e Financiamentos	3,9	-6,0	0,1	-165,00%	-6.100,00%
Ações em tesouraria	-0,3	0,0	0,0	N.A.	N.A.
Varição Cambial s/ Caixa e Equivalentes	-0,1	-0,7	0,0	-85,71%	N.A.
Aumento(Redução) de Caixa e Equivalentes	-6,6	13,2	15,3	-150,00%	-13,73%
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	51,3	38,1	22,9	34,65%	66,38%
Saldo Final de Caixa e Equivalentes	44,7	51,3	38,1	-12,87%	34,65%

Demonstração do Fluxo de Caixa referente ao exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2010 comparado com a Demonstração do Fluxo de Caixa referente ao exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2009

Caixa Líquido Atividades Operacionais

Em 31 de dezembro de 2010, o caixa líquido das atividades operacionais da Companhia totalizava R\$-1,8 milhões, uma redução de R\$73,4 milhões em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009. O caixa gerado nas operações no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010 foi de R\$167,1 milhões e no mesmo período de 2009 foi de R\$158,1 milhões, comprovando a solidez financeira da Companhia.

Variações nos ativos e passivos

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

A variação nos ativos e passivos da Companhia foi negativa em R\$168,9 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010 e no mesmo período de 2009 foi negativa em R\$86,4 milhões. A variação de R\$82,5 milhões entre os períodos foi impulsionada, principalmente, pelas reduções nas contas de aumento em outros ativos, aumento em salários e encargos sociais, aumento em mensalidades recebidas antecipadamente e aumento do ativo não circulante.

Caixa Líquido Atividades de Investimento

O caixa líquido das atividades de investimento em 31 de dezembro de 2010 totalizava o valor negativo de R\$42,7 milhões e no mesmo período de 2009, foi negativo em R\$33,9 milhões, representando uma redução de R\$8,8 milhões.

Caixa Líquido Atividades Financiamento

No ano de 2010, o caixa líquido das atividades de financiamento foi negativo em R\$30,3 milhões e no mesmo período de 2009 foi negativo em R\$21,8 milhões representando uma redução de R\$8,5 milhões, principalmente em razão do pagamento de dividendos R\$12,6 milhões maior que no mesmo período do ano anterior.

Demonstração do Fluxo de Caixa referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009 comparado com o Demonstração do Fluxo de Caixa referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008

Caixa Líquido Atividades Operacionais

Em 31 de dezembro de 2009, o caixa líquido das atividades operacionais da Companhia totalizava R\$71,6 milhões, uma queda de R\$34,7 milhões em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008. O caixa gerado nas operações de 2009 foi de R\$158,1 milhões e no período de 2008 foi de R\$155,8 milhões, comprovando a solidez financeira da Companhia.

Variações nos ativos e passivos

A variação nos ativos e passivos da Estácio foi de R\$86,4 milhões negativos em 2009 e em 2008 foi de R\$49,5 milhões negativos. A variação entre os anos foi de R\$36,9 milhões, impulsionada principalmente pelo aumento na redução de fornecedores, obrigações tributárias, redução em provisão para contingências, redução em outros passivos, adiantamento de convênios e contas a receber.

Caixa Líquido Atividades de Investimento

O caixa líquido das atividades de investimento em 31 de dezembro de 2009 totalizava R\$33,9 milhões e no ano de 2008 o caixa líquido das atividades de investimento totalizava R\$77,5 milhões. A variação de R\$43,6 milhões foi ocasionada principalmente pela queda do imobilizado e aplicações financeiras.

Caixa Líquido Atividades Financiamento

Em 2009 o caixa líquido das atividades de financiamento foi de R\$23,9 milhões e em 2008 foi de R\$13,6 milhões representando um aumento de R\$10,3 milhões em razão do pagamento de empréstimos e financiamentos e dividendos distribuídos.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

10.2 - Resultado operacional e financeiro

a) Resultados das operações do emissor, em especial:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Nossos Diretores informaram que a nossa receita bruta é composta pelos seguintes itens:

Mensalidades: A maior parte da nossa receita bruta provém das mensalidades cobradas pelos cursos de graduação tradicional, graduação tecnológica, extensão, especialização e pós-graduação, que são oferecidos aos nossos alunos. Os cursos são vendidos em módulos de seis meses, parcelados em seis mensalidades, com pagamento no início de cada mês, sendo o pagamento da primeira parcela considerado a confirmação da matrícula no semestre.

Outras receitas: O restante de nossa receita bruta provém das taxas por serviços prestados aos alunos, como impressão de documentos, requerimentos de revisão de notas, requerimentos de histórico escolar, taxa de inscrição no vestibular, aluguéis de salas e auditórios, entre outras receitas.

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Nossos Diretores comentam que a nossa situação financeira e o resultado das nossas operações são influenciados por fatores como: (i) o desenvolvimento macro-econômico brasileiro; (ii) a taxa de desemprego; (iii) a disponibilidade de crédito; (iv) nível de juros básicos; e (v) o nível de renda da população. Variáveis como desenvolvimento macro-econômico brasileiro, a taxa de desemprego e média salarial podem afetar, positivamente ou negativamente, a nossa receita, uma vez que impactam diretamente o poder de consumo de nossos clientes. Também podem incorrer em variações, positivas ou negativas, em nossos custos operacionais e despesas administrativas e comerciais devido à oferta e demanda de mão de obra. A disponibilidade de crédito e o nível dos juros básicos podem afetar, positivamente ou negativamente, nossas despesas financeiras, bem como nossa capacidade de investimento no curto e médio prazo.

No ano de 2008, de acordo com o Banco Central, a taxa de inflação medida pelo IPCA foi 5,9%. Esse percentual ficou dentro da meta estabelecida pelo Banco Central, que compreende a faixa entre 2,5% a 6,5%. A manutenção da inflação nesse patamar pode ser atribuída à política monetária que resultou na elevação da taxa Selic ao longo do ano, passando de 11,25% a.a., em 31 de dezembro de 2007, para 13,75% a.a., em 31 de dezembro de 2008, de acordo com o Banco Central.

No ano de 2009, de acordo com o Banco Central a economia brasileira demonstrou relativa resistência à crise, apresentando uma ligeira desaceleração do crescimento do PIB no ano de 2009, de -0,2% de acordo com o IBGE. Fundamentos macroeconômicos sólidos e a maior estabilidade econômica permitiram ao Banco Central voltar à trajetória de redução das taxas de juros, de maneira que a taxa SELIC atingiu seu menor nível histórico, equivalente a 8,75% a.a., de julho de 2009 a abril de 2010, de acordo com dados do Banco Central. De forma semelhante, o Real apresentou apreciação em relação ao Dólar de 34,2% ao longo do ano de 2009 de acordo com o Banco Central. Segundo o Banco Central, as reservas internacionais têm se mantido em patamares acima de US\$200,0 bilhões (US\$239,1 bilhões em 31 de dezembro de 2009), esboçando um aumento considerável, comparativamente ao final de 2008, de acordo com dados do Banco Central.

Portanto, espera-se que a economia brasileira apresente uma recuperação significativa no ano de 2010. De acordo com as expectativas de mercado, divulgadas pelo relatório Focus do Banco Central, em 30 de julho de 2010, a mediana das expectativas de crescimento para o PIB brasileiro era de 7,2% para o ano de 2010. Ao longo dos seis meses encerrados em 30 de junho de 2010, o Real apresentou uma ligeira depreciação em relação de 3,3% de acordo com dados do Banco Central. A taxa de inflação acumulada nos últimos 12 meses encerrados, em 30 de junho de 2010, medida pelo IPCA, foi de 3,1%, percentual que se encontra dentro da meta de inflação estabelecida pelo Banco Central.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

A tabela abaixo apresenta o crescimento do PIB, inflação, taxas de juros e taxa de câmbio para o Dólar nos períodos indicados:

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de			Período de seis meses findo em 30 de junho de	
	2007	2008	2009	2009	2010
Crescimento do PIB ⁽¹⁾	6,1%	5,1%	-0,2%	3,4%	
Inflação (IGP-M) ⁽²⁾	7,8%	9,8%	-1,7%	-1,2%	5,7%
Inflação (IPCA) ⁽³⁾	4,5%	5,9%	4,3%	2,6%	3,1%
Taxa Interbancária – CDI ⁽⁴⁾	11,8%	12,4%	9,9%	11,0%	8,8%
Taxa de Juros a Longo Prazo – TJLP ⁽⁵⁾	6,2%	6,2%	6,0%	6,2%	6,0%
Valorização do real em relação ao dólar norte-americano	20,7%	-24,2%	34,2%	19,7%	-3,3%
Taxa de câmbio no final do período por US\$1,00	R\$1,77	R\$2,34	R\$1,74	R\$1,95	R\$1,80
Taxa de câmbio média por US\$1,00 ⁽⁶⁾	R\$1,95	R\$1,84	R\$2,00	R\$1,96	R\$1,81

⁽¹⁾ O PIB do Brasil informado em tais períodos já utiliza a nova metodologia do IBGE.

⁽²⁾ A inflação (IGP-M) é o índice geral de preço do mercado medido pela FGV, representando os dados acumulados nos últimos 12 meses de cada período.

⁽³⁾ A inflação (IPCA) é um índice de preços ao consumidor medido pelo IBGE, representando os dados acumulados nos últimos 12 meses de cada período.

⁽⁴⁾ A Taxa DI é a média das taxas dos depósitos interfinanceiros praticados durante o dia no Brasil (taxa acumulada no período e anualizada). Fonte: CETIP.

⁽⁵⁾ Representa a taxa de juros aplicada pelo BNDES para financiamento de longo prazo (fim do período). Fonte: BNDES.

⁽⁶⁾ Média das taxas de câmbio durante o período. Fonte: BACEN

Fonte: BACEN, FGV, IBGE, CETIP e BNDES.

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Nossos Diretores comentam que os principais fatores determinantes da nossa receita bruta são: (i) o número de alunos matriculados em cada um dos cursos oferecidos, unidades e turnos; (ii) o valor das mensalidades para cada curso, unidade e turno; e (iii) o número de disciplinas ou créditos que o aluno está cursando.

Os preços das mensalidades são estabelecidos de acordo com o curso, unidade e turno. Desta forma, as nossas unidades situadas em regiões de maior demanda geralmente possuem mensalidades mais altas.

A variação das receitas no período encerrado em 31 de dezembro de 2010 em relação ao período encerrado em 31 de dezembro de 2009 decorreu da redução do número de alunos, compensada pela introdução do novo segmento de EAD (Ensino a Distância). A variação das receitas no período encerrado em 31 de dezembro de 2009 em relação ao período encerrado em 31 de dezembro de 2008 são atribuíveis a reajustes de preços de mensalidades, parcialmente em decorrência da inflação. Por sua vez, a variação das receitas no período encerrado em 31 de dezembro de 2008 em relação ao período encerrado em 31 de dezembro de 2007 são principalmente atribuíveis ao aumento do número de alunos. Outros fatores, como a taxa de câmbio, não afetaram nossas receitas, uma vez que nossas receitas não tem variação atrelada à moeda estrangeira.

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Nossos Diretores informam que nosso desempenho financeiro pode ser afetado pela inflação, uma vez que uma parcela expressiva dos nossos custos e despesas operacionais é incorrida em reais e reajustada pelos índices de inflação, tais como IGP-M, INPC e IPCA.

No Brasil, os salários são reajustados anualmente, com base em acordos coletivos, ora celebrados entre os sindicatos dos empregadores e dos empregados. Normalmente, os sindicatos seguem o índice de inflação do INPC, como parâmetro para as suas negociações. No caso das instituições de ensino superior este valor em algumas cidades, dependendo do sindicato, é acrescido de 1% no salário base (além do dissídio coletivo) a cada ano (caso do Rio de Janeiro).

10.2 - Resultado operacional e financeiro

Nossa receita bruta de vendas também é reajustada pela inflação, uma vez que, de modo geral, repassamos parte dos aumentos nos custos para nossos clientes, por meio do aumento nos preços das mensalidades. No entanto, não podemos prever a possibilidade de repasse do aumento dos custos para nossos clientes no futuro.

A inflação teve impacto relativo no nosso resultado no período encerrado em 31 de dezembro de 2010, em relação ao período encerrado em 31 de dezembro de 2009, em decorrência do impacto no reajuste do preço das mensalidades ocorrido no período. Nos demais períodos, outros fatores tiveram impacto mais significativo do que a inflação, tendo contribuído para as variações nos períodos, como as variações no número de alunos. O câmbio não tem impacto relevante em nosso resultado operacional e em nosso resultado financeiro. A taxa de juros teve impacto limitado em nosso resultado financeiro, no período encerrado em 31 de dezembro de 2009, em relação ao período encerrado em 31 de dezembro de 2008, tendo em vista o aumento da taxa CDI que remunerava nossos ativos financeiros.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Nossos Diretores informam que a introdução do segmento EAD, em 2009, impactou as Demonstrações Financeiras de 2009 e a DFP de 31 de dezembro de 2010 de forma limitada, sendo um dos elementos a variação da receita nos períodos envolvidos. A receita operacional bruta gerada pelo segmento EAD representou apenas 0,9% da receita operacional bruta total em 2009 e 4,4% no período findo em 31 de dezembro de 2010. Não introduzimos ou alienamos qualquer segmento de negócio em 2007 e 2008.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Com exceção das provisões já constituídas, nossos Diretores informam que as demonstrações financeiras tiveram impactos decorrentes das aquisições de participações societárias, em especial em 2007, quando houve aumento da base de alunos e consequente aumento de receita. Para maiores informações sobre as aquisições ver subitem 8.3 deste Formulário de Referência. Todavia, com relação a eventuais futuras aquisições, não podemos neste momento afirmar que tais eventos não poderão acarretar efeitos relevantes em nossas demonstrações financeiras.

c) Eventos ou operações não usuais

Nossos Diretores informam que não possuímos ou possuiremos qualquer tipo de alteração nas demonstrações financeiras, pois não praticamos operações e/ou eventos não usuais.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

Nossos Diretores informam que as demonstrações financeiras individuais da controladora para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 e 01 de janeiro de 2009 foram preparadas e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e as demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas

no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards – IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB.

Alterações nas práticas contábeis brasileiras

Nossos Diretores privilegiaram as novas práticas contábeis brasileira, ora introduzidas pela Lei nº 11.638/07, que atualizou a legislação societária nacional, correlacionando-as com as normas internacionais de contabilidade (IFRS). Além disso, as nossas demonstrações contábeis obedecem as novas normas e pronunciamentos técnicos contábeis que vêm sendo expedidos em consonância com os padrões internacionais de contabilidade pelo CPC.

As inovações alteram constantemente as práticas contábeis, tanto que, até a data de preparação destas demonstrações financeiras, 40 novos pronunciamentos técnicos haviam sido emitidos pelo CPC e aprovados por Deliberações da CVM, visando a sua aplicação mandatória a partir de 2010. Desta forma, alguns pronunciamentos poderão impactar a nossas demonstrações financeiras, como, por exemplo:

CPC 21 - Demonstração Intermediária

CPC 22 - Informação por Segmento

CPC 24 - Evento Subsequente

CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis

CPC 27 - Ativo Imobilizado

CPC 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração

CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação

CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação

CPC 43 - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 40

OCPC 03 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação

ICPC 08 - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos

ICPC 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43

Os nossos Diretores informam que analisaram os possíveis impactos das alterações introduzidas pelos novos pronunciamentos supracitados e que vigoram a partir de 1º de janeiro de 2010. Deste modo, nossos Diretores mensuram os efeitos que eventualmente serão produzidos em nossas demonstrações financeiras de 2009, comparando-as com as demonstrações financeiras do exercício findos em 31 de dezembro de 2010, caso esses novos pronunciamentos já estivessem em vigor desde o início do exercício de 31 de dezembro de 2009.

b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

Estamos em processo de avaliação dos potenciais efeitos decorrentes da adoção dos novos pronunciamentos contábeis e interpretações e orientações que poderão apresentar impactos econômicos, positivos e/ou negativos, sem necessariamente gerar impactos financeiros nas demonstrações contábeis a partir do exercício da findar-se em 31 de dezembro de 2010.

c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

No período entre junho de 2008 e dezembro de 2009 nossos auditores independentes incluíram em seu parecer/relatório de revisão limitada uma ênfase referente ao Contrato de Consultoria ("Contrato") com a Marone Consultoria e Participações Ltda. ("Marone"), sociedade controlada pelos Srs. André Cleófas Uchôa Cavalcanti e Marcel Cleófas Uchôa Cavalcanti, detentores de, aproximadamente, 10% das ações ordinárias de nossa emissão da Companhia. O contrato, dada a sua natureza, é único e exclusivo. Em contrapartida pelo comprometimento de não atuarem no setor de educação em entidades concorrentes nem, de qualquer forma, competirem com a Companhia e suas controladas, bem como pelos serviços prestados, foi estabelecida a remuneração total de R\$14.000.000,00.

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 23 de julho de 2008, aprovou a celebração desse Contrato de Consultoria. Em 15 de janeiro de 2010 foi firmado o Termo Aditivo ao Contrato de Consultoria, contemplando o pagamento a título de antecipação, do valor de R\$4.909 mil, que representa um deságio de 30% sobre o valor total do contrato, que permanece em pleno vigor apenas no que concerne a cláusula de não competição, não restando quaisquer obrigações pecuniárias pendentes entre as partes.

10.5 - Políticas contábeis críticas

Os nossos Diretores informam o quanto segue:

Sumário das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis que adotamos estão descritas a seguir:

(a) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo da Companhia. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, e marcados a mercado sendo o ganho ou a perda registrado no resultado do período.

(b) Títulos e Valores Mobiliários

Classificamos nossas aplicações financeiras na categoria de mantidas para negociação, considerando o propósito para qual o investimento foi adquirido.

As aplicações financeiras mantidas para negociação são mensuradas pelo seu valor justo. Os juros, variação monetária e cambial, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

(c) Contas a Receber e Mensalidades Antecipadas

As Contas a Receber são decorrentes da prestação de serviços de atividades de ensino e não incluem montantes de serviços prestados após as datas dos balanços. Os serviços faturados, e ainda não prestados nas datas dos balanços, são contabilizados como mensalidades recebidas antecipadamente e são reconhecidos no respectivo resultado do período, de acordo com o regime de competência.

As Contas a Receber - Sistema FIES, são representadas pelos créditos educacionais, cujos financiamentos foram contratados pelos alunos junto a Caixa Econômica Federal - CEF, sendo os recursos financeiros repassados mensalmente pela CEF, em conta corrente bancária específica. O referido montante tem sido utilizado exclusivamente para pagamento das contribuições previdenciárias retidas (INSS sobre salários) dos nossos funcionários.

(d) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Esta conta contábil é apresentada como redução das Contas a Receber e é constituída por um valor considerado suficiente pela Administração, no qual visa suprir eventuais perdas na realização das Contas a Receber, decorrentes de mensalidades e de cheques a receber, considerando os riscos envolvidos.

(e) Investimentos em Controladas

Os investimentos em sociedades controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, e são eliminados no processo de consolidação.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na controlada é contabilizado no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na controlada. O ágio relacionado com a coligada é incluído no valor contábil do investimento, não sendo amortizado. Em função do ágio fundamentado em rentabilidade futura (goodwill) integrar o valor contábil do investimento na controlada (não é reconhecido separadamente), ele não é testado separadamente em relação ao seu valor recuperável.

A participação societária na controlada é apresentada na demonstração do resultado da controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas da controlada. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua coligada. A companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora.

Imobilizado

10.5 - Políticas contábeis críticas

Os valores apresentados na conta Imobilizado correspondem ao custo de aquisição, ou construção, deduzido da depreciação acumulada, sabendo-se que tal depreciação é calculada pelo método linear às taxas mencionadas nas demonstrações financeiras. A amortização das benfeitorias em imóveis alugados é calculada com base nos respectivos prazos dos contratos de locação. Os custos subsequentes ao do reconhecimento inicial são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos. Os gastos com reparos e manutenção, que representam melhoria ou aumento de vida útil, são capitalizados, enquanto os demais são registrados no resultado do exercício.

Os itens do ativo imobilizado são baixados quando vendidos ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos na demonstração do período em que o ativo for baixado. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Em função da mudança da prática contábil brasileira para plena aderência ao processo de convergência às práticas internacionais, na adoção inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 27 (IAS 16) e CPC 28 (IAS 40), há a opção de proceder a ajustes nos saldos iniciais à semelhança do que é permitido pelas normas internacionais de contabilidade, com a utilização do conceito de custo atribuído (deemed cost), conforme previsto nos Pronunciamentos Técnicos CPC 37R (IFRS 1) e 43.

A Companhia optou por não avaliar o seu ativo imobilizado pelo valor justo como custo atribuído considerando que: (i) o método de custo, deduzido de provisão para perdas, é o melhor método para avaliar os ativos imobilizados da Companhia; (ii) o ativo imobilizado da Companhia é segregado em classes bem definidas e relacionadas à sua única atividade operacional que é a prestação de serviços; (iii) a Companhia possui controles eficazes sobre os bens do ativo imobilizado que possibilitam a identificação de perdas e mudanças de estimativa de vida útil dos bens; e iv) As taxas de depreciação utilizadas representam adequadamente a vida útil dos equipamentos o que permite concluir que o valor do imobilizado está próximo do seu valor justo. A aplicação desses pronunciamentos técnicos não trouxe impactos significativos para a Companhia.

(f) Intangível

Os valores da conta Intangível são avaliados pelo custo de aquisição, no qual se deduzirá a amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas e valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

Os ativos intangíveis estão representados substancialmente por: softwares, licenças de uso e por ágios gerados em função da expectativa de lucratividade e receitas incrementais esperadas no futuro, vinculados a combinações de negócios da Companhia e de suas controladas. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de custo ou despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil, de indefinida para definida, é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

(g) Redução ao Valor Recuperável de Ativos

10.5 - Políticas contábeis críticas

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas e/ou operacionais, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Até o momento, não se identificou qualquer evidência que indicasse o excesso no valor recuperável. Sendo assim, não se fez necessária a constituição de provisão para deterioração.

(h) Arrendamento Mercantil

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos no ativo imobilizado e no passivo de empréstimos e financiamentos, aplicando-se o menor valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato ou do valor justo do ativo. Os montantes registrados no ativo imobilizado são depreciados pelo menor prazo entre a vida útil econômica estimada dos bens e a duração prevista do contrato de arrendamento. Os juros implícitos no passivo reconhecido de empréstimos e financiamentos são apropriados ao resultado, de acordo com a duração do contrato pelo método da taxa efetiva de juros. Os contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa, ilustrado em uma base sistemática que represente o período do benefício sobre o momento da obtenção do ativo arrendado, mesmo que tais pagamentos não sejam feitos nessa base.

(i) Provisão para Contingências

Nossos Diretores constituíram a nossa provisão para contingência com base em uma estimativa particular da eventual perda. Estes montantes são considerados suficientes para suprir prováveis perdas em processos judiciais, apoiada por opiniões dos seus consultores jurídicos internos e externos.

(j) Demais Passivos Circulantes e Não Circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

(k) Tributação

As nossas empresas controladas, que aderiram ao PROUNI, gozam de isenção tributária pelo período de vigência do termo de adesão, com relação aos seguintes tributos federais:

- IRPJ e CSLL, instituída pela Lei nº 7.689 de 15 de dezembro de 1988;
- COFINS, instituída pela Lei Complementar nº 70 de 30 de dezembro de 1991; e
- PIS, instituída pela Lei Complementar nº 7 de 7 de setembro de 1970.

As isenções acima mencionadas recaem sobre o valor da receita auferida, em decorrência da realização de atividades de ensino superior, provenientes de cursos de graduação e cursos sequenciais de formação específica. Ainda em decorrência da alteração da forma jurídica da sociedade empresária, os seguintes eventos passaram a ocorrer a partir de outubro de 2005 para algumas das nossas empresas controladas e em fevereiro de 2007 para a SESES, obedecendo: (i) término da imunidade tributária no âmbito do Imposto sobre Serviços ("ISS"); e (ii) perda da isenção de 100% da cota patronal do Instituto Nacional de Seguridade Social ("INSS"), arcando com o ônus da mesma em bases escalonadas como previsto na legislação do PROUNI (20% no 1º ano, 40% no 2º ano até 100% no 5º ano).

IRPJ e CSLL

O imposto de renda e a contribuição social correntes foram apurados e se considerou os critérios estabelecidos pela Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal, especificamente ao programa PROUNI, que permite que esses tributos não sejam recolhidos sobre o lucro de exploração das atividades de graduação tradicional e tecnológica. No caso, estes valores devem ser transformados em reserva de lucro.

PIS e COFINS

As regras do PROUNI definem que as receitas oriundas das atividades de graduação tradicional e tecnológica estão isentas de recolhimento do PIS e da COFINS. Para as receitas das demais atividades de ensino, incidem o PIS e a COFINS com as alíquotas de 0,65% e 3,00%, respectivamente. Para as atividades não relacionadas a ensino, incide o PIS e a COFINS as alíquotas de 1,65% e a à 7,6%, respectivamente.

(l) Pagamento Baseado em Ações

10.5 - Políticas contábeis críticas

A Companhia concedeu a seus principais executivos e administradores remuneração na forma de pagamento com base em ações. A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações a seus funcionários com base no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na Nota 22(b). As

despesas dessas transações são reconhecidas no resultado durante o período em que os serviços são prestados em contrapartida da reserva de capital.

Uso de Estimativas

Para auxiliar melhor a nossa administração são utilizadas estimativas para a mensuração e reconhecimento de certos ativos e passivos das nossas demonstrações financeiras e também das empresas controladas. A determinação dessas estimativas considera-se as experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos às estimativas incluem: (i) a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e ativos intangíveis; (ii) a análise de recuperação dos valores dos ativos imobilizados e intangíveis; (iii) a provisão para contingências; e (iv) a mensuração do valor justo de remunerações baseadas em ações e de instrumentos financeiros. A liquidação das transações, envolvendo essas estimativas, poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas informações financeiras, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Desta forma, revisamos trimestralmente nossas estimativas e premissas.

(m) Demonstrações dos Fluxos de Caixa e Demonstração do Valor Adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº. 54 7, de 13 de agosto de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (IAS 7) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC / IASB.

Logicamente, as demonstrações de fluxos de caixa refletem as alterações na conta "Disponibilidades", que ocorreram nos exercícios apresentados, utilizando o método indireto. Os termos utilizados na demonstração do fluxo de caixa são os seguintes:

- Atividades operacionais: São as principais atividades geradoras de nossa receita e suas controladas e outras atividades que não sejam atividades de investimento ou de financiamento;
- Atividades de investimento: São as atividades relativas a aquisição e alienação de ativos a longo prazo e outros investimentos não incluídos em atividades operacional e de financiamento; e
- Atividades de financiamento: São as atividades que tem como consequência alterações na dimensão e composição do nosso capital próprio e nos empréstimos obtidos e nossas controladas.

A demonstração do valor adicionado foi preparada e é apresentada de acordo com a Deliberação CVM n.º 557, de 12 de novembro de 2008, que aprovou o pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, emitido pelo CPC.

(n) Lucro Líquido por Lote de Mil Ações em Circulação

O Lucro Líquido por Lote de Mil Ações em Circulação é calculado com base no número de ações em circulação, nas datas das nossas demonstrações financeiras.

10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor

a) Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

Nossos Diretores acreditam que os procedimentos internos e os sistemas de elaboração de demonstrações financeiras são suficientes para assegurar a eficiência, precisão e confiabilidade.

Com o acelerado crescimento, os nossos Diretores decidiram pela implantação de ações que assegurem a promoção da confiabilidade nas demonstrações financeiras, segurança e conformidade dos controles internos. Desta forma, destacamos algumas iniciativas que ilustram a busca pela aplicabilidade das prerrogativas da governança corporativa.

Área de Auditoria Interna: criada no ano de 2008, com o objetivo de identificar hipóteses de não conformidades nas atividades internas, e que ofereçam riscos de todos os aspectos. Os impactos diretos e indiretos nas demonstrações financeiras poderão ocorrer através de programa estimulado pelos conhecimentos adquiridos, regulamentações externas e direcionamentos identificados em relatório da Auditoria Externa.

Área de Controles Internos: criada no ano de 2010, com estrutura adequada ao porte da empresa, cuja responsabilidade envolve a promoção da eficiência operacional de forma controlada e o estímulo à aderência às políticas administrativas e executivas internas e externas. A promoção da segregação e a conformidade das práticas de processos internos são tratadas pela área de Controles Internos, através de: (i) atividades de *Compliance*; (ii) análise de perfis de acessos aos sistemas; e (iii) revisão dos controles atuais.

Desta forma, a nossa política de governança corporativa fundamenta-se pelas melhores práticas de mercado, tendo como base empresas do mesmo porte. Destacamos as seguintes práticas implantadas: (i) definição e participação de Comitê de Auditoria e Comitê de Ética e Conduta; (ii) Independência do Auditor Interno (reportando diretamente ao nosso Presidente); (iii) Existência de Auditoria Interna de Sistemas; e (iv) Elaboração e publicação do Código de Ética, estando o mesmo na segunda revisão. Com as ações mencionadas, entre outras atividades executadas, fundamentamos nossa análise pela determinação de um ambiente controlado, espelhando uma transparência operacional e financeira da empresa.

Além disso, ressalta-se que os nossos Diretores entendem que os objetos das ressalvas e ênfases no parecer do auditor correspondem a informações suplementares incluídas, única e exclusivamente, com o objetivo de disponibilizar dados complementares para o melhor entendimento das informações contidas em suas demonstrações contábeis. Tais ênfases possuem o caráter obrigatório, em função da mudança dos auditores independentes, e em função da necessidade de ajustar o exercício anterior à mudança da prática contábil em função da nova legislação.

b) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente.

Nossos Diretores entendem que não há deficiências significativas em nossos controles internos.

No que diz respeito ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009, não houve recomendações relevantes dos auditores independentes nos seus respectivos relatórios. Como parte integrante do estudo e avaliação da estrutura de controles internos nossos auditores avaliaram sua qualidade e adequação, incluindo os sistemas de processamento eletrônico de dados e dos riscos inerentes. Nessa avaliação, no entendimento de nossos auditores, não foi detectada nenhuma deficiência significativa que envolvesse a estrutura de nossos controles internos e seu funcionamento que pudesse afetar de forma relevante a preparação de nossas demonstrações financeiras. Os principais temas apontados pelos auditores relacionados aos nossos controles internos e sistemas de processamento de dados, bem como os comentários e a resposta de nossos Diretores, serão destacadas a seguir:

- (i) Nossos auditores identificaram contas cujos saldos contábeis apresentavam divergências não conciliadas. Nossos Diretores diligenciaram para que, no decorrer do período de seis meses findo em 30 de junho de 2010, conciliássemos essas divergências e atualmente restam pendências bem abaixo do que poderia ser considerado relevante.
- (ii) Nossos auditores destacaram oportunidade de aprimoramentos na documentação e formalização do processo de contingenciamento. Nossos Diretores fizeram com que fossem implementados aprimoramentos no processo de

10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor

identificação e acompanhamento de risco contingente, bem com de estimativa de provisão e conciliação com depósitos e bloqueios judiciais. O inventário das causas foi concluído e sua probabilidade de perda reavaliada.

- (iii) Na ocasião da revisão de controles automatizados foi identificada ausência de segregação de função nos acessos concedidos ao SAP (ERP) entre os usuários responsáveis pelo desenvolvimento e pela transferência para o ambiente de produção. A partir de junho de 2009 passamos a contar com o profissional especializado na função BASIS e desde então sanamos tal deficiência.
- (iv) Melhorias no processo de gerência de mudanças e a respectiva documentação com o "de acordo" do usuário, revisão dos perfis de acesso, melhoria nas configurações do aplicativo SAP ECC, entre outros, foram tópicos levantados por nossos auditores durante seu exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2009. Na visão de nossos Diretores, as recomendações foram consideradas pertinentes, tendo feito com que estes tópicos fossem tratados e respondidos, e as recomendações acatadas e implementadas.

10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

a) Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados.

Em 27 de julho de 2007, anunciamos o início da Oferta Pública de Distribuição Primária de Certificados de Depósitos de Ações ("Units") de nossa emissão. Foram emitidas 11.918.400 Units, no qual representam 1 (uma) ação ordinária e 2 (duas) ações preferenciais, totalmente adquiridas por novos acionistas. As Units ofertadas foram negociadas ao preço de R\$22,50 (vinte e dois reais e cinquenta centavos) por ação. O valor de venda da oferta primária de ações foi de R\$268,2 milhões, que resultou no ingresso de R\$255,1 milhões ao nosso caixa.

A apresentação analítica dos recursos líquidos provenientes da Oferta Primária e utilizados, principalmente, para financiar a expansão do negócio, corresponde a: (i) 61% para aquisições, (ii) 25% para abertura de novas unidades; e (iii) 14% para expansão e manutenção das unidades existentes.

Em 1º de outubro de 2010 foram emitidas 3.280.324 ações ordinárias adquiridas por novos acionistas. As ações ordinárias foram negociadas ao preço de R\$19,00 (dezenove reais) por ação. O valor da venda da oferta primária de ações foi de R\$62,3 milhões.

b) Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição.

Não ocorreram desvios relevantes na aplicação dos recursos nas ofertas públicas de nossas ações.

c) Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não ocorreram desvios relevantes na aplicação dos recursos nas ofertas públicas de nossas ações.

10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como: i. Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; ii. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; iii. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; iv. Contratos de construção não terminada; e, v. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

Não detemos ativos e passivos que não sejam registrados em nosso balanço patrimonial.

b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

Não detemos outros itens que não sejam registrados em seu balanço patrimonial.

10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras***a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor***

Não detemos itens que não sejam registrados em nosso balanço patrimonial.

b) Natureza e o propósito da operação

Não detemos itens que não sejam registrados em nosso balanço patrimonial.

c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.

Não detemos itens que não sejam registrados em nosso balanço patrimonial.

10.10 - Plano de negócios

a) investimentos (inclusive descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos, fontes de financiamento dos investimentos e desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos)

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Segundo os nossos Diretores, os nossos investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 totalizaram R\$70,5 milhões em atividades de manutenção e expansão.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Segundo os nossos Diretores, no exercício findo em 31 de dezembro de 2010, os recursos necessários para os investimentos foram financiados pela nossa própria geração operacional de caixa. Adicionalmente, nossos Diretores informam que, quando apropriado, contrataremos empréstimos e financiamentos junto a instituições financeiras de fomento, como Internacional Financial Corporation ("IFC") e BNDES. Cabe aos nossos Diretores identificar fontes de financiamento a custos atrativos para contratá-los quando for o caso.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Segundo os nossos Diretores, não realizamos quaisquer desinvestimentos de capital nos três últimos exercícios sociais, bem como não possuímos desinvestimentos de capital em andamento.

b) aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que podem influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Segundo os nossos Diretores, a influência na capacidade produtiva de todas as nossas aquisições realizadas já está refletida na seção 9.1.(a) e 9.1.(b) deste Formulário de Referência.

c) Novos produtos e serviços, indicando:

i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas;

Não aplicável, vez que não possuímos pesquisas em andamento já divulgadas.

ii. Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços;

Não aplicável, vez que não possuímos gastos para desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados; e,

Não aplicável, vez que não possuímos projetos em desenvolvimento já divulgados.

iv. Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Não aplicável, vez que não possuímos pesquisas de novos produtos e serviços.

10.11 - Outros fatores com influência relevante

Comentários dos nossos diretores sobre as Demonstrações Financeiras Consolidadas Combinadas Relativas ao Exercício Social encerrado em 31 de Dezembro de 2007

Os nossos diretores informam que, uma vez que fomos constituídos em 31 de março de 2007, as demonstrações financeiras consolidadas combinadas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007 são apresentadas de forma a refletir o nosso resultado como se tivéssemos sido constituídos em 1º de janeiro de 2007, tendo como controladas as sociedades SESES, STB, SESPA, SESCE e SESPE. A nossa administração entende que a apresentação de informações financeiras consolidadas combinadas permite uma melhor compreensão do nosso desempenho ao longo do exercício social de 2007, em comparação ao exercício social encerrado em 2008.

A seguir, incluímos informações selecionadas das demonstrações financeiras consolidadas combinadas relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007, bem como o comentário das variações das linhas de demonstração de resultados ocorridas entre 31 de dezembro de 2007 (informações financeiras combinadas) e 31 de dezembro de 2008.

Demonstração de Resultado do Exercício

	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de		Variação 2007/2008
	2008	2007 (combinado)	
Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	1.432,3	1.277,9	12,1%
Receitas de Mensalidades	1.409,5	1.249,7	12,8%
Outras	22,8	28,2	(19,1%)
Deduções da Receita Bruta	(452,3)	(418,2)	8,2%
Gratuidades - Bolsas de Estudos	(361,1)	(340,6)	6,0%
Devoluções de Mensalidades e Taxas	(3,2)	(3,2)	0,0%
Descontos Concedidos	(45,5)	(38,2)	19,1%
Impostos	(42,5)	(36,3)	17,1%
Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	980,0	859,7	14,0%
Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(630,8)	(533,2)	18,3%
Resultado Bruto	349,2	326,5	6,9%
Despesas/Receitas Operacionais	(302,8)	(262,9)	15,18%
Com Vendas	(83,8)	(32,7)	156,3%
Gerais e Administrativas	(241,5)	(226,1)	6,8%
Resultado Financeiro	26,3	14,6	80,1%
Receitas Financeiras	39,4	24,6	60,2%
Despesas Financeiras	(13,1)	(10,0)	31,0%
Outras Receitas Operacionais	8,4	0,0	-
Outras Despesas Operacionais	(12,3)	(18,8)	(34,57%)
Resultado Operacional	46,3	63,6	(27,2%)
Resultado Não Operacional	0,0	0,0	-
Resultado Antes Tributação/Participações	46,3	63,6	(27,2%)
Provisão para IR e Contribuição Social	(8,7)	(10,3)	(15,5%)
IR Diferido	0,0	0,0	-
Participações/Contribuições Estatutárias	0,0	0,0	-
Participações	0,0	0,0	-
Contribuições	0,0	0,0	-
Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0,0	0,0	-
Part. de Acionistas Não Controladores	0,0	0,0	-
Lucro/Prejuízo do Período	37,6	53,3	(29,5%)

Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008 comparado com o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007

Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços

A receita bruta de vendas e/ou serviços aumentou 12,1%, passando de R\$1.277,9 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007 para R\$1.432,3 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008 decorrente, principalmente, das aquisições realizadas e do aumento de nossos alunos. A receita bruta gerada por mensalidades totalizou R\$1.409,5 milhões no exercício encerrado em 2008, um aumento de R\$159,8 milhões ou 12,8% em comparação

10.11 - Outros fatores com influência relevante

ao mesmo período de 2007. A receita bruta gerada por outros serviços diminuiu de R\$28,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007 para R\$22,8 milhões no mesmo período de 2008. A receita bruta gerada por outros serviços é constituída principalmente de taxas acadêmicas e as receitas provenientes de cursos de extensão, mestrado e doutorado.

Deduções da Receita Bruta

As deduções da receita bruta aumentaram 8,2%, passando de R\$418,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007 para R\$452,3 milhões no exercício de 2008 devido, principalmente ao aumento de R\$20,5 milhões na linha de concessão de bolsas de estudos (gratuidades).

Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços

A receita líquida de vendas e/ou serviços aumentou 14,0%, passando de R\$859,7 milhões no exercício de 2007 para R\$980,0 milhões no exercício de 2008. Essa elevação deve-se principalmente ao aumento da receita bruta de vendas.

Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos

O Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos totalizou R\$630,8 milhões em 2008, representando 64,4% da receita líquida, uma variação de 2,4 pontos percentuais em relação a 2007. A variação de R\$97,6 milhões ou 18,3% em relação ao ano anterior deve-se basicamente ao aumento no custo docente, em função de rescisões contratuais no valor de R\$8,1 milhões, e nas maiores despesas com aluguel das empresas adquiridas em 2008, que apresentavam taxas mais altas que as demais empresas que já faziam parte do grupo. Nas aquisições de 2007 e 2008, o aluguel representou, em média, 11,2% da receita líquida. Nas demais empresas do grupo, este percentual cai para 9,3%, o que explica um percentual consolidado de 9,5%.

Resultado Bruto

O lucro bruto no exercício de 2008 foi R\$349,2 milhões, representando um aumento de 7% em comparação com o lucro de R\$326,5 milhões no exercício de 2007. Essa elevação pode ser atribuída principalmente à uma receita operacional bruta mais elevada, parcialmente compensada pelo aumento de deduções e custo de bens e ou serviços. No exercício de 2008, a margem bruta das atividades da Companhia ficou em 38%, uma queda de 2,4 pontos percentuais em comparação a 2007.

Despesas/Receitas Operacionais

As despesas com vendas totalizaram R\$83,8 milhões em 2008, um aumento de 156,3% em relação ao ano anterior, principalmente em função da mudança na contabilização da provisão para devedores duvidosos (PDD).

As despesas gerais e administrativas totalizaram R\$241,5 milhões em 2008, um aumento de R\$15,4 milhões ou 6,8% em comparação aos R\$226,1 milhões em 2007. Por conta do processo de reestruturação da Companhia, foram gerados durante o ano R\$14,6 milhões de despesas não recorrentes nas despesas gerais e administrativas compostos por: (i) R\$8,8 milhões em pessoal e (ii) R\$5,7 milhões em serviços de terceiros e outros.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro aumentou de R\$14,6 milhões no exercício de 2007 para R\$26,3 milhões em 2008, um aumento de 80,1% devido principalmente ao aumento nas receitas financeiras, de R\$24,6 milhões no exercício de 2007 para R\$39,4 milhões em 2008, devido principalmente ao aumento nas receitas de aplicações financeiras, consistentes em instrumentos de renda fixa, referenciados ao CDI, em títulos do governo federal e certificados de depósitos de bancos nacionais de primeira linha, decorrente do maior número de meses de saldo aplicado e do aumento da taxa do CDI no exercício (de 11,77% em 2007 para 12,32% em 2008). As despesas financeiras durante o exercício de 2008 totalizaram R\$13,1 milhões frente a despesas financeiras de R\$10,0 milhões no exercício de 2007 devido (i) a classificação de descontos financeiros concedidos aos alunos, quando da renegociação de renovação de matrículas, que eram classificados anteriormente em deduções de venda, e (ii) leve aumento da nossa dívida decorrente da capitalização das despesas de leasing com equipamentos em cumprimento à Lei 11.638.

Outras Receitas (Despesas) Operacionais

As outras receitas (despesas) operacionais totalizaram R\$3,9 milhões negativos em 2008, contra R\$18,8 milhões negativos no exercício de 2007.

10.11 - Outros fatores com influência relevante

Amortização de Ágio

No exercício de 2008 foram registrados R\$10,4 milhões em razão de amortização de ágio. No exercício de 2007 a amortização de ágio foi de R\$ 2,3 milhões, um aumento de 352,2%, em razão do maior número de meses amortizáveis e do incremento de aquisições realizadas em 2008.

Resultado das Atividades não Continuadas

O resultado das atividades não continuadas no exercício de 2008 totalizou R\$1,9 milhão, uma redução de R\$12,50 milhões em relação ao registrado em 2007, em que ocorreu um resultado de alienação de imobilizado de R\$3,5 milhões e despesas extraordinárias relacionadas ao processo de abertura de capital (IPO) no valor de R\$17,5 milhões.

Resultado Operacional

O resultado operacional no exercício de 2008 totalizou R\$46,3 milhões, uma diminuição de R\$17,2 milhões ou 27,2%, quando comparado aos R\$63,5 milhões registrados no exercício de 2007, devido aos fatores descritos acima.

Provisão para IR e Contribuição Social

A provisão do imposto de renda e a contribuição social no exercício de 2008 totalizaram R\$8,7 milhões, 15,5% a menos do que no exercício de 2007, em que o imposto de renda e a contribuição social totalizaram R\$10,3 milhões. Nos exercícios de 2008 e 2007, as alíquotas efetivas combinadas do imposto de renda e da contribuição social, calculadas como uma porcentagem do resultado antes tributação/participações, foram de 18,8% e 16,2%, respectivamente.

Lucro/Prejuízo do Período

O lucro líquido no exercício de 2008 foi R\$37,6 milhões, o que representa uma redução de 29,5% em comparação com o exercício de 2007 quando o lucro foi de R\$53,3 milhões, em razão do descrito acima.

11.1 - Projeções divulgadas e premissas***a) Objeto das projeções***

Não aplicável, uma vez que não divulgamos projeções.

b) Período projetado e o prazo de validade da projeção

Não aplicável, uma vez que não divulgamos projeções.

c) Premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração da Companhia e quais escapam ao seu controle

Não aplicável, uma vez que não divulgamos projeções.

d) Valores dos indicadores que são objeto da projeção

Não aplicável, uma vez que não divulgamos projeções.

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

a) Informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário

Não aplicável, uma vez que não divulgamos projeções.

b) Quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções

Não aplicável, uma vez que não divulgamos projeções.

c) Quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data da entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

Não aplicável, uma vez que não divulgamos projeções.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

a) atribuições de cada órgão e comitê

Comitê de Remuneração: Os membros desse Comitê têm as atribuições de criar e administrar os programas de opção de compra de nossas ações, administrar, gerir e propor ao Conselho de Administração a fixação da remuneração dos nossos administradores, bem como para estabelecer nossa programas de remuneração variável.

Comitê de Auditoria: Aos membros do Comitê são atribuídas as Funções de orientação e coordenação das atividades de auditoria interna e externa da Companhia, especialmente quanto à prevenção, gestão e avaliação de riscos empresariais.

- Estabelecer regras para o seu próprio funcionamento, as quais deverão ser aprovada pelo nosso Conselho de Administração.
- Supervisionar a eficiência do processo de emissão dos relatórios financeiros da Companhia.
- Supervisionar o processo de gerenciamento e monitoramento de riscos assegurando-se de que o processo decisório da Companhia está pautado em mecanismos apropriados e suficientes de controle sobre os riscos do negócio.
- Recomendar à Diretoria correções ou aprimoramentos de políticas, práticas e procedimentos ligados aos controles financeiros e administrativos.
- Solicitar esclarecimentos à Diretoria ou a qualquer de seus colaboradores sobre leis, normas e regulamentos:
- Acompanhar e verificar, através da Auditoria Interna, o cumprimento das leis normas e regulamentos:
- Obter atualizações regulares da administração e dos advogados da Companhia com relação a assuntos que possam causar impactos significativos nas demonstrações financeiras ou em políticas de conformidade.
- Supervisionar a eficácia do sistema de cumprimento das leis e regulamentos e acompanhar resultados de investigações referentes a descumprimentos.
- Acompanhar resultados, relatórios e respostas referentes a quaisquer exames efetuados pelas autoridades regulatórias.
- Selecionar e indicar a empresa de auditoria independente ao Conselho de Administração, que recomendará à diretoria a contratação da firma selecionada. O Comitê de Auditoria efetuará a avaliação e irá, também, indicar a renovação ou interrupção do contrato com o auditor independente.
- Analisar e opinar previamente à contratação sobre quaisquer serviços de auditoria e os não diretamente relacionados aos trabalhos de auditoria independente a serem prestados pelo auditor independente.
- Discutir o plano de trabalho do auditores independentes e efetuar, quando aplicável, sugestões de foco, atentando para a conveniência e a adequação de tempo e escopo das atividades da Auditoria Externa às necessidades ditadas pela nossa complexidade.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

- Assegurar que a Companhia implante a função de auditoria interna e que as atividades desta sejam conduzidas de acordo com as normas aplicáveis. Assegurar-se ainda que, periodicamente, sejam efetuadas análise independente que assegurem a qualidade e o uso das melhores práticas na condução dos trabalhos da Auditoria Interna.
- Acompanhar a confecção do Relatório da Administração, das Notas Explicativas e das Demonstrações Financeiras, requisitar e receber sempre que julgar necessários e com antecedência adequada as respectivas minutas, assim como as apresentações dos relatórios financeiros. Emitir para o Conselho de Administração parecer para a aprovação deste Relatório, das Demonstrações Financeiras e das respectivas Notas Explicativas.
- É prerrogativa da atuação do Comitê de Auditoria solicitar e receber todos e quaisquer documentos relativos aos negócios da Estácio Participações S.A. e de suas coligadas que achar necessários para o cumprimento de suas atribuições e responsabilidades.
- 12.12 – Discutir e aprovar o Programa anual de trabalho da Auditoria Interna, sobre Proposta do Presidente.

Conselho de Administração: O nosso Conselho de Administração é um órgão de deliberação colegiada, responsável pela formulação e implantação das nossas políticas e diretrizes gerais de negócios, incluindo estratégias de longo prazo. O Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 7 e no máximo 9 membros efetivos, podendo ter de 2 até 9 membros suplentes, vinculados especificamente, ou não, a um conselheiro efetivo. Os conselheiros são eleitos em Assembleia Geral Ordinária de acionistas para um mandato unificado de dois anos, sendo permitida a reeleição, podendo ser destituídos a qualquer momento pelos nossos acionistas reunidos em Assembleia Geral Extraordinária. Nosso Conselho de Administração terá um presidente e um vice-presidente, que serão nomeados pela maioria de votos na primeira reunião após a posse de seus membros ou sempre que ocorrer vacância em tais cargos. Em caso de vacância no cargo de conselheiro, seja em razão de renúncia, abandono, impedimento ou morte, o Conselho de Administração reunir-se-á para nomear o substituto, que permanecerá no cargo pelo prazo restante do mandato do conselheiro substituído, podendo o Conselho de Administração nomear membro suplente, por igual prazo de mandato.

De acordo com as regras do Novo Mercado e do nosso Estatuto Social, 20% dos membros do Conselho de Administração devem ser conselheiros independentes, e todos os conselheiros, a partir da assinatura do Contrato de Adoção ao Novo Mercado, deverão subscrever, previamente à sua investidura no cargo, Termo de Anuência dos Administradores referido no Regulamento de Listagem do Novo Mercado e às regras da Câmara de Arbitragem do Mercado.

Em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, membros do Conselho de Administração estão proibidos de votar em qualquer Assembleia geral, ou ainda de atuar em qualquer transação ou negócio nos quais tenham conflito de interesses com a Companhia. As decisões do Conselho de Administração são tomadas pela maioria dos votos dos membros presentes. O nosso presidente do Conselho de Administração detém o voto de qualidade (para desempate de votos).

A Lei das Sociedades por Ações permite a adoção do processo de voto múltiplo, mediante requerimento por acionistas representando, no mínimo, 10% do capital votante da Companhia. Segundo a Instrução da CVM nº 282, de 26 de junho de 1998, o percentual mínimo do capital votante exigido para que se solicite a adoção do processo de voto múltiplo em companhias abertas pode ser reduzido em função do valor do capital social, variando entre 5% e 10%. Considerando o nosso capital social atual, acionistas detendo 10% do seu capital votante podem requerer a adoção do sistema de voto múltiplo para eleger membros do Conselho de Administração.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

Caso não haja solicitação de voto múltiplo, os nossos conselheiros serão eleitos pela maioria dos votos dos acionistas, as quais assegurarão aos acionistas que detenham, individualmente ou em bloco, 10% ou mais das nossas ações ordinárias, em votação em separado, o direito de indicar um membro. Adicionalmente, acionistas detendo, em conjunto ou individualmente, no mínimo 10% de suas ações preferenciais podem eleger um membro do conselho de administração em eleição em separado.

De acordo com o artigo 16 do nosso Estatuto Social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre as seguintes matérias:

a) fixar a orientação geral dos nossos negócios ; b) convocar a Assembleia geral; c) aprovar o regimento interno do Conselho de Administração e de qualquer comitê, conselho ou comissão estatutária, se houver; d) eleger e destituir os nossos Diretores e fixar-lhes as atribuições e remuneração; e) fiscalizar gestão dos Diretores e manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da diretoria; f) aprovar o Plano de Negócios e Orçamento Anual, qualquer revisão, alteração ou atualização do mesmo, bem como todos e quaisquer investimentos de capital ou despesas operacionais cujo valor exceder em 10% os montantes previamente aprovados no Plano de Negócios e Orçamento Anual para o respectivo exercício social; g) determinar o levantamento de balanços intermediários e intercalares e, com base em tais balanços, declarar dividendos; h) declarar juros sobre capital próprio; i) deliberar aumentos de capital dentro do limite autorizado no Estatuto Social; j) aprovar a implementação, alteração ou extinção de políticas contábeis, políticas de divulgação de informações e negociação de valores mobiliários, exceto conforme exigido por lei; k) deliberar a emissão de bônus de subscrição; l) outorgar, de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, opção de compra de ações e aprovar planos de participação nos lucros, inclusive qualquer plano de participação nos lucros exigido por lei; m) deliberar sobre a emissão, resgate antecipado e todas as demais condições de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real, *commercial papers*, bônus e demais títulos destinados a distribuição pública ou privada, primária ou secundária; n) autorizar a abertura e extinção de nossas filiais, sucursais e estabelecimentos; o) escolher auditores independentes; p) autorizar a aquisição de ações de nossa emissão, para cancelamento ou permanência em tesouraria e posterior alienação; q) aprovar a assunção de dívida ou a contratação ou concessão de empréstimos ou financiamentos (inclusive por meio de contratos de abertura de crédito, mútuos, arrendamento mercantil, compra e venda e desconto ou cessão de recebíveis ou créditos) cujo valor seja igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), ou 2% do nosso Patrimônio Líquido, entre os dois o maior, por operação ou conjunto de operações conexas, celebradas no prazo de 12 meses; r) aprovar a celebração, alteração ou rescisão de qualquer contrato, por si ou por suas controladas, cujo valor seja igual ou superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), ou 2,5% do valor dos nossos ativos totais consolidados, apurado de acordo com o último balanço social auditado ou objeto de revisão especial pelos nossos auditores independentes, entre os dois, o maior, por operação; s) aprovar a realização de operações e negócios de qualquer natureza, por si ou por suas controladas, com os acionistas ou qualquer sociedade que, direta ou indiretamente, controle, seja controlada ou esteja sob controle comum de acionistas ("Afiliada"), bem como qualquer operação ou negócio de qualquer natureza com qualquer de nossos administradores ou seus respectivos cônjuges, parentes até segundo grau ou Afiliadas; t) aprovar qualquer licenciamento, aquisição, alienação ou oneração de qualquer marca, patente, direito autoral, segredo de negócio, know-how ou outra propriedade intelectual, por si ou por suas controladas; u) aprovar o ingresso, por si ou por suas controladas, em qualquer *joint venture* ou associação, incluindo a constituição de sociedades com terceiros; v) aprovar a criação e extinção de controladas e a aquisição, alienação ou oneração, por si ou por suas controladas, de quaisquer participações, diretas ou indiretas, em quaisquer sociedades ou em consórcios; w) aprovar a aquisição ou alienação, por si ou por suas controladas, de qualquer outro bem ou direito em valor igual ou superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), ou 2,5% do valor dos nossos ativos totais consolidados, apurado de acordo com o último balanço social

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

auditado ou objeto de revisão especial pelos nossos auditores independentes, entre os dois, o maior, por operação, exceto se especificamente previsto no Plano de Negócios e Orçamento Anual aprovados; x) aprovar a constituição de qualquer ônus sobre qualquer bem ou ativo, bem como a concessão de qualquer garantia, real ou pessoal, inclusive aval, por si ou por suas controladas, em valor igual ou superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), ou 2,5% do valor dos nossos ativos totais consolidados, apurado de acordo com o último balanço social auditado ou objeto de revisão especial pelos nossos auditores independentes, entre os dois, o maior, por operação; y) aprovar a propositura de qualquer ação judicial (exceto ações tributárias) ou a celebração de acordo judicial ou transação para prevenir ou encerrar litígio, por si ou por suas controladas, envolvendo valor igual ou superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), ou 2,5% do valor dos nossos ativos totais consolidados, apurado de acordo com o último balanço social auditado ou objeto de revisão especial pelos nossos auditores independentes, entre os dois, o maior, por operação; z) aprovar a propositura de qualquer ação tributária ou a celebração de acordo judicial ou transação para prevenir ou encerrar litígio tributário, por si ou por suas controladas, envolvendo valor igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais); aa) definir e instruir o voto nas assembleias gerais, assembleias ou reuniões de sócio ou reuniões de órgãos de administração de qualquer controlada ou outra sociedade ou consórcio no qual detenhamos, direta ou indiretamente, qualquer participação; e bb) deliberar sobre qualquer matéria submetida à apreciação do Conselho de Administração pela Diretoria. **Parágrafo 1º** – O Conselho de Administração poderá determinar a criação de comitês de assessoramento destinados a auxiliar os membros do Conselho de Administração, bem como a definir a respectiva composição e atribuições específicas. **Parágrafo 2º** – Caberá ao Conselho de Administração estabelecer as normas aplicáveis aos comitês, inclusive quanto à sua composição, funcionamento e, no caso de terceiros indicados pelo Conselho de Administração, sua eventual remuneração. **Parágrafo 3º** - Poderão ser indicados para compor os comitês de assessoramento de que trata o Parágrafo 1º deste Artigo, acima, os membros do nosso Conselho de Administração ou da nossa Diretoria.

Conselho Fiscal: O nosso Conselho Fiscal é um órgão de deliberação colegiada e será composto de no mínimo, três e, no máximo, cinco membros, e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, sendo que os membros do nosso Conselho Fiscal e seus suplentes exercerão seus cargos até a primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar após a sua eleição, podendo ser reeleitos. Os membros do nosso Conselho Fiscal serão investidos nos respectivos cargos mediante a assinatura de termo de posse lavrado no livro de atas das reuniões do Conselho Fiscal, estando a posse dos referidos membros condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Membros do Conselho Fiscal previsto no Regulamento do Novo Mercado. Os nossos conselheiros fiscais poderão se reunir por meio de teleconferência ou videoconferência, admitida a gravação destas, devendo os membros do Conselho Fiscal que participaram remotamente da reunião confirmar os seus votos ou pareceres, na data da reunião, por meio de carta ou fac-símile ou correio eletrônico digitalmente certificado, enviados em atenção aos demais membros do Conselho Fiscal presentes à reunião. Ao término de toda reunião, deverá ser lavrada ata, a qual deverá ser assinada por todos os conselheiros fiscais fisicamente presentes à reunião e, posteriormente, transcrita no livro de registro de atas do Conselho Fiscal.

De acordo com o artigo 163 da Lei de Sociedades por Ações, compete ao Conselho Fiscal deliberar sobre as seguintes matérias:

- a) fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários; b) opinar sobre o relatório anual da administração, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da assembleia-geral; c) opinar sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à assembleia-geral, relativas a modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimento ou

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão; d) denunciar, por qualquer de seus membros, aos órgãos de administração e, se estes não tomarem as providências necessárias para a proteção dos nossos interesses, à assembleia-geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências úteis a nós; e) convocar a assembleia-geral ordinária, se os órgãos da administração retardarem por mais de 1 (um) mês essa convocação, e a extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes, incluindo na agenda das assembleias as matérias que considerarem necessárias; f) analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente por nós; g) examinar as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar; h) exercer essas atribuições, durante a liquidação, tendo em vista as disposições especiais que a regulam.

Diretoria: Os nossos Diretores são os nossos representantes legais, responsáveis, principalmente, pela nossa administração cotidiana e pela implementação das políticas e diretrizes gerais estabelecidas pelo Conselho de Administração. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, cada membro da nossa Diretoria deve ser residente no país, podendo ser acionista ou não.

Os Diretores são eleitos pelo nosso Conselho de Administração, com mandato de dois anos, permitida a reeleição, e podendo, a qualquer tempo, serem destituídos por tal órgão. O nosso Estatuto Social estabelece que a diretoria seja composta de, no mínimo, 3, e, no máximo, 8 membros.

De acordo com as regras do Novo Mercado, os diretores deverão subscrever, a partir da assinatura do Contrato de Participação no Novo Mercado, previamente à sua investidura no cargo, Termo de Anuência dos Administradores ao Regulamento de Listagem do Novo Mercado e às regras da Câmara de Arbitragem do Mercado. Para informações sobre as atribuições da nossa Diretoria, ver o subitem (d) abaixo, neste mesmo item 12.1.

b) data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, e de criação dos comitês

Conselho Fiscal: 19/04/2010.

Comitê de Remuneração: 19/04/2010.

Comitê de Auditoria: 19/04/2010.

c) mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê

Não possuímos um mecanismo formal de avaliação dos órgãos e comitês.

d) em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais

Eduardo Alcalay - Diretor Presidente: Convocar e presidir as reuniões de Diretoria; coordenar, orientar, acompanhar e supervisionar os demais membros da Diretoria; elaborar, em conjunto com o Diretor Financeiro, se houver, o Plano de Negócios e Orçamento Anual, para revisão e aprovação do Conselho de Administração; fixar atribuições aos demais diretores não previstas neste estatuto social ou em resoluções do Conselho de Administração; definir, juntamente com o Diretor Financeiro, se houver, observado o Plano de Negócios e Orçamento Anual aprovados, a estrutura de capital mais apropriada à nós; submeter ao Conselho de Administração todos os

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

assuntos que requeiram exame e aprovação do Conselho de Administração; se não tiver sido eleito o Diretor Financeiro e na falta de deliberação diversa do Conselho de Administração, cumular as funções do Diretor Financeiro ou atribuí-las, no todo ou em parte, aos demais diretores; e exercer outras atribuições que lhe sejam cometidas pelo Conselho de Administração.

Fábio Sandri - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores. Enquanto Diretor de RI são suas atribuições nos representar perante a CVM, acionistas, investidores, bolsas de valores, Banco Central do Brasil e demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais. Enquanto Diretor Financeiro, são suas atribuições elaborar, juntamente com o Diretor Presidente, o Plano de Negócios e Orçamento Anual, para revisão e aprovação do Conselho de Administração; coordenar e controlar o Plano de Negócios e Orçamento Anual; administrar e controlar as reservas financeiras; responder pela contabilidade e controladoria e pela contratação de auditores externos, observado o disposto no inciso IX do art. 142 da Lei das Sociedades por Ações; preparar balancetes e demonstrativos de lucros e perdas, bem como o relatório anual e as demonstrações financeiras, anuais ou semestrais, os quais serão submetidos à Diretoria; definir, juntamente com o Diretor Presidente, observado o Plano de Negócios e Orçamento Anual aprovados, a estrutura de capital mais apropriada; substituir o Diretor Presidente em suas ausências; e exercer outras atribuições que lhe sejam cometidas pelo Conselho de Administração.

Paula Caleffi – Diretor de Ensino: O desenvolvimento das linhas de serviços educacionais da graduação, pós-graduação e extensão; a implementação de novos programas educacionais, incluindo o “Ensino à Distância” em todas as modalidades de serviços educacionais; coordenação das atividades acadêmicas complementares, curriculares ou não, inclusive estágios e oportunidades de emprego aos alunos; a promoção de novas modalidades de serviços educacionais; a coordenação das atividades de apoio aos docentes (processo seletivo, capacitação e avaliação); o apoio e acompanhamento às atividades de pesquisa, dentre eles a promoção da captação de fundos de financiamento às pesquisas governamentais e em parceria com a iniciativa privada; e a coordenação e acompanhamento do desempenho dos cursos mantidos.

Rogério Frota Melzi – Diretor de Operações: Na qualidade de Diretor de Operações são de sua responsabilidade as áreas: (a) Atividades Acadêmicas Compartilhadas; (b) Comercial: que é responsável por estabelecer relacionamentos comerciais com órgãos governamentais, empresas públicas, empresas privadas, e escolas de ensino médio; garantir captação de novos alunos em todos os seus produtos e modalidades; desenvolver e dar suporte a ações de promocionais para garantir uma maior visibilidade da Estácio e buscar oportunidades de captação; participação em eventos, feiras, congressos e seminários no intuito de ampliar relacionamento com a sociedade e público formador de opinião; suportar toda a cadeia comercial, no planejamento, nas análises e no monitoramento da performance comercial; (c) Diretorias Regionais: que são subdivididas em: Brasil Central – Unidades dos Estados ES, GO, MG e MS; Norte e Nordeste – Unidades dos Estados AL, AP, BA, CE, PA, PE, RN e SE; São Paulo e Sul – Unidades dos Estados SP, PR e SC; Rio Unesa – Todas as unidades do Estado do Rio de Janeiro; (d) Ensino à Distância cuja responsabilidade é a de gestão de todo o processo de transformação dos conteúdos do ensino presencial para a modalidade a distância, projetos pedagógicos, planejamento dos cursos e das disciplinas. Toda a infraestrutura para disponibilização e transmissão dos conteúdos, passando pela roteirização e produção das aulas ou pelo acompanhamento das empresas terceirizadas, dos materiais e das estratégias didáticas utilizando as tecnologias disponibilizadas para a EAD; (e) Infraestrutura: Que trata do suporte às unidades da Estácio nas questões de infraestrutura, desde a prospecção de imóveis até a manutenção e controle dos mesmos; (f) Planejamento e Performance Operacional: Responsável por criar e acompanhar os indicadores de performance e qualidade de todas as unidades da

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

Estácio. Esses indicadores contribuem para a melhoria da qualidade operacional, de acordo com as melhores práticas de cada unidade; e (g) e responsável pela UNESA: A Universidade Estácio de Sá proporciona o acesso de diferentes segmentos da população ao ensino de qualidade nas áreas de Graduação, Especialização, Pós Graduação, Pesquisa, Cultura e Extensão em consonância com as diretrizes emanadas pela Diretoria de Ensino.

João Luis Tenreiro Barroso - Diretor Relações Institucionais: Enquanto Dir. de Relações Institucionais suas principais atribuições são as de administrar e responder pelas áreas: (a) Relacionamento com a Imprensa: que é responsável por manter uma política de comunicação transparente com a imprensa, a área concentra o contato e envio de informações para jornalistas, monitoramento de notícias e distribuição das matérias publicadas sobre a instituição, além do gerenciamento de crises de imagem; (b) Sustentabilidade: A área de Sustentabilidade da Estácio é responsável pela implementação da agenda da sustentabilidade corporativa, que visa incorporar aos processos gerenciais da empresa, além dos critérios econômico-financeiros, os aspectos sociais e ambientais; (c) Comunicação Institucional: responsável pela comunicação institucional do grupo, dedica-se à produção de textos e materiais institucionais como folder, apresentação digital e vídeo e à promoção de eventos como a Aula Nacional Estácio; (c) Relações Governamentais: Responsável pela representação institucional junto às instâncias governamentais, órgãos reguladores e demais entidades públicas, associações de classe e formadores de opinião.

Pedro Graça – Diretor de Mercado: Enquanto Diretor de Mercado suas atribuições são o acompanhamento, gerenciamento das áreas: (a) Comunicação que é a área responsável por toda a comunicação da empresa com o mercado e com os alunos na divulgação dos produtos, serviços, benefícios, atividades e eventos oferecidos por todas as áreas da empresa. Tem como atribuição zelar pela correta utilização da marca Estácio em sua construção, exposição e valor. (b) Gestão de Produtos, Planejamento e Inteligência de Mercado: responsável por entender o comportamento do mercado, análise de informações externas e internas, comportamento do consumidor e prospect e pesquisas de mercado visando a geração de conhecimento para ações estratégicas de mercado. A gestão do portfólio de produtos, precificação, análise de demanda e avaliação de retorno das ações são atividades desenvolvidas pela área; (c) Estratégicas: responsável pelo relacionamento e estabelecimento de parcerias com empresas que atuam em sinergia com a Estácio, gerando oportunidades diferenciadas do mercado, benefícios aos nossos alunos e receita adicional para a empresa. Em contrapartida, as empresas parceiras dispõem de várias possibilidades de expor suas respectivas marcas em âmbito nacional; e (d) Relacionamento: A área tem o objetivo desenvolver e manter o programa de fidelização, propiciar excelência nos atendimentos presenciais e remotos, contribuindo assim para que a Estácio crie vínculos fortes e duradouros com seus alunos.

Miguel Filisbino Pereira de Paula - Diretor Gente e Gestão: Na qualidade de Dir. de Gente e Gestão suas principais atribuições são administrar e acompanhar as áreas: (a) Desenvolvimento de Gente: que é responsável pelas diretrizes e ações de treinamento e desenvolvimento dos colaboradores administrativos, programas de talentos, capacitação das lideranças, recrutamento e seleção, condução de pesquisa de clima organizacional e gestão da avaliação por competências, além do atendimento as áreas internas; (b) Relacionamento com os Docentes: Área de interface das áreas corporativas com o público docente. É responsável pela implementação das diretrizes de capacitação, recrutamento e seleção, além da implantação e operacionalização dos programas de reconhecimento, incentivo e formação continuada dos docentes; (c) Relações Trabalhistas e Sindicais: A área de Relações Trabalhistas e Sindicais é responsável pelo controle e acompanhamento orçamentário do custo de pessoal da instituição, bem como da estrutura organizacional administrativa, além de realizar negociações e relações sindicais junto aos órgãos competentes em todas as regiões

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

que estamos presentes; (d) Remuneração e Comunicação: Definir as diretrizes de cargos e salários, do pacote de Benefícios e Programa de Qualidade de Vida, definir os programas de Remuneração Variável, operacionalizar salários e benefícios de executivos. Definir as políticas e padronização dos canais de comunicação interna, construir campanhas motivacionais, dar suporte na criação do canal de ouvidoria interna; e (e) Sistemas de Gestão: Área responsável pelo Sistema de Gestão Estácio. Sistema que traduz as estratégias em ações alinhadas em todos os níveis de forma a garantir o alcance da Missão e Visão, segundo os Valores estabelecidos, através do planejamento, monitoramento e correção dos rumos da empresa, em tempo real. Para isso, a Área de Sistemas de Gestão tem como principais atribuições garantir a disseminação do Modelo de Gestão, fornecer suporte metodológico para o desdobramento das estratégias em metas, fornecer suporte metodológico para a elaboração dos planos de ação para o cumprimento das metas, garantir o ciclo periódico de acompanhamento de resultados, estabelecer padrões para a divulgação de resultados (Gestão à Vista) e implementar o sistema de padronização.

Virgílio Deloy Capobianco Gibbon – Diretor de Serviços Compartilhados: Enquanto Dir. de Serviços Compartilhados são de sua responsabilidade as seguintes áreas: (a) Gestão de Serviços: Gestão da Central de Atendimento, dos indicadores de controle e desempenho operacional, implementação de melhoria de processos, gestão do orçamento, comunicação e treinamentos do CSC; (b) Integração Física e Sistemas: Integração física e de sistemas para novas aquisições da Estácio com aplicações de Due Diligence, Censo de Atividades e Gestão de grandes projetos da empresa (PMO); (c) Serviços Acadêmicos: Preparação para o ingresso, PROUNI, emissão de termos aditivos e acompanhamento da manutenção das bolsas, cadastro dos alunos no ENADE, cadastro dos estagiários junto à seguradora, ingresso de cursos in company e fora de sede, emissão e registro de diplomas e certificados, preparação para a colação de grau, cadastro de informações acadêmicas, reconhecimento e autorização de curso, recredenciamento de unidades, acompanhamento de emissões e validades de portarias, suporte às áreas quanto a legislação publicada, cadastro de cursos, currículos, equivalências e planos de ensino, preparação para a renovação de matrícula, operacionalização da matrícula dirigida, suporte a previsão para cálculo de demanda, preparação de relatórios gerenciais e acompanhamento de lançamento de notas e fechamento de período acadêmico; (d) Serviços de Compras e Financeiros: Recebimento de notas fiscais, liberação de pagamento a fornecedores, custódia de cheques, devolução de valores para alunos, adiantamento e reembolso de viagens, conciliação bancária e suporte às operações financeiras; (e) Serviços de Compras e Financeiros: Recebimento de notas fiscais, liberação de pagamento a fornecedores, custódia de cheques, devolução de valores para alunos, adiantamento e reembolso de viagens, conciliação bancária e suporte às operações financeiras; (f) Serviços de Faturamento e Cobrança: (g) Controle de cheques devolvidos, baixa manual de boletos, controle das assessorias de cobranças, campanhas de combate à inadimplência, concessão e controle de financiamento de alunos, cadastro e manutenção de bolsas, geração de carnês, cadastro de tabela de preços e antecipação de cheques em custódia; (h) Serviços de Gente: Responsável pelas admissões e desligamentos, gestão de folha de pagamento, gestão do ponto, gestão de férias, controle de afastamentos, operação de benefícios, gestão e controle de terceiros, manutenção de cadastro funcional, recolhimento de impostos e encargos trabalhistas e elaboração de relatórios de pessoal; (i) Suprimentos e Logística: Realização de compras de materiais e serviços, cadastro de fornecedores e materiais, gestão de contratos, negociações de *sourcing*, gestão de correspondências e gestão de condução e transporte; (j) Tecnologia da Informação: Suportar e garantir a disponibilidade de toda a infraestrutura de tecnologia dos ambientes administrativos e acadêmicos, manter em operação com disponibilidade todos os sistemas que suportam o nosso negócio, elaborar e implementar projetos de sistemas, administração da nossa rede de telecomunicação (telefonia e dados), administração dos contratos e ativos de TI, implementar e garantir as práticas de governança; e (l) Serviços

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

Contábeis e Relatórios Gerenciais: Elaboração de relatórios gerenciais, controle orçamentário, arquivamento de documentos, fechamento contábil e fiscal, elaboração de demonstrações financeiras e informações trimestrais (ITRs), atendimento aos auditores independentes, à autoridade fazendária e controle de CNDs.

e) mecanismos de avaliação de desempenho dos membros do conselho de administração, dos comitês e da diretoria

A avaliação formal de desempenho pessoal de nossos diretores (estatutários ou não) é realizada apenas para fins de concessão de remuneração variável, e tem como parâmetro o atingimento de metas financeiras e de nosso resultado. Para o exercício social que se encerra em 31 de dezembro de 2010 a meta a ser atingida é 82% do EBITDA. Não realizamos outras avaliações de desempenho de nossos diretores estatutários para outras finalidades, salvo a realizada para a concessão de remuneração variável. Não realizamos avaliação individual dos membros do nosso conselho de administração nem dos membros de nossos comitês.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais:***a) prazos de convocação***

A nossa Assembleia Geral será convocada com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência, em primeira convocação, ou 8 (oito) dias, em segunda convocação. Na hipótese de convocação que tenha por objeto deliberar sobre o cancelamento de registro de companhia aberta ou a nossa saída do Novo Mercado, o primeiro anúncio deverá ser publicado com, no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência para realização em primeira convocação e, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência para realização em segunda convocação.

b) competências

Assembleias – De acordo com o artigo 9 do nosso Estatuto Social compete à Assembleia Geral deliberar sobre as seguintes matérias:

- a) Reformar o Estatuto Social, b) eleger e destituir, a qualquer tempo, os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal; c) fixar o montante global da remuneração dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal, quando instalado; d) tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas; e) deliberar a saída do segmento especial do mercado de ações da BM&FBOVESPA denominado Novo Mercado; f) deliberar o cancelamento do registro de companhia aberta perante a CVM; g) escolher empresa especializada responsável pela elaboração de laudo de avaliação das nossas ações, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta ou saída do Novo Mercado, conforme previsto no Estatuto Social; h) criar planos de outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos nossos administradores e empregados, assim como a pessoas naturais que nos prestem serviços ou aos administradores e empregados de outras sociedades por nós controladas direta ou indiretamente; i) suspender o exercício de direitos de acionistas, conforme previsto em lei e no nosso Estatuto Social, inclusive no caso do Artigo 7º do nosso Estatuto Social, não podendo, nessa deliberação, votar o(s) acionista(s) cujos direitos poderão ser objeto de suspensão; j) deliberar sobre a nossa transformação, fusão, incorporação e cisão; k) deliberar sobre a nossa dissolução e liquidação.

c) endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à Assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Endereços eletrônicos: <http://www.estacioparticipacoes.com>; <http://www.cvm.gov.br>; <http://www.bmfbovespa.com.br>. Endereço físico da nossa sede: Avenida Embaixador Abelardo Bueno, 199, 6º andar, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/ RJ, CEP: 22775-040

d) identificação e administração de conflitos de interesses

Não possuímos um mecanismo específico para a identificação e administração dos conflitos de interesses. A identificação e administração de nossos conflitos de interesses é feita tendo como parâmetro a Lei das Sociedades por Ações, ou seja, o acionista que tiver interesse conflitante com a matéria colocada em pauta na ordem do dia está vedado de proferir o seu voto.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais***e) solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto***

Não aplicável, uma vez que não há procedimento para pedido público de procuração.

f) formalidades necessárias para aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas, indicando se a Companhia admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico.

Os acionistas deverão apresentar na sede social, com no mínimo 2 (dois) dias úteis de antecedência da data de realização da assembleia, o instrumento de mandato com reconhecimento de firma do outorgante, devendo o procurador ser nosso acionista, administrador, advogado ou instituição financeira, e o respectivo mandato, em qualquer caso, deverá ter sido outorgado há menos de 1 (um) ano.

g) manutenção de fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

Recebemos e compartilhamos os comentários dos acionistas que são enviados para o portal de Relação com Investidores na página www.estacioparticipacoes.com. Depois de apresentados, tais comentários são reportados ao Presidente do Conselho de Administração, o qual é responsável por endereçá-los aos responsáveis e, se for o caso, por incluir temas na pauta das reuniões da administração.

h) transmissão ao vivo do vídeo e/ou do áudio das assembleias

Não transmitimos ao vivo o vídeo e/ou o áudio das assembleias.

i) mecanismos destinados a permitir a inclusão, na ordem do dia, de propostas formuladas por acionistas

Os acionistas que desejaram incluir pontos na ordem do dia das Assembleias Gerais devem enviá-los para o portal de Relação com Investidores na página www.estacioparticipacoes.com. No site, os pontos são recebidos e compartilhados com os demais acionistas.

Depois de apresentados, tais sugestões de pauta são reportadas ao Presidente do Conselho de Administração, o qual é responsável por endereçá-los aos responsáveis e, se for o caso, por incluir temas na pauta das Assembleias Gerais.

12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76

Exercício Social	Publicação	Jornal - UF	Datas
31/12/2009	Demonstrações Financeiras	DOERJ e Valor Econômico - RJ	19/03/2010
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	DOERJ e Valor Econômico - RJ	19/03/2010
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	DOERJ e Valor Econômico. - RJ	20/04/2010
31/12/2008	Demonstrações Financeiras	DOERJ e Gazeta Mercantil - RJ	20/03/2009
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	DOERJ e Gazeta Mercantil - RJ	20/03/2009
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	DOERJ e Gazeta Mercantil - RJ	29/04/2009
31/12/2007	Demonstrações Financeiras	DOERJ, Diário Mercantil e Valor Econômico. - RJ	25/03/2008
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	DOERJ, Diário Mercantil e Valor Econômico. - RJ	10/04/2008
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	DOERJ, Gazeta Mercantil - RJ	28/05/2008

12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração:***a) frequência das reuniões***

O Conselho reúne-se sempre que os interesses sociais assim o exigem, mediante convocação escrita de seu Presidente ou de quaisquer 02 (dois) conselheiros em conjunto.

b) se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

Devido a alienação das ações detidas por João Uchôa Cavalcanti Netto e Monique Uchôa Cavalcanti de Vasconcelos o acordo de acionistas foi rescindido automaticamente, de pleno direito, passando a Companhia a ter controle ativo, restando a Private Equity Partners C, LLC como a nossa principal acionista.

c) regras de identificação e administração de conflitos de interesses

Não possuímos regras específicas para a identificação e administração de conflitos de interesses.

12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

Nós, nossos acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, obrigamo-nos a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no nosso Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes no Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
Eduardo Alcalay	41	Pertence apenas à Diretoria	04/06/2010	04/06/2012
148.080.298-04	Empresário	10 - Diretor Presidente / Superintendente	04/06/2010	Sim
O Administrador não exerce outras funções e cargos no emissor				
Rogério Frota Melzi	38	Pertence apenas à Diretoria	14/03/2011	04/06/2012
181.390.288-78	Engenheiro	12 - Diretor de Relações com Investidores	15/03/2011	Sim
Diretor de Operações				
João Luis Barroso	51	Pertence apenas à Diretoria	04/06/2010	4/06/2012
506.464.277-68	Economista	19 -	04/06/2010	Sim
O Administrador não exerce outras funções e cargos no emissor				
Miguel Filisbino Pereira de Paula	48	Pertence apenas à Diretoria	04/06/2010	04/06/2012
315.491.100-63	Administrador	19 -	04/06/2010	Sim
O Administrador não exerce outras funções e cargos no emissor				
Paula Caleffi	47	Pertence apenas à Diretoria	04/06/2010	04/06/2012
505.223.530-53	Professora	19 -	04/06/2010	Sim
O Administrador não exerce outras funções e cargos no emissor				
Pedro Jorge Guterres Quintans Graça	45	Pertence apenas à Diretoria	29/06/2010	4/6/2012
122.750.708-93	Graduado em Análise de Sistemas	19 -	29/06/2010	Sim
O Administrador não exerce outras funções e cargos no emissor				
Rogério Frota Melzi	38	Pertence apenas à Diretoria	04/06/2010	04/06/2012
181.390.288-78	Engenheiro	19 -	04/06/2010	Sim
O Administrador não exerce outras funções e cargos no emissor				
Virgílio Deloy Capobianco Gibbon	35	Pertence apenas à Diretoria	04/06/2010	04/06/2012
047.659.437-55	Economista	19 -	04/06/2010	Sim
O Administrador não exerce outras funções e cargos no emissor				
Antonio Carlos Augusto Ribeiro Bonchristiano	43	Pertence apenas ao Conselho de Administração	19/04/2010	30/04/2012
086.323.078-43	Empresário	20 - Presidente do Conselho de Administração	19/04/2010	Sim
Membro do Comitê de Remuneração e Membro do Comitê de Auditoria				
Fersen Lamas Lambranh	48	Pertence apenas ao Conselho de Administração	19/04/2010	30/04/2012

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
667.308.057-49	Empresário	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	19/04/2010	Sim
O Administrador não exerce outras funções e cargos no emissor				
João Baptista de Carvalho Athayde	78	Pertence apenas ao Conselho de Administração	19/04/2010	30/04/2012
002.510.467-53	Engenheiro	21 - Vice Presidente Cons. de Administração	19/04/2010	Sim
Membro do Comitê de Remuneração				
João Cox	47	Pertence apenas ao Conselho de Administração	07/10/2010	30/04/2010
239.577.781-15	Economista	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	07/10/2010	Não
Membro do Comitê de remuneração				
Marcel Cleofás Cavalcanti	45	Pertence apenas ao Conselho de Administração	07/10/2010	30/04/2012
820.674.577-72	Empresário	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	07/10/2010	Não
O Administrador não exerce outras funções e cargos no emissor.				
Maurício Luis Luchetti	51	Pertence apenas ao Conselho de Administração	19/04/2010	30/04/2012
238.595.985-20	Empresário	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	19/04/2010	Não
Membro do Comitê de Remuneração				
Teodora Sol Constatino Barone	24	Pertence apenas ao Conselho de Administração	21/02/2011	30/04/2012
366.447.318-30	administradora de empresas	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	24/02/2011	Sim
Membro do Comitê de Auditoria				
Ana Lúcia de Paiva Lorena Freitas	36	Conselho Fiscal	19/04/2010	30/04/2011
051.490.757-60	Engenheira de produção	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	19/04/2010	Não
O Administrador não exerce outras funções e cargos no emissor				
Douglas Hamilton Woods	67	Conselho Fiscal	19/04/2010	30/04/2011
004.464.168-00	Contador	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	19/04/2010	Sim
O Administrador não exerce outras funções e cargos no emissor				
Emanuel Sotelino Schifferle	70	Conselho Fiscal	19/04/2010	30/04/2011
009.251.367-00	Engenheiro	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	19/04/2010	Sim
O Administrador não exerce outras funções e cargos no emissor				
Pedro Wagner Pereira Coelho	62	Conselho Fiscal	19/04/2010	30/04/2011
258.318.957-34	Contador	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	19/04/2010	Sim

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
O Administrador não exerce outras funções e cargos no emissor				
Rodrigo Magela Pereira	34	Conselho Fiscal	19/04/2010	30/04/2011
027.954.677-71	Economista	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	19/04/2010	Não
O Administrador não exerce outras funções e cargos no emissor				
Ronaldo Weinberger Teixeira	73	Conselho Fiscal	19/04/2010	30/04/2011
012.253.597-91	Economista	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	19/04/2010	Sim
O Administrador não exerce outras funções e cargos no emissor.				
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações				
Eduardo Alcalay - 148.080.298-04				
O Sr. Alcalay é o nosso Diretor Presidente. Entre os anos de 2006 e 2009, foi membro do conselho de administração da Companhia Energética do Maranhão – CEMAR (2006), BR Malls Participações S.A. (2006-2007), Gafisa S.A (2007), Magnesita S.A. (2007-2008), LA Hotels S.A. (incorporada pela BHG) (2007-2009), Magnesita Refratários S.A (2007-2009), inclusive ocupando esse mesmo no cargo na Estácio Participações S.A. Em 2007, foi nomeado Diretor Presidente e de Relações com Investidores da Magnesita Refratários S.A., onde permaneceu até 2009, ano no qual passou a ocupar o cargo de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores na Estácio. Atualmente, além de presidente da Estácio Participações S.A., exerce o cargo de Diretor da GP Investments Ltd. Não possui condenações criminais ou administrativas.				
Rogério Frota Melzi - 181.390.288-78				
Rogério Frota Melzi - 181.390.288-78				
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, foi Diretor de Planejamento e Serviços da Estácio desde julho de 2008 até setembro de 2009, quando passou a ser Diretor de Operações. O Sr. Melzi é formado em Engenharia Mecânica pela Universidade Mackenzie, pós-graduado em Administração pela FGV/SP e MBA pela Stanford University. Antes de chegar à Estácio, foi Diretor de Planejamento Financeiro & Controle da Suzano Holding, Supply Chain Planning & Performance Director na Inbev / Labatt, Gerente Corporativo de Orçamento & Desempenho na Ambev, Associate na Booz-Allen & Hamilton				
João Luis Barroso - 506.464.277-68				
O Sr. Barroso é bacharel em Economia pela Universidade Gama Filho, mestre e doutor em Economia pela Fundação Getulio Vargas (EPGE-FGV). Entre os anos de 2002 a 2007, foi Diretor Geral de Relações Institucionais da Vivo e, no ano seguinte, foi nomeado Chefe de Gabinete da Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro. O Sr. Barroso ainda atuou como Secretário-adjunto de Política Econômica do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, e como Superintendente do Tesouro da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, bem como foi Presidente da CBS Previdência e Diretor Executivo do Centro Corporativo da CSN. Desde 2009 exerce o cargo de Diretor Executivo de Relações Institucionais e Vice-Reitor da Estácio Participações S.A. Não possui condenações criminais ou administrativas.				
Miguel Filisbino Pereira de Paula - 315.491.100-63				
O Sr. De Paula possui vasta formação acadêmica, sendo bacharel em Administração de Empresas pela Univesidade de Ulbra e pós-graduado em Recursos Humanos pela PUC, ambas no Rio Grande do Sul, pós-graduado em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas, mestre (MBA) em Gestão do Varejo pela Universidade de São Paulo, e ainda, STC Executivo (Skill, Tools e Competencies) na Kellogg University, Strategic Human Resources Planning, pela Michigan University. Atuando profissionalmente, o Sr. De Paula ocupou o cargo de Diretor de Gente e Gestão da Farmasa (Laboratório Americano de Farmacoterapia S.A.), Gerente Geral de Recursos Humanos do Grupo Gerdau e, entre 2005 a 2007, foi Diretor de Recursos Humanos do Grupo Votorantim Cimentos Ltda. Desde 2008 atua como Diretor de Gente e Gestão da Estácio Participações S.A. Não possui condenações criminais ou administrativas.				
Paula Caleffi - 505.223.530-53				
A Sra. Caleffi é bacharel em História pela Universidade Católica do Rio Grande do Sul, doutora pela Universidad Complutense de Madrid, e foi professora convidada da Fundação Dom Cabral. Entre os anos de 1995 a 2009, a Sra. Caleffi ocupou o cargo de diretora da Unidade Acadêmica de Graduação e de gerente de Desenvolvimento Acadêmico da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Em 2009, atuou como diretora da área de Desenvolvimento da Qualidade de Ensino da Estácio Participações S.A. Atualmente é Diretora de Ensino e Reitora da Companhia. Não possui condenações criminais ou administrativas.				

Pedro Jorge Guterres Quintans Graça - 122.750.708-93

O Sr. Graça é bacharel em Análise de Sistemas pela Universidade Mackenzie e pós-graduado em Administração de Empresas pela Fundação Getulio Vargas. Passou a integrar a Estácio Participações S.A. em 2007, tendo sido responsável pelos projetos de criação, consolidação e expansão do nosso Ensino à Distância. No período de 2004 a 2007 foi Sócio-proprietário da ENAD, empresa de prestação de serviços na área de educação a distância, utilizando tecnologia de ponta para auxiliar empresas, escolas, universidades e instituições a estarem em qualquer lugar do País e da América Latina, treinando, ensinando e interagindo com seu público por meio de programas produzidos ao vivo em canais privados de TV, transmitidos via satélite e internet. Em 1995 a 2003 foi Sócio-proprietário do Sistema Energia de Ensino, Instituição de ensino voltada ao Ensino Infantil e ao Ensino Superior com unidades nas cidades de Criciúma, Tubarão, Araranguá e Urussanga. Não possui condenações criminais ou administrativas.

Virgílio Deloy Capobianco Gibbon - 047.659.437-55

O Sr. Gibbon é bacharel em Economia e pós-graduado em Ciências Econômicas pela PUC do Estado do Rio de Janeiro. Possui mais de 10 anos de experiência na área de consultoria, sendo 8 deles dedicados a projetos de Centro de Serviços Compartilhados, sendo responsável por mais de 12 projetos de implantação de CSCs no Brasil e no exterior. Nos anos de 1995 e 1996, o Sr. Gibbon atuou no Banco BRJ como analista de negócios e, entre 2000 e 2007, ocupou o cargo de gerente sênior na Accenture do Brasil. A partir de 2007, tornou-se diretor executivo da TOTVS Consulting, e desde março de 2010, passou a atuar como Diretor Executivo de Serviços Compartilhados da Estácio Participações S.A. Não possui condenações criminais ou administrativas.

Antonio Carlos Augusto Ribeiro Bonchristiano - 086.323.078-43

O Sr. Bonchristiano ingressou na GP Investments, Ltd. em 1993. É Co-Presidente do Conselho, Co-CEO e Diretor de Relações com Investidores da GP Investments, Ltd.. E, além de atuar no nosso conselho de administração, atua como membro do conselho de administração da BR Properties S.A., San Antonio Internacional, Ltd., Allis Participações S.A., LeitBom S.A., BRZ Investimentos, e BHG S.A. - Brazil Hospitality Group.

Atuou anteriormente como membro do conselho de administração da LAHotels S.A., Sé Supermercados, ALL – América Latina Logística S.A., Kuala S.A., Companhia Energética do Maranhão - CEMAR, ABC Supermercados S.A., Gafisa S.A., Hopi Hari S.A., Submarino S.A., Equatorial Energia S.A. e Playcenter S.A. Ainda, foi diretor financeiro da SuperMar Supermercados e fundador e CEO da Submarino S.A.

Foi conselheiro da ABC Supermercados S.A. (1998), Geodex Communication S.A. (2001), ALL – América Latina Logística S.A. (2003-2008), GP Investments, Ltd (2003- até a presente data), Companhia Energética do Maranhão – CEMAR, (2004-2005), BR Malls Participações S.A. (2005-2006), Tempo Participações S.A. (2005-2006), Gafisa S.A (1997-2006), Submarino S.A. (2005-2006), LAHotels S.A. (incorporada por BHG) (2007-2009), Magnesita Refratários S.A. (2006-2008), Allis Participações S.A. (2006 - até a presente data), BRZ Investimentos S.A. (2006 – até a presente data), BR Properties S.A. (2006 - até a presente data), Estácio Participações S.A. (2008 – até a presente data), BHG S.A. - Brazil Hospitality Group (2009 – até a presente data). Foi conselheiro suplente na Magnesita S.A. (2007-2008) e é conselheiro suplente na Magnesita Refratários S.A. (2009-até a presente data).

Foi presidente do conselho de administração da Companhia Energética do Maranhão – CEMAR (2004-2005), Submarino S.A. (2005-2006), Tempo Participações S.A. (2006), BR Malls Participações S.A. (2006), Magnesita Refratários S.A. (2006-2008), BR Properties S.A.(2006-2009), LAHotels S.A. (incorporada por BHG) (2008-2009). Atualmente, é presidente do conselho de administração da Allis Participações S.A. (2008 – até a presente data) e co-presidente do Conselho de Administração da BHG S.A. - Brazil Hospitality Group (2009 – até a presente data) e co-presidente do Conselho de Administração da GP Investments, Ltd. (2006 - até a presente data).

Além disso é Vice-Presidente do conselho de administração: BR Properties S.A. (2009 - até a presente data).

Foi Diretor da Geodex Communication S.A. (1999-2000) e Contax Participações S.A. (2002-2003). É Diretor Vice-Presidente e Diretor Presidente da GP Investments, Ltd. (alternadamente de 2006 até a presente data).

É Diretor de Relações com Investidores do ABC Supermercados S.A. (1997) e GP Investments, Ltd. (2010 - até a presente data).

Fersen Lamas Lambranh - 667.308.057-49

O Sr. Lambranh ingressou na GP Investments, Ltd. em 1998. É Co-Presidente do Conselho e Co-CEO da GP Investments, Ltd.. É atualmente membro do conselho de administração da Magnesita Refratários S.A., BR Malls Participações S.A., Allis Participações S.A., San Antonio Internacional, Ltd., Leitbom S.A., Estácio Participações S.A., BHG S.A. Brazil Hospitality Group e BRZ Investimentos S.A.. Anteriormente, atuou como membro do conselho de administração da Tele Norte Leste Participações S.A., Gafisa S.A., São Carlos Empreendimentos e Participações S.A., ABC Supermercados S.A., Playcenter S.A., Shoptime S.A., Laboratório Americano de Farmacoterapia S.A. – Farmasa, BR Properties S.A. e Americanas.com S.A. Ainda, foi CEO e membro do conselho de administração das Lojas Americanas S.A. Exerceu/exerce os seguintes cargos:

Conselheiro: São Carlos Empreendimentos e Participações S.A. (1997 – 2004), ABC Supermercados S.A. (1998 – 2001), Contax Participações S.A.(2003 -2006), Telemar Participações S.A. (2003 – 2008), GP Investments, Ltd. (2003 – até a presente data), Lojas Americanas S.A. (2004), Shoptime S.A. (2004 – 2005), Gafisa S.A. (2004 – 2007), BRZ Investimentos S.A. (2006 – até a presente data), BR Malls Participações S.A. (2006 - até a presente data), Telemar Participações S.A. (2007 – 2008), Allis Participações S.A.(2007 – até a presente data), Magnesita Refratários S.A. (2007 – até a presente data), Magnesita S.A. (2007 – 2008), BR Properties S.A. (2007 – 2010), Estácio Participações S.A. (2008 – até a presente data) e BHG S.A. – Brazil Hospitality Group (2009 – até a presente data).

Conselheiro Suplente: Lojas Americanas S.A. (2004 - 2005) e Companhia Energética do Maranhão – CEMAR (2004 – 2008).

Presidente do conselho de administração: Contax Participações S.A. (2001 – 2002), Telemar Participações S.A. (2003 – 2006), co-presidente do Conselho de Administração da GP Investments, Ltd. (2006 – até a presente data) e Magnesita Refratários S.A. (2008 – até a presente data).

Vice-Presidente do conselho de administração: BR Properties S.A. (2006 – 2009).

Diretor: São Carlos Empreendimentos e Participações S.A. (1999 – 2001), Contax Participações S.A. (2001 – 2003) e Telemar Participações S.A. (2005 – 2007).

Diretor Vice-Presidente: GP Investments, Ltd. (2006 (alternadamente) – até a presente data).

Diretor Vice-Presidente/ DRI: Companhia de Bebidas das Américas – AMBEV (1998 – 1999) e Geodex Communication S.A. (1998 – 2001).

Diretor Presidente: Lojas Americanas S.A. (1991 – 1998) e GP Investments, Ltd. (2006 (alternadamente) – até a presente data).

Diretor Presidente/DRI: Telemar Participações S.A. (2003 – 2004)

Diretor DRI: Lojas Americanas S.A. (1993 – 1994)

João Baptista de Carvalho Athayde - 002.510.467-53

O Sr. Athayde é formado em Engenharia Civil e Engenharia Econômica pela Escola Nacional de Engenharia, na então Universidade do Brasil. Atualmente, é o Presidente do Conselho de Administração e desde 2003 foi colaborador da Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda.. Foi responsável pelo Planejamento Financeiro e Estratégico e Assessor da Presidência, além disso, também foi dirigente das Controladas do Grupo Estácio Participações S.A. Em 2007, foi eleito Conselheiro de Administração da Estácio Participações S.A, passando a Vice-Presidente do Conselho em junho de 2008. Atuou como Diretor da Magnoliophyta Participações Ltda. e conselheiro na Uchôa Cavalcanti Participações S.A. Não possui condenações criminais ou administrativas.

João Cox - 239.577.781-15

Economista, pós graduado na Université du Québec à Montreal e no CPS da Oxford University. Atuou como membro do Conselho de Administração de algumas empresas em diferentes países (Brasil, Argentina, Holanda e Israel), incluindo o Conselho de Administração do CRSFN - Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, ABRASCA - Associação Brasileira das Companhias Abertas e IBRI - Instituto Brasileiro de Relações com Investidores. Atualmente Cox atua nos conselhos de administração da Even S.A. e da Stefanini S.A. Desde abril de 1999 ele esteve profundamente envolvido com a indústria de telecomunicações, como Presidente, CEO ou vice-presidente. De 2006 a 2010, na Claro, a segunda maior operadora de celulares no Brasil como presidente, CEO e vice-chairman. A partir de Abril de 1999 a agosto de 2004, como Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores da Telemig Celular Participações S.A. e Tele Norte Celular Participações S.A., posição que compartilhou como CEO da Telemig Celular e Amazônia Celular. Em 2005 atuou como Vice-Presidente da Cellcom, a maior operadora de celular em Israel. Atualmente, o Sr. Cox dirige a Cox Investments & Advisory. A vida executiva do Sr. Cox ainda manteve laços com as universidades onde lecionou por alguns anos na graduação e na pós-graduação. Não possui condenações criminais ou administrativas.

Marcel Cleofás Cavalcanti - 820.674.577-72

O Sr. Cavalcanti, de 45 anos, é membro do nosso Conselho de Administração, tendo sido Diretor Presidente da Companhia. Há 28 anos acompanha o desenvolvimento das nossas unidades, no Brasil e no exterior. A partir de 1996, passou a dirigir o processo de expansão das instituições de ensino superior do grupo. Seus esforços ajudaram a conduzir, com êxito, a expansão regional dos negócios, aumentando o número de alunos de cerca de 17 mil para os mais de 200 mil hoje existentes. Igualmente sob sua orientação iniciou-se a reestruturação do grupo na transição de sociedades filantrópicas e sem finalidade econômica para empresas com objetivos econômicos e a posterior abertura de capital. Não possui condenações criminais ou administrativas.

Maurício Luis Luchetti - 238.595.985-20

O Sr. Luchetti é bacharel em Administração de Empresas pela Pontifícia Universidade Católica do RJ e pós graduado em Finanças e RH pelo IAG PUC-RJ. De 1985 a 2003, integrou a empresa Brahma/Ambev, ocupando o cargo de Diretor Regional por 5 anos e de Diretor Corporativo de Gente e Gestão. Nos 3 anos seguintes, atuou no Grupo Votorantim como Diretor de Desenvolvimento Organizacional na Holding VPAR e, posteriormente, foi COO da Votorantim Cimentos Brasil. Atualmente, é sócio da Galicia Investimentos, Companhia de Private Equity (Principal Investing) e Asset Management. É membro do Conselho da Mangels e Taesa Energia. Não possui condenações criminais ou administrativas.

Teodora Sol Constatino Barone - 366.447.318-30

Teodora Barone é bacharel em administração de empresas pela Fundação Getúlio Vargas - EAESP. De 2008 a 2010 atuou como Investment Banking Analyst no Banco de Investimentos Credit Suisse, participando de diversas operações de equity, dívida e fusões e aquisições. É associate da GP Investments desde 2011.

Ana Lúcia de Paiva Lorena Freitas - 051.490.757-60

A Sra. Ana Lucia de Paiva Lorena Freitas é bacharel em Engenharia Civil e de Produção pela PUC-RJ. Possui Pós Graduação em Administração de Empresas pela FGV e MBA em Finanças pela Coppead RJ. Entre 1998 a 2007, atuou como gestora financeira da empresa Souza Cruz S.A. Em 2008 participou do Conselho Fiscal da Fertilizantes Heringer S.A. e, desde o mesmo ano até hoje, é membro efetivo do Conselho Fiscal da Eletrobrás – Centrais Elétricas Brasileiras S.A.. É suplente do Conselho Fiscal da AES Tiete S.A. e da Estácio Participações S.A. Não possui condenações criminais ou administrativas.

Douglas Hamilton Woods - 004.464.168-00

O Sr. Woods é contador registrado no CRC no Brasil e no Institute of Chartered Accountants na Grã Bretanha, foi sócio de auditoria da PricewaterhouseCoopers. Foi membro da diretoria executiva da Pricewaterhouse na América do Sul e Diretor de Recursos Humanos para a América do Sul. Até 2009 foi membro do Conselho Fiscal da PQU – Petroquímica União (Grupo Unipar) e foi Membro do Conselho Fiscal da Arcelor (Cia Siderúrgica Tubarão) entre 2005 e 2006. Atualmente compõe o Conselho Fiscal da RioPol e da Estácio Participações S.A e presta serviços de consultoria executiva a vários clientes nenhum dos quais é empresa de capital aberta. Não possui condenações criminais ou administrativas.

Emanuel Sotelino Schifferle - 009.251.367-00

Nos últimos 18 anos, o Sr. Schifferle ocupou o cargo de Sócio Diretor da ASPA Assessoria e Participações S/C Ltda. Adicionalmente, foi membro do Conselho Fiscal das seguintes empresas: Lojas Americanas S.A., Hopi Hari S.A., ALL – América Latina Logística, Companhia de Bebidas das Américas – AmBev; Ferrobán – Ferrovias Bandeirantes S.A. Foi membro dos Conselhos de Administração da Manasa Madeireira Nacional S.A., da Ferropar S.A. e da São Carlos Empreendimentos e Participações S.A. Atualmente, permanece sendo membro do Conselho Fiscal da Estácio Participações S.A. Não possui condenações criminais ou administrativas.

Pedro Wagner Pereira Coelho - 258.318.957-34

O Sr. Coelho é bacharel em Administração de Empresas pela Sociedade Universitária Augusto Motta – SUAM. Atuou na área de auditoria externa da Price Waterhouse Auditores Independentes, de outubro de 1978 a abril de 1981, e no Conselho Fiscal da Telemar Participações S/A, de abril de 1999 até março de 2008. Eleito no Conselho Fiscal das Lojas Americanas S/A, ocupa o cargo desde abril de 2000, assim como no Conselho Fiscal da Magnesita Refratários S/A. Atualmente, é sócio de empresas de Consultoria Fiscal, Contábil, Planejamento, Assessoria Empresarial, Empreendimentos Agrícolas, Empreendimentos Imobiliários e de Participações (Holding). Não possui condenações criminais ou administrativas.

Rodrigo Magela Pereira - 027.954.677-71

O Sr. Pereira é bacharel em Economia pela Wichita State University, EUA. Iniciou sua carreira em 1997 como analista de renda variável no Banco Pactual. Em 2004, deixou o Banco Pactual para tornar-se analista de renda variável e membro do comitê de gestão de investimentos da ARX Capital Management. Após deixar a ARX Capital em 2008, foi sócio-fundador da Oceana Investimentos, onde atua como gestor de investimentos. Foi membro efetivo dos Conselhos Fiscais das Lojas Renner (2007/2008) e Cremer S.A (2008/2009) e atualmente exerce seu terceiro mandato (2008/2009, 2009/2010 e 2010/2011) como membro efetivo do conselho fiscal da Estácio Participações SA. Não possui condenações criminais ou administrativas e não exerce qualquer outro cargo em companhias de capital aberto.

Ronaldo Weinberger Teixeira - 012.253.597-91

O Sr. Teixeira é bacharel em Economia pela Faculdade Cândido Mendes. Atuou como Coordenador Financeiro junto à Secretaria Municipal das Culturas da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Nos últimos 5 anos, não manteve vínculo profissional e não ocupa outros cargos em Companhias Abertas. Não possui condenações criminais ou administrativas.

12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração

Nome	Tipo comitê	Cargo ocupado	Profissão	Data eleição	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Descrição outros cargos ocupados	Idade	Data posse	
Outros cargos/funções exercidas no emissor					
Antonio Carlos Ribeiro Bonchristiano	Comitê de Auditoria	Membro do Comitê (Efetivo)	Empresário	28/01/2009	Por decisão do Conselho de Administração
086.323.078-43			43	28/01/2009	
Membro do Comitê de Remuneração e Conselho de Administração (Efetivo).					
João Baptista de Carvalho Athayde	Comitê de Auditoria	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro	07/10/2010	Por decisão do Conselho de Administração
002.510.467-53			78	07/10/2010	
Vice - Presidente do Conselho e Administração					
Sérgio Carvalho Dias de Carneiro	Comitê de Auditoria	Membro do Comitê (Efetivo)	Empresário	07/10/2010	Por decisão do Conselho de Administração
095.389.967-55			50	07/10/2010	
Conselho de Administração - Efetivo					
Antonio Carlos Ribeiro Bonchristiano	Comitê de Remuneração	Membro do Comitê (Efetivo)	Economista	03/03/2010	02 anos
086.323.078-43			43	03/03/2010	
Membro do Conselho de Administração (Efetivo).					
João Baptista de Carvalho Athayde	Comitê de Remuneração	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro	03/03/2010	02 anos
002.510.467-53			77	03/03/2010	
Vice Presidente Conselho de Administração.					

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, pois não existem relações de parentesco, conjugais ou de união estável entre os membros de nossa administração

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Exercício Social 31/12/2009			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Antonio Carlos Augusto Ribeiro Bonchristiano Presidente do Conselho de Administração (Efetivo)	086.323.078-43	Controle	Controlador Direto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
GPCP4 - Fundo de Inv. em Participações Sócio	08.954.286/0001-56		
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Fersen Lamas Lambranco Conselho de Administração (Efetivo)	667.308.057-49	Controle	Controlador Direto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
GPCP4 - Fundo de Inv. em Participações Sócio	08.954.286/0001-56		
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Eduardo Alcalay Diretor Presidente	148.080.298-04	Controle	Controlador Direto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
GPCP4 - Fundo de Inv. em Participações Sócio	08.954.286/0001-56		
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Sérgio Carvalho Dias de Carneiro Membro do Conselho de Administração (Efetivo)	095.389.967-55	Controle	Controlador Direto
Pessoa Relacionada			
GPCP4 - Fundo de Inv. em Participações Sócio	08.954.286/0001-56		
Observação			

12.11 Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

Características do Seguro D&O: (a) Objeto - O objeto do seguro é o pagamento e/ou reembolso das quantias, respectivamente, devidas ou pagas a terceiros, pela Estácio Participações, a título de reparação de danos, estipuladas por tribunal civil ou por acordo aprovado pela seguradora, desde de que os danos tenham ocorrido durante o período de vigência da apólice e o segurado pleiteie a garantia durante a vigência da apólice ou nos prazos prescricionais em vigor; (b) Fato Gerador - Qualquer acontecimento que produza danos, garantidos pelo seguro, e atribuídos, por terceiros pretensamente prejudicados, à responsabilidade da Estácio Participações; (c) Ato Danoso - Trata-se de qualquer ato praticado com abuso de poder, negligência, erro, através de declaração falsa ou enganosa, omissão, violação de dever cometida, violação do estatuto ou contrato social, ou outro ato praticado, tentado ou alegadamente praticado pelos Conselheiros, Diretores ou empregados da Sociedade, no exercício das funções inerentes ao seu cargo ou posição na Sociedade, ou em entidades sem fins lucrativos, bem como qualquer demanda contra essas pessoas feita exclusivamente em razão de sua condição de Conselheiro, Diretor ou empregado da Sociedade; (d) Vigência - 27/08/2009 a 27/08/2010; (e) Valor da Cobertura - R\$75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de reais). O seguro está em processo de renovação.

12.12 Outras informações relevantes:

Práticas de Governança Corporativa e o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC

Segundo o IBGC, governança corporativa é o sistema pelo qual as sociedades são dirigidas e monitoradas, envolvendo os relacionamentos entre acionistas, conselho de administração, diretoria, auditores independentes e conselho fiscal. Os princípios básicos que norteiam esta prática são: (i) transparência; (ii) equidade; (iii) prestação de contas (*accountability*); e (iv) responsabilidade corporativa.

Pelo princípio da transparência, entende-se que a administração deve cultivar o desejo de informar não só o desempenho econômico-financeiro da companhia, mas também todos os demais fatores (ainda que intangíveis) que norteiam a ação empresarial. Por equidade entende-se o tratamento justo e igualitário de todos os grupos minoritários, colaboradores, clientes, fornecedores ou credores. O *accountability*, por sua vez, caracteriza-se pela prestação de contas da atuação dos agentes de governança corporativa a quem os elegeu, com responsabilidade integral daqueles por todos os atos que praticarem. Por fim, responsabilidade corporativa representa uma visão mais ampla da estratégia empresarial, com a incorporação de considerações de ordem social e ambiental na definição dos negócios e operações.

Dentre as práticas de governança corporativa recomendadas pelo IBGC em seu Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa, adotamos as seguintes:

- capital social dividido somente em ações ordinárias, proporcionando direito de voto a todos os nossos acionistas;
- além das atribuições previstas na Lei de Sociedades por Ações, a nossa assembleia geral de acionistas tem competência para deliberar sobre: (a) eleger ou destituir, a qualquer tempo, conselheiros de administração e conselheiros fiscais; (b) fixação da remuneração global anual dos membros do conselho de administração e da Diretoria, assim como a dos membros do conselho fiscal, se instalado; (c) reforma do estatuto social; (d) nossas transformação, fusão, incorporação, cisão, dissolução e liquidação; (e) atribuição de bonificação em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e desdobramentos em ações; (f) planos de outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos nossos administradores e colaboradores, assim como aos administradores e colaboradores de outras sociedades que sejam nossas controladas direta ou indiretas; (g) proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro do exercício e a distribuição de dividendos; (h) eleição do liquidante, bem como do conselho fiscal que deverá funcionar no período de liquidação; (i) a saída do Novo Mercado da BM&FBOVESPA; (j) o cancelamento do registro de companhia aberta perante a CVM, ressalvado o disposto no estatuto social; (l) escolha de empresa especializada responsável pela elaboração de laudo de avaliação das nossas Ações, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta ou saída do Novo Mercado, conforme previsto no estatuto social, dentre as empresas indicadas pelo conselho de administração; e (m) qualquer matéria que lhe seja submetida pelo conselho de administração;
- manutenção e divulgação de registro contendo a quantidade de ações que cada sócio possui, identificando-os nominalmente;
- obrigatoriedade na oferta de compra de ações que resulte em transferência do controle societário a todos os sócios e não apenas aos detentores do bloco de controle. Todos os acionistas devem ter a opção de vender suas ações nas mesmas condições. A transferência do controle deve ser feita a preço transparente. No caso de alienação da totalidade do bloco de controle, o adquirente deve dirigir oferta pública a todos os acionistas nas mesmas condições do controlador (*tag-along*);
- contratação de empresa de auditoria independente para análise de seus balanços e demonstrativos financeiros;

12.12 - Outras informações relevantes

- previsão estatutária para instalação de um conselho fiscal;
- escolha do local para a realização da assembleia geral de forma a facilitar a presença de todos os sócios ou seus representantes;
- clara definição no estatuto social (a) da forma de convocação da assembleia geral, e (b) da forma de eleição, destituição e tempo de mandato dos membros do conselho de administração e da diretoria;
- não eleição de conselheiros suplentes;
- transparência na divulgação pública do relatório anual da administração;
- livre acesso às nossas informações e instalações pelos membros do conselho de administração; e
- resolução de conflitos que possam surgir entre nós, nossos acionistas, nossos administradores e membros do conselho fiscal, por meio de arbitragem.

Novo Mercado

Em 2000, a BM&FBOVESPA introduziu três segmentos de negociação, com níveis diferentes de práticas de governança corporativa, denominados Nível I, Nível II e Novo Mercado, com o objetivo de estimular as companhias a seguir melhores práticas de governança corporativa e adotar um nível de divulgação de informações adicional em relação ao exigido pela legislação. Os segmentos de listagem são destinados à negociação de ações emitidas por companhias que se comprometam voluntariamente a observar práticas de governança corporativa e exigências de divulgação de informações, além daquelas já impostas pela legislação brasileira. Em geral, tais regras ampliam os direitos dos acionistas e elevam a qualidade das informações fornecidas aos acionistas. O Novo Mercado é o mais rigoroso deles, exigindo o máximo de práticas de governança corporativa dentre os três segmentos.

As companhias que ingressam no Novo Mercado submetem-se, voluntariamente, a determinadas regras mais rígidas do que aquelas presentes na legislação brasileira, obrigando-se, por exemplo, a (i) emitir apenas ações ordinárias; (ii) manter, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) de ações do capital da Companhia em circulação; (iii) detalhar e incluir informações adicionais nas informações trimestrais; e (iv) disponibilizar as demonstrações financeiras anuais no idioma inglês e com base em princípios de contabilidade internacionalmente aceitos ou com base na legislação societária brasileira, neste caso acompanhadas de nota explicativa que demonstre a conciliação do resultado do exercício e do patrimônio líquido apurados segundo os critérios contábeis brasileiros e segundo os padrões de contabilidade internacionalmente aceitos, evidenciando as principais diferenças, e do parecer dos auditores independentes. A adesão ao Novo Mercado se dá por meio da assinatura de contrato entre a companhia, seus administradores e acionistas controladores e a BM&FBOVESPA, além da adaptação do estatuto da companhia de acordo com as regras contidas no Regulamento do Novo Mercado.

Nossas ações ordinárias são admitidas à negociação no Novo Mercado da BM&FBOVESPA.

Dentre outros requisitos impostos às companhias listadas no Novo Mercado, destaca-se: (i) a obrigação de efetivar ofertas públicas de ações sob determinadas circunstâncias, como, por exemplo, quando do cancelamento do registro de negociação no Novo Mercado; (ii) dever de em qualquer distribuição pública de ações a favorecer a dispersão acionária; (iii) extensão para todos os acionistas das mesmas condições obtidas pelos controladores quando da alienação do controle da companhia; (iv) obrigações de prestação de informações não financeiras a cada trimestre, como, por exemplo, o número de ações detidas pelos administradores da companhia e o número de ações em circulação; (v) dever de maior divulgação de

12.12 - Outras informações relevantes

operações com partes relacionadas; e (vi) necessária vinculação da Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal ao Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado da BM&FBOVESPA para a resolução de conflitos que possam surgir entre eles, relacionados ou oriundos da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo CMN, BACEN e CVM, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

a. objetivos da política ou prática de remuneração.

A nossa política de remuneração para nossos administradores, incluindo os membros do Conselho de Administração, os Diretores estatutários, os Diretores não estatutários e membros do Conselho Fiscal, em linha com as melhores práticas de governança corporativa, visa atrair e reter os melhores profissionais do mercado. A remuneração é estabelecida com base em práticas de mercado e está diretamente ligada ao alinhamento dos interesses dos executivos em questão e dos nossos acionistas. Com a política de remuneração, esperamos obter a dedicação, engajamento e o máximo desempenho de nossos executivos para que possam, em conjunto, concretizar o nosso progressivo crescimento.

O objetivo principal da nossa política de remuneração é estabelecer critérios que possibilitem o reconhecimento e a valorização do desempenho funcional, a possibilidade de oportunidades de desenvolvimento e o estabelecimento e manutenção do equilíbrio da estrutura organizacional no que tange a cargos e salários, bem como a motivação do quadro nosso de colaboradores.

A possibilidade de concessão de progressões salariais está vinculada à previsão orçamentária, cuja forma de gestão para esse fim é estabelecida pela nossa Direção Executiva. Todos os aumentos individuais devem estar relacionados à performance individual, ao potencial dos colaboradores e aos interesses da organização nos diversos segmentos de negócios.

Nossa política salarial está fundamentada em duas diretrizes principais que visam a assegurar um tratamento salarial adequado.

- **Equilíbrio Interno:** relação coerente entre os cargos, considerando o conteúdo e o seu valor na nossa estrutura.
- **Equilíbrio Externo:** relação entre os salários pagos por nós e os salários pagos por segmento de mercado específico, comparados por meio de pesquisas salariais.

Compete a nossa área de Remuneração assessorar as áreas quanto à análise, avaliação e classificação na estruturação de cargos e salários administrativos.

A grade salarial dos organismos administrativos é composta de 4 classes com uma amplitude vertical de 25% e amplitude horizontal de 50%.

No caso dos Diretores, a existência da prática de remuneração variável permite o compartilhamento do risco e de nosso resultado com seus principais executivos, características de uma política transparente e voltada para o alcance de resultados duradouros e a nossa perpetuidade. Tem como objetivo remunerar os membros da diretoria executiva de acordo com suas responsabilidades, o tempo dedicado às suas funções, sua competência e reputação profissional, bem como o valor de seus serviços no mercado.

b. composição da remuneração, indicando.

i. Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

a) Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração fazem jus apenas à remuneração fixa, a qual é estabelecida de acordo com o padrão de mercado e visa à atração e retenção de profissionais que agreguem valores para os resultados da empresa.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

b) Diretoria

Os membros da Diretoria estatutária fazem jus a remuneração fixa e variável, esta última composta por parcela de bônus em dinheiro e outra parcela, de longo prazo baseada em ações. Os valores pagos a título de remuneração fixa ficam normalmente em padrões de mercado, permitindo assim que concentremos parte significativa da remuneração total nos incentivos variáveis de curto e longo prazo, o que faz com que nossos Diretores compartilhem os nossos riscos e resultados, permitindo assim um maior alinhamento de interesse entre nossos executivos e acionistas.

O objetivo da remuneração variável de curto prazo é recompensar o resultado do ano, se as metas estipuladas para o período tiverem sido alcançadas. Da mesma forma, a remuneração variável de longo prazo, baseada em ações, visa a recompensar o resultado de um período mais longo, valorização esta decorrente do aumento de nosso valor.

É importante ressaltar que possuímos um Comitê de Remuneração que analisa a estratégia de remuneração fixa e variável a ser adotada, os modelos de *Stock Options* e as indicações de Beneficiários, conforme definido abaixo. Para maiores informações sobre o Plano de Opção, consultar itens 13.4 e 13.9 deste Formulário de Referência.

c) Conselho Fiscal

Conforme estabelecido na Lei de Sociedade por Ações, a remuneração dos membros do Conselho Fiscal, além do reembolso obrigatório das despesas de locomoção e estadia necessárias ao desempenho da função, é fixada pela assembleia geral que os elege, e não é inferior, para cada membro em exercício, a dez por cento da remuneração que, em média, é atribuída a cada diretor, não computados os eventuais benefícios, verbas de representação e participação nos lucros a eles pagas.

Os membros do Conselho Fiscal fazem jus apenas à remuneração fixa baseada no mínimo legal.

d) Comitês

Todos os membros dos nossos comitês são administradores ou empregados, e não recebem remuneração específica pelo fato de participarem dos Comitês.

ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total

No caso do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, a remuneração fixa corresponde a 100% da remuneração total, conforme já mencionado anteriormente.

Já no caso da Diretoria, a remuneração fixa correspondeu, em 2009, a aproximadamente 60% da remuneração total, enquanto que a remuneração variável, consistente em bônus, correspondeu aos demais 40% e, no tocante à remuneração baseada em ações, correspondeu a 0%. Em 2009 não houve pagamento em ações, uma vez que os executivos iniciaram as incorporações das ações a partir de 2010. Esses percentuais podem variar em função de mudanças nos nossos resultados obtidos no período, aumentando no caso de superação de metas ou diminuindo na proporção da menor observância das metas do período bem como pelo início em 2010 do exercício das opções de ações.

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

A metodologia de cálculo e de reajuste da remuneração dos administradores da Companhia segue os seguintes critérios: a remuneração total é composta pela (a) **Remuneração Fixa**: representada pelo salário base e outros ganhos fixos, sendo calculada mensalmente com base em 30 dias de exercício e

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

reajustada conforme previsão nas convenções coletivas de trabalho; e (b) **Remuneração Variável:** representada pelos ganhos propostos pelos programas de remuneração variável, sendo esta atrelada aos resultados dos administradores.

O salário base deve corresponder ao valor relativo dos cargos na estrutura interna, medido por sistema de avaliação de cargos e estar alinhado com o mercado selecionado. Para tanto, os valores de remuneração pagos aos nossos administradores, executivos e empregados são comparados periodicamente com o mercado, por meio de pesquisas realizadas por consultorias externas especializada, de forma que se possa aferir a sua competitividade e eventualmente avaliar a necessidade de se realizar reajuste em algum dos componentes da remuneração.

A comparação é feita considerando a composição da remuneração total (fixa e variável) paga pela Companhia com a remuneração paga por outras companhias aos profissionais que desempenham as mesmas funções. A remuneração pode ser composta por diferentes elementos, conforme abaixo:

Remuneração 1 → Salário Base

Remuneração 2 → Rem 1 + Adicionais Mensais (Anuênios, etc)

Remuneração 3 → Rem 2 + Incentivos de Curto Prazo (Bônus, PLR e Outros Variáveis de Curto Prazo, tais como abonos semestrais ou anuais)

Remuneração 4 → Rem 3 + Incentivos de Longo Prazo (Stock Options)

Remuneração 5 → Rem 4 + Benefícios (tais como custeio de despesas de moradia e outras ajudas de custo).

Com a análise da equidade interna finalizada e com as informações da remuneração de mercado, desenvolveremos as curvas salariais através da aplicação de regressões matemáticas exponenciais baseadas nas medidas estatísticas do mercado para cada grade.

Com as curvas ajustadas, poderão ser propostas a construção de novas classes salariais com pontos mínimos e máximos, sobreposição e medidas estatísticas (1º Quartil, Mediana, 3º Quartil, Média, entre outras) que permitirão uma adequada administração dos salários alinhada com a estratégia dos negócios.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

De acordo com os nossos valores, acreditamos no princípio da meritocracia, ou seja, cada colaborador cresce e é recompensado na medida dos seus resultados. Os desempenhos diferenciados serão fortemente recompensados, principalmente nos critérios de remuneração variável que deverão assegurar o atingimento desta premissa.

Adotamos um modelo de composição da remuneração que concentra uma parcela significativa da remuneração total nos componentes variáveis (tanto de curto como de longo prazo), o que é parte de sua política de compartilhar o risco e o resultado com seus principais executivos.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração.

Para a determinação de todos os itens de remuneração, são levadas em consideração a performance do empregado e suas metas individuais. A remuneração variável está diretamente atrelada aos indicadores

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

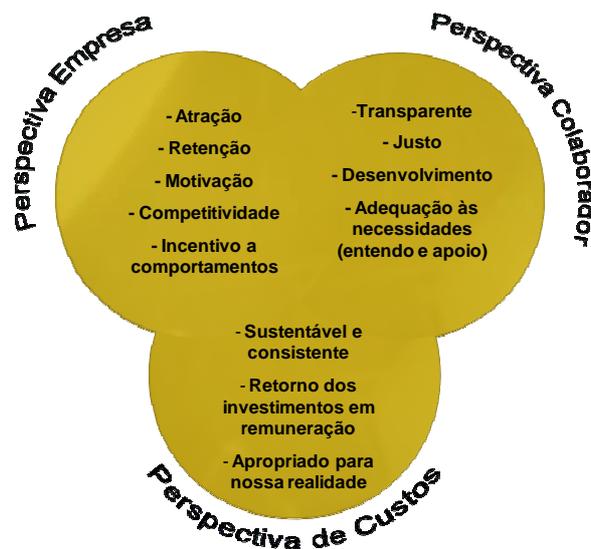
contidos no nosso *Score Card*, o qual é aprovado pelo Conselho de Administração e contém as metas definidas para o período, relacionadas aos seguintes indicadores de desempenho: EBITDA, fluxo de caixa operacional, receita operacional líquida e custo docente.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho.

As metas nos são estabelecidas pelo Conselho de Administração e desdobradas para todos os executivos elegíveis. Cada meta tem a sua variação monitorada em relação ao *target* estabelecido, estando diretamente ligados ao desempenho demonstrado no período avaliado, sendo mensalmente acompanhados e / ou reportados ao Conselho de Administração.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses de curto e longo prazo da Companhia.

Para nós, o sucesso do programa de remuneração deve equilibrar três perspectivas inter-relacionadas, conforme gráfico a seguir:



A remuneração total está diretamente alinhada aos nossos interesses de curto, médio e longo prazo. A remuneração fixa reflete uma compensação praticada pelo mercado neste item, porém como o ciclo do segmento é de médio e longo prazo, entende-se que a concessão de parcela expressiva da remuneração deva remeter a esses períodos, estando totalmente de acordo com o acompanhamento da nossa performance e, portanto, reafirmando o compartilhamento do nosso risco e do resultado entre os executivos, administradores e nossa administração.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

Em 2007, nossa controlada SESES pagou R\$1.302.758 a nossos diretores, sendo todo o montante destinado ao pagamento de salários. Em 2008, a nossa controlada SESES pagou R\$1.523.077 a nossos diretores, sendo que 100% deste valor refere-se à remuneração fixa, da qual 66% desse valor foi

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

destinado ao pagamento de salários e 34% foi destinado ao custeio de rescisões contratuais dos controladores que ocupavam cargos em nossa administração. A partir de 2009, não houve remuneração de diretores suportada por nossas subsidiárias, controladas ou controladoras diretas ou indiretas. Apenas membros de nossa diretoria recebiam remuneração de nossas controladas, os membros dos demais órgãos de nossa administração não receberam valores de nossas subsidiárias.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como alienação do controle societário da Companhia.

Não há qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do nosso controle societário.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal**Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2010 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	8,00	7,00	3,00	18,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.484.280,00	7.078.580,00	229.140,00	8.792.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração variável				
Bônus	0,00	2.608.000,00	0,00	2.608.000,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Total da remuneração	1.484.280,00	9.686.580,00	229.140,00	11.400.000,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2009 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	8,00	7,00	3,00	18,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.240.000,00	4.402.000,00	172.800,00	5.814.800,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração variável				
Bônus	0,00	2.470.000,00	0,00	2.470.000,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Total da remuneração	1.240.000,00	6.872.000,00	172.800,00	8.284.800,00

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Somente os nossos diretores estatutários possuem previsão de remuneração variável.

Ano 2009	Conselho Fiscal	Conselho ADM	Diretoria Estatutária
Número de Membros	3	8	7
Valor máximo previsto no plano de remuneração variável	-	-	4.400.000
Valor mínimo previsto no plano de remuneração variável	-	-	0
Valor previsto no plano de remuneração variável ¹	-	-	4.400.000
Valor efetivamente reconhecido	-	-	2.470.000

Ano 2010	Conselho Fiscal	Conselho ADM	Diretoria Estatutária
Número de Membros	3	8	7
Valor máximo previsto no plano de remuneração variável	-	-	4.665.000
Valor mínimo previsto no plano de remuneração variável	-	-	0

¹ Se as metas forem 100% atingidas, os diretores receberão 16 salários.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

a. Termos e condições gerais.

No âmbito do nosso Plano de Opção de Compra de Ações, empregados, administradores e prestadores de serviços ("Beneficiários") são elegíveis a receber opções de compra de ações de nossa emissão. Em dezembro de 2009 aproximadamente 35 pessoas, dentre administradores e empregados, detêm opções de compra de nossas ações.

O Plano de Opção foi aprovado em Assembleia geral realizada em 13.06.2008, sendo que o detalhamento dos termos e condições do 1º programa foi objeto da reunião realizada pelo Conselho de Administração em 11 de julho de 2008 e criação do 2º Programa, com o encerramento do 1º Programa foi aprovada em reunião do Comitê de Remuneração, realizada em 20 de abril de 2010.

Até 30 de junho de 2010, foram exercidas 154.552 ações, sendo 2.663.161 ações o montante total de ações que compõem essas opções.

O Plano de Opção é administrado pelo Conselho de Administração ou, a critério deste, por um comitê formado por três membros eleitos pelo nosso conselho de administração, tendo poderes para organização e administração do Plano de Opção e da outorga de opções, observados os limites impostos pelo Plano.

Os Beneficiários contemplados pelas outorgas devem celebrar com a companhia contratos de outorga de opção de compra de ações, por meio dos quais os Beneficiários têm a opção de comprar lotes de ações de emissão da companhia, de acordo com os termos e condições ali constantes.

b. Principais objetivos do plano.

Nossos Planos de Opção de compra de ações objetivam: (1) estimular a expansão e o êxito no desenvolvimento dos seus objetivos sociais, permitindo aos beneficiários adquirir ações de nossa emissão, incentivando a integração destes conosco; (2) atrair e reter administradores e empregados de alto nível a prestarem seus serviços, oferecendo-lhes a vantagem adicional de se tornarem nossos acionistas em condições potencialmente diferenciadas; e (3) alinhar os interesses dos administradores e empregados de alto nível aos interesses dos nossos acionistas.

c. Forma como o plano contribui para esses objetivos.

Ao possibilitar que os empregados e administradores se tornem nossos acionistas em condições diferenciadas, espera-se que estes tenham fortes incentivos para comprometer-se efetivamente com a criação de valor e exerçam suas funções de maneira a integrar-se aos interesses dos acionistas, aos objetivos sociais e aos nossos planos de crescimento, assim maximizando nossos lucros, bem como gerando uma relação de Longo Prazo destes profissionais conosco. O oferecimento de opções de compra de ações estimula os beneficiários, ainda, por meio do comprometimento de seus recursos Próprios, a buscar a valorização imediata das ações, sem, contudo, comprometer o crescimento e a valorização futura das ações. Atinge-se, ainda, por meio deste modelo o compartilhamento dos riscos e dos nossos ganhos, por meio da valorização das ações adquiridas no âmbito do plano de opções. Adicionalmente, o modelo adotado espera ser eficaz como mecanismo de retenção de administradores e empregados, em face, principalmente, do compartilhamento da valorização das nossas ações.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

d. Como o plano se insere na política de remuneração da Companhia.

O Plano de Opção atualmente em vigor insere-se na política de focar a remuneração dos administradores e empregados de alto nível em componentes variáveis, atrelados ao nosso desempenho. De fato, a maior parte da remuneração total se concentra nos incentivos que visam ou compartilhar o risco e o resultado com seus principais executivos.

e. Como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo.

As outorgas realizadas com base nos planos trazem diferentes mecanismos que permitem o alinhamento de interesses dos administradores em diferentes horizontes de tempo. A divisão em lotes anuais e a existência de períodos de carência diferenciados fazem com que os beneficiários se comprometam com a constante valorização das nossas ações no curto, médio e longo prazo. O beneficiário tem como incentivo, desde o curto prazo, o exercício de opções a preços relativamente mais baixos que o valor de mercado das nossas ações, fazendo com que atue constantemente em prol da valorização das ações.

Adicionalmente, a existência de períodos durante os quais as ações não podem ser alienadas (períodos de *lock up*), também modula os incentivos do beneficiário para um prazo mais longo: cada lote de ações incorporadas objeto do exercício das opções apenas estarão livres para venda após tal período, de maneira que o beneficiário apenas auferirá algum ganho se as nossas ações mantiverem-se valorizadas até o fim deste prazo, quando poderão ser vendidas.

No Plano de Opção, exige-se que o Beneficiário destine obrigatoriamente 50% de qualquer remuneração variável recebida, sob pena de ao não fazer "perder" as opções já "vestidas" e que ainda não tenham sido exercidas.

f. Número Máximo de ações abrangidas.

A quantidade máxima de ações que podem ser objeto de outorga de opções é de até 4,15% do total de ações do nosso capital existentes na data da concessão, limite este que pode ser elevado a 5% nas condições previstas no nosso Acordo de Acionistas. Em 30 de junho de 2010 o número de opções outorgadas que tinham sido exercidas era de 154.552 ações. O saldo de ações que compõem essas opções é de 2.663.161.

g. Número máximo de opções a serem outorgadas.

Cada opção assegura ao beneficiário o direito de adquirir uma ação ordinária. Sendo assim, a quantidade de opções outorgadas está atrelada ao limite descrito no item "f" acima.

h. Condições de aquisição de ações .

As ações podem ser adquiridas em 5 (cinco) lotes anuais, cada qual equivalente a 20% do Lote Total outorgado a cada Beneficiário, sendo que o primeiro Lote Anual será exercido a partir de uma data fixada caso a caso, mediante simples aviso escrito à Companhia, acompanhado do pagamento do Preço de Exercício.

i. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício.

O preço de aquisição, no âmbito do Segundo Programa, será determinado pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê, conforme o caso, e será equivalente ao valor médio das ações dos últimos 30 (trinta) pregões na BM&FBOVESPA anteriores à data da concessão da opção, sendo que o valor poderá

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

ser acrescido de correção monetária, com base na variação de um índice de preços a ser determinado pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê. O Comitê ou o Conselho de Administração, conforme o caso, poderão determinar, quando do lançamento de cada Programa, que seja concedido aos Beneficiários um desconto de até 10% (dez por cento) no Preço de Exercício. A concessão de desconto em determinado Programa não obrigará a concessão de desconto, ou do mesmo percentual de desconto, nos Programas posteriores. No Primeiro Programa, o preço de exercício era de início R\$16,50, conforme corrigido pelo IGPM/FGV, desde 11 de julho de 2008 e deduzimos dividendos e juros sobre capital próprio pagos por nós a partir da outorga ao beneficiário.

j. Critérios para fixação de prazo de exercício.

O prazo de exercício é de até 10 (dez) anos, contados a partir da data da aquisição do direito de exercer as opções.

k. Forma de liquidação.

Em geral, as ações correspondentes às opções exercidas pelos beneficiários são emitidas e o aumento de capital correspondente, sempre no limite do capital autorizado, é homologado pelo Conselho de Administração. Podemos utilizar de ações mantidas em tesouraria para fazer frente ao exercício das opções.

Nos programas aprovados até a data deste formulário de referência, a regra é que o preço de exercício seja pago à vista, no ato da subscrição ou compra das ações correspondentes.

l. Restrições à transferência das ações .

O prazo de indisponibilidade (*lock up*) das outorgas realizadas no nosso Plano é de 1 ano, a contar da data do exercício de opção.

m. Critérios e eventos que quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano.

No caso de destituição ou término do mandato, de demissão ou ainda de rescisão do contrato de serviços do Beneficiário por razão que configuraria justa causa, conforme a legislação civil ou trabalhista, conforme o caso, caducará sem indenização todas as opções não exercidas, tendo ou não decorrido os prazos de carência.

Na hipótese de término da nossa relação com o Beneficiário em razão de aposentadoria, destituição ou demissão sem justa causa, renúncia ou desligamento voluntário do Beneficiário, término ou rescisão de seu contrato de prestação de serviços, serão observadas as seguintes disposições:

- a) as opções cujos prazos iniciais de carência ainda não tenham decorrido caducarão sem indenização;
- b) as opções cujos prazos iniciais de carência já tenham decorrido poderão ser exercidas no prazo de 30 (trinta) dias a contar do evento que originar o término da relação conosco; e
- c) o período de restrição para a alienação de ações permanecerá em vigor.

Se o Beneficiário falecer ou tornar-se permanentemente inválido para o exercício de sua função enquanto administrador, empregado ou nosso prestador de serviços, os direitos decorrentes das opções estender-

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

se-ão a seus herdeiros e sucessores, que poderão exercer as opções, tendo ou não decorrido os prazos iniciais de carência, por um período de 180 dias a contar da data do óbito ou invalidez permanente.

As ações que vierem a ser subscritas pelos Beneficiários ou sucessores do benefício estarão livres e desembaraçadas para negociação sem limite de prazo.

n. Efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações.

Nos termos do nosso Plano de Opções, o desligamento do Beneficiário terá os seguintes efeitos sobre as opções a ele outorgadas, conforme o motivo de sua saída: (1) havendo justa causa, todas as opções não exercidas serão extintas; (2) no caso de inexistência de justa causa, demissão voluntária ou pedido de demissão, as opções já exercíveis ou incorporadas poderão ser exercidas no prazo de 30 dias e as demais serão extintas. (3) no caso de falecimento ou invalidez permanente do beneficiário, todas as opções poderão ser exercidas pelo beneficiário ou seus sucessores em um prazo de 180 dias. Exceto no caso de falecimento ou invalidez permanente, as restrições à transferência permanecerão em vigor.

13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão**Ações Ordinárias da Estácio Participações S.A. (ESTC3) em 31/12/2009**

Grupo e Pessoas Ligadas	Características dos Títulos	Quantidade	% de participação	
			Mesma Espécie/ Classe	Total
Conselho de Administração	Ações Ordinárias	40.007	0,1%	0,1%
Diretoria	Ações Ordinárias	0	0	0
Conselho Fiscal	Ações Ordinárias	0	0	0

13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Órgão	Número de membros	Outorgas de opções de compra de ações										Valor justo das opções na data de outorga	Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas
		Data da outorga	Quantidade de opções outorgadas	Prazo para que as opções se tornem exercíveis	Prazo máximo para exercício das opções	Prazo de restrição à transferência das ações	Preço médio ponderado de exercício						
							Em aberto no início do exercício	Perdidas durante o exercício	Exercidas durante o exercício	Expiradas durante o exercício			
Conselho de Administração	2	11/07/08	40.000	5 anos (sendo 20% do lote total por ano)	10 anos	1 ano a contar da data da subscrição	R\$ 16,50	R\$ 16,60	R\$ 16,60	R\$ 16,50	-	Até 4,15% do total de nossas ações podendo atingir 5%	
Diretoria Executiva	4	11/07/08	1.015.150	5 anos (sendo 20% do lote total por ano)	10 anos	1 ano a contar da data da subscrição	R\$ 16,50	R\$16,64	R\$16,64	R\$ 16,50	-	Até 4,15% do total de nossas ações podendo atingir 5%	
Diretoria Executiva	4	30/09/08	1.045.453	5 anos (sendo 20% do lote total por ano)	10 anos	1 ano a contar da data da subscrição	R\$ 16,50	R\$16,60	R\$16,60	R\$ 16,50	R\$14,30	Até 4,15% do total de nossas ações podendo atingir 5%	
Conselho de Administração	1	02/10/08	20.000	5 anos (sendo 20% do lote total por ano)	10 anos	1 ano a contar da data da subscrição	R\$ 16,50	R\$16,55	R\$16,55	R\$ 16,50	R\$14,50	Até 4,15% do total de nossas ações podendo atingir 5%	
Diretoria Executiva	3	13/01/09	1.030.303	5 anos (sendo 20% do lote total por ano)	10 anos	1 ano a contar da data da subscrição	R\$ 16,50	R\$16,64	R\$16,64	R\$ 16,50	R\$13,19	Até 4,15% do total de nossas ações podendo atingir 5%	
Diretoria Executiva	1	29/09/09	90.909	5 anos (sendo 20% do lote total por ano)	10 anos	1 ano a contar da data da subscrição	R\$ 16,50	R\$16,64	R\$16,64	R\$ 16,50	R\$20,30	Até 4,15% do total de nossas ações podendo atingir 5%	

Exercício 2010

Órgão	Número de membros	Outorgas de opções de compra de ações										Valor justo das opções na data de outorga	Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas
		Data da outorga	Quantidade de opções outorgadas	Prazo para que as opções se tornem exercíveis	Prazo máximo para exercício das opções	Prazo de restrição à transferência das ações	Preço médio ponderado de exercício						
							Em aberto no início do exercício	Perdidas durante o exercício	Exercidas durante o exercício	Expiradas durante o exercício			
Diretoria Executiva	1	01/03/10	151.515	5 anos (sendo 20% do lote total por ano)	10 anos	1 ano a contar da data da subscrição	R\$ 16,50	-	-	-	R\$22,60	Até 4,15% do total de nossas ações podendo atingir 5%	
Diretoria Executiva	1	06/05/10	234.375	5 anos (sendo 20% do lote total por ano)	10 anos	1 ano a contar da data da subscrição	R\$ 19,20	-	-	-	R\$18,66	Até 4,15% do total de nossas ações podendo atingir 5%	

13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

	2009		2010	
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número de membros	3	12	3	13
Opções ainda não exercíveis				
Quantidade	24.000	1.260.602	24.000	1.260.602
Data em que se tornarão exercíveis	01/07/2011, 01/07/2012; e 01/07/2013			
Prazo máximo para exercício das opções	10 anos	10 anos	10 anos	10 anos
Prazo de restrição à transferência de ações	1 ano a contar da data da subscrição	1 ano a contar da data da subscrição	1 ano a contar da data da subscrição	1 ano a contar da data da subscrição
Preço médio ponderado de exercício	R\$ 16,50 corrigido pelo IGPM			
Valor justo das opções no último dia do exercício	R\$24,80	R\$24,80	R\$20,10	R\$20,10
Opções exercíveis				
Quantidade	4.000	398.254	4.000	398.254
Prazo máximo para exercício das opções	10 anos	10 anos	10 anos	10 anos
Prazo de restrição à transferência das ações	01/07/2010	01/07/2010	01/07/2011	01/07/2011
Preço médio ponderado do exercício	R\$16.60	R\$16.60	R\$16.60	R\$16.60
Valor justo das opções no último dia do exercício social	R\$24,80		R\$20,12	
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	R\$99.200,00	R\$9.876.699,20	R\$99.200,00	R\$9.876.699,20

13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Data da outorga	Órgão	Nº de membros	Opções exercidas			Opções entregues		
			Número de ações	Preço médio ponderado de exercício	Valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	Número de ações	Preço médio ponderado de exercício	Valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas
11/07/08	Conselho de Administração	Até 9 membros	8.000	16,50	(7,21)	8.000	16,50	(7,21)
11/07/08	Diretoria Executiva	Até 8 membros	19.831	16,50	(7,21)	19.831	16,50	(7,21)
30/09/08	Diretoria Executiva	Até 8 membros	31.393	16,50	2,20	31.393	16,50	2,20
02/10/08	Conselho de Administração	Até 9 membros	4.000	16,50	2,00	4.000	16,50	2,00
13/01/09	Diretoria Executiva	Até 8 membros	33.561	16,50	3,31	33.561	16,50	3,31
29/09/09	Diretoria Executiva	Até 8 membros	6.250	16,50	(3,80)	6.250	16,50	(3,80)

Obs.: Todas opções exercidas foram entregues, mas permanecem bloqueadas conforme prazo estipulado no Plano de Opções de Ações da Companhia

13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções

Resumo do Plano

Na Assembleia Geral Extraordinária de 13/06/2008, os acionistas aprovaram o nosso Plano de Opção de Compra de Ações ("Plano"), direcionado aos nossos administradores, empregados e prestadores de serviço ("Beneficiários"). O Plano é administrado pelo Comitê de Administração do Plano, criado pelo Conselho de Administração especificamente para este fim em reunião realizada em 01/07/2008. Compete ao Comitê, periodicamente, criar programas de opção de aquisição de ações e outorgar à listagem de Beneficiários (revisada de tempos em tempos) as opções e as regras específicas aplicáveis, sempre observadas as regras gerais do Plano ("Programa").

As opções de compra de ações a serem outorgadas nos termos do Plano de Opção de Compra de Ações poderão conferir direitos de aquisição sobre um número de ações que não exceda 5% das ações de nosso capital social. Adicionalmente, de acordo com os termos do Acordo de Acionistas, a remuneração da Diretoria pode incluir a outorga de plano de opção de compra de ações no limite máximo de 4,15% do nosso capital social. Tal limite poderá ser elevado até 5%, desde que, através de recompras no mercado, tenhamos adquirido ações de sua própria emissão e cancelado as mesmas em montante igual ou superior ao montante de ações equivalentes a 0,85% que poderão ser emitidas em razão do plano de opção de compra de ações.

A opção de aquisição de ações é formalizada em contrato individual firmado por nós com cada Beneficiário. Como condição para aquisição do direito à opção de compra de ações, o Beneficiário deve efetuar o pagamento do valor das ações em até 30 (trinta) dias contados da subscrição ou aquisição das ações relativas ao lote incorporado e exercido. No nosso Plano de Opção, exige-se que o Beneficiário destine obrigatoriamente 50% de qualquer remuneração variável recebida, sob pena de "perder" as opções já "vestidas" e que ainda não tenham sido exercidas.

Para o 1º Programa de Opção de Compra de Ações, aprovado pelo Comitê em 15 de julho de 2008, o Preço de Exercício das opções será de R\$16,50 por ação, devidamente corrigido pelo IGPM desde 11 de julho de 2008, e deduzido o valor dos dividendos e juros sobre o nosso capital próprio por ação eventualmente pagos a partir da data da celebração do contrato individual com o Beneficiário.

Para o 2º Programa de Opção de Compra de Ações, aprovado pelo Comitê em 20 de abril de 2010, o Preço de Exercício das opções será equivalente ao valor médio das ações dos últimos 30 (trinta) pregões na Bolsa de Valores de São Paulo anteriores à data da inclusão do beneficiário no 2º Programa, devidamente corrigido pelo IGPM desde a data da inclusão do beneficiário no 2º Programa, e deduzido o valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio por ação eventualmente pagos pela Companhia a partir da data da celebração do contrato individual com o beneficiário. O Comitê poderá, quando da inclusão do beneficiário no 2º Programa, determinar que seja concedido um desconto de até 10% (dez por cento) no Preço de Exercício.

a. Modelo de precificação

A precificação é determinada pelo Conselho de Administração o pelo Comitê, equivalente ao valor médio das ações dos últimos 30 (trinta) pregões na BM&FBOVESPA anteriores à data da concessão da opção.

13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções

b. Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Data de Cálculo

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações, as opções devem ser avaliadas na data da outorga respectiva.

Preço Atual da Ação

É o preço da ação na data da outorga.

Preço de Exercício da Opção

É o preço estabelecido no Programa, corrigido pelo índice IGP-M e pelos dividendos distribuídos da data da outorga até a data de exercício.

Taxa de Juros

Como o preço de exercício da opção é ajustado pela inflação, a taxa de juros utilizada é a do cupom do swap DI x IGPM com prazo equivalente ao do vencimento da opção, observado na data da outorga. É uma taxa de juros real, ou taxa de juros nominal deduzida da inflação esperada.

Volatilidade Esperada do Retorno da Ação

É utilizada a volatilidade histórica desde a abertura de capital até a data imediatamente anterior à data da outorga. A volatilidade histórica é calculada como o desvio-padrão dos retornos logarítmicos diários da ação.

Prazo de Vencimento da Opção

É o período entre a data da outorga e a data média ponderada de exercício das opções, que leva em consideração a nossa estimativa quanto às datas em que os beneficiários exercerão efetivamente suas opções.

c. Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Os exercícios antecipados estão previstos na estimativa de prazo de vencimento da opção. O exercício antecipado, ou seja, antes da data-limite para exercício, pode ocorrer por conta da destinação compulsória de parte do bônus para exercício das opções ou por livre e espontânea vontade do beneficiário.

13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções

d. Forma de determinação da volatilidade esperada

É utilizada a volatilidade histórica desde a abertura de capital até a data imediatamente anterior à data da outorga. A volatilidade histórica é calculada como o desvio-padrão dos retornos logarítmicos diários da ação.

e. Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Em relação ao modelo de Black-Scholes tradicional, foi incorporado o fato de que o preço de exercício é corrigido pela inflação e pelos dividendos distribuídos. A inflação foi incorporada utilizando-se a taxa de juros real ao invés da taxa de juros nominal e os dividendos distribuídos foram incorporados não ajustando a fórmula para dividendos, apesar de distribuídos dividendos.

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Não mantemos ou oferecemos planos de previdência para os membros do nosso conselho de administração e para nossos diretores estatutários.

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal**Valores anuais**

	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
	31/12/2009	31/12/2009	31/12/2009
Nº de membros	7,00	8,00	3,00
Valor da maior remuneração(Reais)	1.604.000,00	502.800,00	57.600,00
Valor da menor remuneração(Reais)	571.000,00	96.000,00	57.600,00
Valor médio da remuneração(Reais)	903.724,00	155.000,00	57.600,00

Observação

Diretoria Estatutária	
31/12/2009	O número de membros da Diretoria Estatutária foi obtido a partir do cálculo da média do número de membros deste órgão no período indicado.
Conselho de Administração	
31/12/2009	O número de membros do Conselho de Administração foi obtido a partir do cálculo da média do número de membros deste órgão no período indicado.
Conselho Fiscal	
31/12/2009	O número de membros do Conselho Fiscal foi obtido a partir do cálculo da média do número de membros deste órgão no período indicado.

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Não há mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores no caso de destituição do cargo ou aposentadoria.

13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Órgão	2007	2008	2009
Diretoria Estatutária	18,80%	45,50%	0%
Conselho de Administração	0%	0%	0%
Conselho Fiscal	0%	0%	0%

Em 2007 os percentuais informados são relativos aos salários pagos aos executivos, sendo 03 dos 13 executivos integrantes das partes relacionadas aos controladores.

Em relação ao ano de 2008, após a abertura do capital e a chegada dos novos sócios, os acionistas que possuíam cargos na diretoria executiva se desligaram da empresa, tendo suas verbas rescisórias quitadas no ano, impactando consideravelmente o percentual informado.

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Não há, em relação aos três últimos exercícios sociais, valores reconhecidos no nosso resultado como remuneração de membros do nosso conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam.

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Órgão	2007	2008	2009
Diretoria Estatutária	1.302.758 ^(a)	1.523.077 ^(b)	-
Conselho de Administração	-	-	-
Conselho Fiscal	-	-	-

^(a) Salários pagos por nossa controlada SESES.

^(b) Salários e Rescisões pagos por nossa controlada SESES.

13.16 - Outras informações relevantes

Para prestar as informações neste item 13, utilizamos o número de membros de cada órgão que corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.

14.1 - Descrição dos recursos humanos**a. Número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)**

Número de empregados	2007	2008	2009	30 de junho de 2010
Por grupos				
Administrativo	5.290	5.204	4.318	4.022
Corpo Docente	10.397	10.947	10.776	10.832
Por Localização Geográfica				
Norte	12.093	12.423	11.791	11.592
Nordeste	289	292	265	287
Sul	477	476	423	426
Sudeste	2.498	2.599	2.305	2.249
Centro-Oeste	330	361	310	300
Exterior	0	0	0	0
Total de Empregados	15.687	16.151	15.094	14.854

1. Nota: Considerados vínculos empregatícios, ou seja, professores que dão aula em mais de uma cidade ou IES do mesmo grupo econômico são contados em duplicidade.

b. Número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Estado	2007		2008		2009		2010	
	Limpeza	Segurança	Limpeza	Segurança	Limpeza	Segurança	Limpeza	Segurança
Rio de Janeiro	166	249	128	191	110	165	90	134
Espírito Santo	4	7	4	7	4	6	3	4
São Paulo	38	56	31	46	30	45	22	33
Santa Catarina	7	11	6	9	6	10	3	6
Minas Gerais	15	23	15	23	12	18	8	12
Mato Grosso do Sul	5	7	3	4	3	4	2	3
Goiás	5	7	3	5	4	5	2	3
Pernambuco	8	11	8	11	7	10	4	8
Ceará	14	21	14	21	12	19	6	15
Alagoas	3	5	3	5	2	4	2	3
Bahia	16	23	17	26	10	15	5	8
Pará	6	9	6	10	3	5	2	3
Sergipe	6	8	5	7	4	5	2	3
Macapá	5	7	5	7	3	4	2	3
Rio Grande do Norte	5	8	4	7	3	4	2	3
Curitiba	7	11	6	8	4	5	2	3
Total	310	463	258	387	217	324	157	244
Total Geral								2360

c. Índice de rotatividade*

2007	2008	2009	30 de junho de 2010
26,0%	23,43%	19,89%	8,6%

*O índice de rotatividade se refere aos empregados de nossas controladas. O índice de rotatividade de nossa holding não é relevante, dado que a holding não tem funcionários além dos membros da administração.

14.1 - Descrição dos recursos humanos

d. Exposição do emissor a passivos e contingências trabalhistas

Nós e nossas controladas figuramos como partes em diversas ações de natureza trabalhistas, as quais envolvem, principalmente, pedidos de horas extras, férias não pagas, reconhecimento de vínculo empregatício, equiparação salarial e diferença salarial decorrente da redução da carga horária de membros do corpo docente. Para maiores informações sobre as contingências as quais estamos expostos favor consultar os itens de 4.3 a 4.7 na seção de Fatores de Risco deste Formulário de Referência.

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos

Não há alterações relevantes além daquelas descritas neste item 14.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

a. política de salários e remuneração variável

Desenvolvemos, periodicamente, pesquisas salariais para avaliar as tendências de mercado e práticas salariais, estando adequada a legislação vigente de cada base territorial onde se encontra.

Os salários fixos pagos aos colaboradores são equitativos com a capacitação, habilidade e esforço de cada profissional e em observância com cada faixa salarial prevista nos nossos Planos de Cargos e salários implementados.

A evolução salarial dá-se em função da nossa viabilidade financeira e do desempenho individual do colaborador, priorizando o crescimento salarial daqueles profissionais de melhor desempenho e de melhor produtividade.

O Programa de Remuneração Variável 2010 tem por objetivo praticar o valor da meritocracia e o reconhecimento dos desempenhos diferenciados dos elegíveis, bem como fortalecer o vínculo entre os nossos resultados e o desempenho dos seus colaboradores, assegurando uma relação direta entre o nosso desempenho e os resultados individuais, através de um desdobramento das metas para todos os elegíveis.

No programa de remuneração variável dos docentes são elegíveis os nossos professores da graduação e da graduação tecnológica de todo o Brasil, desde que nossa margem EBITDA tenha alcançado 61%. Levamos em consideração os docentes que estejam entre os 20% mais bem avaliados, sendo a avaliação realizada (i) 50% pela média da Avaliação CPA dos primeiros e segundo semestre do ano; (ii) 30% pela avaliação do Coordenador de curso; (iii) 20% pela avaliação do Gerente Acadêmico. Além disso, deverá ter obtido uma nota mínima de 3,5 numa escala de 1 a 5.

No programa da remuneração variável dos Executivos, são elegíveis o Diretor Executivo, o Diretor de Área e Regional, o Diretor de Núcleo e Campus, o Gestor Corporativo 1º Nível, o Gestor Corporativo 2º Nível, o Gestor de Unidade Acadêmico e Administrativo das Unidades, o Gerente comercial regional e outros cargos chave selecionados pela Diretoria Executiva. A remuneração será baseada em nossa margem do EBITDA, sendo que para a distribuição de bônus, deveremos ter uma margem EBITDA de no mínimo 82%. Além disso, a elegibilidade dos executivos está condicionada aos seguintes fatores: (i) o executivo deverá ter mínimo de 3 meses de vínculo empregatício; (ii) para o cálculo do bônus deverá ser levado em consideração o salário nominal de dezembro do ano em vigor; (iii) o atingimento máximo da nota será 12,5 ou seja 125%, e o mínimo 6,5; (iv) não será elegível quem solicitar o desligamento de nossos quadros antes do pagamento do bônus; (v) os executivos elegíveis são os que encontram-se em posições de gestão devidamente aprovados pela Diretoria de Gente e Gestão, entre outras condições.

b. política de benefícios

Pela natureza de nossa atividade ser intensiva em Gente e grande parte dos professores ter carga horária variável semestre a semestre, buscamos estabelecer contratos com fornecedores de benefícios, pelos quais os colaboradores possam aderir a benefícios usando a escala que tem e a custos mais baixos, como exemplo Assistência Médica, Assistência Odontológica e Telefone Celular.

Observamos fielmente o cumprimento às Convenções Coletivas de Trabalho e Acordos Coletivos de Trabalho de cada base territorial no que tange a concessão de benefícios concedidos, que são objetos específicos de negociação.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

Procuramos desenvolver pesquisas de mercado para nos auxiliar nas tomadas de decisões em relação a benefícios concedidos espontaneamente aos colaboradores.

c. características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores, identificando:

Aprovamos a criação de programas de opção de ações ("Programa") do qual podem ser beneficiários os nossos empregados não administradores. Para mais informações sobre o Programa e os planos de opção de ações ("Planos") favor consultar a Seção 13.9 do Formulário de Referência.

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

Respeitando a configuração da base territorial dos sindicatos, os colaboradores são representados por dois grupos de sindicatos, sendo o dos professores, representantes dos docentes e dos auxiliares de administração escolar, representantes dos funcionários administrativos e de apoio.

Possuímos representatividade junto a 44 sindicatos, sendo 26 de professores e 18 de auxiliares, respeitando convenções coletivas de trabalho e acordos coletivos de trabalho.

Os Acordos e Convenções Coletivas são realizados normalmente a cada 12 meses.

Há 15 anos não há greves em nossas unidades.

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Wellington Management						
	Estados Unidos	Não	Não	18/01/2011		
	4.602.480	5,610178%	0	0,000000%	4.602.480	5,610178%
Outros						
		Não	Não			
	44.549.696	54,303705%	0	0,000000%	44.549.696	54,303705%
OppenheimerFunds						
	EUA	Não	Não	17/02/2011		
	9.632.500	11,741504%	0	0,000000%	9.632.500	11,741504%
Capital Group International						
		Não	Não	27/01/2011		
	4.275.000	5,210997%	0	0,000000%	4.275.000	5,210997%
GPCP4 - Fundo de Inv. em Participações						
08.954.286/0001-56		Não	Sim	07/10/2010		
	426.804	0,520251%	0	0,000000%	426.804	0,520251%
Ações em Tesouraria						
		Não	Não			
	15.300	0,018650%	0	0,000000%	15.300	0,018650%
Administradores e Conselheiros						
		Não	Não			
	3.246.053	3,956766%	0	0,000000%	3.246.053	3,956766%
Private Equity Partners C, LLC						
		Não	Sim	07/10/2010		
	15.290.208	18,637949%	0	0,000000%	15.290.208	18,637949%

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
OUTROS						
	0	0,000000%	0	0,000000%	0	0,000000%
AÇÕES EM TESOURARIA						
	0	0,000000%	0	0,000000%	0	0,000000%
TOTAL						
	82.038.041	100,000000%	0	0,000000%	82.038.041	100,000000%

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
GPCP4 - Fundo de Inv. em Participações				08.954.286/0001-56	
Cotistas do GPCP4-FIP					
		Não	Não		
426.804	0,520251	0	0,000000	426.804	0,520251
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
81.611.237	99,479749	0	0,000000	81.611.237	99,479749
TOTAL					
82.038.041	100,000000	0	0,000000	82.038.041	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Private Equity Partners C, LLC					
OUTROS					
66.747.832	81,362050	0	0,000000	66.747.832	81,362050
Private Equity Partners C (Cayman) Ltd.					
		Não	Sim	07/10/2010	
15.290.209	18,637950	0	0,000000	15.290.209	18,637950
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
TOTAL					
82.038.041	100,000000	0	0,000000	82.038.041	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Private Equity Partners C (Cayman) Ltd.						
GP Capital Partners IV, L.P.						
		Não	Sim	07/10/2010		
15.290.209	18,637950	0	0,000000	15.290.209	18,637950	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
OUTROS						
66.747.832	81,362050	0	0,000000	66.747.832	81,362050	
TOTAL						
82.038.041	100,000000	0	0,000000	82.038.041	100,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
GP Capital Partners IV, L.P.					
Limited Partners					
		Não	Sim		
15.290.209	18,637950	0	0,000000	15.290.209	18,637950
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
66.747.832	81,362050	0	0,000000	66.747.832	81,362050
TOTAL					
82.038.041	100,000000	0	0,000000	82.038.041	100,000000

15.3 - Distribuição de capital

Data da última assembléia	13/09/2010
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	351
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	136
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	18

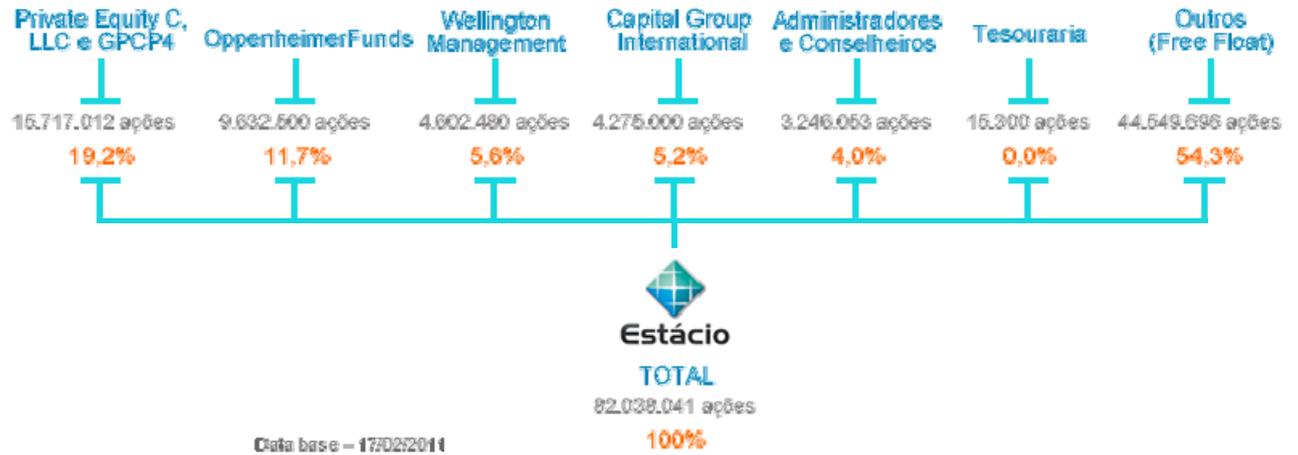
Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	44.549.696	54,303705%
Quantidade preferenciais (Unidades)	0	0,000000%
Total	44.549.696	54,303705%

15.4 - Organograma dos acionistas

15.4 Organograma dos acionistas:



15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

Devido à alienação de um número de ações equivalente a, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das ações de titularidade de JOÃO UCHÔA e MONIQUE, em conjunto, mediante oferta pública secundária registrada na Comissão de Valores Mobiliários-CVM, ficou automaticamente rescindido de pleno direito o Acordo de Acionistas, independentemente de quaisquer avisos, notificações ou interpelações entre as Partes para tal fim.

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

15.6 Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

Em 22 de fevereiro de 2010, a Magnoliophyta Participações S.A. transferiu a seus acionistas controladores, André Cleófas Uchôa Cavalcanti e Marcel Cleófas Uchôa Cavalcanti, na proporção de 50% (cinquenta por cento) para cada um, as 8.200.810 (oito milhões, duzentas mil, oitocentas e dez) ações de sua titularidade em nosso capital social. Como resultado, os Srs. André Cleófas Uchôa Cavalcanti e Marcel Cleófas Uchôa Cavalcanti passaram a deter aproximadamente 5,24% (cinco vírgula vinte e quatro por cento) de nosso capital social. Em razão da transferência das ações, os novos acionistas aderiram ao acordo de acionistas celebrado em 21 de dezembro de 2009, sub-rogando-se em todos os direitos e obrigações antes detidos pela Magnoliophyta Participações S.A.

Em 3 de maio de 2010, a Jade Empreendimentos Imobiliários e Participações S.A. transferiu a sua acionista controladora, Monique Uchôa Cavalcanti de Vasconcelos as 4.100.405 ações de sua titularidade em nosso capital social. Como resultado, a Sra. Monique Uchôa Cavalcanti de Vasconcelos passou a deter aproximadamente 5,21% (cinco vírgula vinte e um por cento) de nosso capital social. Em razão da transferência das ações, a nova acionista aderiu ao acordo de acionistas celebrado em 21 de dezembro de 2009, sub-rogando-se em todos os direitos e obrigações antes detidos pela Jade Empreendimentos Imobiliários e Participações S.A.

Conforme assembléia geral extraordinária realizada no dia 19 de julho de 2010, a Uchôa Participações S.A. autorizou a transferência ao seu acionista controlador, João Uchoa Cavalcanti Netto das 28.702.835 ações de sua titularidade em nosso capital social. Como resultado, o Sr. João Uchoa Cavalcanti Netto passou a deter 36,45% de nosso capital social. Em razão da transferência das ações, o novo acionista aderiu ao acordo de acionistas celebrado em 21 de dezembro de 2009, sub-rogando-se em todos os direitos e obrigações antes detidos pela Uchôa Participações S.A.

Em 31 de agosto de 2010, houve incorporação da Moena, passando a Private Equity Partners C, LLC e a o fundo GPCP4 – Fundo de Investimento em Participações a serem nossos acionistas diretos, detendo 19,42% e 0,54% de nossas ações, respectivamente.

Em 11 de agosto de 2010, os acionistas João Uchôa Cavalcanti Netto e Monique Uchôa Cavalcanti de Vasconcelos (em conjunto, os "Acionistas Vendedores"), apresentaram à ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades de Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA"), pedido de análise prévia do registro de distribuição pública primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia (a "Oferta"). Em 08 de outubro foi encerrada a oferta pública de ações, sendo vendidas 32.803.240 ações ordinárias da titularidade de ambos, e 3.280.324 ações ordinárias ("Ações do Lote Suplementar") emitidas e vendidas pela Companhia. As ações ordinárias vendidas na Oferta pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, considerando a colocação das Ações do Lote Suplementar, totalizaram 36.083.564 (trinta e seis milhões, oitenta e três mil, quinhentos e sessenta e quatro) ações. Com o encerramento da oferta, o controle acionário da Companhia passou para a Private Equity Partners C, LLC e a o fundo GPCP4 – Fundo de Investimento em Participações. Os mesmos são nossos acionistas e controladores diretos, detendo 18,63% e 0,52% de nossas ações, respectivamente.

Em 18 de janeiro de 2011, os acionistas Marcel Cleófas Uchôa e André Cleófas Uchôa alienaram, em bolsa de valores, a quantidade de 1.000.000 (hum milhão) de ações ordinárias nominativas de emissão da Estácio. Em decorrência das referidas alienações, a participação do Marcel Cleófas Uchôa no capital social da Estácio passou a ser de 3.127.727 (três milhões, cento e vinte e sete mil, setecentas e vinte e sete) ações ordinárias nominativas, representativas de 3,81% do capital social da Estácio e do André Cleófas Uchôa passou a ser de 3.128.715 (três milhões, cento e vinte e oito

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

mil, setecentas e quinze) ações ordinárias nominativas, representativas de 3,81% do capital social da Estácio.

15.7 Outras informações relevantes

GPCP4-FIP

O GPCP4-FIP é um fundo de investimento constituído sob a forma de condomínio fechado, nos termos da Instrução nº 391 da CVM, e administrado por GP Investimentos S.A., sociedade por ações constituída e existente de acordo com as leis do Brasil.

O GPCP4-FIP é um fundo que tem como finalidade realizar investimentos em empresas localizadas no Brasil ou com atividade comercial expressiva no Brasil, buscando o controle ou controle compartilhado, ou ainda participação minoritária influente nas empresas-alvo.

A GP Investimentos S.A., que atua na administração do GPCP4-FIP, possui total discricionariedade pelas decisões de investimento e desinvestimento do fundo e orienta o voto do GPCP4-FIP nas assembleias gerais de nossos acionistas.

A GP Investimentos é controlada indiretamente pela GP Investments, Ltd., a qual não possui qualquer acionista com participação indireta superior a 5% do capital social da Companhia.

A GP Investments, Ltd. é detida pela Partners Holdings, Inc., sociedade devidamente constituída sob as leis das Ilhas Virgens Britânicas e que, por sua vez, é controlada pelos Srs. Fersen Lamas Lambranco e Antonio Carlos Augusto Ribeiro Bonchristiano.

GP Capital Partners IV, L.P.

Não há nenhum Limited Partner do GP Capital Partners IV, L.P. ("GPCPIV"), que detenha, direta ou indiretamente, 5%, ou mais, do capital social da Companhia.

O GPCPIV é um fundo que tem como finalidade realizar investimentos de private equity, ou relacionados a private equity, em empresas localizadas no Brasil ou com atividade comercial expressiva no Brasil e, em menor extensão, em outros países da América Latina, buscando o controle ou o controle compartilhado, ou uma participação minoritária influente nas empresas-alvo. O GPCPIV é gerido pela GP Investments IV, Ltd. ("general partner"), subsidiária integral da GP Investments, Ltd., companhia aberta com sede nas Bermudas ("GP"). O general partner atua em sua administração (conforme os termos do Partnership Agreement firmado entre o general partner e os demais investidores do fundo, os "Limited Partners"), possuindo total discricionariedade pelas decisões de investimento e desinvestimento do fundo. Os Limited Partners incluem, resumidamente, instituições de fomento internacionais, fundos de universidades, hedge funds, fundações familiares e investidores particulares.

A GP, além de controlar o general partner do GPCPIV, investe também no Fundo através da GP Private Equity, Ltd., sua subsidiária integral. A GP, como investidora indireta, detém cerca de 6,14% do total de ações de nossa emissão e é controlada pela Partners Holdings, Inc., sociedade devidamente constituída sob as leis das Ilhas Virgens Britânicas que, por sua vez, é controlada pelos Srs. Fersen Lamas Lambranco e Antonio Carlos Augusto Ribeiro Bonchristiano, cujas participações indiretas em nós são, individualmente, inferiores a 5%.

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

Nós, nossas sociedades controladas e pessoas ligadas realizamos algumas operações entre nós, relativas aos nossos aspectos financeiros e operacionais. Essas operações e negócios com partes relacionadas decorrem de transações realizadas conforme condições contratuais usuais de mercado para os respectivos tipos de operações, ou mediante pagamento compensatório adequado, dada a natureza de cada operação. Não temos, no entanto, uma política definida quanto à realização de transações com partes relacionadas.

Considerando que detemos diretamente o controle integral do capital de nossas controladas, todos os resultados e posições patrimoniais existentes nas relações entre as empresas de nosso grupo são eliminadas na consolidação das informações financeiras, de acordo com as instruções normativas da CVM.

Dentre essas operações destacamos as mais relevantes: (i) celebração de contratos de prestação de serviços educacionais e de convênios de cooperação técnico-pedagógica; e (ii) a celebração de contratos de mútuo. Adicionalmente, informamos que celebramos apólices de seguros com coberturas que englobam riscos variados relacionados a nós e a nossas controladas, de maneira compartilhada, razão pela qual os pagamentos dos respectivos prêmios são fracionados entre nós e nossas controladas. Na contratação de serviços, levamos em consideração o critério do melhor preço, prazo e de melhor capacitação técnica, entre outros.

De acordo com o nosso Estatuto Social, é da competência exclusiva do Conselho de Administração aprovar a realização de operações e negócios de qualquer natureza, por si ou por nossas controladas, com os acionistas ou qualquer sociedade que direta ou indiretamente, controle, seja controlada ou esteja sob controle comum de acionistas, bem como qualquer operação ou negócio de qualquer natureza com qualquer de nossos administradores ou nossos respectivos conjugues, parentes até segundo grau.

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Marone Consultoria e Participações Ltda.	04/06/2008	14.000.000,00	Zero (contrato quitado antecipadamente com desconto).	R\$14.000.000,00	48 meses	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Marone Consultoria e Participações Ltda. é uma empresa controlada por André Cleófas Uchôa Cavalcanti e Marcel Cleófas Uchôa Cavalcanti, nossos acionistas.						
Objeto contrato	Prestação de serviços relacionados às atividades acadêmicas e de ensino superior e ao planejamento estratégico e desenvolvimento de novos negócios.						
Garantia e seguros	Não aplicável.						
Rescisão ou extinção	Por meio do aditivo firmado em 15 de janeiro de 2010 conseguimos um desconto de 30% sobre o saldo devedor e pagamos integralmente o Contrato.						
Natureza e razão para a operação							
Rogério Frota Melzi	03/04/2009	115.000,00	R\$59.500,00	R\$59.500,00	Até 5 de abril de 2011.	SIM	100,000000
Relação com o emissor	A parte relacionada é administradora da Companhia.						
Objeto contrato	Mútuo.						
Garantia e seguros	Não existem garantias e seguros relacionados a estes contratos.						
Rescisão ou extinção	Pagamento ou vencimento antecipado em caso de descumprimento do contrato.						
Natureza e razão para a operação	Foi concedido mútuo para o administrador com a incidência de juros remuneratórios mensais de 100% do CDI.						
Escuela de Informatica S.R.L.	28/05/2009	2.340.000,00	R\$ 2.885.000,00 (equivalente ao valor envolvido atualizado),	R\$ 2.340.000,00 (equivalente a U\$1.200.000,00).	28/08/2012	SIM	7,700000
Relação com o emissor	A Escuela de Informática S.R.L. pertence ao Sr. João Uchoa Cavalcanti Netto, um de nossos acionistas controladores.						
Objeto contrato	Contrato de Mútuo						
Garantia e seguros	Não existem garantias para esta operação, apenas o Contrato de opção de Quotas e Outras Avenças relacionado.						
Rescisão ou extinção	Pagamento ou encerramento.						
Natureza e razão para a operação	Desenvolvimento de negócios da mutuaria, para que a mesma utilizasse tais recursos para adequação do seu capital de giro e investimentos.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Escuela de Informatica S.R.L.	28/05/2009	0,00	Obrigação não pecuniária.	Obrigação não pecuniária.	Até 60 dias após divulgação dos resultados da Estácio ou da Escuela de Informática em 2011.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Afilhada. A Escuela de Informática S.R.L. pertence ao Sr. João Uchoa Cavalcanti Netto, um de nossos acionistas controladores.						
Objeto contrato	Contrato de Compra de Quotas e Outras Avenças.						
Garantia e seguros	Não existem garantias.						
Rescisão ou extinção	Até 60 dias após divulgação dos resultados da Estácio ou da Escuela de Informática em 2011.						
Natureza e razão para a operação	Obtenção de opção de aquisição das quotas da Escuela de Informática S.R.L., para potencial expansão internacional dos nossos negócios. A opção corresponde a totalidade das quotas detidas pelo Sr. João Uchoa na Escuela de Informática S.R.L., equivalentes a 80% de seu capital. Temos até 60 dias após divulgação dos resultados da Estácio ou da Escuela de Informática em 2011 para o exercício da opção.						
Virgílio Deloy Capobianco Gibbon	02/04/2010	120.000,00	R\$124.000,00	R\$124.000,00	30 dias após a data em que o Credor (nossa controlada SESES) solicitar a liquidação do contrato, mas em nenhuma hipótese após 30 de abril de 2011, podendo ser renovado o empréstimo mediante solicitação escrita.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	A parte relacionada é administradora da Companhia.						
Objeto contrato	Mútuo.						
Garantia e seguros	Não aplicável.						
Rescisão ou extinção	Pagamento ou vencimento antecipado em caso de descumprimento do contrato.						
Natureza e razão para a operação	Foi concedido mútuo para o administrador que se obrigou a pagar juros sobre o saldo devedor do Empréstimo à taxa do INPC acumulado no período de março de 2010 a fevereiro de 2011 sobre o devidamente corrigido.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Fabio Sandri	02/04/2010	64.500,00	R\$64.500,00	R\$64.500,00	30 dias após a data em que o Credor solicitar a liquidação do mútuo, mas em nenhuma hipótese após 30 de abril de 2011, podendo ser renovado ou prorrogado por instrumento escrito.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	A parte relacionada é administradora da Companhia.						
Objeto contrato	Mútuo.						
Garantia e seguros	Não existem garantias ou seguros relacionados.						
Rescisão ou extinção	Pagamento ou vencimento antecipado em caso de descumprimento do contrato.						
Natureza e razão para a operação	Foi concedido mútuo para o administrador que se obrigou a pagar juros sobre o saldo devedor do Empréstimo à taxa do INPC acumulado no período de abril de 2010 a abril de 2011 sobre o devidamente corrigido.						
SESAL	29/04/2010	3.000.000,00	R\$3.073.000,00	R\$3.073.000,00	Até 13 de agosto de 2010.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Mútuo.						
Garantia e seguros	Não existem garantias ou seguros relacionados.						
Rescisão ou extinção	Pagamento ou vencimento antecipado em caso de descumprimento do Contrato.						
Natureza e razão para a operação	Cumprimento de nossas obrigações. O contrato é remunerado por 110% do CDI e juros mora de 1% ao mes.						
Eduardo Alcalay	22/12/2008	80.000,00	Zero	R\$80.000,00	O contrato foi integralmente quitado em abril de 2010.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Administrador						
Objeto contrato	Mútuo						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	Não existem garantias ou seguros relacionados.						
Rescisão ou extinção	O contrato foi integralmente quitado em abril de 2010.						
Natureza e razão para a operação	Foi concedido mútuo ao administrador que se obrigou a pagar juros sobre o saldo devedor do Empréstimo à taxa do INPC acumulado no período em que esteve vigente. O contrato foi integralmente quitado em abril de 2010.						
IREP (atuando como sucesso da UNEC, SESAP, Brasília, Interlagos, European, Famec e Magister)	30/12/2008	1.825.000,00	R\$1.970.000,00	R\$1.970.000,00	Até 30/06/2010.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Mútuo.						
Garantia e seguros	Não existem garantias.						
Rescisão ou extinção	Não aplicável.						
Natureza e razão para a operação	Cumprimento das obrigações de nossas controladas. O contrato é remunerado por 110% do CDI.						

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

a) Identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses

Adotamos práticas de governança corporativa e aquelas recomendadas e/ou exigidas pela legislação, incluindo as previstas no Regulamento do Novo Mercado.

Nos termos do nosso Estatuto Social, o Conselho de Administração autoriza previamente a concessão, pela Companhia, de empréstimo, financiamento ou garantia real ou fidejussória em favor de suas sociedades controladas, ressalvadas as exceções previstas no nosso Estatuto Social.

A Diretoria Executiva e todos os nossos colaboradores estão comprometidos com os nossos Código Ético, que nos previne contra qualquer tomada de decisão que possa ocasionar conflito de interesses. Possuímos também um Comitê de Ética que avalia qualquer situação que esteja em desacordo com nossas políticas, inclusive o próprio Código de Ética. Assim, todas as nossas operações, especialmente aquelas que envolvem partes relacionadas, foram devidamente submetidas aos nossos órgãos decisórios a que estavam subordinadas, conforme regras vigentes.

Com relação à adequação do pagamento compensatório dos contratos com partes relacionadas, temos que:

(i) os contratos de mútuo com subsidiárias foram realizados a taxas equivalentes às praticadas no mercado, visando prover liquidez para estas subsidiárias honrarem com seus compromissos de pagamento;

(ii) os contratos de mútuo com os administradores Eduardo Alcalay, Fabio Sandri, Virgilio Gibbon e Rodrigo Melzi foram realizados a taxas referenciadas em indicadores usuais de mercado, como o CDI e o INPC, e que não excedem taxas usuais de mercado, tendo sido estendidos visando prover a tais administradores liquidez necessária para estes arcarem com despesas temporárias relacionadas à mudança de domicílio para assumir cargos na administração da Companhia;

(iii) o contrato de consultoria firmado com Marone Consultoria e Participações Ltda. tem remuneração que reflete a avaliação da experiência específica do referido consultor em questão de ensino superior, tendo sido estipulada em vista das condições de exclusividade e não-concorrência por prazo que se estende por um período adicional ao período de encerramento da prestação dos serviços; e

(iv) o contrato de opção de aquisição de quotas pode ou não ser exercido, dependendo dos resultados da Escuela de Informatica S.R.L.

b) Demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

Nós e nossas subsidiárias, ao celebrarmos acordo ou estabelecerem relação comercial, sempre observando as condições praticadas em mercado àquela época.

A escolha da empresa que prestará os serviços anteriormente descritos leva em consideração o critério do melhor preço, prazo e de melhor capacitação técnica, entre outros.

17.1 - Informações sobre o capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	Capital Subscrito				
28/10/2010	360.442.811,38		82.038.041	0	82.038.041
Tipo de capital	Capital Integralizado				
28/10/2010	360.442.811,38		82.038.041	0	82.038.041
Tipo de capital	Capital Autorizado				
31/03/2007	1.000.000.000,00		0	0	0

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
31/03/2007	AGE	31/03/2007	1.000,00	Subscrição particular	1	0	1	1,00000000	1,00	R\$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão Aporte inicial para constituição da Companhia.

Forma de integralização Subscrição em dinheiro.

27/07/2007	RCA	27/07/2007	268.164.000,00	Subscrição pública	11.918.400	23.836.800	35.755.200	990,50000000	7,50	R\$ por Unidade
------------	-----	------------	----------------	--------------------	------------	------------	------------	--------------	------	-----------------

Capital social por classe ações

Classe ação preferencial	Quantidade ação por classe (Unidades)
PNA	23.836.800

Critério para determinação do preço de emissão O preço de emissão foi calculado com base no critério de valor de mercado, após a realização de road show e a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento (Bookbuilding) realizado pelas instituições financeiras coordenadoras da Oferta, tendo sido consideradas as intenções dos investidores institucionais para a subscrição e aquisição das Units, em consonância com as disposições do §1º, III e §7º do artigo 170 da Lei n.º 6.404/76. e da Instrução da CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, sendo este o critério mais apropriado para determinar o preço justo das Units

Forma de integralização Subscrição em dinheiro.

28/01/2010	RCA	28/01/2010	531.602,55	Subscrição particular	32.121	0	32.121	0,20000000	16,55	R\$ por Unidade
------------	-----	------------	------------	-----------------------	--------	---	--------	------------	-------	-----------------

Critério para determinação do preço de emissão Cotação em bolsa e perspectiva de rentabilidade futura.

Forma de integralização Subscrição em dinheiro.

29/04/2010	RCA	20/04/2010	2.037.251,84	Subscrição particular	122.431	0	122.431	0,00155700	16,64	R\$ por Unidade
------------	-----	------------	--------------	-----------------------	---------	---	---------	------------	-------	-----------------

Critério para determinação do preço de emissão Plano de Opção de Ações da Companhia.

Forma de integralização Entrega à Companhia do correspondente valor em moeda corrente nacional.

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
29/07/2010	RCA	29/07/2010	207.947,25	Subscrição particular	12.225	0	12.225	0,07000000	17,01	R\$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão Cotação em Bolsa e perspectiva de rentabilidade futura.

Forma de integralização Subscrição em dinheiro.

06/10/2010	RCA	06/10/2010	62.326.156,00	Subscrição particular	3.280.324	0	3.280.324	20,91384884	19,00	R\$ por Unidade
------------	-----	------------	---------------	-----------------------	-----------	---	-----------	-------------	-------	-----------------

Critério para determinação do preço de emissão O preço de emissão das Ações foi calculado tendo como parâmetro (i) a cotação de fechamento das ações de emissão da Companhia na BM&FBOVESPA e (ii) a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento (bookbuilding) realizado pelas instituições financeiras coordenadoras da Oferta, tendo sido consideradas as intenções dos Investidores Institucionais para a subscrição das ações objeto da Oferta, em consonância com as disposições do §1º, III do artigo 170 da Lei n.º 6.404/76 e da Instrução da CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, sendo este o critério mais apropriado para determinar o preço justo das Ações;

Forma de integralização Subscrição em dinheiro.

28/10/2010	RCA	28/10/2010	102.853,74	Subscrição particular	5.874	0	5.874	0,02854353	17,51	R\$ por Unidade
------------	-----	------------	------------	-----------------------	-------	---	-------	------------	-------	-----------------

Critério para determinação do preço de emissão Em acordo com o Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia e seus aditamentos.

Forma de integralização Subscrição em dinheiro.

17.4 - Informações sobre reduções do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável. Desde a nossa criação em 2007, não houve redução do nosso capital social.

17.5 - Outras informações relevantes

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada no dia 04 de junho de 2008, os acionistas aprovaram a conversão da totalidade das ações preferenciais de nossa emissão em ações ordinárias, na proporção de 01 (uma) ação ordinária para cada 01 (uma) ação preferencial, consignando que tal conversão foi previamente aprovada em Assembléia Especial dos acionistas detentores de ações preferenciais de nossa emissão, realizada na mesma data. O nosso capital social, subscrito e integralizado, em virtude dessa conversão totalizava R\$295.237.000,00 (duzentos e noventa e cinco milhões, duzentos e trinta e sete mil reais), dividido em 235.755.000 (duzentas e trinta e cinco milhões, setecentas e cinquenta e cinco mil) ações, todas ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	De acordo com o disposto na Lei das Sociedades por Ações e no nosso Estatuto Social, é conferido aos titulares de ações de nossa emissão direito ao recebimento de dividendos ou outras distribuições relativamente às ações na proporção de suas participações no capital social. Nos termos do art. 29, (c) do nosso estatuto social, do saldo do lucro líquido do exercício, obtido após as deduções previstas no estatuto social e ajustado na forma do art. 202, da Lei das Sociedades por Ações, destinar-se-á, no mínimo, 25% para pagamento do dividendo obrigatório a todos os nossos acionistas.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	<p>No caso de nossa liquidação, os acionistas receberão os pagamentos relativos a reembolso do capital na proporção de suas participações no capital social, após o pagamento de todas as obrigações. Os acionistas que dissentirem de certas deliberações tomadas em assembléia geral poderão retirar-se, nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações.</p> <p>Para fins de reembolso, o valor da ação será determinado com base no nosso valor econômico, apurado em avaliação procedida por empresa especializada indicada e escolhida em conformidade com o disposto no artigo 45 da Lei das Sociedades por Ações. Nos termos do artigo 137, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações, mencionado direito de retirada não se aplicará no caso de dissenso com relação a fusão da Companhia, sua incorporação em outra, ou ainda participação dessa em grupo de sociedades, tendo em vista que as suas ações possuem liquidez e dispersão.</p>
Restrição a circulação	Não
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nem o nosso Estatuto Social nem as deliberações tomadas em assembléia geral podem privar os acionistas dos direitos de (i) participar dos lucros sociais, (ii) participar do nosso acervo, em caso de liquidação; (iii) fiscalizar a nossa gestão, nos termos da Lei das Sociedades por Ações; (iv) preferência para a subscrição de ações, ações e de outros títulos ou direito relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, observadas as condições previstas na Lei das Sociedades por Ações; e (v) retirar-se nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações. Ainda no que diz respeito à preferência para a subscrição de ações e de outros títulos ou direito relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, o nosso Estatuto Social dispõe que poderemos reduzir ou excluir o prazo para o exercício do direito de preferência na emissão de ações, e de outros títulos ou direito relativos a valores.
Outras características relevantes	Subscrição pública de ações ou permuta de ações em oferta pública de aquisição de controle de venda em bolsa de valores ou de outros valores mobiliários conversíveis em ações e o nosso Estatuto Social prevê tratamento igualitário a todos os acionistas em caso de alienação de nosso controle, assegurando-lhes o direito de alienar as ações em condições idênticas às do acionista controlador alienante (100% tag along). Além disso, nosso Estatuto Social prevê a realização de OPA em caso de alienação do controle acionário, cancelamento do registro de companhia aberta e saída do seguimento de Novo Mercado da BM&FBOVESPA. Mais informações acerca das características das ações estão disponíveis no item 18.2 deste Formulário de Referência.

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

Aquele que já detiver nossas ações, derivativos ou outros direitos de natureza societária e que venha a adquirir o nosso poder de controle, em razão de contrato particular de compra de ações celebrado com o acionista controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações, estará obrigado a: (a) efetivar a oferta pública referida regulado no nosso Estatuto Social; (b) ressarcir os acionistas os quais tenham comprado ações em bolsa de valores nos 6 meses anteriores à data da alienação do Controle, a quem deverá pagar a diferença entre o preço pago ao Acionista Controlador Alienante e o valor pago em bolsa por ações da Companhia neste período, devidamente atualizado até a data do pagamento pelo IGP-M/FGV; e (c) tomar medidas cabíveis para recompor o percentual mínimo de 25% do total das ações da Companhia em circulação, dentro dos 6 meses subseqüentes à aquisição do Controle.

Qualquer pessoa ou grupo de acionistas que adquira ou se torne titular de ações de nossa emissão, em quantidade igual ou superior a 20% (vinte por cento) deverá, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de aquisição ou do evento que resultou na titularidade de ações em quantidade igual ou superior a 20% (vinte por cento) do total de ações de nossa emissão, realizar ou solicitar o registro de, conforme o caso, uma oferta pública de aquisição ("OPA") da totalidade das ações de nossa emissão, observando-se o disposto na regulamentação aplicável da CVM, o Regulamento do Novo Mercado, outros regulamentos da BM&FBOVESPA e os termos deste Artigo. Nessa caso:

- A OPA deverá ser: (i) dirigida indistintamente a todos os acionistas da Companhia; (ii) efetivada em leilão a ser realizado na BM&FBOVESPA; (iii) lançada pelo preço determinado de acordo com laudo de avaliação, realizado nos termos do nosso Estatuto; e (iv) paga à vista, em moeda corrente nacional, contra a aquisição na OPA de ações de nossa emissão.
- O preço de aquisição na OPA de cada ação de nossa emissão será definido em laudo de avaliação elaborado de acordo com o disposto e seguindo os procedimentos previstos no nosso Estatuto Social, não podendo ser inferior ao equivalente a 100% do maior entre os seguintes valores: (i) média ponderada, por volume de negociações, dos 90 últimos pregões antecedentes à data do evento de que trata o caput do presente artigo; (ii) valor da ação na última OPA realizada e efetivada nos 24 meses antecedentes à data do evento de que trata o caput do presente artigo; e (iii) nosso valor econômico, apurado com base na metodologia de fluxo de caixa descontado.
- A realização dessa OPA mencionada acima não excluirá a possibilidade de outro acionista, ou, se for o caso, nós mesmos, formularmos uma OPA concorrente, nos termos da regulamentação aplicável.
- A realização da OPA mencionada acima poderá ser dispensada mediante voto favorável de acionistas reunidos em assembleia geral especialmente convocada para este fim, seguidas as regras presentes no Estatuto.
- O pessoa ou grupo de acionistas que adquiriu as nossas ações estarão obrigados a atender as eventuais solicitações ou as exigências da CVM relativas à OPA, dentro dos prazos máximos prescritos na regulamentação aplicável.
- Na hipótese dessa pessoa ou grupo de acionistas não cumprirem com as obrigações impostas pelo nosso Estatuto, inclusive no que concerne ao atendimento dos prazos máximos (i) para a realização ou solicitação do registro da OPA, ou (ii) para atendimento das eventuais solicitações ou exigências da CVM, o nosso Conselho de Administração convocará Assembleia Geral Extraordinária, na qual a pessoa ou grupo de acionistas não poderão votar, para deliberar a suspensão do exercício dos direitos dessa pessoa ou grupo de pessoas que adquiriu nossas ações e que não cumpriram com qualquer obrigação impostas pelo nosso Estatuto, conforme disposto no Artigo 120 da Lei das Sociedades por Ações.
- Qualquer pessoa ou grupo de acionistas que adquira ou se torne titular de outros direitos, inclusive (i) outros direitos de natureza societária sobre quantidade igual ou superior a 20%

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

(vinte por cento) do total de ações de nossa emissão, ou que possam resultar na aquisição de ações de nossa emissão em quantidade igual ou superior a 20% (vinte por cento) do total de ações de emissão da Companhia, ou (ii) Derivativos que dêem direito a nossas ações representando 20% (vinte por cento) ou mais das nossas ações, estará obrigado igualmente a, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da data de tal aquisição ou do evento a realizar ou solicitar o registro, conforme o caso, de uma OPA, nos termos descritos no nosso Estatuto.

Tais disposições não se aplicam na hipótese de uma pessoa tornar-se titular de ações de nossa emissão em quantidade igual ou superior a 20% (vinte por cento) do total das ações de sua emissão em decorrência (i) da incorporação de uma outra sociedade, (ii) da incorporação de ações de uma outra sociedade (iii) do cancelamento de ações em tesouraria, (iv) do resgate de ações; ou (v) da subscrição de nossas ações, realizada em uma única emissão primária, que tenha sido aprovada em nossa Assembleia Geral de Acionistas, convocada pelo seu Conselho de Administração, e cuja proposta de aumento de capital tenha determinado a fixação do preço de emissão das ações com base em Valor Econômico obtido a partir de um laudo de nossa avaliação econômico-financeiro realizada por instituição ou empresa especializada com experiência comprovada em avaliação de companhias abertas. Para fins do cálculo do percentual de 20% do total de ações de nossa emissão descrito neste artigo, não serão computados os acréscimos involuntários de participação acionária resultantes de cancelamento de ações em tesouraria ou de redução do nosso capital social com o cancelamento de ações.

Adicionalmente, a partir da data em que o nosso controle passar a ser qualificado como Controle Difuso, qualquer pessoa ou grupo de acionistas que atingir, direta ou indiretamente, participação em Ações em Circulação igual ou superior a 5% (cinco por cento) do nosso capital social, e que deseje realizar uma nova aquisição de Ações em Circulação, estará obrigado a realizar cada nova aquisição na BM&FBOVESPA, vedada a realização de negociações privadas ou em mercado de balcão.

Não registraremos em nossos livros: (a) quaisquer transferências de propriedade de nossas ações para o(s) comprador(es) do Poder de Controle ou para aqueles que vierem a deter o nosso Poder de Controle enquanto este(s) acionista(s) não subscrever(em) o Termo de Anuência dos Controladores a que alude o Regulamento de Listagem no Novo Mercado; e, (b) eventual acordo de acionistas que disponha sobre o exercício do Poder de Controle enquanto seus signatários não subscreverem o Termo de Anuência dos Controladores referidos na alínea "a" acima.

Na OPA a ser efetivada pelo Acionista Controlador ou por nós para o cancelamento do registro de companhia aberta, o preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao Valor Econômico apurado em laudo de avaliação tratado no nosso Estatuto, artigo 42.

Além disso, a nossa saída do Novo Mercado deverá ser aprovada em Assembleia Geral. Caso seja deliberada a saída do Novo Mercado, seja para que as ações passem a ser registradas para negociação fora do Novo Mercado, ou seja por operação de reorganização societária da qual a companhia resultante não seja admitida para negociação no Novo Mercado, o(s) acionista(s) que detiver(em) o nosso Poder de Controle deverá(ão) efetivar oferta pública de aquisição das ações pertencentes aos nossos demais acionistas, no mínimo, pelo Valor Econômico das ações, apurado em laudo de avaliação, observadas, em ambos os casos, as condições previstas na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado.

O laudo de avaliação mencionado no Estatuto Social deverá ser elaborado por instituição ou empresa especializada, com experiência comprovada e independência quanto ao poder de decisão, de seus administradores e controladores, devendo o laudo também satisfazer os requisitos do art.

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

8º, §1º da Lei das Sociedades por Ações, e conter a responsabilidade prevista no art. 8º, §6º da Lei das Sociedades por Ações. A escolha da instituição ou empresa especializada responsável pela determinação do nosso valor econômico é competência privativa da Assembleia Geral, a partir da apresentação, pelo Conselho de Administração, de lista tríplice, devendo a respectiva deliberação, não se computando os votos em branco, ser tomada por maioria dos votos dos acionistas representantes das Ações em Circulação presentes na Assembleia Geral que deliberar sobre o assunto que, se instalada em primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% do total de Ações em Circulação ou que, se instalada em segunda convocação, poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das Ações em Circulação. Os custos de elaboração do laudo deverão ser suportados integralmente pelo ofertante.

Caso haja Controle Difuso, (a) sempre que for aprovado, em Assembleia Geral, o cancelamento de registro de companhia aberta, a oferta pública de aquisição de ações deverá ser efetivada por nós, sendo que, neste caso, somente poderemos adquirir as ações de titularidade dos acionistas que tenham votado a favor do cancelamento de registro na deliberação em Assembleia Geral após ter adquirido as ações dos demais acionistas que não tenham votado a favor da referida deliberação e que tenham aceitado a referida oferta pública; (b) sempre que for aprovada, em Assembleia Geral, a saída do Novo Mercado, seja por registro para negociação das ações fora do Novo Mercado, seja por reorganização societária conforme previsto no Artigo 41 deste Estatuto Social, a oferta pública de aquisição de ações deverá ser efetivada pelos acionistas que tenham votado a favor da respectiva deliberação em Assembleia Geral. Na hipótese de haver Controle Difuso e a BM&FBOVESPA determinar que as cotações dos valores mobiliários de nossa emissão sejam divulgadas em separado ou que os valores mobiliários emitidos tenham a sua negociação suspensa no Novo Mercado em razão do descumprimento de obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado, o Presidente do Conselho de Administração deverá convocar, em até 02 (dois) dias da determinação, computados apenas os dias em que houver circulação dos jornais habitualmente utilizados por nós, uma Assembleia Geral Extraordinária para substituição de todo o Conselho de Administração.

Caso a Assembleia Geral Extraordinária não seja convocada pelo Presidente do Conselho de Administração no prazo estabelecido, a mesma poderá ser convocada por qualquer de nossos acionistas. O novo Conselho de Administração eleito na Assembleia Geral Extraordinária referida deverá sanar o descumprimento das obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado no menor prazo possível ou em novo prazo concedido pela BM&FBOVESPA para esse fim, o que for menor.

Na hipótese de haver Controle Difuso e a nossa saída do Novo Mercado ocorrer em razão do descumprimento de qualquer obrigação constante do Regulamento do Novo Mercado: (a) caso o descumprimento decorra de deliberação em Assembleia Geral, a oferta pública de aquisição de ações deverá ser efetivada pelos acionistas que tenham votado a favor da deliberação que implique o descumprimento; e (b) caso o descumprimento decorra de ato ou fato da nossa administração, esta deverá efetivar oferta pública de aquisição de ações para cancelamento de registro de companhia aberta dirigida a todos os nossos acionistas. Caso seja deliberada em Assembleia Geral a manutenção do nosso registro de companhia aberta, a oferta pública de aquisição deverá ser efetivada pelos acionistas que tenham votado a favor dessa deliberação.

É facultada a formulação de uma única oferta pública de aquisição, visando a mais de uma das finalidades previstas acima, no Regulamento do Novo Mercado ou na regulamentação emitida pela CVM, desde que seja possível compatibilizar os procedimentos de todas as modalidades de oferta pública de aquisição e não haja prejuízo para os destinatários da oferta e seja obtida a autorização da CVM quando exigida pela legislação aplicável.

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

Nós ou os acionistas responsáveis pela realização de quaisquer das OPAs previstas acima poderemos assegurar sua efetivação por intermédio de qualquer acionista, terceiro ou por nós, conforme o caso. Nós ou o acionista responsável, conforme o caso, não nos eximiremos da obrigação de realizar a OPA até que seja concluída com observância das regras aplicáveis.

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

Nosso Estatuto Social não estabelece exceções ou cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos.

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados**Exercício social 31/12/2009**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação
31/03/2009	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.380.000	13,92	9,96	R\$ por Unidade
30/06/2009	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.640.000	20,52	11,35	R\$ por Unidade
30/09/2009	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.910.000	23,95	17,67	R\$ por Unidade
31/12/2009	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.000.000	24,55	20,23	R\$ por Unidade

Exercício social 31/12/2008

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação
31/03/2008	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.120.000	14,55	9,40	R\$ por Unidade
30/06/2008	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	4.170.000	25,35	9,97	R\$ por Unidade
30/09/2008	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	3.100.000	23,66	13,57	R\$ por Unidade
31/12/2008	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.920.000	15,98	10,53	R\$ por Unidade

Exercício social 31/12/2007

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação
30/09/2007	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	5.700.000	21,70	17,64	R\$ por Unidade
31/12/2007	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	2.460.000	19,92	12,86	R\$ por Unidade

18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, pois não emitimos outros valores mobiliários além de nossas ações.

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

As nossas ações ordinárias são admitidas à negociação no Novo Mercado da BM&FBOVESPA sob o código "ESTC3" desde julho de 2008.

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros

Não possuímos valores mobiliários negociados em mercados estrangeiros.

18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

Em 27 de julho de 2007, realizamos uma oferta pública inicial de distribuição primária e secundária de 19.864.000 Certificados de Depósitos de Ações – Units, representativas cada uma de 1 ação ordinária e 2 ações preferenciais de nossa emissão. O valor da oferta foi de R\$446.940 mil.

18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

Não realizamos ofertas públicas de aquisição relativas a ações de emissão de terceiros nos últimos três exercícios sociais, nem no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2010.

18.10 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes além daquelas descritas neste item 18.

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor

Data delib.	Período recomp.	Reservas e lucros disp. (Reais)	Espécie	Classe	Qtde. prevista (Unidades)	% rel. circ.	Qtde. adquirida aprovadas (Unidades)	PMP	Fator de cotação	% adquirido
Outras caracter.										
12/05/2010	12/05/2010 à 11/05/2011	62.706.699,00	Ordinária		1.527.788	7,210000	15.300	19,44	R\$ por Unidade	0,009491

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria**Exercício social 01/01/0001****Ações**

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários		
Ordinária				
Movimentação		Quantidade (Unidades)	Valor total (Reais)	Preço médio ponderado (Reais)
Saldo inicial		0	0,00	0,00
Aquisição		15.300	297.432,00	19,44
Alienação		0	0,00	0,00
Cancelamento		0	0,00	0,00
Saldo final		15.300	297.432,00	19,44

Exercício social 31/12/2009**Ações**

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários		
Ordinária				
Movimentação		Quantidade (Unidades)	Valor total (Reais)	Preço médio ponderado (Reais)
Saldo inicial		0	0,00	0,00
Aquisição		0	0,00	0,00
Alienação		0	0,00	0,00
Cancelamento		0	0,00	0,00
Saldo final		0	0,00	0,00

Exercício social 31/12/2008**Ações**

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários		
Ordinária				
Movimentação		Quantidade (Unidades)	Valor total (Reais)	Preço médio ponderado (Reais)
Saldo inicial		0	0,00	0,00
Aquisição		0	0,00	0,00
Alienação		0	0,00	0,00
Cancelamento		0	0,00	0,00
Saldo final		0	0,00	0,00

Exercício social 31/12/2007**Ações**

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários		
Ordinária				
Movimentação		Quantidade (Unidades)	Valor total (Reais)	Preço médio ponderado (Reais)

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria

Saldo inicial	0	0,00	0,00
Aquisição	0	0,00	0,00
Alienação	0	0,00	0,00
Cancelamento	0	0,00	0,00
Saldo final	0	0,00	0,00

19.3 - Informações sobre valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social

Valor mobiliário	Ações						
Espécie ação	Classe ação	Descrição dos valores mobiliários	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição	Fator de cotação	Data aquisição	Relação ações em circulação (%)
Ordinária			15.300	19,44		15/05/2010	0,007011

19.4 - Outras informações relevantes

Em Reunião do Conselho de Administração do dia 12 de maio de 2010, foi aprovado, por unanimidade, o 1º Programa de Recompra de nossas ações, em bolsa de valores, de até 1.527.788 ações ordinárias equivalente à 7,21% do capital social, na data da aprovação, a serem mantidas em nossa tesouraria, canceladas e/ou alienadas posteriormente, podendo, inclusive, ser utilizadas para atender eventual exercício de opção no âmbito dos planos opção de compra de nossas ações.

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

Data aprovação	21/05/2007
Cargo e/ou função	Administradores Acionistas Controladores Conselheiros Fiscais Executivos Empregados com acesso a informação relevante

Principais características

Todas as negociações de valores mobiliários de nossa emissão realizadas por nós ou por pessoas que mantenham os seguintes vínculos com nossos administradores e conselheiros fiscais: (i) o cônjuge, de quem não esteja separado judicialmente, (ii) o(a) companheiro(a); (iii) qualquer dependente incluído na declaração anual do imposto de renda da pessoa física; e (iv) as sociedades direta ou indiretamente controladas pelos administradores ou conselheiros fiscais ("Pessoa Vinculada") somente serão admitidas quando feitas com a intermediação de uma das corretoras credenciadas constante da lista encaminhada pela Companhia à CVM.

É vedada a negociação, por qualquer das Pessoas Vinculadas, de valores mobiliários de nossa emissão sempre que: (a) ocorrer qualquer ato ou fato relevante que afete nossos negócios e de que as Pessoas Vinculadas tenham conhecimento e, ainda, após sua divulgação, caso a negociação possa interferir nas condições dos negócios que envolvam nossas ações, de maneira a resultar prejuízo para nós ou nossos acionistas; (b) estiver em curso ou houver sido outorgada opção ou mandato para o fim de aquisição ou alienação de nossas ações por nós mesmos, nossas sociedades controladas ou coligadas ou outra sociedade sob controle comum, sendo que a restrição aqui prevista aplica-se às operações com nossas ações realizadas exclusivamente nas datas em que nós negociemos com ações de nossa própria emissão; e (c) existir a intenção de promover incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária.

Não se aplicam as restrições à negociação aqui previstas às operações com ações em tesouraria, por meio de negociação privada, vinculadas ao exercício de opção de compra, de acordo com plano de outorga de opção de compra de ações aprovado por nossa assembleia geral e às nossas eventuais recompras realizadas por meio de negociação privada, dessas ações.

As restrições à negociação também não se aplicam a nós, nossos acionistas controladores, administradores, conselheiros fiscais e empregados com acesso à informação privilegiada, a partir da data de assinatura do termo de adesão à nossa política de negociação de valores mobiliários quando realizarem operações no âmbito previstas naquela política. Para que as negociações sejam enquadradas nesta hipótese, deverão ser realizadas sob a forma de investimento a longo prazo e atender a pelo menos uma seguintes das características: (i) subscrição ou compra de ações por força do exercício de opções concedidas na forma de plano de opção de compra aprovado em assembleia geral; (ii) compras realizadas por nós no âmbito de programa de recompra de ações para cancelamento ou manutenção em tesouraria; e (iii) aplicação da remuneração variável, recebida a título de participação no resultado, na aquisição de valores mobiliários de nossa emissão.

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização É vedada a negociação: (i) no período de 15 dias anteriores à divulgação ou publicação de ITR, informações anuais (DFP e Formulário de Referência) e Demonstrações Financeiras; quando ocorrer qualquer ato ou fato relevante que afete nossos negócios; (ii) quando estiver em curso aquisição ou alienação de valores mobiliários por nós, nossas sociedades controladas ou outra sociedade sob controle comum; (iii) quando houver sido outorgada opção ou mandato para este fim, exclusivamente nas datas em que nós negociemos ou informemos às corretoras credenciadas que negociaremos com valores mobiliários de nossa emissão; e (iv) quando existir a intenção de promover incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou nossa reorganização societária.

Ex-administradores que se afastarem de nossa administração antes da divulgação pública de ato ou fato relevante relativo a negócio ou fato iniciado durante seu período de gestão não poderão negociar valores mobiliários de nossa emissão: (i) pelo prazo de 6 (seis) meses após o seu afastamento; ou (ii) antes de completados 6 (seis) meses de seu afastamento, até nossa divulgação do ato ou fato relevante em questão ao mercado.

Sem prejuízo das sanções cabíveis nos termos da legislação vigente a serem aplicadas pelas autoridades competentes, em caso de violação dos termos e procedimentos estabelecidos na política de negociação de valores mobiliários de nossa emissão, caberá ao conselho de administração tomar as medidas disciplinares que forem cabíveis no nosso âmbito interno, inclusive a destituição do cargo ou demissão do infrator nas hipóteses de violação grave. Caso a medida cabível seja de competência legal ou estatutária da assembleia geral, deverá o conselho de administração convocá-la para deliberar sobre o tema.

20.2 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes além daquelas descritas neste item 20.

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

Possuímos Manual de Conduta para Divulgação e Uso de Informações, aprovado em reunião do Conselho de Administração de 21 de maio de 2007 ("Manual"). O Manual, no que diz respeito à divulgação e uso de informações ("Política de Divulgação e Uso de Informações"), visa, entre outras coisas, à divulgação de informações relevantes e à manutenção de sigilo acerca destas informações que ainda não tenham sido divulgadas ao público. Para informações adicionais, veja o item 20.1 deste Formulário de Referência.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

A Política de Divulgação e Uso de Informações vincula as seguintes pessoas ("Pessoas Vinculadas"), que deverão assinar um termo de adesão ao Manual:

- (i) administradores, acionistas controladores, membros do Conselho Fiscal e integrantes dos demais órgãos com funções técnicas ou consultivas da Companhia;
- (ii) empregados e executivos com acesso a informação relevante; e
- (iii) quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na Companhia ou em sociedades controladas e coligadas da Companhia, tenha conhecimento de informação relativa a ato ou fato relevante sobre a Companhia.

As Pessoas Vinculadas que tiverem conhecimento pessoal de ato ou fato relevante deverão comunicá-lo ao Diretor de Relações com Investidores, que é a pessoa responsável por sua comunicação aos devidos órgãos e sua divulgação à imprensa, via comunicação por correio eletrônico para o departamento de Relações com Investidores.

Além disso, sempre que a CVM ou as entidades de Mercado exigirem do Diretor Responsável esclarecimentos adicionais à comunicação e à divulgação de Ato ou Fato Relevante, ou caso ocorra oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos valores mobiliários de nossa emissão ou a eles referenciados, deverá o Diretor Responsável inquirir as pessoas com acesso a Atos ou Fatos Relevantes, com o objetivo de averiguar se estas têm conhecimento de informações que devam ser divulgadas ao mercado. Os integrantes de nossos órgãos de administração e os demais funcionários inquiridos conforme mencionado, deverão responder à solicitação do Diretor Responsável imediatamente pessoalmente, por telefone ou por correio eletrônico.

Cumpra, ainda, às Pessoas Vinculadas o dever de guardar sigilo acerca das informações relevantes a que tenham acesso privilegiado, até a sua divulgação ao mercado, bem como zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam. Caso, diante da comunicação realizada (e não se configurando a decisão de manter sigilo, tomada conforme o disposto acima), as Pessoas Vinculadas constatem a omissão do Diretor de Relações com Investidores no cumprimento de seu dever de comunicação, deverão as mesmas comunicar o fato relevante imediatamente à CVM, sob pena de responsabilidade.

Sempre que houver dúvida a respeito da relevância acerca de informação privilegiada, as Pessoas Vinculadas deverão entrar em contato com o Diretor de Relações com Investidores da Companhia a fim de sanar a dúvida.

A Política de Divulgação e Uso de Informações prevê como regra geral a imediata comunicação e divulgação simultânea à CVM, às bolsas de valores em que a Companhia tenha seus valores mobiliários negociados e às entidades de balcão organizado em que a Companhia tenha valores mobiliários negociados, de ato ou fato relevante, divulgação essa a ser feita preferencialmente antes do início ou após o encerramento dos negócios nas bolsas de valores localizadas no País ou no exterior em que a Companhia tenha seus valores mobiliários negociados.

Caso seja imperativo que a divulgação do ato ou fato relevante ocorra durante o horário de negociação, caberá ao Diretor de Relações com Investidores solicitar, sempre simultaneamente às bolsas de valores nacionais e estrangeiras, a suspensão da negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia pelo tempo necessário à adequada disseminação da informação relevante.

A Política de Divulgação e Uso de Informações prevê, ainda, que a informação relevante poderá deixar de ser divulgada se a sua revelação puder colocar em risco interesse legítimo da Companhia. A não divulgação deverá ser objeto de decisão dos acionistas controladores ou administradores da Companhia, conforme o caso.

De todo modo, em tais casos excepcionais de não divulgação, cabe ao Diretor de Relações com Investidores acompanhar a cotação, preço e volume de negociação dos valores mobiliários de

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

emissão da Companhia e, caso constate oscilação atípica ou, ainda, na hipótese de a informação escapar ao controle, deverá divulgar imediatamente o ato ou fato relevante.

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

O Administrador responsável pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações é o nosso Diretor de Relações com Investidores.

21.4 - Outras informações relevantes

A Política de Divulgação e Uso de Informações prevê, ainda, que os administradores, membros do Conselho Fiscal e integrantes dos demais órgãos com funções técnicas ou consultivas da Companhia deverão informar ao Diretor de Relações com Investidores a titularidade de valores mobiliários de emissão da Companhia, em nome próprio ou de pessoas ligadas, bem como as alterações nessas posições. Tal comunicação deverá ser efetuada (i) no prazo de 5 dias após a realização de cada negócio; e (ii) no primeiro dia útil após a investidura no cargo.

O Diretor de Relações com Investidores deverá informar à CVM e às bolsas de valores no prazo de 10 dias, após o término do mês em que se verificarem as alterações das posições detidas, ou do mês que ocorrer a investidura no cargo das pessoas mencionadas acima, de forma individual e consolidada, por órgão da Companhia.

Adicionalmente, a Política de Divulgação e Uso de Informações prevê, ainda, que os acionistas controladores, diretos ou indiretos, e os acionistas que elegerem membros do Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal, bem como qualquer pessoa natural ou jurídica, consideradas isoladamente ou em grupo representando um mesmo interesse, que atingir(em) participação direta ou indireta que corresponda a 5% ou mais de espécie ou classe de ações (ou bônus de subscrição, diretos de subscrição, opções de compra, debêntures conversíveis em ações), representativas do capital da Companhia devem enviar à Companhia comunicação imediata contendo as informações referidas no artigo 12 da Instrução CVM nº 358/02.

É igualmente obrigatória a divulgação cada vez que a referida participação se eleve em 5% de espécie ou classe de ações (ou direitos sobre ações) representativas do capital social da Companhia, ou se reduza em 5% de espécie ou classe de ações (ou direitos sobre ações) representativas do capital social da Companhia, nesse caso, por força da alienação ou extinção de ações.

Caso a aquisição resulte ou tenha sido efetuada com o objetivo de alterar a composição do controle ou a estrutura administrativa da Companhia, bem como nos casos em que a aquisição gere a obrigação de realização de oferta pública, nos termos da Instrução CVM nº 361/02, o adquirente deverá, ainda, promover a publicação da comunicação relativa ao ato ou fato relevante, contendo as informações do artigo 12 da Instrução CVM nº 358/02.

O Diretor de Relações com Investidores é o responsável pela transmissão das informações, assim que recebidas da Companhia, à CVM e, se for o caso, às bolsas de valores, bem como atualizar as informações periódicas enviadas pela Companhia.

22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não houve aquisição de qualquer ativo relevante que não se enquadrasse como operação normal nos nossos negócios.

22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não houve alteração significativa na forma de condução de nossos negócios.

22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Não aplicável, tendo em vista que não celebramos contratos com nossas controladas que não os relacionados às nossas atividades operacionais.

22.4 - Outras informações relevantes

Não existem outras informações relevantes a serem divulgadas nesta seção.